

Nº da proposição 00042/2019

Data de autuação 03/05/2019

Assunto principal: PROPOSIÇÕES Assunto: MENSAGENS

Autor: PODER EXECUTIVO

#### Ementa:

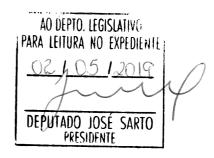
ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

#### Comissão temática:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO







MENSAGEM N° 8383 de 30 de ABR/L de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submeto à deliberação da augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o Exercício de 2020, dando cumprimento ao disposto no art. 203, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual.

O Projeto da LDO dispõe sobre as prioridades, diretrizes e normas da administração pública estadual, para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2020.

Integram ainda o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias os seguintes anexos:

- Anexo I: Metas Fiscais,
- Anexo II: Anexo de Riscos Fiscais
- Anexo III: Relação dos Quadros Orçamentários.

Dada a importância da matéria tratada, solicito o apoio de Vossa Excelência no encaminhamento e votação desta proposição, esperando contar com a aprovação dos senhores Deputados.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e ilustres pares, protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Governadora em Exercício

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA  30 LEGISLATURA/ SESSÃO LEGISLATIVA LIDO NO EXPEDIENTE DA 22 SESSÃO ORDINÁP 19
DESPACHO  (*) Publique-se e Inclua-se em Pauta    Inclua-se na Ordem do Dia em
Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência Encaminhse-se à Cornissão Encaminhe-se ao Autor da Proposição
Fm: 2 1 5 1 19



Projeto de LEI №

de 2020

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

#### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

#### **DECRETA**

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 203, § 2º, da Constituição Estadual, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:
  - I as metas e prioridades da Administração Pública Estadual;
  - II a estrutura e organização dos orçamentos;
- III as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
  - IV as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;
  - V as disposições relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública

Estadual:

- VI as disposições relativas à dívida pública estadual;
- VII as disposições finais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I Anexo de Metas Fiscais;
- II Anexo de Riscos Fiscais;
- III Relação dos Quadros Orçamentários.

#### CAPÍTULO I

## DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

- **Art. 2º** As prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2020, serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual 2020-2023, em anexo específico, identificadas a partir dos seguintes critérios de priorização:
  - I contribuição para os resultados e indicadores dos eixos e temas estratégicos;
  - II contribuição para as diretrizes regionais; e
- III alinhamento com os Acordos de Resultados, previstos no Decreto Nº 32.216, de 08 de maio de 2017, que regulamenta o Modelo de Gestão para Resultados.



- § 1º As obrigações constitucionais e legais do Estado, as despesas com a conservação do patrimônio público e a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão prevalência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária de 2020, em relação às prioridades e metas de que trata o *caput* deste artigo.
- § 2º As metas e prioridades deverão observar os mecanismos de participação direta e as diretrizes discutidas com a sociedade civil organizada, com os Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos Deliberativos de Políticas setoriais nas 14 (quatorze) regiões do Estado do Ceará, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa, em conformidade com o disposto no §7º deste artigo.
- § 3º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará disponibilizará o Projeto de Lei Orçamentária Anual, através do seu sítio eletrônico, como forma de assegurar e ampliar a participação dos Conselhos de Políticas Públicas e toda a sociedade.
- § 4º No Projeto e na Lei Orçamentária para 2020, os recursos destinados aos investimentos deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada e, em caso de investimentos voltados a novas unidades, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional das ações governamentais.
- § 5º As metas e prioridades da Administração Estadual para o exercício de 2020 deverão estar em consonância com os Planos Estaduais setoriais estratégicos de longo prazo aprovados na Assembleia Legislativa, devendo o Poder Executivo adotar esforços para manter ativa no Portal da Transparência do Estado a disponibilização de consultas e relatórios com informações atinentes:
  - I ao atendimento de suas metas quantitativas e qualitativamente;
  - II aos respectivos dispêndios orçamentários e financeiros;
- III às ações empreendidas pelo Governo a fim de tornar efetiva a consecução desses planos.
- § 6º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, através do sítio eletrônico do Governo do Estado, dará ciência aos Conselhos de Políticas Públicas do período de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual antes do envio deste à Assembleia Legislativa, como forma de assegurar e ampliar a participação da sociedade.
- § 7º O cumprimento das metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2020, definidas no Anexo de Metas e Prioridades, deverá ser comprovado trimestralmente, em até 90 (noventa) dias após o término do trimestre imediatamente anterior, através do envio à Assembleia Legislativa, de demonstrativo pormenorizado do cumprimento de cada meta no trimestre, acrescido de respectivo percentual de execução, bem como relatório específico e justificado das metas não atingidas no período.
- § 8º Para a retirada de recursos de Fundos que não estejam sob o gerenciamento do Poder Executivo ou de seus órgãos delegados deverá ser assegurada a provisão de devolução, no Balanço Geral do Estado, para o Poder ou órgão a que estão vinculados os Fundos.



- Art. 3º A elaboração e aprovação da Lei Orçamentária de 2020 deverá estar compatível com as metas fiscais previstas no anexo I desta Lei.
- § 1º As metas fiscais poderão ser ajustadas na Lei Orçamentária e na Execução Orçamentária, desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem as projeções das receitas, incluídos os critérios adotados para a estimativa de arrecadação e despesas previstas no anexo I desta Lei, justifiquem a necessidade de alterações.
  - § 2º A Lei Orçamentária conterá demonstrativo evidenciando as alterações realizadas.
- § 3º Caso as ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação, além de outros fatores que afetem a projeção ou realização das receitas, nos termos do anexo I desta Lei, venham a alterar as metas fiscais ora estabelecidas, deverá o Chefe do Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa as alterações realizadas por meio da mensagem do Poder Executivo, justificando e demonstrando o impacto das alterações.
- **Art. 4º** As Diretrizes Orçamentárias de que trata esta lei são alinhadas aos resultados estabelecidos e pautadas nos objetivos e nas seguintes premissas do Plano Plurianual 2020-2023:
  - I gestão pública para resultados;
  - II participação cidadã;
  - III promoção do desenvolvimento territorial;
  - IV intersetorialidade na gestão das políticas públicas.

**Parágrafo único.** Além dos resultados, objetivos e premissas do Plano Plurianual 2020-2023, a Lei Orçamentária Anual 2020, bem como sua execução, deverá se pautar pela transparência, mediante a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária, inclusive por meio eletrônico, nos sítios oficiais do Estado, em linguagem clara e acessível à população.

#### CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

- Art. 5° Para efeito desta Lei, entende-se por:
- ${f I}$  programa o instrumento de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados;
- II iniciativa o atributo do programa que declara a entrega de bens e serviços à sociedade ou ao Estado, resultante da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias;
- III atividade um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



- IV projeto um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- V operação especial as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
  - VI unidade orçamentária o menor nível da classificação institucional;
- VII órgão orçamentário o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- VIII concedente o órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual responsável pela transferência de recursos financeiros para ente ou entidade pública, pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física, para a execução de ações por meio de convênios ou quaisquer instrumentos congêneres;
- IX convenente o parceiro selecionado para a execução de ações em parceria com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênio ou instrumento congênere;
- X interveniente o ente ou entidade pública que participa do convênio ou instrumento congênere, para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio, podendo assumir a execução do objeto pactuado e realizar os atos e procedimentos necessários, inclusive a movimentação de recursos;
- XI descentralização de créditos orçamentários a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes, observado o disposto no Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009 e suas alterações;
- XII inadimplente o convenente que não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e não apresentar ou não tiver aprovada pela concedente a sua prestação de contas.
- § 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- § 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam em conformidade com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de suas alterações posteriores.
- § 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.



- **Art.** 6° A Lei Orçamentária para o exercício de 2020, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei e no Plano Plurianual 2020-2023.
- Art. 7º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Estadual, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema de Contabilidade do Estado.
- Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária e a respectiva Lei, para o ano de 2020, serão constituídos, de:
  - I projeto de lei orçamentária anual, com a seguinte composição:
  - a) texto da Lei;
- b) quadros da receita e da despesa, conforme dispõe o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
  - II demonstrativos orçamentários consolidados relacionados no anexo III desta Lei:
  - a) demonstrativo de renúncia de receita;
  - b) demonstrativo das dotações reservadas para Despesas de Pessoal;
- c) demonstrativo consolidado por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades dos recursos destinados às políticas públicas para Infância e Adolescência e a Política de Gênero;
- III demonstrativo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto, por órgãos e entidades da Administração Pública;
  - IV relação de iniciativas e ações orçamentárias.
  - § 1º Acompanharão os orçamentos a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo:
- ${\bf I}$  demonstrativo do orçamento por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;
  - II demonstrativo segundo a natureza da Receita por entidade da Administração Indireta;
- III demonstrativo consolidado da Receita e da Despesa, por Categoria Econômica, por entidade da Administração Indireta;
  - IV demonstrativo próprio dos Fundos Especiais e seus Planos de Aplicação.





- § 2º A vinculação entre iniciativa e ação, de que trata o inciso IV do *caput*, será evidenciada por meio de Demonstrativo por Órgão, Programa, Iniciativa e Ação.
- § 3º O demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso II deste artigo deverá apresentar o efeito regionalizado sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, nos termos instituídos no § 6º do art. 165 da Constituição Federal.
- Art. 9º Na proposta e na Lei Orçamentária Anual, a receita será detalhada por sua natureza, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

**Parágrafo único.** As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza da receita e as fontes de recursos.

Art. 10. A elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais, quando couber, deverá especificar, por órgão e entidade dos Poderes, os seguintes elementos:

I – esfera orçamentária;

II – classificação institucional;

III – classificação funcional;

IV- classificação econômica da despesa- Categoria Econômica, Grupo e Natureza da Despesa e Elemento de Despesa;

V – modalidade de aplicação;

VI – programas e ações (projeto, atividade ou operação especial);

VII – regionalização;

VIII – fontes de recursos e identificador de uso;

IX – identificador de resultado primário;

X – balancete orçamentário e financeiro.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar cada tipo de orçamento, conforme o art. 203 da Constituição Estadual, constando na Lei Orçamentária pelas seguintes legendas:

I – FIS - Orçamento Fiscal;

II – SEG - Orçamento da Seguridade Social;

III – INV - Orçamento de Investimento.

- § 2º A classificação institucional é representada pelos órgãos orçamentários no seu maior nível, agrupando as unidades orçamentárias que são o menor nível da classificação institucional.
- § 3º A classificação funcional e estrutura programática, de que trata a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, será discriminada de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



- § 4º A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, sendo consolidada na Lei Orçamentária Anual por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação.
- § 5º As categorias econômicas são as Despesas Correntes e as Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.
- § 6º Os grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza do gasto, sendo identificados pelos seguintes títulos e códigos:
  - I − Pessoal e Encargos Sociais −1;
  - II − Juros e Encargos da Dívida − 2;
  - III Outras Despesas Correntes 3;
  - IV Investimentos 4;
  - V Inversões Financeiras 5;
  - VI Amortização da Dívida 6.
  - § 7º A Modalidade de Aplicação (MA) indica se os recursos serão aplicados:
- I diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;
- II indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos;
- III indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Estado que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos estaduais.
- § 8º A especificação da modalidade de que trata o § 7º será identificada por código próprio, com as seguintes características:
  - I Transferências à União (MA 20);
  - II Execução Orçamentária Delegada à União (MA 22);
  - III Transferências a Municípios (MA 40);
  - IV Transferências a Municípios Fundo a Fundo (MA 41);
  - V Execução Orçamentária Delegada a Municípios (MA 42);
  - VI Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);
  - VII Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (MA 60);
  - VIII Transferências a Instituições Multigovernamentais (MA 70);
  - IX Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (MA 71);
  - X Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (MA 72);
  - XI Transferências ao Exterior (MA 80);





XII – Aplicações Diretas (MA 90);

XIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91);

XIV – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe (MA 93);

XV – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente não participe (MA 94).

§ 9º O elemento econômico da despesa tem por finalidade identificar o objeto de gasto e será discriminado no momento do empenho da despesa, com desdobramentos em itens.

§ 10. As fontes de recursos, de que trata este artigo, serão consolidadas, segundo:

I – os recursos do Tesouro, compreendendo os recursos da arrecadação própria do Tesouro
 Estadual, as receitas de transferências federais relativas à participação do Estado na Arrecadação da
 União e outras transferências constitucionais e legais correntes e de capital;

 II – os recursos de Outras Fontes, compreendendo as demais fontes não previstas no inciso anterior;

III – os recursos da Administração Direta do Tesouro Estadual;

IV – os recursos da Administração Indireta.

§ 11. O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida de empréstimo e outras aplicações, constando da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos ou outros que poderão ser acrescentados pela SEPLAG:

I – fontes de recursos do Tesouro não destinados à contrapartida – 0;

II – fontes de recursos de Outras Fontes não destinadas à contrapartida 1;

III – contrapartida de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES – 2;

IV – contrapartida de empréstimos da Caixa Econômica Federal – CEF – 3;

V – contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e
 Desenvolvimento - BIRD - 4;

VI – contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – 5;

VII – contrapartida de outros empréstimos – 6;

VIII – contrapartida de convênios – 7.

§ 12. O identificador de Resultado Primário (RP), de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto no Anexo de Metas Fiscais do anexo I desta Lei, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando se a despesa é:

I – financeira - (RP 0);

II – primária obrigatória – (RP 1);





- III primária discricionária de projetos estruturantes do Estado (RP 2);
- IV primária discricionária de projetos do Orçamento Geral da União (RP 3);
- V do Orçamento de Investimento das empresas estatais que não impacta o resultado primário (RP 4);
  - VI destinada à convivência com a seca (RP 5).
- § 13. A consolidação do orçamento por região será feita em conformidade com as regiões de planejamento criadas pela Lei Complementar Estadual nº 154, de 20 de outubro de 2015.
- **§ 14.** As despesas não regionalizadas, por não serem passíveis de regionalização quando da elaboração do orçamento anual, serão identificadas na Lei Orçamentária Anual e na execução orçamentária pelo localizador de gasto que contenha a expressão "Estado do Ceará" e código identificador "15".
- § 15. As despesas não regionalizadas, conforme disposto no § 14 deste artigo poderão ser regionalizadas na execução orçamentária, mediante processamento no Sistema de Execução Orçamentária, que registre a efetiva localização da despesa nas regiões do Estado, de forma a favorecer e tornar transparente a interiorização dos gastos.
- § 16. O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação a definir (MA 99) e sem registro da modalidade de licitação.
- § 17. As despesas relativas às Parcerias Público-Privadas deverão ser classificadas em elemento e modalidade de aplicação próprios, conforme atualização da Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.
- Art. 11. As receitas e despesas decorrentes da alienação de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista serão apresentadas na Lei Orçamentária de 2020 com códigos próprios que as identifiquem.
- **Art. 12.** A Lei Orçamentária conterá demonstrativo consolidado das receitas e despesas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza FECOP e do Fundo de Inovação Tecnológica FIT.
- § 1º Os recursos do FECOP deverão atender às populações vulneráveis que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos assistenciais e estruturantes, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais para melhoria das condições de vida.
- § 2º Os programas e projetos financiados com recursos do FECOP e do FIT, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, constarão no Sistema de Execução Orçamentária com códigos próprios, de forma que possibilite sua identificação durante a execução orçamentária.
- § 3º Os recursos do FECOP deverão priorizar as regiões com os maiores índices de pobreza e desigualdade social, devidamente indicadas na Lei Orçamentária de 2020, garantindo o acesso da população às políticas públicas estaduais básicas.





- Art. 13. A Lei Orçamentária e seus créditos adicionais discriminarão, em ação orçamentária específica na unidade orçamentária competente dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus órgãos e entidades vinculadas, inclusive as empresas públicas dependentes e sociedades de economia mista, as dotações destinadas ao atendimento de:
  - I concessão de subvenções econômicas e subsídios;
- II participação em constituição ou aumento de capitais de empresas e sociedades de economia mista;
- III pagamento do serviço da dívida do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal da Renegociação da Dívida do Estado;
  - IV pagamento de precatórios judiciários;
- V despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial serão especificadas claramente em conformidade com a estrutura funcional programática da Lei Orçamentária Anual.
- Art. 14. Para efeito do disposto no art. 10, os órgãos e entidades do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública encaminharão para a Secretaria do Planejamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro SIOF, até 31 de agosto de 2019, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei, em especial o que dispõe o art.90.
- **Parágrafo único.** Caso não seja atendido o prazo estipulado no *caput*, fica considerado como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2019 para a categoria econômica Despesas Correntes.
- Art. 15. Os recursos destinados à publicidade e ao apoio cultural deverão fortalecer veículos públicos, comunitários, independente e privados, em conformidade com o que dispõe o art. 157 da Constituição do Estado do Ceará, garantida a transparência das parcerias firmadas pela Administração Pública, regidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou segundo o regramento da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Lei das licitações e contratos públicos.
- Art. 16. O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei Orçamentária Anual, como também os de abertura de créditos adicionais especiais, sob a forma de impressos e meios eletrônicos.
- Parágrafo único. O Poder Executivo e o Poder Legislativo divulgarão esta Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual na internet e em linguagem de fácil compreensão.
- Art. 17. A Secretaria do Planejamento e Gestão SEPLAG, encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em até 30 (trinta) dias após a entrega do Projeto de Lei Orçamentária, demonstrativo com a relação das obras com valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).





#### CAPÍTULO III

# DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I Das Diretrizes Gerais

- Art. 18. O Poder Executivo manterá na rede internet programa de fácil acesso, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social, observando-se o princípio da publicidade e permitindo a sociedade conhecer todas as informações relativas às Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como, a sua execução durante o exercício, com informações claras, para que os interessados possam proceder ao acompanhamento da realização do orçamento e, ainda, os respectivos relatórios, como também os previstos nos arts. 200 e seu parágrafo único; 203, § 2.º, inciso III; e 211, incisos I, II, III e IV, e seu parágrafo único, todos da Constituição Estadual e do Balanço Geral do Estado.
- § 1º Os Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública manterão, nas suas respectivas páginas na internet, todos os demonstrativos atualizados de sua execução orçamentária.
- § 2º Para os fins do previsto neste artigo, o Poder Público Estadual, na formulação e na execução da Lei Orçamentária Anual, se pautará por uma Política Estadual de Transparência da Administração Pública e do Processo Orçamentário fundada nos princípios constitucionais e legais que regem a organização estadual, especialmente os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da motivação, da indivisibilidade e indisponibilidade do interesse público, da democratização, da transparência e da participação, e que se expressam nas seguintes diretrizes, entre outras possíveis para o pleno atendimento dos objetivos desta Lei:
- I disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, da previsão e execução dos gastos públicos, abrangendo toda a Administração Pública, especialmente no que tange ao processo orçamentário e a sua execução;
- II disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de informações que permitam aos cidadãos a compreensão do processo orçamentário, desde as premissas de elaboração da lei orçamentária até o pagamento final das despesas, com a devida prestação de contas;
- III disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de informações que permitam aos cidadãos compreender e monitorar os gastos públicos;
- IV elaboração e execução do orçamento em estreita observância ao princípio da justiça social, o qual implica assegurar projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões administrativas do Estado, bem como combater a exclusão social;





- V além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a efetiva utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos cidadãos às informações relativas ao orçamento e à gestão fiscal;
- VI ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas e respectivos pareceres prévios;
- VII disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de instrumentos que permitam a qualquer cidadão realizar denúncias, reclamações, sugestões e/ou elogios acerca da gestão das finanças e dos gastos públicos.
- § 3º É obrigatório o registro da execução orçamentária e financeira no sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em cumprimento aos prazos disciplinados pela Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009.
- § 4º O Poder Executivo disponibilizará no sítio eletrônico do Portal da Transparência, demonstrativo dos investimentos executados, por região de planejamento, para fins de acompanhamento da execução orçamentária dos investimentos previstos na Lei Orçamentária de 2020, no tocante à interiorização do desenvolvimento, assim como para comprovação do atendimento ao disposto nos arts. 208 e 210 da Constituição do Estado de Ceará.
- § 5º Em observância ao Princípio da Economicidade, o Poder Executivo poderá, nos moldes da lei maior, promover a publicação oficial da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seus anexos, da Lei Orçamentária Anual e do PPA na internet, na página da SEPLAG, em substituição à publicação impressa, que deverá estar acessível a todos por, no mínimo, 5 (cinco) anos, sob pena de nulidade do seu disposto.
- Art. 19. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, e visando propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados do programa do Governo, a elevação da eficiência e eficácia da gestão pública, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão observar, quando da elaboração da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, a classificação da ação orçamentária em relação à prevalência da despesa, conforme abaixo mencionada:
- I ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Administrativos Continuados": gastos de natureza administrativa que se repetem ao longo do tempo e representam custos básicos do órgão;
- II ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Correntes Administrativos Não
   Continuados": despesas de natureza administrativa de caráter eventual;
- III ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Administrativas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, de natureza administrativa, visando à melhoria das condições de trabalho das áreas meio;



- IV ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Continuados": despesas correntes relacionadas com a oferta de produtos e serviços à sociedade, de natureza continuada, e não contribuem para a geração de ativos;
- ${f V}$  ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Não Continuados": gastos relacionados com a oferta de produtos e serviços à sociedade, mas não existe o caráter de obrigatoriedade. A despesa pode ter relação com a realização de ativos públicos;
- ${
  m VI}$  ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Finalísticas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, aumento de capital de empresas públicas, em ações que ofereçam produtos ou serviços à sociedade.
- § 1º Consoante o Decreto nº 32.173, de 22 de março de 2017, que disciplina o funcionamento do Comitê por Resultados e Gestão Fiscal COGERF, caberá ao Grupo Técnico de Gestão de Contas GTC, e ao Grupo Técnico de Gestão Fiscal GTF, analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e entidades, e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao COGERF as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da Administração Pública, cumprimento de metas e resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, desta Lei.
- § 2º O controle de custos segue o estabelecido no § 1º deste artigo e na Emenda Constitucional nº 88, de 21/12/2016, que trata do Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará e estabelece limites individualizados para as despesas primárias correntes.
- § 3º As normas relativas à avaliação dos resultados dos programas serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual 2020-2023.
- § 4º O Poder Executivo Estadual disponibilizará no Portal da Transparência, o acompanhamento das obras de infraestrutura do Estado cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com apresentação de quadro demonstrativo dos custos básicos e principais informações em termos físicos e monetários que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.
- § 5º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

## Seção II Da Elaboração e Execução do Orçamento

**Art. 20.** A metodologia de cálculo de apuração do resultado primário, a ser utilizada na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2020, deverá ser obtida pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada, não financeira, e expresso em percentual do Produto Interno Bruto – PIB estadual, observada discriminação prevista, na forma do inciso II, § 2 °, art. 4°, da Lei de

PROCHES OF SECONDARY OF SECONDA



Responsabilidade Fiscal - LRF, no anexo I – Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei, deduzidos os programas, projetos e atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificados pelo identificador de resultado primário RP2, RP3, RP4 e RP5, de que trata o § 12 do art. 10 desta Lei.

- § 1º O valor do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2019 será evidenciado no demonstrativo de apuração do resultado primário para compensar eventual variação negativa, na meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e em alterações posteriores, no ano fiscal de 2020.
- § 2º O valor dos investimentos em Programas de Infraestrutura, não computados para efeito de apuração do resultado primário, serão identificados no anexo I Anexo de Metas Fiscais, desta Lei.
- § 3º O montante de investimentos descrito no § 2º poderá ser alterado caso ocorra variação na previsão das receitas e despesas à época da elaboração da Lei Orçamentária Anual, sendo evidenciado em demonstrativo próprio do Volume I, da respectiva Lei Orçamentária Anual.
- Art. 21. Será assegurado aos membros do Poder Legislativo o acesso ao sistema corporativo de convênios e congêneres do Poder Executivo Estadual e-Parcerias e ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação SIMA.
- Art. 22. Os Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão, como limites das despesas correntes destinadas ao custeio de funcionamento e de manutenção, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2019, acrescidos dos valores dos créditos adicionais referentes às despesas da mesma espécie e de caráter continuado autorizados até 30 de julho de 2019, podendo ser corrigidas para preços de 2020 até o limite dos parâmetros macroeconômicos projetados para 2020, conforme o anexo I Anexo de Metas Fiscais desta Lei.
- § 1º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo poderão ser acrescidas as despesas de manutenção e funcionamento de novos serviços e instalações cuja aquisição ou implantação esteja prevista para os exercícios de 2019 e 2020.
- § 2º As despesas de custeio e manutenção do Poder Executivo, de que trata o *caput* deste artigo, correspondem às despesas das ações orçamentárias classificadas no Sistema Integrado de Orçamento e Finanças SIOF, como "Gastos Administrativos Continuados", conforme definido no inciso I do art. 19 desta Lei.
- § 3º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo deverão ser excluídas as dotações orçamentárias autorizadas em créditos adicionais em 2019, destinadas a despesas de caráter eventual.
- Art. 23. No Projeto de Lei Orçamentária de 2020, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de 2020, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2020, conforme discriminado no anexo I Anexo de Metas Fiscais desta Lei.



**Parágrafo único.** As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas, segundo a taxa de câmbio projetada em 2020, com base nos parâmetros macroeconômicos para 2020, conforme o anexo I - Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 24. A alocação dos créditos orçamentários, na Lei Orçamentária Anual, será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

**Parágrafo único.** A vedação contida no art. 205, inciso V da Constituição Estadual, não impede a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora, em conformidade com o Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009 e suas alterações.

Art. 25. Na Lei Orçamentária não poderão ser:

- I fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementariedade de ações;
- III previstos recursos para aquisição de veículos de representação, ressalvadas as substituições daqueles com mais de 4 (quatro) anos de uso ou em razão de danos que exijam substituição;
- IV previstos recursos para pagamento a servidor ou empregado da Administração Pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;
- V classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificadas como projetos ações de duração continuada;
- VI incluídas dotações relativas às operações de crédito não contratadas ou cujas cartasconsultas não tenham sido recomendadas pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, no âmbito do Ministério da Economia, até 30 de agosto de 2019;
- VII incluídas dotações para pagamento com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza FECOP, de remuneração a Servidores Públicos Municipais, Estaduais e Federais, exceto na forma de concessão de bolsa para servidores públicos estaduais ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica MAG, da Secretaria da Educação e professores do Grupo Magistério Superior MAS, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quando da atuação em programa de formação e qualificação educacional de professores leigos, excetuando-se ainda, o pagamento de bolsas do Programa Agente Rural, instituído pela Lei nº 15.170, de 18 de junho de 2012.





**Parágrafo único.** As operações de crédito de que trata o inciso VI deste artigo que forem recomendadas pela COFIEX, para o caso de operações externas; ou aprovadas pela instituição financeira, no caso das operações internas, poderão, após 30 de agosto, ser incluídas no orçamento por meio de emendas ou créditos adicionais.

Art. 26. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista, a que se refere o art. 48 desta Lei, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atenderem, integralmente, às necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.

**Parágrafo único.** Na destinação dos recursos para investimentos e inversões financeiras, de que trata o *caput* deste artigo, serão priorizadas as contrapartidas de contratos de financiamentos internos e externos e convênios com órgãos federais e municipais.

- Art. 27. A Lei Orçamentária de 2020 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão ações novas se:
  - I tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:
  - a) os projetos em andamento;
- b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da Administração Pública Estadual;
- c) a contrapartida para os projetos com financiamento externo e interno e convênios com outras esferas de governo;
- d) os compromissos com o pagamento do serviço da dívida e os decorrentes de decisões judiciárias;
- II os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa do cronograma físico ou a obtenção de uma unidade completa;
  - III a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2020-2023.
- § 1º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que a execução financeira, até 30 de junho de 2019, ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado.
- § 2º Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.
- Art. 28. Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:





- I recursos vinculados compostos pela cota parte do salário educação, pela indenização
   por conta da extração de petróleo, xisto e gás, pela Contribuição de Intervenção no Domínio
   Econômico CIDE, pelas operações de crédito interno e externo e convênios;
- II recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;
  - III contrapartida obrigatória do Tesouro Estadual a recursos transferidos ao Estado;
- ${f IV}$  recursos destinados a obras não concluídas das administrações direta e indireta, consignados no orçamento anterior.
- § 1º A anulação de dotação da Reserva de Contingência prevista no Projeto de Lei Orçamentária não poderá ser superior, em montante, ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor consignado na proposta orçamentária.
  - § 2º Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que:
  - I destinem recursos do Tesouro Estadual para Empresas Estatais não dependentes;
- II destinem recursos do Tesouro Estadual para Fundos cujas Leis de criação não prevêem essa fonte de financiamento;
- III anulem valor de dotações orçamentárias do grupo de natureza de despesa 31 Pessoal
   e Encargos Sociais, exceto quando suplementado para o próprio grupo de despesa;
- IV anulem valor das ações orçamentárias classificadas no Poder Executivo conforme incisos I e IV do art. 19, exceto quando a suplementação se destinar, respectivamente, aos Gastos Administrativos Continuados ou Gastos Finalísticos Correntes Continuados do próprio órgão que originou a anulação;
- V anulem as dotações orçamentárias que estejam previstas na Modalidade de Aplicação 91 Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orcamento Fiscal e do Orcamento da Seguridade Social.
- Art. 29. O pagamento de precatórios judiciários será efetuado em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.
- **Parágrafo único.** Os precatórios, inclusive aqueles resultantes de decisões da Justiça Estadual, constarão dos orçamentos dos órgãos e entidades da Administração Indireta a que se referem os débitos, quando a liquidação e o pagamento forem com recursos próprios, e dos orçamentos dos Encargos Gerais do Estado, quando pagos com recursos do Tesouro Estadual.
- Art. 30. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2020, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100, §§ 1.º, 2.º e 3.º, e o

OF PROCUPED ON A STATE OF THE S



disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal.

- Art. 31. Os órgãos e entidades da Administração Pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, com vistas ao atendimento da requisição judicial.
- Art. 32. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida corresponderão às operações contratadas e às autorizações concedidas até 31 de agosto de 2019.
- Art. 33. A Lei Orçamentária consignará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências, à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica, cumprindo o disposto no art. 212 da Constituição Federal, e art. 216 da Constituição Estadual.
- Art. 34. Os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, serão identificados por código próprio, relacionados à sua origem e a sua aplicação.
- Art. 35. Na programação de investimentos da Administração Pública Estadual a alocação de recursos para os projetos de tecnologia da informação deverá, sempre que possível, ser efetuada em ação orçamentária específica, com código próprio, incluída na Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.
- Art. 36. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites fixados na legislação estadual vigente, para as modalidades licitatórias a que se refere o art. 24, incisos I e II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

## Seção III Das Alterações da Lei Orçamentária

- Art. 37. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual.
- **Art. 38.** A criação de órgãos, bem como a inclusão de categoria de programação ao Orçamento de 2020 será realizada mediante abertura de crédito adicional especial.
- § 1º Acompanharão os projetos de lei relativos aos créditos, de que trata o *caput* deste artigo, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos projetos ou atividades correspondentes.
- § 2º Os projetos relativos a créditos adicionais especiais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Assembleia Legislativa por meio de projetos de lei específicos para atender exclusivamente a esta finalidade.



- § 3º Os créditos especiais aprovados pela Assembleia Legislativa serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.
- Art. 39. Durante a execução orçamentária, poderão ser incorporados ao orçamento anual, mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo:
- I a inclusão ou alteração de categoria econômica, grupo de despesa e região em projeto, atividade ou operação especial, já constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais;
- II alteração na classificação funcional ou vinculação da ação a iniciativa do Programa, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, mantidos a classificação da despesa e o valor global.
- Art. 40. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, ou ainda em casos de complementaridade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5.º, § 3.º desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, com o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa, assim como os atributos dos programas vigentes do PPA 2020-2023.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* deste artigo poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na modalidade de aplicação e no identificador de uso, desde que justificadas pela unidade orçamentária detentora do crédito.

- Art. 41. As alterações orçamentárias que não modifiquem o valor global da categoria de programação e do grupo de despesa não ensejam à abertura de créditos adicionais e poderão ocorrer no sistema de contabilidade para ajustar:
  - I a modalidade de aplicação, exceto quando envolver a modalidade de aplicação 91;
  - II o elemento de despesa;
  - III o identificador de uso Iduso;
- IV as fontes de recursos quando a alteração ocorrer entre fontes de operações de crédito não vinculadas a objeto de gastos específicos;
  - V as subfontes de recursos, desde que na mesma fonte de recursos.
- § 1º As referidas alterações serão realizadas diretamente no Sistema de Execução Orçamentária.
- § 2º As alterações referentes a créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária cujas despesas foram alocadas na Região 15 Estado do Ceará, poderão ser regionalizadas durante a execução orçamentária de acordo com o disposto nos §§ 14 e 15 do art. 10 desta Lei.
- **Art. 42.** A descrição das ações orçamentárias poderá ser renomeada para melhor qualificálas, sem alteração da essência do objeto.



## Seção IV Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

- Art. 43. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações públicas de saúde, à prestação de assistência médica, laboratorial e hospitalar aos servidores públicos, dentre outras, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no art. 203, § 3°, inciso IV, da Constituição Estadual, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
  - I das contribuições previdenciárias dos servidores estaduais ativos e inativos;
- II de receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta Seção;
- III da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
  - IV da Contribuição Patronal;
  - V de outras receitas do Tesouro Estadual.

#### Seção V

## Das Diretrizes Específicas para os Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública

- Art. 44. Para efeito do disposto nos arts. 49, inciso XIX; 99, § 1°, e 136, todos da Constituição Estadual, e art. 134, § 2º, da Constituição Federal, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, do Judiciário, bem como do Ministério Público e, no que couber, da Defensoria Pública:
- I as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto nos arts. 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74 desta Lei;
- II as demais despesas com custeio administrativo e operacional obedecerão ao disposto no art. 22 desta Lei.
- Parágrafo único. Aos Órgãos dos Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, o Ministério Público Estadual e à Defensoria Pública Geral do Estado fica assegurada autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, devendo ser-lhes entregues, até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias e créditos suplementares e especiais, atendendo ao disposto no art. 168 da Constituição Federal.
- Art. 45. Para efeito do disposto no art. 10 desta Lei, as propostas orçamentárias do Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública serão encaminhadas à Secretaria do Planejamento e Gestão SEPLAG, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro SIOF, até 31 de agosto de 2019, de forma que possibilite o atendimento ao disposto no inciso VI, do § 3° do art. 203 da Constituição Estadual.



- § 1º O Poder Executivo colocará à disposição dos Poderes e demais órgãos mencionados no *caput*, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, o estudo e a estimativa da receita para o exercício de 2020 e a respectiva memória de cálculo.
- § 2º Caso não seja atendido o prazo estipulado no *caput*, fica considerado como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2019 para a categoria econômica Despesas Correntes.
- Art. 46. A Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2020, consignará recursos para o funcionamento da Escola Superior do Legislativo, respeitados os limites estabelecidos nesta Lei.

## Seção VI Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado

Art. 47. Constará da Lei Orçamentária Anual o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, de acordo com art. 203, § 3°, inciso II da Constituição Estadual.

**Parágrafo único.** O orçamento de investimento detalhará, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos, e a despesa, segundo a classificação funcional, a estrutura programática, as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa de investimentos e inversões financeiras.

- Art. 48. Não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista, de que trata o artigo anterior, as normas gerais da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.
- **§ 1º** Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para as finalidades a que se destinam.
- § 2º A execução orçamentária das empresas públicas dependentes dar-se-á através do Sistema de Contabilidade do Estado.

## Seção VII Da Programação da Execução Orçamentária e Financeira e sua Limitação

- Art. 49. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, cronograma anual de desembolso mensal, por Poder e Órgão, e metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no anexo de que trata o art. 22 desta Lei.
- § 1º O cronograma de desembolso mensal da despesa deverá estar compatibilizado com a programação das metas bimestrais de arrecadação.



- § 2º O cronograma mensal da despesa de pessoal e encargos sociais deverá refletir os impactos dos aumentos concedidos aos servidores ativos e inativos, a partir do mês da sua implementação.
- § 3º Observado o disposto no art. 100 da Constituição Federal, a programação para pagamento de precatórios judiciários obedecerá ao cronograma de desembolso na forma de duodécimos.
- § 4º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal das demais despesas dos Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.
- § 5º O ato referido no *caput* poderá ser modificado na vigência do exercício fiscal para ajustar as metas de realizações das receitas e o cronograma de pagamento mensal das despesas, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.
- Art. 50. Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, os percentuais e o montante necessário da limitação serão distribuídos, de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública no conjunto de Outras Despesas Correntes e no de Investimentos e Inversões Financeiras, constantes na programação inicial da Lei Orçamentária, excetuando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais.
- § 1º Na hipótese de ocorrência do disposto neste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao bimestre, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira, especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receita e despesa, ficando facultada aos mesmos a distribuição da contenção entre os conjuntos de despesas citados no *caput* deste artigo e, consequentemente, entre os projetos/atividades/operações especiais contidos nas suas programações orçamentárias.
- § 2º Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, com base na comunicação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato próprio, até o vigésimo dia após o recebimento do comunicado do Poder Executivo, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira, nos montantes necessários, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no *caput* deste artigo.
- § 3º Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira, conforme previsto no *caput* deste artigo, os Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública minimizarão tal limitação, na medida do possível e de forma justificada, nos projetos/atividades/operações especiais de suas programações orçamentárias, localizados nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Municipal IDM, vedada essa limitação aos municípios situados no Grupo 4 do IDM.
- § 4º Caso haja necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira, serão preservados, além das despesas obrigatórias por força constitucional e legal, os programas/atividades/projetos relativos à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, combate à





fome e à pobreza, e as ações relacionadas à criança, ao adolescente, ao idoso, aos portadores de necessidades especiais e à mulher, ao enfrentamento às drogas, à convivência com a seca, prioritariamente na aquisição de máquinas perfuratrizes e poços profundos e àqueles relacionados ao combate de surtos, endemias e epidemias.

§ 5º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, relatório contendo a memória de cálculo das novas estimativas de receita e despesa, revisão das projeções das variáveis de que trata o anexo I - Anexo das Metas Fiscais desta Lei, e justificativa da necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira nos percentuais, montantes e critérios estabelecidos nesta Lei.

#### Seção VIII

## Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Organizações da Sociedade Civil e Pessoas Físicas

- Art. 51. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas, que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e quaisquer instrumentos congêneres, termos de colaboração, termos de fomento ou acordo de cooperação, deverão atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012 e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e sua regulamentação em âmbito estadual, conforme o caso, e ser precedida do atendimento das seguintes condições:
  - I órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:
  - a) previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;
  - b) realização de chamamento público;
  - c) aprovação de plano de trabalho;
  - II pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas:
- a) não tenham sido doadoras, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual;
- b) não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos.
- § 1º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção.
- § 2º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I será dispensado ou inexigível, nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e na regulamentação estadual.
- § 3º Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público regidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999, aplicam-se todas as condições e exigências previstas no art.54 desta





Lei, para firmarem Termo de Parceria com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Ceará.

- § 4º As exigências estabelecidas neste artigo deverão ser observadas no momento da celebração de convênios ou instrumentos congêneres e de aditivos de valor.
- § 5º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às parcerias celebradas de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.
- § 6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às organizações da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa orçamentário, as ações e metas a serem atingidas, os valores a serem transferidos e o público-alvo.
- Art. 52. Fica facultado aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio, desde que atendido o disposto na Lei Federal 13.019/2014, para as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.

### Seção IX Das Transferências para Pessoas Jurídicas do Setor Privado qualificadas como Organizações Sociais

- Art. 53. A transferência de recursos financeiros para fomento às atividades realizadas por pessoas jurídicas do setor privado qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997 e alterações posteriores, dar-se-á por meio de Contrato de Gestão e deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:
- ${f I}$  previsão de recursos no orçamento do órgão ou entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada;
- II aprovação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social e pelo Secretário de Estado ou autoridade competente da entidade contratante;
- III designação pelo Secretário de Estado ou autoridade competente da entidade contratante, da Comissão de Avaliação que irá acompanhar o desenvolvimento do programa de trabalho e as metas estabelecidas no Contrato de Gestão;
- IV atendimento das condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal previstas nos arts. 28 e 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- ${\bf V}$  adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Federal;
- VI observância presente no Contrato de Gestão de metas atingidas e construção de respectivos prazos de execução, assim como dos critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade.



- VII estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos gastos de eficiência esperados pela execução do contrato, a ser elaborado pelo órgão contratante.
- § 1º O Poder Executivo, por intermédio das secretarias responsáveis, disponibilizará semestralmente no Portal da Transparência, em formato acessível, os relatórios referentes à execução dos Contratos de Gestão, evidenciando a prestação de contas completa dos repasses transferidos pelo Estado, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº. 15.356, de 4 de junho de 2013.
- § 2º Os órgãos e entidades estaduais que celebrarem Contratos de Gestão com organizações sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, quando de suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, devidamente acompanhadas de documentos e demonstrativos de natureza contábil, nos termos do parágrafo único do art. 68 da Constituição do Estado do Ceará
- § 3º Os relatórios de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.
- § 4º A comissão de Avaliação deverá emitir, ao final do período anual de convênio, relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão, para análise pelo órgão ou entidade supervisora da área correspondente, que deverá publicar parecer no Diário Oficial do Estado e constar no Portal da Transparência, observando e explicando comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados.

## Seção X Das Transferências para Empresas Controladas pelo Estado

- Art. 54. As transferências de recursos para sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não integrantes do orçamento fiscal, dar-se-á por aumento de participação acionária ou subvenção econômica, mediante autorização legal concedida na lei de criação ou lei subsequente.
- § 1º Excepcionalmente, os órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal poderão transferir recursos para as empresas públicas e sociedades de economia mista de que trata o *caput*, visando à realização de investimentos públicos ou a sua manutenção, desde que os bens resultantes ou mantidos pertençam ao Patrimônio Público Estadual.
- § 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão formalizadas por meio de Termo de Cooperação e contabilizadas como despesas correntes ou de capital, conforme o caso, e registradas nos elementos de despesa correspondentes.
- § 3º Fica dispensada a celebração do Termo de Cooperação de que trata o parágrafo anterior, nos casos de transferências já fundamentadas em instrumento celebrado com a União, em que o Estado e as entidades de que trata o *caput* sejam signatários e no qual estejam estipuladas as regras a serem observadas entre as partes, inclusive quanto à propriedade de bens resultantes ou remanescentes do objeto pactuado, que poderão destinar-se a outros entes federativos.



#### Seção XI

#### Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Entes e Entidades Públicas

- Art. 55. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e entes ou entidades públicas que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e instrumentos congêneres, deverão atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2012 e sua regulamentação e ser precedida do atendimento das seguintes condições:
  - I Órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:
  - a) ter previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;
  - b) ter aprovado o plano de trabalho.
  - II Entes e entidades públicas parceiras:
  - a) estar adimplente com as contribuições do Seguro Safra;
  - b) comprovar a implantação do piso nacional dos agentes de saúde;
- c) comprovar a aderência a programa de contingência aprovado pela Secretaria da Saúde do Estado, quando declarada epidemia de dengue, zika ou febre chikungunya.
- § 1º Serão prioritárias as análises dos planos de trabalho e as liberações de créditos correspondentes, dos projetos oriundos do Programa de Cooperação Federativa PCF, destinadas às ações de saúde, de convivência com a estiagem e as referentes a convênios e instrumentos congêneres já celebrados com o Estado ou a União, em andamento.
- § 2º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às transferências voluntárias de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.
- **Art. 56.** As exigências previstas no inciso II do *caput* do artigo anterior não se aplicam às transferências para atender exclusivamente:
- I-às situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas publicamente pelo Poder Executivo Estadual, por meio de decreto, durante o período em que estas subsistirem;
  - II à execução de programas e ações de educação, saúde e assistência social.
- § 1º A exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55 aplicar-se-á a todos os municípios e às entidades públicas que tenham diretrizes voltadas à saúde pública, não podendo ser exigidas dos demais entes ou entidades a que faz referência o *caput* do mesmo artigo.





- § 2º Poderá ser afastada a exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55, por deliberação do Secretário da Saúde do Estado, caso o município ou a entidade pública apresente plano emergencial de combate ao agente transmissor dessas doenças.
- Art. 57. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a integrar os Consórcios Públicos Interfederativos para a gestão e realização de ações, obras, investimentos e políticas públicas de interesse comum.
- Art. 58. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e organismos internacionais ou órgãos pertencentes à sua estrutura organizacional serão regidos por lei específica.
- Art. 59 Quando o objeto da parceria se tratar de execução de obras de engenharia, deverão ser incluídas nas placas e adesivos indicativos a informação dos endereços e/ou meios de acesso ao Portal da Transparência do Estado e ao Sistema de Ouvidoria do Estado.
- Art. 60. Fica facultado aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio.

## Seção XII Da Contrapartida

- **Art. 61.** É facultativa a exigência de contrapartida das pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil e das pessoas físicas para recebimento de recursos mediante convênios ou instrumentos congêneres, termos de colaboração e termos de fomento firmados com o Governo Estadual, ressalvado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
- Art. 62. É obrigatória a contrapartida dos municípios, calculada sobre o valor transferido pelo concedente, para recebimento de recursos mediante convênios e instrumentos congêneres, celebrados com a Administração Pública Estadual, podendo ser atendida por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis, segundo critério de percentual da receita de impostos municipais em relação às receitas orçamentárias, assim definidos:
- I-5% (cinco por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja inferior a 5% (cinco por cento);
- II 7% (sete por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) e inferior a 10% (dez por cento);
- III 10% (dez por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 10% (dez por cento) e inferior a 20% (vinte por cento);
- IV 20% (vinte por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 20% (vinte por cento).



- § 1º Para o cálculo de que trata o *caput*, deverão ser consideradas as informações mais recentes divulgadas pelo Sistema de Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional FINBRA, na data da celebração da parceria.
- § 2º Os percentuais de contrapartida fixados nos incisos I a IV deste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados, conforme critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta, nos seguintes casos:
- I projetos financiados por operações de crédito internas e externas os quais estabeleçam percentuais diferentes dos previstos neste artigo;
- II programas de educação básica, de ações básicas de saúde, de segurança pública, de assistência social, de combate à pobreza, de assistência técnica e de superação da crise hídrica.
- § 3º Os critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta deverão especificar o percentual de contrapartida a ser aportada.
- § 4º A exigência da contrapartida prevista no *caput* não se aplica às parcerias celebradas para atender exclusivamente às situações de emergência ou calamidade pública, formalmente reconhecidas pelo Poder Executivo Estadual.
- § 5º Os municípios cearenses que, no exercício fiscal de 2019, comprovem o aumento de suas receitas próprias de impostos em comparação ao exercício fiscal de 2018, terão redução da contrapartida a que se refere o caput deste artigo nos seguintes patamares:
- I aumento de 2% (dois por cento), na arrecadação com redução em 2% (dois por cento)
   na contrapartida;
- II aumento de 4% (quatro por cento) na arrecadação com redução em 3% (três por cento) na contrapartida;
- III aumento de 6% (seis por cento) na arrecadação com redução em 4% (quatro por cento) na contrapartida.
- § 6º Os municípios cearenses classificados em 2019 nos grupos de Média-Alta e Alta Vulnerabilidade do Índice Municipal de Alerta (IMA), divulgado pelo IPECE, terão redução nos percentuais estabelecidos no *caput* deste artigo em 3% (três pontos percentuais)

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 63. Adicionalmente à legislação vigente de concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, o Poder Executivo poderá encaminhar à Assembleia Legislativa projetos de lei que visem conceder ou ampliar novos benefícios ou incentivos fiscais.



- § 1º Os projetos de lei referentes à concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, de caráter não geral, serão acompanhados das devidas justificativas de diminuição de despesas ou do correspondente aumento de receita, que assegure o cumprimento das metas fiscais.
- § 2º Os projetos de lei referidos no *caput* deste artigo não poderão versar sobre benefício fiscal para:
- I empresas que constem no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo, conforme a Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;
- II empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por exploração do trabalho infantil;
- III empreendimentos que não obedeçam aos parâmetros legais de contratação de pessoas com deficiência, estabelecidos pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- IV empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos;
- ${f V}$  empreendimentos que não possuam licença ambiental prévia, quando a legislação assim exigir.
- § 3º Para ampliar os mecanismos de transparência, o Poder Executivo divulgará, no Portal da Transparência e outros instrumentos de fácil acessibilidade, em caráter geral e não geral, explicitando: natureza do benefício fiscal concedido, com seus índices; beneficiário do incentivo; estimativa da perda de arrecadação e breve justificativa.
- Art. 64. O Poder Executivo e as entidades da Administração Pública Indireta também observarão às vedações do § 2º do art. 63 na concessão de incentivos e redução de tarifas, quando forem responsáveis por sua instituição e cobrança.
- **Art. 65.** Na elaboração da estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária que venham a ser realizadas até 31 de dezembro de 2019, em especial:
- I as modificações na legislação tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário
   Nacional;
  - II a concessão, redução e revogação de isenções fiscais de caráter geral;
  - III a modificação de alíquotas dos tributos de competência estadual;
  - IV outras alterações na legislação que proporcionem modificações na receita tributária.
- § 1º O Poder Executivo poderá enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:
  - I revisão dos benefícios e incentivos fiscais existentes de caráter geral;
- II continuidade da implementação de medidas tributárias de proteção à economia cearense, em especial às cadeias tradicionais e históricas do Estado, geradoras de renda e trabalho;





- III crescimento real do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
  - IV promoção da educação tributária;
- V modificação na legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, objetivando a adequação dos prazos de recolhimento, atualização da tabela dos valores venais dos veículos e alteração de alíquotas;
- VI aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos estaduais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias além da racionalização de custos e recursos em favor do Estado e dos contribuintes;
- VII adoção de medidas que se equiparem às concedidas pelas outras Unidades da Federação, criando condições e estímulos aos contribuintes que tenham intenção de se instalar e aos que estejam instalados em território cearense, visando ao seu desenvolvimento econômico;
- VIII ajuste das alíquotas nominais e da carga tributária efetiva em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;
- IX modernização e rapidez dos processos de cobrança e controle dos créditos tributários e na dinamização do contencioso administrativo;
- ${\bf X}$  fiscalização por setores de atividade econômica e dos contribuintes com maior representação na arrecadação;
- XI tratamento tributário diferenciado à microempresa, ao microprodutor rural, à empresa de pequeno porte e ao produtor rural de pequeno porte;
- XII fiscalização das atividades de exploração do serviço de loteria estadual, instituindo tratamento tributário diferenciado análogo ao conferido aos produtos supérfluos e na consecução do poder de polícia relacionado ao exercício desta atividade econômica;
- XIII concessão de incentivos fiscais à implantação de empreendimentos de geração de emprego e renda e distribuição de energias renováveis e aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, bem como de mobilidade urbana, de segurança hídrica e obras de infraestrutura de aeroportos, portos, rodovias, inclusive em parcerias público-privadas de interesse do Estado;
- XIV acompanhamento e fiscalização pelo Estado do Ceará, das compensações, royalties e participações financeiras previstas na Constituição Federal, oriundas da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.
- § 2º Na estimativa das receitas da Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de proposta de alteração na legislação tributária e de contribuições que estejam em tramitação na Assembleia Legislativa.



#### CAPÍTULO V

# DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

- Art. 66. Na elaboração de suas propostas orçamentárias, os Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para pessoal, a despesa de pessoal e encargos sociais projetados para o ano de 2019, corrigida para preços de 2020 com base nos seguintes critérios:
- I − a projeção da despesa de pessoal de 2019 será calculada tomando por base a média mensal da despesa empenhada em Pessoal e Encargos Sociais no primeiro semestre, excluindo as despesas relacionadas à Folha Complementar;
- II a atualização para 2020 poderá ser realizada até o limite da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verificado nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos no anexo I Anexo de Metas Fiscais desta Lei, desde que os cenários projetados estejam consistentes à realidade fiscal na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 ou até 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, ambos para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a Lei Orçamentária conforme Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, respeitados os limites individualizados de cada Poder definidos no art.90.
- § 1º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo, poderão ser adicionados o crescimento vegetativo da folha, conforme metodologia e parâmetros estabelecidos pela SEPLAG, e outros acréscimos legais aplicáveis.
- § 2º Para fins de atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, os Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública informarão à Secretaria do Planejamento e Gestão SEPLAG, até 30 de julho de 2019, as suas respectivas projeções das despesas de pessoal, instruídas com memória de cálculo, demonstrando sua compatibilidade com o disposto nos arts. 18, 19, 20 e 21 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.
- Art. 67. Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida RCL:
  - I no Poder Executivo: 49 % (quarenta e nove por cento);
  - II no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);
  - III no Poder Legislativo: 3,0 % (três por cento);





IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por cento).

Art. 68. Na verificação dos limites definidos no art. 67 desta Lei, serão também computadas, em cada um dos Poderes e no Ministério Público e da Defensoria Pública, as seguintes despesas:

I - com inativos e os pensionistas, segundo a origem do benefício previdenciário, ainda que a despesa seja empenhada e paga por intermédio do Fundo Financeiro – FUNAPREV, do Fundo Financeiro – PREVMILITAR, e do Fundo Previdenciário - PREVID;

II - com servidores requisitados.

Parágrafo único. Serão considerados contratos de terceirização de mão de obra, para efeito do disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal, as quais serão computadas para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 69. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observadas as demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Os recursos necessários ao atendimento do disposto no *caput* deste artigo, caso as dotações da Lei Orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito adicional a ser criado no exercício de 2020, observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

de 4 de maio de 2000.

- Art. 70. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, das autarquias e fundações públicas cujo percentual será definido em lei específica.
- Art. 71. Para efeito da elaboração e execução da despesa de pessoal, os Poderes e órgãos consignarão dotações específicas, distinguindo, pagamento da folha normal e pagamento da folha complementar.
- § 1º A folha normal de pagamento de pessoal e encargos sociais compreende as despesas classificadas nos elementos discriminados abaixo, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008 e suas alterações posteriores:
  - I 319001 Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares;

II - 319003 - Pensões do RPPS e do militar;

III - 319004 - Contratação por Tempo Determinado;

IV - 319005 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar;



V - 319007 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência;

VI - 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil;

VII - 319012 - Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Militar;

VIII - 319013 - Obrigações Patronais;

IX - 319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil;

X - 319017 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar;

XI - 319096 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado.

- § 2º Os elementos discriminados no *caput* deste artigo poderão ser acrescidos de outros que se identifiquem como despesa da folha normal, mediante solicitação justificada da necessidade dirigida à Secretaria do Planejamento e Gestão SEPLAG.
- § 3º A folha complementar de pessoal ativo, inativo e pensionista, civis e militares, compreende:
  - I sentenças judiciais, medidas cautelares e tutelas antecipadas;
- II indenizações e restituições, estas de natureza remuneratória, a qualquer título, de exercícios anteriores;
  - III outras despesas não especificadas no § 1º deste artigo e outras de caráter eventual.
- § 4º Fica vedada a emissão de empenho, liquidação e pagamento para despesas com pessoal e encargos sociais, utilizando dotações orçamentárias consignadas no orçamento cujos títulos descritores se apresentam de forma genérica e abrangente.
- § 5º As despesas da folha complementar do exercício 2020 não poderão exceder a 1% (um por cento) da despesa anual da folha normal de pagamento de pessoal projetada para o exercício 2020, em cada um dos Poderes, Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública, ressalvado o caso previsto no inciso I do § 3º deste artigo, e os definidos em lei específica.
- § 6º As despesas de pessoal na modalidade 91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social não serão computadas para cálculo do limite definido no § 5° deste artigo.
- § 7º Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a execução de despesa de pessoal que não atenda o disposto nesta Lei.
- Art. 72. O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Gestão SEPLAG, publicará no Diário Oficial do Estado DOE, até 30 de setembro de 2019, com base na situação vigente em 30 de junho de 2019, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e militar, explicitando os cargos ocupados e vagos, respectivamente.

Parágrafo único. Os Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, observarão o disposto neste



artigo, mediante ato próprio dos dirigentes máximos de cada órgão, destacando, inclusive, as entidades vinculadas da Administração Indireta.

- Art. 73. No exercício de 2020, observado o disposto no art. 37, inciso II, e art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:
- I existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 72 desta Lei, ou quando criados por lei específica;
- II houver vacância dos cargos ocupados constantes da tabela a que se refere o art. 72 desta Lei;
  - III for observado o limite das despesas com pessoal nos termos do art. 67 desta Lei.
- Art. 74. No exercício de 2020, a realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título quando a despesa houver extrapolado o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites previstos no art. 67 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, especialmente os voltados para as áreas de saúde, assistência social, segurança pública e educação.
- Art. 75. Para atendimento do § 1° do art. 18 da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000, aplica-se o disposto na Portaria nº 389, de 14 de junho de 2018, da Secretaria do Tesouro Nacional que aprova a 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais MDF, e na Resolução n° 3.408, de 1° de novembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado.

#### CAPÍTULO VI

## DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

- **Art. 76.** As operações de crédito interno e externo reger-se-ão pelo que determinam a Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 5, de 3 de abril de 2002, e a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 6, de 4 de junho de 2007, todas do Senado Federal, e na forma do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
- § 1º A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:
- I mediante operações e/ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais:
  - a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;
  - b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;
- c) ao aumento de capital das sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;



- II mediante alienação de ativos:
- a) ao atendimento de programas sociais;
- b) ao ajuste do setor público e redução do endividamento;
- c) à renegociação de passivos.
- § 2º Após o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2020, a SEPLAG disponibilizará em seu sítio informações que conterão:
- I quadro detalhado das operações de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento de serviço da dívida;
- II quadro indicativo da previsão do serviço da dívida para 2020, incluindo modalidade de operações, valor principal, juros e demais encargos.
- § 3º Os gastos do Estado com o pagamento da dívida pública estadual, interna e externa, bem como os respectivos juros e encargos, devem ser disponibilizados trimestralmente, de forma detalhada, no Portal da Transparência, indicando:
- I o contrato a que se refere, disponibilizando-se acesso ao inteiro teor, inclusive anexos e aditivos;
  - II a natureza do pagamento (amortização, juros ou encargos).

# CAPÍTULO VII

# DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 77. As entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente e do Poder Legislativo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
- Art. 78. O Portal da Transparência, como instrumento de divulgação das informações e das movimentações financeiras feitas pelo Estado constantes nesta Lei, atenderá a todos os requisitos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e conterá, além das informações atualmente disponibilizadas, pelo menos:
  - I o valor da contrapartida dos convênios firmados pelo Estado;
- $\mathbf{H}$  os itens de execução e classificação orçamentária, bem como notas de empenhos e ordens bancárias;
- III informações sobre os servidores públicos estaduais, em especial o nome, vínculo, cargo e remuneração;





- IV informações sobre gastos relacionados a viagens nacionais e internacionais realizadas por agentes públicos, empregados e servidores públicos do Estado do Ceará a serviço ou em missões oficiais;
- ${f V}$  informações sobre os terceirizados que compõem a Administração Direta, fundos, fundações, autarquias e empresas estatais dependentes, indicando o nome, cargo e a remuneração;
- VI apresentação de editais e resultados de concursos públicos realizados, no Estado do Ceará, no ano corrente.
- VII os procedimentos licitatórios realizados, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados, além das dispensas ou inexigibilidades quando for o caso com o número do correspondente processo.
- § 1º As informações de que tratam os incisos IV, V e VI deste artigo ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da entrada em vigor da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2020.
- § 2º O Portal da Transparência deverá ser divulgado nos principais meios de comunicação do Estado como forma de incentivar a sociedade a consultá-lo.
- § 3º A arrecadação do Estado do Ceará, disponibilizada no Portal da Transparência, permitirá ao cidadão a escolha do retorno da consulta ao Sistema tanto por órgão arrecadador quanto por tipo de receita, até o nível de subalínea.
- § 4º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.
- $\S$  5° As informações disponibilizadas no Portal da Transparência seguirão o conceito e os princípios de Dados Abertos.
- Art. 79. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira, contratos, convênios e instrumentos congêneres e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem que esteja comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
- Art. 80. A Lei Orçamentária de 2020 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro, na forma definida no inciso I do § 10 do art. 10 desta Lei, e atenderá:
- I passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos classificados, conforme a natureza dos fatores originários, nas seguintes classes:
- a) controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização econômica;
- b) questionamentos judiciais de ordem fiscal contra o Tesouro Estadual, bem como riscos pertinentes a ativos do Estado decorrentes de operações de liquidação extrajudicial;
  - c) outras demandas judiciais contra o Estado;

TO MROCKE



d) lides de ordem tributária e previdenciária;

e) questões judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;

f) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado;

- g) operações de aval e garantia, fundos e outros;
- II situações de emergência e calamidades públicas.
- § 1º Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos neste artigo até 30 de novembro de 2020, o Poder Executivo poderá dispor sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais.
- § 2º Os decretos expedidos que tenham como finalidade a abertura de créditos suplementares deverão indicar quais ações suplementadas tiveram como fonte de recursos a anulação dos créditos da Reserva de Contingência, além das motivações para a utilização da referida fonte.
- Art. 81. O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 será encaminhado à sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.
- Art. 82. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2020 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2019 a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.
- § 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2020 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.
- § 2º Depois de sancionada a Lei Orçamentária de 2020, serão ajustadas as fontes de recursos e os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de créditos adicionais suplementares, com base em remanejamento de dotações e publicados os respectivos atos.
- $\S$  3° Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento das seguintes despesas:
  - I pessoal e encargos sociais;
- II pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Fundo Financeiro FUNAPREV,
   do Fundo Financeiro PREVMILITAR, e do Fundo Previdenciário PREVID;
  - III pagamento do serviço da dívida estadual;
- IV pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde - SUS;

37



- V transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a municípios;
- ${
  m VI}$  sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.
- § 4º As emendas parlamentares devem apresentar objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, o projeto ou a atividade, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa e a destinação de recursos.
- § 5º As propostas de emendas ao Projeto da LOA 2020 serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição do Estado do Ceará e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se as regras estabelecidas nesta Lei e a estrutura do PPA 2020-2023.
- § 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual devem procurar adotar todos os meios e medidas necessários à execução das emendas parlamentares.
- Art. 83. Até 72 (setenta e duas) horas após o encaminhamento à sanção governamental do Autógrafo de Lei Orçamentária de 2020 e dos Autógrafos de Lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará, em meio digital de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos Autógrafos, indicando:
- I em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte e região, realizados pela Assembleia Legislativa em razão de emendas;
- II as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art.13 desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas em razão de emendas.
- Art. 84. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada órgão ou entidade, unidade orçamentária, categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação, identificador de uso e região, especificando o elemento da despesa.
- Art. 85. A prestação anual de contas do Governador do Estado incluirá relatório de execução dos principais programas e projetos, contendo identificação, data de início, data de conclusão, quando couber, informação quantitativa, em percentual de execução física e orçamentária.
- **Parágrafo único.** O Balanço Geral do Estado será recepcionado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em Audiência Pública promovida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, com a presença de representantes da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento e Gestão, em obediência aos prazos e às formalidades dispostas nos arts. 296 a 301 da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.





Art. 86. A Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDET, deverá enviar, trimestralmente, à Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços da Assembleia Legislativa e publicar no Diário Oficial do Estado relatório das operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

**Parágrafo único.** No relatório especificado no *caput* deste artigo constarão todas as operações realizadas pelo FDI com o seu andamento em termos de retornos de pagamento por parte das empresas beneficiadas.

- Art. 87. A política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, que o Estado vier a constituir, será definida em projeto de lei específico.
- Art. 88. A seleção de bolsistas e a respectiva concessão de bolsas para pesquisa e extensão tecnológicas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior- SECITECE, da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos FUNCEME, e da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial NUTEC, passa a ser da responsabilidade da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico FUNCAP.

**Parágrafo único.** O custeio das bolsas correrá por conta das dotações orçamentárias dos órgãos e entidades previstas neste artigo, descentralizadas nos termos do Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009, e alterações, sendo vedada a utilização destes recursos para pagamento de bolsas de pesquisa e extensão tecnológicas em outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

- Art. 89. As despesas relativas ao pagamento a pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas em caráter de doação, premiação ou reconhecimento público, deverão ser precedidas do atendimento das seguintes condições:
  - I previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;
  - II autorização em lei específica.
- Art. 90. Fica estabelecido, para o exercício de 2020, limites individualizados para as despesas primárias correntes dos Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, nos termos que dispõe o art. 43 da Emenda Constitucional n. 88, de 21 de dezembro de 2016, equivalente a:
- I variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de 12(doze) meses, encerrado em junho de 2019; ou
- II 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício de 2019.

Parágrafo único. A aplicação dos parâmetros estabelecidos nos arts. 22 e 66 fica condicionada também à observância dos limites estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, prevalecendo, no ano de 2020, a maior variação apurada no período.

39



Art. 91. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro, com fundamento na Constituição Federal, será realizada segundo os princípios da democracia, da justiça social, da transparência, com a participação da sociedade civil do Estado do Ceará.

**Parágrafo único**. A participação de que trata o caput, dar-se-á após o envio do PLOA à Assembleia Legislativa, que apresentará a minuta do projeto e seus anexos para representantes da sociedade civil nas regiões, de forma a permitir a sua cooperação no processo de inclusão das emendas ao projeto da LOA - 2020.

Art. 92. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 2019.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho GOVERNADORA DO ESTADO EM EXERCÍCIO





#### ANEXO I

# ANEXO DE METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTÁRIAS – 2020

(art. 4°, § 2°, inciso II da Lei Complementar N° 101, de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, estabelece a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O crescimento da economia mundial para o ano de 2019, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,3%, este desempenho mostrase inferior à taxa de 3,6% verificada no ano de 2018. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China. Para o ano de 2020 projeta-se um ritmo de crescimento mundial um pouco maior, resultando em 3,6%.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) americano no ano de 2018 foi de 2,9%. Esse bom desempenho é explicado pelos aumentos do investimento privado e do consumo das famílias, apoiados por uma forte confiança do setor privado, bem como pelo crescimento de transações no mercado de capitais, aos baixos níveis de desemprego, somados a uma taxa de juros e inflação, para 2018, respectivamente de 2,3% e 2,4%. Segundo o FMI, esses fatores projetam o crescimento do PIB americano para 2,3%, em 2019, e 1,9%, em 2020. Já a economia japonesa apresentou um crescimento de 0,8%, em 2018. Esse fraco desempenho é reflexo de desastres naturais ocorridos no país no terceiro trimestre de 2018. Projeta-se para a economia japonesa em 2019 um crescimento de 1,0%, e para 2020, um crescimento de 0,5%.

A União Europeia apresentou em 2018 um crescimento de 1,8%, sendo um ritmo de crescimento inferior ao registrado no ano de 2017 (2,4%). A queda do ritmo de crescimento é decorrente de um contexto de incerteza com o Brexit, dado que ainda não houve um acordo entre o Reino Unido e a União Europeia que atenda as exigências de saída do Bloco. Essa incerteza vem gerando queda no nível de confiança do setor privado em relação ao desempenho econômico da União Europeia, prejudicando os investimentos privados nas maiores economias pertencentes à União. Ainda assim, a taxa de desemprego diminuiu para 7,8%, sendo o menor nível desde o início de 2009, bem como uma baixa inflação de 1,9% e uma taxa de juros nula. Esses fatores contribuem para uma estimativa de crescimento do PIB na região, em 2019, de 1,3% e 1,5%, em 2020.



Página 1 de 31





O FMI projeta para as economias dos países emergentes e em desenvolvimento, um crescimento de 4,5%, em 2018, 4,4% para 2019 e 4,8% para 2020. Essas projeções são influenciadas principalmente pela economia da China, onde em 2018 o PIB registrou um crescimento de 6,6%. Esse crescimento foi puxado pelo forte investimento público em infraestrutura, pelo crescimento robusto do consumo das famílias e também em decorrência da melhoria da demanda externa. Para os anos de 2019 e 2020, as projeções de crescimento para a economia chinesa são iguais a 6,3% e 6,1%, respectivamente.

Para os anos de 2021 e 2022, o ritmo de crescimento da economia mundial deve-se manter num nível próximo de 3,7%. Esta projeção leva-se em conta um cenário de reduções das expectativas negativas geradas pela atual guerra comercial entre Estados Unidos e China e com a concretização do acordo do Brexit após a saída do Reino Unido da União Europeia.

O PIB do Brasil cresceu 1,1%, em 2018, puxado pelo setor de serviços (1,3%), seguidos do setor da indústria (0,6%) e do setor da agropecuária (0,1%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,9%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias no qual favoreceu o crescimento do comércio (2,3%), beneficiando assim o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,3%) e da indústria extrativista (1,3%), devido à alta da extração de minérios ferrosos.

Após o início da crise macroeconômica que iniciou no segundo trimestre de 2014 e no qual começou a repercutir no Ceará a partir do segundo trimestre de 2015, o ano de 2018 manteve um ritmo de crescimento do PIB cearense positivo, 1,01%, assim como o ano de 2017, 1,87%, no qual configurou-se o início da retomada do crescimento econômico.

Espera-se que o ritmo de crescimento para as economias do Brasil e Ceará em 2019, após o período da crise macroeconômica 2014-2016, seja fruto do aumento da confiança na economia por parte das famílias e empresas, bem como da convergência do índice de inflação IPCA para valores abaixo da meta de 4,25%, e de uma trajetória de baixa da taxa de juros SELIC iniciada no final de 2016, e com projeção de 6,5% para o final de 2019. Esses elementos são importantes para tornar o crédito mais atraente e assim estimular a retomada do crescimento dos investimentos das empresas, bem como o aumento do consumo das famílias, impactando de forma positiva no PIB. No caso do Ceará, soma-se a esse impacto à continuidade do equilíbrio das finanças públicas estaduais, que torna o Estado do Ceará entre os três maiores entes da federação em termos de capacidade de investimento público em relação à receita corrente líquida.

Por outro lado, a magnitude do crescimento econômico para o Brasil e o Ceará, para o período 2020-2022, está bem limitada em decorrência do alto déficit orçamentário do Governo Federal. O Governo Federal precisa dar os primeiros resultados de redução do déficit para que

Página 2 de 31





se apresente uma trajetória decrescente da dívida pública no médio e longo prazos, e a reforma da previdência é o principal elemento para tal objetivo, sendo a condição mais importante para o aumento da confiança dos empresários e investidores estrangeiros, e consequentemente o aumento dos investimentos privados, tornando os crescimentos econômicos do Brasil e do Ceará sustentáveis para os próximos anos.

Dada as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, projetou para o período 2019 – 2022, taxas de crescimento do PIB estadual de 2,0% para 2019, 3,1% para 2020, 2,79% para 2021 e 2,8% para 2022, iguais ou superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO – 2020 são os seguintes:

Tabela 1 - Variáveis Macroeconômicas Projetadas - 2019 a 2022

Variáveis	2019	2020	2021	2022
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	3,89	4,0	3,75	3,75
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	2,0	2,78	2,5	2,5
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	2,0	3,1	2,79	2,8
PIB Ceará (R\$ Milhões)	161.167	172.810	184.310	196.576
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	3,7	3,75	3,8	3,85
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	6,5	7,5	8,0	8,0

Fonte: Relatório Focus/BACEN (22/03/2019) e IPECE.

OBS: Os valores do PIB são projeções feitas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo o IBGE.

Considerando as premissas macroeconômicas acima destacadas, foi projetado, para o período de 2020 a 2022, uma Receita Tributária de R\$ 46,7 bilhões. Deste montante destacase o ICMS, principal tributo estadual, com previsão de arrecadação de R\$ 42,6 bilhões.

Com relação às Transferências Correntes, vale destacar o Fundo de Participação dos Estados – FPE que, ao longo período, espera-se arrecadar um montante de R\$ 23,5 bilhões.

Todavia, o valor estimado do FPE acima pode sofrer variações em virtude de mudanças na legislação, inserção ou retirada de estímulos pelo Governo Federal a determinados setores ou queda na arrecadação em virtude do arrefecimento da atividade econômica, o que requer um acompanhamento maior pelo Estado das medidas adotadas pela União.

No que tange as Operações de Crédito há uma perspectiva de se arrecadar o montante de R\$ 4,1 bilhões no período iniciado em 2019 até o final de 2022. Desse valor encontram-se recursos dos mais diversos agentes financeiros nacionais como BNDES, Caixa Econômica Federal, além de agentes internacionais como BID, BIRD, FIDA e MLW.

Página 3 de 31





Ressalta-se que o cenário macroeconômico desenhado para os próximos anos destaca um crescimento econômico tanto a nível nacional, quanto a nível local. As previsões até 2022 indicam um crescimento gradual que impactarão de forma direta as perspectivas de arrecadação do tesouro estadual. Dessa forma as despesas foram organizadas contemplando essas perspectivas ao longo do período 2020 - 2022.

Além disso, procurando manter o equilíbrio financeiro do tesouro estadual foi previsto para as despesas com pessoal (2020 a 2022) um montante de R\$ 39,5 bilhões observando a previsão de concursos, a possibilidade de reposição salarial limitada ao valor do IPCA, eventual alteração em Planos de Cargos e Carreiras e as despesas previdenciárias que ocorrerão até 2022.

Já em relação às outras despesas correntes, R\$ 32,8 bilhões foram programados (2020 a 2022) principalmente para manter em funcionamento a "máquina pública", os equipamentos disponíveis à sociedade e outros que serão disponibilizados no período como Unidades de Pronto Atendimento — UPAs, Policlínicas, Escolas Regulares, Delegacias, Cadeias, Penitenciárias, Centro de Formação Olímpica dentre outros, além de contemplar os recursos destinados constitucionalmente aos municípios.

Para o pagamento dos Juros e Amortização das dívidas foi previsto de 2020 a 2022, um montante de R\$ 5,3 bilhões em função, principalmente, das operações de crédito anteriormente contratadas que objetivam a realização dos investimentos estruturantes necessários ao Estado.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição da sociedade cearense em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Estado. Dessa forma, considerando os investimentos e as inversões financeiras, estão previstos de 2020 a 2022 recursos na ordem de R\$ 7,9 bilhões, oriundos das mais variadas fontes de recursos.

Na perspectiva de continuidade da implantação de projetos estruturantes pelo Estado, vale destacar:

- Implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza;
- Execução e Supervisão do Cinturão das Águas;
- Ampliação do Terminal Portuário do Pecém;
- Construção de Unidades Habitacionais;
- Restauração e Pavimentação de Rodovias.



Página 4 de 31





Além destes importantes projetos de infraestrutura e logística, o Estado também destinará parte de seus recursos para outras áreas como: saúde, habitação, educação, segurança hídrica e a segurança pública. Assim são previstos investimentos na Construção de Unidades Habitacionais, a Implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água, a Reforma e Implantação de Hospitais e Escolas e o Aparelhamento e a Modernização da Segurança Pública Estadual. Esses projetos aliados a outras políticas de Enfrentamento às Drogas, de Superação da Extrema Pobreza, do Pacto pelo Ceará Pacífico e de Convivência com a Seca serão norteadores para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

Concluindo, destaca-se que o Anexo de Metas Fiscais é composto ainda pelos demonstrativos que se seguem, na forma definida pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio da Portaria nº. 389, de 14 de junho de 2018, que aprova a 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.





# ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS **METAS ANUAIS**

				-						
LRF, art. 4°, parágrafo 1°									milhares	
		2020		2021			2022			
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente(a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	
Receita Total	27.136.991	26.093.261	15,7%	28.553.827	26.463.232	15,5%	30.071.116	26.862.102	15,3%	
Receitas Primárias (I)	25.644.777	24.658.439	14,8%	27.350.439	25.347.951	14,8%	29.143.940	26.033.869	14,8%	
Depesa Total	27.136.991	26.093.261	15,7%	28.553.827	26.463.232	15,5%	30.071.116	26.862.102	15,3%	
Despesas Primárias (II)	24.949.995	23.990.380	14,4%	26.622.799	24.673.586	14,4%	28.227.811	25.215.504	14,4%	
Resultado Primário III = (I-II)	694.781	668.059	0,4%	727.640	674.365	0,4%	916.128	818.365	0,5%	
Resultado Nominal	(367.895)	(353.745)	-0,2%	22.644	20.986	0,0%	460.995	411.801	0,2%	
Dívida Pública Consolidada	15.201.613	14.616.936	8,8%	15.074.601	13.970.900	8,2%	14.721.939	13.150.900	7,5%	
Dívida Consolidada Líquida	13.091.108	12.587.604	7,6%	12.817.618	11.879.164	7,0%	12.454.627	11.125.542	6,3%	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	67	63	0,0%	69	63	0,0%	72	63	0,0%	
Despesas Primárias advindas de PPP (V)	62.866	60.448	0,0%	64.778	60.034	0,0%	125.165	111.807	0,1%	
Impacto do saldo das PPP VI = (IV) - (V)	(62.799)	(60.385)	0,0%	(64.709)	(59.971)	0,0%	(125.093)	(111.744)	-0,1%	

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/IPECE/SEFAZ, 12/04/2019, 17h:00min

#### Notas:

1. O cálculo das metas foi realizado considerando os seguintes parâmetros:

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
nflação projetada para o período - IPCA	4,00%	3,75%	3,75%
PIB do Estado (crescimento % anual)	3,10%	3,79%	2,80%
PIB Nacional (crescimento % anual)	2,78%	2,50%	2,50%
Projeção do PIB estadual - R\$ milhares	172.809.906	184.310.406	196.576.263

- 1. As receitas foram projetadas com base no modelo incremental a partir da aplicação de indicadores macroeconômicos, sendo a base de projeção formada pela arrecadação dos anos anteriores. Na previsão da receita própria foram excluídas da base de projeção ocorrências que não se repetirão nos próximos anos, livrando efeitos ocasionais ou atípicos, fora de sua sazonalidade. Dessa maneira, com base nos critérios adotados, a receita total de cada ano do período 2020 a 2022 foi projetada com variação entre 15,3 % a 15,7% do PIB Estadual previsto para cada ano.
- 2. Para estimar as despesas de custeio de manutenção foram consideradas as despesas, especialmente correntes, de natureza tipicamente administrativa que se repetem ao logo do tempo e que representam custos básicos necessários ao funcionamento do órgão. Também foram considerados nas projeções o efeito inflacionário de cada ano.

Página 6 de 31





- 3. Para o custeio finalístico, além da inflação, foi projetado um incremento diferenciado em cada ano, decorrente da previsão do início de funcionamento dos novos equipamentos ofertados pelo Estado à sociedade.
- 4. No que tange a despesa de pessoal, a projeção até 2022, foi elaborada considerando a possibilidade de reajuste aos servidores ativos e inativos limitada a inflação estimada para cada ano, o crescimento decorrente das ascensões funcionais, a expansão derivada do ingresso de novos servidores pela realização de novos concursos ao longo do período (2020 2022) e melhorias nos planos de cargos e carreiras em diversos órgãos/entidades do Estado.
- 5.Os investimentos foram fixados com base na carteira de projetos do Estado alinhavado com as expectativas de crescimento da economia cearense, previsões de convênios e nas operações de crédito contratadas e a contratar.
- 6.A meta de resultado primário estimada para os anos 2020 e 2021 é de 0,4% do PIB, sendo 0,5% do PIB para 2022. A meta indica o esforço que o governo estadual pretende alcançar com vistas ao pagamento de sua dívida ao longo período.
- 7.O resultado nominal negativo representa crescimento do endividamento, por consequência, resultado positivo, redução do endividamento. Dessa forma, para o período 2020 a 2022 há uma expectativa de redução do endividamento estadual, ao final do período, de 0,2% do PIB. Ainda assim, embora haja uma projeção de elevação desse endividamento ao longo do período, esta não ocorre de forma desequilibrada, visto que a relação Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida está prevista abaixo de 0,62, configurando uma relação confortável frente a LRF e a Resolução 43 do Senado Federal que estabelecem a possibilidade de endividamento dos Estados em até 2 vezes a RCL.
- 8. A previsão de Receitas Primárias advindas de PPP correspondem apenas às receitas da PPP Vapt Vupt, que compartilha 20% das receitas acessórias líquidas com o Estado, tendo alcançado o valor de R\$ 64.170,11 em 2018, tendo sido projetada esse valor acrescido de IPCA para os anos de 2020, 2021 e 2022, conforme estimativas de IPCA para os respectivos anos apresentados no Relatório Focus no Banco Central do Brasil. Os projetos PPP do Estado do Ceará não possui receitas advindas de taxas dos usuários dos serviços, são concessões administrativas. Para as futuras PPP, Arena Multiuso (nova PPP Castelão) e Planta de Dessalinização, não estão sendo previsto compartilhamento de receitas ordinárias.

Quanto às Despesas Primárias advindas de PPP, as projeções apresentadas referem-se às despesas estimadas com a PPP Vapt Vupt, com o próximo contrato da Arena Multiuso (nova PPP Castelão) e a PPP Planta de Dessalinização, considerando que esta última iniciaria sua execução em agosto/2022. Esta última, apesar de ser de responsabilidade de estatal não dependente, tem sido considerada para fins de impacto na Receita Corrente Líquida, portanto foi incluída na estimativa.



#### GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

# ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

# AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR $2020\,$

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso I

R\$ milhares

LRF, art. 4°, paragraio 2°, inciso i						1 Ψ II III Iai C3
					Varia	ção
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Valor (c ) = ( b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	26.135.717	17,2%	26.299.846	17,3%	164.129	0,6%
Receitas Primárias (I)	23.967.235	15,7%	23.449.032	15,4%	(518.203)	-2,2%
Depesa Total	26.135.717	17,2%	26.980.424	17,7%	844.707	3,2%
Despesas Primárias (II)	23.953.977	15,7%	22.957.802	15,1%	(996.175)	-4,2%
Resultado Primário (III) = (I-II)	13.258	0,0%	491.229	0,3%	477.971	3605,2%
Resultado Nominal	(3.164.747	') -2,1%	(2.816.342)	-1,9%	348.405	-11,0%
Dívida Pública Consolidada	14.765.043	9,7%	13.865.126	9,1%	(899.917)	-6,1%
Dívida Consolidada Líquida	11.310.832	7,4%	10.962.426	7,2%	(348.406)	-3,1%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/SEFAZ/IPECE, 01/04/2019, 12h:00min

Especificação	Valor - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2018	152.246.179
Valor realizado do PIB Estadual para 2018	152.090.719

#### Notas:

- 1. A Receita Total Realizada e a Despesa Total Realizada foram contabilizadas com as receitas e despesas intraorçamentárias, conforme orientação da 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, vigente à época da elaboração da LDO 2018.
- 2. A meta prevista para 2018 foi de R\$ 13,2 milhões de resultado primário. Já a realização da meta, divulgada no valor de R\$ 491,2 milhões, e equivalente a 0,3% do PIB, foi resultado principalmente da arrecadação das receitas primárias, notadamente da receita tributária e da receita patrimonial, que apresentaram resultados superiores aos previstos para o ano de 2018.
- 3. O resultado nominal negativo de R\$ 2,8 bilhões evidencia a elevação da dívida fundada de 2017 para 2018, em virtude principalmente da variação cambial, incorporação do saldo da dívida da COHAB/CE e a inclusão do saldo dos Depósitos Judiciais.
- 4. Quanto às despesas de pessoal, que correspondem a grande parte do total da despesa estadual, se mantiveram abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançando um patamar de 51,87% para 2018.

Página 8 de 31





- 5. Os Juros e Encargos da Dívida, no ano de 2018, somaram R\$ 562,9 milhões, um percentual 24,51% superior a 2017. Destaca-se que do montante total pago em 2018, R\$ 374,6 milhões foram de juros e encargos da dívida interna e R\$ 188,3 de juros e encargos da dívida externa.
- 6. Em relação às amortizações, estas alcançaram em 2018 R\$ 806,1 milhões, um decréscimo nominal de 18,45% em relação a 2017, proveniente principalmente da redução das amortizações referentes à dívida interna que reduziram nominalmente 29,62%.
- 7. Já a Receita Total Arrecadada em 2018 que representou 17,3% do PIB Estadual, apresentou um acréscimo relativo de 0,6% em relação à meta prevista, decorrente principalmente de um maior esforço estadual na arrecadação de seus tributos.
- 8. No tocante à Despesa Total Executada em 2018 houve um acréscimo de 3,2% em relação à meta prevista, em função, principalmente, do crescimento da nomeação de novos servidores e melhoria no plano de cargos em áreas como a Saúde e Educação.





#### ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

# METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso II

2017 25,408,955	Var. %	2018	Var. %	2019							
25 408 955			1	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %	2022	Var. %
20.400.000	4,6%	24.794.533	-2,4%	25.867.913	4,3%	27.136.991	4,9%	28.553.827	5,2%	30.071.116	5,3%
22.987.511	0,9%	23.449.032	2,0%	24.294.158	3,6%	25.644.777	5,6%	27.350.439	6,7%	29.143.940	6,6%
24.608.352	5,8%	24.629.294	0,1%	25.867.913	5,0%	27.136.991	4,9%	28.553.827	5,2%	30.071.116	5,3%
21.940.118	4,6%	22.957.802	4,6%	23.804.578	3,7%	24.949,995	4,8%	26.622.799	6,7%	28.227.811	6,0%
1.047.393	-42,4%	491.229	-53,1%	489.580	-0,3%	694.781	41,9%	727.640	4,7%	916.128	25,9%
949.231	-123,3%	(686.528)	-172,3%	(858.791)	25,1%	(367.895)	-57,2%	22.644	-106,2%	460.995	1935,9%
11.820.226	12,4%	13.865.126	17,3%	14.724.775	6,2%	15.201.613	3,2%	15.074.601	-0,8%	14.721.939	-2,3%
8.146.084	4,8%	10.962.426	34,6%	12.723,213	16,1%	13,091.108	2,9%	12.817.618	-2,1%	12.454.627	-2,8%
2	4.608.352 1.940.118 1.047.393 949.231 1.820.226 8.146.084	4.608.352 5,8% 1.940.118 4,6% 1.047.393 -42,4% 949.231 -123,3% 1.820.226 12,4% 8.146.084 4,8%	4.608.352     5,8%     24.629.294       1.940.118     4,6%     22.957.802       1.047.393     -42,4%     491.229       949.231     -123,3%     (686.528)       1.820.226     12,4%     13.865.126       8.146.084     4,8%     10.962.426	4.608.352     5,8%     24.629.294     0,1%       1.940.118     4,6%     22.957.802     4,6%       1.047.393     -42,4%     491.229     -53,1%       949.231     -123,3%     (686.528)     -172,3%       1.820.226     12,4%     13.865.126     17,3%	4.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913           1.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)           1.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213	4.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%           1.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%           1.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%	4.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991           1.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)           1.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%         13.091.108	4.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991         4,9%           1.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995         4,8%           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781         41,9%           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)         -57,2%           1.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613         3,2%           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%         13.091.108         2,9%	4.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991         4,9%         28.553.827           1.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995         4,8%         26.622.799           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781         41,9%         727.640           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)         -57,2%         22.644           1.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613         3,2%         15.074.601           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%         13.091.108         2,9%         12.817.618	4.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991         4,9%         28.553.827         5,2%           1.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995         4,8%         26.622.799         6,7%           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781         41,9%         727.640         4,7%           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)         -57,2%         22.644         -106,2%           1.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613         3,2%         15.074.601         -0,8%           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%         13.091.108         2,9%         12.817.618         -2,1%	4.608.352         5.8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5.0%         27.136.991         4,9%         28.553.827         5,2%         30.071.116           1.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995         4,6%         26.622.799         6,7%         28.227.811           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781         41,9%         727.640         4,7%         916.128           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)         -57,2%         22.644         -106,2%         460.995           1.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613         3,2%         15.074.601         -0,8%         14.721.939           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%         13.091.108         2,9%         12.817.618         -2,1%         12.454.627

Notas: Excluidas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8º edição.

Foi alterada a metodología de cálculo do Resultado Nominal conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8º edição.

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso Il

ESPECIFICAÇÃO	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %	2022	Var. %
Receita Total	27.387.264	1,6%	25.759.040	-5,9%	25.867.913	0,4%	26.093.261	0,9%	26,463.232	1,4%	26.862.102	1,5%
Receitas Primárias (I)	24.777.290	-2,0%	24.361.199	-1,7%	24.294.158	-0,3%	24.658.439	1,5%	25.347.951	2,8%	26.033.869	2,7%
Depesa Total	26.524.328	2,7%	25.587.374	-3,5%	25.867.913	1,1%	26.093.261	0,9%	26.463.232	1,4%	26.862.102	1,5%
Despesas Primárias (II)	23.648.348	1,6%	23.850.861	0,9%	23,804.578	-0,2%	23,990,380	0,8%	24.673.586	2,8%	25.215.504	2,2%
Resultado Primário (I-II)	1.128.942	-44,0%	510.338	-54,8%	489.580	-4,1%	668.059	36,5%	674.365	0,9%	818.365	21,4%
Resultado Nominal	1.023.137	-122,6%	(713.234)	-169,7%	(858.791)	20,4%	(353.745)	-58,8%	20.986	-105,9%	411.801	1862,3%
Dívida Pública Consolidada	12.740.534	9,2%	14.404.479	13,1%	14.724.775	2,2%	14.616.936	-0,7%	13.970.900	-4,4%	13.150.900	-5,9%
Dívida Consolidada Líquida	8.780.328	1,8%	11.388.865	29,7%	12.723.213	11,7%	12.587.604	-1,1%	11.879.164	-5,6%	11.125.542	-6,3%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/CPLOG, 22/04/2019, 14h:35min

Notas: Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição.

Foi alterada a metodología de cálculo do Resultado Nominal a partir de 2018, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8º edição.

VARIÁVEIS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Inflação projetada para o período - IPCA	2,95%	3,75%	3,89%	4,00%	3,75%	3,75%
Fator de Mutiplicação	1,078	1,039	1,000	1,040	1,079	1,119

## Notas:

- 1. O cálculo dos valores constantes foi elaborado com base na inflação projetada pelo IPCA, conforme índices acima.
- 2. Para a Dívida Consolidada Líquida (DCL) há uma expectativa de decréscimo, em termos reais, para os anos de 2021 e 2022, com variações negativas, respectivamente, de -5,6% e -6,3%, em função da redução de contratação de novas operações de crédito para o período.





# ESTADO DO CEARA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2020

AMF - Demonstrativo IV		R\$				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	29.868.389,8	100,00	27.033.846,9	100,00	23.783.172,8	100,00
Reservas	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Resultado Acumulado	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
TOTAL	29.868.389,8		27.033.846,9		23.783.172,8	100,00%

FONTE: Sistema S2GPR, Célula de Contabilidade Centralizada dos Orgãos, 29/03/2019 8h43min

#### Nota:

Elaborado com base nos registros contidos no Balanço Patrimonial do Estado do Ceará, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais da 9ª Edição.

# REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	-11.993	100,00	85.217	100,0%	414.991	100,0%
Reservas Lucros ou Prejuízos	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Acumulados	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	-11.992,6	100,00	85.217,2	100,0%	414.990,9	100,0%

FONTE: Sistema S2GPR, Célula de Contabilidade Centralizada dos Orgãos, 29/03/2019 8h43min

#### Nota:

- 1- Consolidação dos registros alusivos ao Patrimônio Líquido PL dos Fundos Financeiros e Previdenciários (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP), após a contabilização da revisão das premissas de avaliação atuarial relativas aos três primeiros, processadas em 2018, bem como do registro das provisões matemáticas decorrentes das projeções atuarias aplicadas ao FPP. Em 2019 deverão ser revisadas as premissas de avaliação atuarial;
- 2- A variação do PL do exercício de 2016 para 2017 se refere à contabilização das provisões matemáticas atuariais nos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID;
- 3- A variação do PL do exercício de 2017 para 2018 se refere à contabilização das provisões matemáticas atuariais no Fundo de Previdência Parlamentar FPP em 2018.

Página 11 de 31





# ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

# ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2020

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$

	2018	2017	2016
RECEITAS REALIZADAS	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	14.495	16.429	4.002
Alienação de Bens Móveis	1.016	3.610	3.715
Alienação de Bens Imóveis	13.479	12.819	287

DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017	2016
DESFESAS EXECUTADAS	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	26	1.243	80
DESPESAS DE CAPITAL	26	1.243	80
Investimentos	26	1.243	80
Inversões Financeiras	(	0	0
Amortização da Dívida	(	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	(	0	0
Regime Geral de Previdência Social		0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	(	0	0

SALDO FINANCEIRO	(g) = (la - lld)	(h) = ((lb)	(i) = ((lc –
	1 (6) (14 114)	1 11	1 (.) ((10
	+ IIIh)	-lle)	IIf) + IIIi)
VALOR (III)	33.577	19.108	3.922

VALOR (III)
FONTE: Sistema S2GPR, Célula de Contabilidade Centralizada dos Órgãos, 29/03/2019 8h43min





# ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2020

RECEITA CORRINTERS ()	RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME P		ENCIA DOS SER	VIDORES
RECEITAS CORRINTES()   109.888.808.81   147.286.791.81   215.306.4501   Crit   31.413.335.55   40.826.264.81   56.666.774.1   Artivo   31.413.335.55   40.826.264.81   56.666.774.1   Artivo   31.413.335.55   40.826.264.81   56.666.774.1   Artivo   31.413.335.55   40.826.264.81   56.666.774.1   Artivo   61.567.411.89   78.360.41.78   19.11.2	PLANO PREVIDENC			
Receita de Contribuiçães dos Segurados	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Civil				
Africo		1 1		
Inativo	Civil		1	
Pensionitat   Receita de Contribuiçães Patronais   61.567.411,89   78.304.17.89   113.276.73.09     Civil	Ativo	31.413.335,55		
Receits Accontribuições Patronais	Inativo			
Civil	Pensionista			
Arivo Receita frairimonial Rec	Receita de Contribuições Patronais			
Receits Hartimonial   16.09R.121,39   28.340,109,00   45.392.945.0   Receits throubilidries   16.09R.121,39   28.340,109,00   45.392.945.0   Receits de Valores Mobilidries   16.09R.121,39   28.340,109,00   45.392.945.0   Receits de Valores Mobilidries   10.9888.868.83   147.526.791.81   215.306.450.1   2018   2017   2018   2018   2017   2018   2018   2017   2018	Civil			
Receited Involitairies   16.008.121.30   28.340.109,00   45.392.945,5	Ativo	61.567.411,89		
Receitas de Valures Mebiliários   16.098.121,30   28.340.109,09   45.392.945,2   DENFENAS PREVIDENCLÁRIAS	Receita Patrimonial	16.908.121,39	28.340.109,09	45.392.945,0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS   109.888.868.83   147.526.791.81   215.306.450.1     DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018     ADMINISTRAÇÃO (IV)   10.859,16   246.749   593.67     ADMINISTRAÇÃO (IV)   10.859,16   246.749   593.67     ADMINISTRAÇÃO (IV)   10.859,16   246.749   593.67     ADAGENTIADO SENDERICIÓN (IV)   10.859,16   246.749   593.67     ADAGENTIADO SENDERICIÓN (IV)   10.859,16   246.748,76   593.67     ADAGENTIADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   246.748,76   593.674.2     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   246.748,76   593.674.2     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   246.748,76   593.674.2     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   246.748,76   593.674.2     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   246.748,76   593.674.2     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   246.748,76   593.674.2     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   246.748,76   593.674.2     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   246.748,76   593.674.2     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VID - (IV - V)   10.859,16   247.728,688,17   565.243,086,79     DUITO BENS O DIPPS   2016   2017   2018     RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018     RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018     RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018     RECEITAS CORRENTES (VII)   1.517.303.633,49   1.583.484,791.05   1.807.582,114.0     A TRIVO   365.375,226,93   381.833.317.2   427.532.475,1     A TRIVO   365.375,226,93   381.833.317,2   427.532.475,1     A TRIVO   10.859,16   20.75   20.75   20.75     A TRIVO   10.859,16   20.75   20.75   20.75   20.75     A TRIVO   10.859,16   20.75   20.75   20.75   20.75   20.75   20.75     A TRIVO   10.859,16   20.75	Receitas Imobiliárias			
DESPENSA PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018	Receitas de Valores Mobiliários		28.340.109,09	45.392.945,0
ADMINSTRAÇÃO (IV)	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	109.888.868,83	147.526.791,81	215.306.450,1
ADMINSTRAÇÃO (IV)	DES DES AS DEEVIDENCIÁDIAS - DDDS	2016	2017	2018
PREMIDÈNCIA (V)		2010	2017	
Beneficios - Civil   10.859   246.749   593.67   Aposenitadorias   10.859   175.448   331.14   10.859   175.448   331.14   10.859   175.448   331.14   10.859   175.448   331.14   10.859   175.448   331.14   10.859   175.448   331.14   10.859   175.448   331.14   10.859   175.448   10.859   175.448   331.14   10.859   175.448   10.859   175.448   10.859   175.448   10.859   175.448   10.859   175.448   10.859   175.448   10.859		10.859.16	246.749	593.67
Aposentiadorias Pensões Pensões Pensões Pensões Porta Des Pevidenciários Outron Reneficios Previdenciários Outron Reneficios Previdenciários Outron Reneficios Previdenciários Outron Reneficios Previdenciários Porta Des Personas Previdenciários Porta Des Personas Previdenciários Porta Des Personas Previdenciários Pensões Pens				
Pensêes		10.85	1	
Outros Reneficios Previdenciários         10.859 FSAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V) = (IV + V)         10.859,16         2.46.748,76         593.674,2           RISULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)         109.878,009,67         147.280,043,05         214.712,775,8           BENS E DIRETTOS DO RPPS         2016         2017         2018           Caiva e Equivalentes de Caixa investimentos e A plicações         203.246,600,14         351.528,688,17         565.243,086,79           Dutro Bens e Direitos         PLANO FINANCEIRO           RECEITAS CORRENTES (VIII)         1.517.303,033,49         1.583,484,791,05         1.607,821,11           RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS         2016         2017         2018           RECEITAS CORRENTES (VIII)         1.517.303,033,49         1.583,484,791,05         1.607,821,11           Ativo         365.375.226,91         66,968,285,669,	·	10.850	- 1	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)   10.859,16   24.6748,76   593,674.2		10.837	173.710	551.11
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)   109.878.096,67   147.280.043,05   214.712.775.8		10.859.16	246.748.76	593,674,2
BENS E DIRETOS DO RPPS   2016   2017   2018				
Caisa e Equivalentes de Caisa   3,667,73   2,765,01   0,00   Investimentos e Aplicações   203,246,600,14   351,528,688,17   565,243,086,79	RESULTADO PREVIDENCIARIO (VII) = (III – VI)	109.878.009,67	147.280.043,05	214./12.//5,8
District Section   Secti	BENS E DIREITOS DO RPPS			
PLANO FINANCEIRO	Caixa e Equivalentes de Caixa			
PLANO FINANCEIRO	Investimentos e Aplicações	203.246.600,14	351.528.688,17	565.243.086,79
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS RECEITAS CORRENTES (VIII) RECeita de Contribuições dos Segundos (Civil 446, 592, 232, 10 466, 458, 12, 921, 89 669, 889, 283, 4 140, 992, 232, 10 466, 454, 614, 82 527, 213, 534, 140, 140, 140, 140, 140, 140, 140, 14	Outro Bens e Direitos			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS RECEITAS CORRENTES (VIII) RECeita de Contribuições dos Segundos (Civil 446, 592, 232, 10 466, 458, 12, 921, 89 669, 889, 283, 4 140, 992, 232, 10 466, 454, 614, 82 527, 213, 534, 140, 140, 140, 140, 140, 140, 140, 14	DI ANO ENIANCE	TD()		
1.517.303.633.49   1.583.484.791.05   1.807.582.1144   Receita de Contribuições dos Segumdos   556.690.571.94   585.812.921.89   669.689.285.5   1.807.582.1144   1.609.232.10   466.454.614.82   527.213.334.0   1.583.484.791.05   1.807.582.1144   1.609.232.10   466.454.614.82   527.213.334.0   1.807.582.1149   427.552.437.0   427.5			2017	2019
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil		1		
Ativo	, -			
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo 102,556,403,05 110,189,078,09 130,256,695,4   Inativo 5,798,935,57 6,963,328,30 9,812,875,1   Pensionista 1,743,001,22 2,205,900,68 2,246,180,6   Receita de Contribuições Patronais 918,025,610,77 954,426,357,93 1,077,373,987,2   Civil 711,364,524,64 734,527,540,56 818,759,762,6   Ativo 711,364,524,64 734,527,540,56 818,759,762,6   Ativo 20,661,086,13 219,898,817,37 258,614,225,1   Ativo 20,661,086,13 219,898,817,37 2 Ativo				
Inativo	Militar			
Pensionista	Ativo			
Receita de Contribuições Patronais	Inativo	1		
Civil	Pensionista			
Ativo Ativo Militar Ativo 206.661.086,13 219.898.817,37 258.614.225,1 206.661.086,13 219.898.817,37 258.614.225,1 258.63,972,2 258.614.225,1 258.63,972,2 258.614.225,1 258.63,972,2 258.614.225,1 258.63,972,2 258.63,972,2 258.63,972,2 258.63,972,2 258.63,972,2 258.63,972,2 258.63,972,2 258.63,71,62 258.614.25,71 258.63,71,63 258	Receita de Contribuições Patronais	918.025.610,77		
Militar	Civil	711.364.524,64	734.527.540,56	818.759.762,0
Ativo Ativo Receita Patrimonial Receitas de Valores Mobiliários Receitas de Valores Mobiliários 13.422.024,79 10.409,139,61 8.835.972,3 Outras Receitas Correntes 29.165.425,99 32.836.371,62 51.682.869,4 Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS 29.165.425,99 32.836.371,62 51.682.869,4 TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX) 1.517.303.633.49 1.583.484.791,05 1.807.582.114,0  DES PESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS 2016 2017 2018 2106.003.331,38 2.896.215.058,69 3.114.888.107, 2203.713.955,10 2.386.744.950,38 2.546.243.536,4 Aposentadorias 4016.491,16 529.161.780,69 2.015.035.908, Deneficios - Militar Reformas Beneficios Previdenciários Beneficios - Militar Reformas 324.021.460,55 325.264.200,45 338.917.507, Pensões 178.327.915,73 184.205.907,86 209.697.063, TOTAL DAS DES PESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII) 2.706.063.331,38 2.896.215.058,69 3.114.858.107, 325.264.200,45 338.917.507, 2018 2018 2018 2017 2018 2016 2016 2017 2018 2016 2017 2018 2016 2017 2018 2016 2017 2018 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2017 2018 2016 2016 2016 2017 2018 2016 201	Ativo	711.364.524,64	734.527.540,56	818,759,762,0
Ativo   206.661.086,13   219.898.817,37   258.614.225,19     Receita de Valores Mobiliários   13.422.024,79   10.409.139,61   8.835.972,20     Outras Receitas Correntes   29.165.425,99   32.836.371,62   51.682.869,0     Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS   29.165.425,99   32.836.371,62   51.682.869,0     TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)   1.517.303.633.49   1.583.484.791,05   1.807.582.114,0     DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018     DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2.006.063.331,38   2.896.215.058,69   3.114.888.107,7     Beneficios - Civil   2.706.063.331,38   2.896.215.058,69   3.114.888.107,7     Beneficios - Civil   2.203.713.955,10   2.386.744.950,38   2.546.243.354,4     Aposentadorias   1.689.447.463.94   1.857.583.169,69   2.015.035.908,4     Pensões   514.266.491,16   529.161.780,69   531.207.628,6     Outros Beneficios Previdenciários   502.349.376,28   509.470.108,31   568.614.571,4     Reformas   324.021.460,55   325.264.200,45   358.917.507,4     Pensões   718.327.915,73   184.205.907,86   209.697.063,4     TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XIII)   2.706.063.331,38   2.896.215.058,69   3.114.888.107,7     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)   -1.188.759.697,89   -1.312.730.267,64   -1.307.275.993.61	Militar	206,661,086,13	219.898.817,37	258.614.225,1
Receita Patrimonial   13.422.024,79   10.409, 139,61   8.835.972.2     Receitas de Valores Mobiliários   13.422.024,79   10.409, 139,61   8.835.972.2     Outras Receitas Correntes   29.165.425,99   32.836.371,62   51.682.869,0     Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS   29.165.425,99   32.836.371,62   51.682.869,0     TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)   1.517.303.633,49   1.583.484.791,05   1.807.582.114,0     DES PESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018     PREVIDÊNCIA (XII)   2.706.063.331,38   2.896.215.058,69   3.114.858.107,     Beneficios - Civil   2.203.713.955,10   2.386.744.950,38   2.546.243.536,     Aposentadorias   1.689,447.463,94   1.857.583.169,69   2.015.035.908,     Pensões   514.266.491,16   529.161.780,69   531.207.628,0     Outros Beneficios Previdenciários   502.349.376,28   509.470,108,31   568.614.571,     Reformas   324.021.460,55   325.264.200.45   358.917.507,     Pensões   178.327.915,73   184.205.907,86   2.90.697.063,     TOTAL DAS DES PESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)   2.706.063.331,38   2.896.215.058,69   3.114.858.107,77     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)   -1.188.759.697,89   -1.312.730.267,64   -1.307.275.993.61		206.661.086,13	219.898.817,37	258.614.225,1
Receitas de Valores Mobiliários   13.422.024,79   10.409.139,61   8.835.972,2		13.422.024,79	10.409.139,61	8.835.972,3
Outras Receitas Correntes         29.165.425.99         32.836.371,62         51.682.869,6           Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS         29.165.425.99         32.836.371,62         51.682.869,6           TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)         1.517.303.633,49         1.583.484.791,05         1.807.582.114,6           DESPES AS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS         2016         2017         2018           PREVIDÊNCIA (XII)         2.706.063.331,38         2.896.215.058,69         3.114.858.107,           Beneficios - Civil         2.203.713.955,10         2.386.744.950,38         2.546.243.36,           Aposentadorias         16.89.447.463,94         1.857.583.169,69         2.015.035.908,           Pensões         514.266.491,16         529.161.780,69         531.207.628,           Outros Beneficios Previdenciários         502.349.376,28         509.470.108,31         568.614.571,           Beneficios - Militar         324.021.460,55         325.264.200,45         358.917.507,           Pensões         178.327.915,73         184.205.907,86         209.697.063,           TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)         2.706.063.331,38         2.896.215.058,69         3.114.858.107,           RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)         -1.188.759.697,89         -1.312.730.267,64 <td></td> <td></td> <td>10,409,139,61</td> <td>8.835.972,3</td>			10,409,139,61	8.835.972,3
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS   29.165.425,99   32.836.371,62   51.682.869,6     TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)   1.517.303.633,49   1.583.484.791,05   1.807.582.114,0     DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018     PREVIDÊNCIA (XII)   2.706.063.331,38   2.896.215.058,69   3.114.858.107,7     Beneficios - Civil   2.203.713.955,10   2.386.744.950,38   2.546.243.536,4     Aposentadorias   1.689.447.463,94   1.857.583.169,69   2.015.035.908,4     Pensões   514.266.491,16   529.161.780,69   531.207.628,6     Outros Beneficios Previdenciários   2.349.376,28   509.470.108,31   568.614.571,3     Reformas   324.021.460,55   325.264.200.45   335.917.507,7     Reformas   2.706.063.331,38   2.896.215.058,69   3.114.858.107,7     TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)   2.706.063.331,38   2.896.215.038,69   3.114.858.107,7     RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)   -1.188.759.697,89   -1.312.730.267,64   -1.307.275.993,66		29.165.425.99	32,836,371,62	51.682.869,0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)   1.517.303.633,49   1.583.484.791,05   1.807.582.114,0				51.682.869,0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS   2016   2017   2018				1.807.582.114,0
PREVIDÊNCIA (XII)   2.706.063.331,38   2.896.215.058,69   3.114.858.107.				2210
Beneficios - Civil   2,203,713,955,10   2,386,744,950,38   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,336,4   2,546,243,346,4   2,546,443,16   2,546				
Aposentadorias Aposen				
Pensões Outros Benefícios Previdenciários Benefícios - Militar Reformas Pensões 178.327.915,73 Pensões 178.327.915,73 Pensões	Beneticios - Civii			
Outros Beneficios Previdenciários         502.349,376,28         509,470,108,31         568,614,571,           Beneficios - Militar         324,021,460,55         325,264,200,45         358,917,507,           Reformas         178,327,915,73         184,205,907,86         209,697.063,           TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)         2,706,063,331,38         2,896,215,058,69         3,114,858,107,77           RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)         -1,188,759,697,89         -1,312,730,267,64         -1,307,275,993,68           APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS         2016         2017         2018	Aparantadorios			
Seneficios - Militar   S02,349,376,28   S09,470,108,31   S68,614,571, Reformas   324,021,460,55   325,264,200,45   358,917.507, RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)   -(X1 + XII)   2.706,063,331,38   2.896,215,058,69   3.114,858,107,77   RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)   -1.188,759,697,89   -1.312,730,267,64   -1.307,275,993,61   -1.307,275,99		( CI 114000 T) 1,10	223.101.100,00	
Reformas Pensões         324.021.460,55 178.327.915,73         325.264.200,45 184.205.907,86         358.917.507.           TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)         2.706.063.331,38         2.896.215.058.69         3.114.858.107.77           RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)         -1.188.759.697.89         -1.312.730.267.64         -1.307.275.993.61           APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS         2016         2017         2018	Pensões		1	
Pensões         178.327.915,73         184.205.907,86         209.697.063,           TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)         2.706.063.331,38         2.896.215.058.69         3.114.858.107.77           RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)         -1.188.759.697,89         -1.312.730.267,64         -1.307.275.993,61           APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS         2016         2017         2018	Pensões Outros Benefícios Previdenciários	502,349,376.28	509,470,108,31	568,614,571,3
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)         2.706.063.331,38         2.896.215.058,69         3.114.858.107,77           RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)         -1.188.759.697,89         -1.312.730.267,64         -1.307.275.993,61           APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS         2016         2017         2018	Pensões Outros Benefícios Previdenciários Benefícios - Militar		325.264.200,45	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS 2016 2017 2018	Pensões Outros Beneficios Previdenciários Beneficios - Militar Reformas Pensões	324.021.460,55 178.327.915,73	325.264.200,45 184.205.907,86	358.917.507,7 209.697.063,5
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS 2016 2017 2018	Pensões Outros Benefícios Previdenciários Benefícios - Militar Reformas	324.021.460,55 178.327.915,73	325.264.200,45 184.205.907,86	568.614.571,3 358.917.507,7 209.697.063,5 3.114.858.107,77
	Pensões Outros Beneficios Previdenciários Beneficios - Militar Reformas Pensões TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	324.021.460,55 178.327.915,73 2.706.063.331,38	325.264.200,45 184.205.907,86 2.896.215.058,69	358.917.507,7 209.697.063,5
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras   1.217.791.548,47   1.432.165.184,63   1.551.754.607,	Pensões Outros Beneficios Previdenciários Beneficios - Militar Reformas Pensões TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	324.021.460.55 178.327.915.73 2.706.063.331,38	325.264.200,45 184.205.907,86 2.896.215.058,69 -1.312.730.267,64	358.917.507, 209.697.063, 3.114.858.107,77 -1.307.275.993,68
recensor para coostata de inventoriones i manostas	Pensões Outros Beneficios Previdenciários Beneficios - Militar Reformas Pensões TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII) APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	324.021.460,55 178.327.915,73 2.706.063.331,38 -1.188.759.697,89	325.264.200,45 184.205.907,86 2.896.215.058,69 -1.312.730.267,64	358.917.507, 209.697.063, 3.114.858.107,77 -1.307.275.993,68

FONTE: Sistema S2GPR, Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.

Recursos para Formação de Reserva



Página 13 de 31

A implementação da segregação de massa a partir de 01/01/2014, conforme Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013 - DOE 19/09/2013; O Plano Previdenciário é operacionalizado pelo Fundo Previdenciário PREVID; O Plano Financeiro é operacionalizado pelo Fundo Financeiro FUNAPREV e pelo Fundo Financeiro PREVMILITAR.



## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO - FUNDO FUNAPREV

2020

EXERCÍCIO PE  2018 2019 2020 2021 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2055 2056 2057 2058 2059 2050 2051 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2073 2076 2076 2076 2076 2077	RECEITAS REVIDENCIÁRIAS (a)  1.404.125.656 1.489.151.536 1.426.954.827 1.336.475.400 1.235.799.871 1.158.291.545 1.088.957.783 1.022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)  2.712.612.877 2.962.881.708 3.171.430.353 3.459.410.637 3.756.230.776 3.969.726.747 4.143.665.429 4.293.480.023 4.381.977.000 4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900 3.004.523.278	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b) (1.308.487.221) (1.473.730.171) (1.744.475.526) (2.122.935.237) (2.520.430.905) (2.811.435.202) (3.054.707.647) (3.270.610.919) (3.411.823.582) (3.492.551.736) (3.492.965.2716) (3.509.633.095) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.416.718.174) (3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555) (2.905.072.184)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c) (1.308.487.221) (2.782.217.392) (4.526.692.918) (6.649.628.155) (9.170.059.060) (11.981.494.262) (15.036.201.909) (18.306.812.828) (21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.76.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023) (72.258.068.997)
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2052 2053 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2075	(a) 1,404.125.656 1,489.151.536 1,426.954.827 1,336.475.400 1,235.799.871 1,158.291.545 1,088.957.783 1,022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	(b) 2.712.612.877 2.962.881.708 3.171.430.353 3.459.410.637 3.969.726.747 4.143.665.429 4.293.480.023 4.381.977.000 4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.766.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.555.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(c)=(a-b) (1,308.487.221) (1,473.730.171) (1,744.475.526) (2,122.935.237) (2,520.430.905) (2,811.435.202) (3,054.707.647) (3,270.610.919) (3,411.823.582) (3,492.551.736) (3,492.467.220) (3,471.003.700) (3,446.926.715) (3,446.926.715) (3,446.926.715) (3,344.045.919) (3,304.906.400) (3,258.334.532) (3,202.630.507) (3,144.148.458) (3,076.199.974) (2,996.416.555)	(d exerc. Anterior + c)
2019 2020 2021 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2076	1,404.125.656 1.489.151.536 1.489.151.536 1.426.954.827 1.336.475.400 1.235.799.871 1.158.291.545 1.088.957.783 1.022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187	2,712,612,877 2,962,881,708 3,171,430,353 3,459,410,637 3,756,230,776 4,143,665,429 4,293,480,023 4,381,977,000 4,416,485,838 4,394,240,457 4,366,848,708 4,217,655,091 4,156,151,399 4,088,214,597 4,015,609,355 3,939,137,556 3,661,223,256 3,776,949,103 3,685,503,822 3,591,247,678 3,489,658,832 3,379,555,2373 3,261,241,964 3,136,271,900	(1,308.487.221) (1,473,730.171) (1,744.475.526) (2,122.935.237) (2,520.430.905) (2,811.435.202) (3,054.707.647) (3,270.610.919) (3,411.823.582) (3,482.551.736) (3,497.998.568) (3,509.692.716) (3,509.692.716) (3,509.692.716) (3,416.718.174) (3,341.003.700) (3,446.926.715) (3,416.718.174) (3,332.174.871) (3,344.045.919) (3,304.906.400) (3,258.334.532) (3,202.630.507) (3,144.148.458) (3,076.199.974) (2,996.416.555)	(1.308.487.221) (2.782.217.392) (4.526.892.918) (6.649.628.155) (9.170.059.060) (11.981.494.262) (15.036.201.909) (18.306.812.828) (21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566)
2019 2020 2021 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	1.489.151.536 1.426.954.827 1.336.475.400 1.235.799.871 1.158.291.545 1.088.957.783 1.022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	2,962.881.708 3,171.430.353 3,459.410.637 3,756.230,776 3,969.726.747 4,143.665.429 4,293.480.023 4,381.977.000 4,416.485.838 4,394.240.457 4,366.848.708 4,328.615.382 4,275.380.547 4,217.655.091 4,156.151.399 4,088.214.597 4,015.609.355 3,939.137.556 3,861.223.256 3,776.949.103 3,685.503.822 3,591.247.678 3,489.658.832 3,379.552.373 3,261.241.964 3,136.271.900	(1.473.730.171) (1.744.475.526) (2.122.935.237) (2.520.430.905) (2.811.435.202) (3.054.707.647) (3.270.610.919) (3.411.823.582) (3.492.551.736) (3.509.633.095) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.416.718.174) (3.334.4045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(2.782.217.392) (4.526.692.918) (6.649.628.155) (9.170.059.060) (11.981.494.262) (15.036.201.909) (18.306.812.828) (21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566)
2020 2021 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2052 2053 2054 2050 2051 2052 2053 2054 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2075	1.426.954.827 1.336.475.400 1.235.799.871 1.158.291.545 1.088.957.783 1.022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187	3.171.430.353 3.459.410.637 3.756.230.776 3.969.726.747 4.143.665.429 4.293.480.023 4.381.977.000 4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.555.2373 3.261.241.964 3.136.271.900	(1,744.475.526) (2,122.935.237) (2,520.430.905) (2,811.435.202) (3,054.707.647) (3,270.610.919) (3,411.823.582) (3,482.551.736) (3,497.998.568) (3,509.692.716) (3,509.633.095) (3,492.467.220) (3,471.003.700) (3,446.926.715) (3,416.718.174) (3,382.174.871) (3,344.045.919) (3,205.833.4532) (3,202.630.507) (3,144.148.458) (3,076.199.974) (2,996.416.555)	(4.526,692.918) (6.649,628.155) (9.170.059.060) (11.981.494.262) (15.036.201.909) (18.306.812.828) (21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.2927.803.207) (56.271.849.126) (69.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	1,336.475.400 1,235.799.871 1,158.291,545 1,088.957.783 1,022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.756.230.776 3.969.726.747 4.143.665.429 4.293.480.023 4.381.977.000 4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.769.491.03 3.681.523.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(2.520.430.905) (2.811.435.202) (3.054.707.647) (3.270.610.919) (3.411.823.582) (3.482.551.736) (3.497.998.568) (3.509.692.716) (3.509.692.716) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.416.718.174) (3.382.174.871) (3.394.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(9.170.059.060) (11.981.494.262) (15.036.201.909) (18.306.812.828) (21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2075	1.158.291.545 1.088.957.783 1.022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187	3.969.726.747 4.143.665.429 4.293.480.023 4.381.977.000 4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.015.6151.399 4.088.214.597 4.015.69.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.5552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(2.811,435.202) (3.054.707.647) (3.270.610.919) (3.411.823.582) (3.482.551.736) (3.497.998.568) (3.509.692.716) (3.509.633.095) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.3416.718.174) (3.362.174.871) (3.304.096.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(11.981.494.262) (15.036.201.909) (18.306.812.828) (21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (69.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2031 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2075	1.088.957.783 1.022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187	4.143.665.429 4.293.480.023 4.381.977.000 4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.555.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.054.707.647) (3.270.610.919) (3.411.823.582) (3.482.551.736) (3.497.998.568) (3.509.692.716) (3.509.692.716) (3.446.926.715) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.446.926.715) (3.3416.718.174) (3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(15.036.201.909) (18.306.812.828) (21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.2077) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566)
2025 2026 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	1.022.869.104 970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	4.293.480.023 4.381.977.000 4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.831.3137.556 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.270.610.919) (3.411.823.582) (3.482.551.736) (3.497.998.568) (3.509.692.716) (3.509.692.716) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.416.718.174) (3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(18.306.812.828) (21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2060 2061 2062 2063 2064 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2075	970.153.418 933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	4.381.977.000 4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.693.55 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.411.823.582) (3.482.551.736) (3.497.998.568) (3.509.692.716) (3.509.633.095) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.416.718.174) (3.382.174.871) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(21.718.636.409) (25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2075	933.934.102 896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187	4.416.485.838 4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.156.50.91 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.555.2373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.482.551.736) (3.497.996.568) (3.509.692.716) (3.509.693.095) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.3416.718.174) (3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(25.201.188.146) (28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2050 2051 2052 2053 2054 2050 2050 2051 2050 2051 2050 2051 2050 2051 2050 2051 2050 2050	896.241.889 857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063	4.394.240.457 4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.831.375.56 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.497.998.568) (3.509.692.716) (3.509.633.095) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.416.718.174) (3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(28.699.186.714) (32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	857.155.991 818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187	4.366.848.708 4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.661.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.509.692.716) (3.509.633.095) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.416.718.174) (3.382.174.871) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(32.208.879.430) (35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2075	818.982.286 782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356,169.780 332.007.257 310.574.187	4.328.615.382 4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.509.633.095) (3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.416.718.174) (3.382.174.871) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(35.718.512.526) (39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2031 2032 2033 2034 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2068 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	782.913.327 746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	4.275.380.547 4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.555.2373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.492.467.220) (3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.446.926.715) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(39.210.979.746) (42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2056 2057 2058 2056 2057 2058 2050 2060 2061 2061 2062 2063 2064 2065 2070 2071 2072 2073 2075 2075 2075 2075 2075	746.651.391 709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	4.217.655.091 4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.471.003.700) (3.446.926.715) (3.446.918.174) (3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(42.681.983.447) (46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2066 2066 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2076	709.224.684 671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	4.156.151.399 4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.446.926.715) (3.416.718.174.871) (3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(46.128.910.162) (49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2076	671.496.423 633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	4.088.214.597 4.015.609.355 3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.416.718.174) (3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(49.545.628.336) (52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2077 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2075 2075	633.434.483 595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	4,015,609,355 3,939,137,556 3,861,223,256 3,776,949,103 3,685,503,822 3,591,247,678 3,489,658,832 3,379,552,373 3,261,241,964 3,136,271,900	(3.382.174.871) (3.344.045.919) (3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(52.927.803.207) (56.271.849.126) (59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2050 2051 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2076	595.091.637 556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.939.137.556 3.861.223.256 3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.304.906.400) (3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(59.576.755.526) (62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2037 2038 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2055 2056 2057 2056 2056 2066 2061 2062 2063 2064 2060 2061 2062 2063 2064 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2066 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2075 2075 2075 2075	556.316.856 518.614.571 482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356,169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.776.949.103 3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.258.334.532) (3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(62.835.090.059) (66.037.720.566) (69.181.869.023)
2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2056 2067 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2077 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2075 2076	482.873.315 447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.685.503.822 3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.202.630.507) (3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(66.037.720.566) (69.181.869.023)
2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2066 2057 2066 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2075 2076	447.099.220 413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.591.247.678 3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.144.148.458) (3.076.199.974) (2.996.416.555)	(69.181.869.023)
2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2075 2075	413.458.858 383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.489.658.832 3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(3.076.199.974) (2.996.416.555)	
2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2075	383.135.818 356.169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.379.552.373 3.261.241.964 3.136.271.900	(2.996.416.555)	(72.258.068.997)
2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	356,169.780 332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.261.241.964 3.136.271.900		
2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2060 2071 2072 2073 2074 2075 2075 2075	332.007.257 310.574.187 291.297.063 273.275.877	3.136.271.900		(75.254.485.553)
2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	310.574.187 291.297.063 273.275.877			(78.159.557.737) (80,963.822.380)
2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	291.297.063 273.275.877	3.004.523.278	(2.804.264.643) (2.693.949.091)	(83.657.771.471)
2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	273.275.877	2,868,895,604	(2.577.598.542)	(86,235,370,012)
2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2075 2076		2.731.957.955	(2.458.682.078)	(88.694.052.091)
2049 2050 2051 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	237.312.330	2.591.479.369	(2.333.966.433)	(91.028.018.523)
2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	243.290.781	2.450.338.625	(2.207.047.844)	(93.235.066.368)
2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	229.671.921	2.311.505.482	(2.081.833.562)	(95.316.899.929)
2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	216.983.986	2.174,380,126	(1.957.396.139)	(97.274.296.069)
2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	205.014.462	2.040.159.297	(1.835.144.835)	(99.109.440.903)
2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	193.188.403	1.910.367.266	(1.717.178.863)	(100.826.619.766)
2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2066 2067 2068 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	181.942.963	1.784.272.553	(1.602.329.590)	(102.428.949.356)
2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	171.183.299	1.662.443.385	(1.491.260.086)	(103.920.209.442)
2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	160.576.209	1.545.780.852	(1.385.204.643)	(105.305.414.085)
2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	150.234.124	1.434.128.101	(1.283.893.978)	(106.589.308.062)
2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	140.244.241	1.327.435.078	(1.187.190.837)	(107.776.498.899)
2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	130.532.206	1.225.904.439	(1.095.372.234)	(108.871.871.133)
2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	121.129.147	1.129.488.064	(1.008.358.917)	(109.880.230.050)
2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	112.061.052	1.038.109.222 951.664.131	(926.048.169) (848.313.519)	(111.654.591.738)
2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	103.350.611 95.016.103	870.024.527	(775.008.424)	(112.429.600.162)
2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	87.071.049	793.046.338	(705.975.289)	(113.135.575.451)
2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	79.525.391	720.585.300	(641.059.909)	(113.776.635.360)
2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	72.384.174	652,505,901	(580.121.728)	(114.356.757.088)
2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	65.647.342	588.672.891	(523.025.549)	(114.879.782.637
2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076	59.313.677	528.952.387	(469.638.710)	(115.349.421.347
2071 2072 2073 2074 2075 2076	53.378.813	473.213.324	(419.834.511)	(115.769.255.858)
2072 2073 2074 2075 2076	47.835.494	421.328.961	(373.493.467)	(116.142.749.325
2073 2074 2075 2076	42.675.309	373.178.803	(330.503.494)	(116.473.252.819
2074 2075 2076	37.887.937	328.650.317	(290.762.380)	(116.764.015.199
2075 2076	33.461.255	287.637.940	(254.176.685)	(117.018.191.884
2076	29.381.877	250.040.382	(220.658.505)	(117.238.850.389
	25.636.878	215.755.860	(190.118.982)	
2077 (	22.213.089	184.677.337	(162.464.248)	
	19.099.152	156.690.953	(137.591.801)	(117.729.025.420
2078	16.283.992	131.674.855 109.496.625	(115.390.863)	(117.844.416.284 (117.940.158.281
2079	13.754.627	90.014.460	(95.741.998) (78.514.503)	(118.018.672.785
2080	11.499.956	73.077.498	(63.567.773)	,
2081 2082	9.509.725 7.587.799	58.523.241	(50.935.442)	
2082	5.926.997	46.176.693	(40.249.696)	1
2083		35.852.685	(31.303.257)	(118.204.728.953
2085	4.549.428	27.358.897	(23.932.376)	(118.228.661.330
2086	4.549.428 3.426.521	20.497.146	(17.967.967)	(118.246.629.296
2087	3.426.521	15.063.171	(13.235.563)	
2088		10.848.792	(9.557.288)	(118.269.422.147
2089	3.426.521 2.529.180	7.650.320	(6.758.957)	
2090	3.426.521 2.529.180 1.827.608	5.279.022	(4.678.869)	(118.280.859.972
2091	3.426.521 2.529.180 1.827.608 1.291.504		(3.171.070)	
2092	3.426.521 2.529.180 1.827.608 1.291.504 891.363	3.564.941	(2.105.858)	
2093	3.426.521 2.529.180 1.827.608 1.291.504 891.363 600.153	3.564.941 2.357.563 1.528.321	(1.371.944)	(118.287.508.844 (118.288.388.104



Página 14 de 31

LEGISLATILA

PROTOCONO





FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2018; correspondente ao DRAA 2019.

- 1) Projeção atuarial de 2019 a 2094 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda MF.
- **2)** Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 9a. Edição (Portaria STN nº 389, de 14/06/2018), válido a partir do exercício financeiro de 2019.
- 3) Dados e principais hipóteses utilizados para a projeção acima:
- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média dos Segurados do FUNAPREV: Ativos, 51,1 anos; Inativos, 70,4 anos; Pensionistas: 68,3 anos;
- Folha 12/2018 Cadastro FUNAPREV: Ativos, R\$ 250,90 milhões; Inativos, R\$ 169,15 milhões; Pensionistas, R\$ 41,98 milhões;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;
- Apuração das obrigações do FUNAPREV frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.
- 4) Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do FUNAPREV e de compensação previdenciária a pagar.
- 5) Fundamentos Legais para a Avaliação:
- No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o artigo 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 464/2018, no que couber, com suas normas de Atuária.
- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar estadual nº 123, de 16/09/2013.
- 6) Base Cadastral Disponibilizada:
- O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2018, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial DRAA 2019 FUNAPREV, abrangeu todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 34.654 segurados efetivamente

A POENSA DO CERSA DO CONTRA DO CONTR





ativos (exclui os 10.448 afastados e tratados como aposentados); 55.726 aposentados (inlcui os 10.448 afastados mencionados); e 11.052 pensionistas;

- A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2018. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, referentes aos seus respectivos segurados.
- 7) Situação Previdenciária Corrente do FUNAPREV:
- A avaliação considera o enfoque de grupo fechado de segurados do FUNAPREV, conforme LC estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do FUNAPREV e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados a este Fundo;
- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do FUNAPREV, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social RGPS. As receitas com contribuições diminuem, principalmente, na medida em que os atuais segurados ativos implementam as condições para a aposentação, dado o prisma de grupo fechado;
- A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do FUNAPREV com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social RGPS. Tais despesas crescem na medida em que o grupo de aposentados aumenta, decrescendo posteriormente quando a mortalidade desse grupo se torna mais significativa, com a idade avançada;
- A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas;
- A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;
- Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo FUNAPREV, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2019 é de 93,8% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao FUNAPREV para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, §1º, e legislação federal correlata;







- Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC (FUNAPREV) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do FUNAPREV, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 DOE de 28/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Financeiro (FUNAPREV) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado;
- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVID

2020

Visto SPOTOCOLO

AMF - Dem		.4°, § 2°, inciso IV, alí		R\$ 1,00
EVERNING	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) =
EXERCICIO	(a)	(b)	(c)=(a-b)	(d exerc. Anterior + c)
2018	215.306.450	593,674	214.712.776	214.712.776
2019	288.985.833	1.695.174	287.290.658	502.003.434
2020	354.471.589	3.015.684	351.455.904	853.459.338
2021	447.054.416	4.534.776	442.519.641	1,295,978,979
2022	528.159.939 606.505.681	6.273.788 8.219.632	521.886.150 598.286.048	1.817.865.130 2.416.151.178
2023	686.619.247	11.194.371	675.424.876	3.091.576.054
2025	769.311.108	14.929.899	754.381.209	3.845.957.263
2026	838.455.195	19.298.607	819.156.588	4.665.113.851
2027	909.987.059	24.252.562	885.734.497	5.550.848.348
2028	984.038.136	29.097.886	954,940,250	6.505.788.599
2029	1.060.448.454	35.673.598	1.024.774.856 1.093.103.808	7.530.563.455
2030 2031	1.136.850.698 1.214.369.150	43.746.891 55.682.004	1.158.687.146	8.623.667.262 9.782.354.409
2032	1.293.059.733	71.013.105	1.222.046.629	11.004.401.037
2033	1.374.557.547	86.526.296	1.288.031.251	12.292.432.288
2034	1.458.039.550	103.527.748	1.354.511.802	13.646.944.090
2035	1.543.186.867	123.279.649	1.419.907.217	15.066.851.307
2036	1.630.376.593	148.138.103	1.482.238.490	16.549.089.797
2037	1.718.401.130	177.343.187 212.148.825	1.541.057.942 1.593.902.896	18.090.147.739 19.684.050.635
2038	1.806.051.720 1.893.558.745	251.079.460	1.642.479.285	21.326.529.920
2040	1.982.510.307	291.256.596	1.691.253.711	23.017.783.631
2041	2.070.395.325	334.992.373	1.735.402.952	24.753.186.583
2042	2.156.601.806	381,482,849	1.775.118.957	26.528.305.540
2043	2.241.250.971	427.659.256	1.813.591.715	28.341.897.255
2044	2.326.289.462	475.522.861	1.850.766.601	30.192.663.856 32.073.307.916
2045 2046	2.408.604.261 2.491.115.742	527.960.201 583.878.584	1.880.644.060 1.907.237.157	33.980.545.073
2047	2.572.764.609	643.736.592	1.929.028.017	35,909.573.090
2048	2.657.079.514	689.334.484	1.967.745.030	37.877.318.120
2049	2.740.373.325	747.338.451	1.993.034.874	39.870.352.994
2050	2.824.490.205	809.502.555	2.014.987.650	41.885.340.644
2051	2.908.168.103	878.010.804	2.030.157.299	43.915.497.943
2052	2.992.854.456	943.397.668 1.011.553.164	2.049.456.787 2.066.883.225	45.964.954.731 48.031.837.955
2053 2054	3.078.436.389 3.162.373.273	1.089.379.979	2.072.993.294	50.104.831.249
2055	3.246.976.081	1.169.510.200	2.077.465.881	52.182.297.131
2056	3.331.318.481	1.252,988,854	2.078.329.627	54.260.626.757
2057	3.413.785.156	1.338.890.844	2.074.894.312	56.335.521.069
2058	3.494.683.861	1,428,367,595	2.066.316.266	58.401.837.335
2059	3.575.392.722	1.518.015.894	2.057.376.828	60.459.214.163 62.514.580.882
2060 2061	3.656.066.329 3.734.082.544	1.600.699.611 1.694.620.820	2.055.366.718 2.039.461.724	64.554.042.605
2062	3.812.649.473	1.778.731.384	2.033.918.089	66.587.960.694
2063	3.893.223.167	1.855.511.818	2.037.711.349	68.625.672.043
2064	3.974.005.414	1.928.823.079	2.045.182.335	70.670.854.378
2065	4.055.837.179	1.997.375.363	2.058.461.816	72.729.316.194
2066	4.142.371.350	2.050.155.030	2.092,216,320	74.821.532.513
2067	4.232.952.047	2.090.112.265	2.142.839.783 2.194.288.708	76.964.372.296 79.158.661.005
2068	4.325.669.723 4.421.025.683	2.131.381.015 2.163.915.934	2.257.109.750	81.415.770.754
2069 2070	4.517.859.167	2.197.628.202	2.320.230.965	83.736.001.719
2071	4.615.777.342	2.237.570.788	2.378.206.554	86.114.208.274
2072	4.716.543.939	2.269.153.665	2.447.390.274	88.561.598.547
2073	4.820.765.814	2.292.388.741	2.528.377.073	91.089.975.620
2074	4.928.875.693	2.309.564.891	2.619.310.802	93.709.286.423
2075	5.041.079.803	2.321.804.992	2.719.274.810	96,428,561,233
2076	5.157.737.108 5.279.261.147	2.331.502.398	2.826.234.709 2.945.116.812	99.254.795.942 102.199.912.755
2077 2078	5.405.228.917	2.334.144.335 2.337.784.283	3.067.444.634	105.267.357.389
2079	5.536.735.745	2.337.588.396	3.199.147.349	108.466.504.738
2080	5.672.327.434	2.344.769.110	3.327.558.324	111.794.063.062
2081	5.812.104.077	2.360.488.742	3.451.615.335	115.245.678.396
2082	5.957.587.329	2.367.882.441	3.589.704.887	118.835.383.284
2083	6.108.670.626	2.376.302.278	3.732.368.349	122.567.751.632
2084	6.267.372.127	2.374.165.445	3.893.206.682	126.460.958.314 130.523.294.187
2085	6.432.963.112 6.607.001.701	2.370.627.239 2.359.708.439	4.062.335.873 4.247.293.261	130.523.294.187
2086 2087	6.787.615.494	2.355.248.782	4.432.366.712	139.202.954.16
2088	6.977.892.578	2.338.421.035	4.639.471.542	143.842.425.703
2089	7.175.582.409	2.330.469.531	4.845.112.878	148.687.538.58
2090	7.380.762.895	2.330.623.841	5.050.139.054	153.737.677.635
2091	7.595.570.868	2.326.721.853	5.268.849.015	159.006.526.650
2092	7.820.470.030	2.315.776.732	5.504.693.298	164.511.219.948
2093 2094	8.052.806.999	2.317.362.613	5.735.444.386	170.246.664.334 176.196.802.285
	8.266.456.359	2.316.318.408	5.950.137.952	170.180.002.200

OOVIS3 OOVIS3

Página 18 de 31





### Notas:

- 1) Projeção atuarial de 2019 a 2094 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda MF.
- **2)** Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 9a. Edição (Portaria STN nº 389, de 14/06/2018), válido a partir do exercício financeiro de 2019.
- 3) Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1.
- 4) Dados e principais hipóteses utilizados para a projeção acima:
  - Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial;
  - Idade Média dos Segurados do PREVID: Ativos, 34,7 anos; Aposentados, 40,3 (inválidos); e Pensionistas, 28,8 anos;
  - Folha 12/2018 Cadastro PREVID: Ativos, R\$ 39,06 milhões; Aposentados, R\$ 19.456,53; e, Pensionistas, R\$ 17.562,21;
  - Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014;
  - Apuração das obrigações do PREVID frente aos atuais e futuros segurados ativos e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto);
  - Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
  - Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez. Álvaro Vindas;
  - Taxa Real de Juros Atuariais de 4,25% a.a., conforme a Política de Investimentos do SUPSEC para o exercício de 2019.
- 5) Projeção de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVID e de compensação previdenciária a pagar.
- 6) Fundamentos Legais para a Avaliação:
  - No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o artigo 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 464/2018, no que couber, com suas normas de Atuária;
  - No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de

Página 19 de 31





25/01/2011; e (v) a Lei Complementar estadual nº 123, de 16/09/2013.

### 7) Base Cadastral Disponibilizada:

- O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2018, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial DRAA 2019 PREVID, abrangeu todos os segurados do Plano de Custeio Previdenciário (Fundo PREVID), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 7.159 segurados ativos (exclui os 1 afastado e tratado como aposentado), 2 aposentados (inclui o 1 afastado e tratado como aposentado) e 11 pensionistas. Considerou-se, também, para a geração futura, os dados dos segurados ativos do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), como base para o cálculo da projeção de reposição dos segurados de 1:1 e das respectivas receitas e despesas previdenciárias;
- A data-base desse cadastro se refere à folha de pagamento de dezembro de 2018. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, referentes aos seus respectivos segurados.

# 8) Situação Previdenciária Corrente do PREVID:

- A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados, calculando a obrigação previdenciária do PREVID e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos e seus desdobramentos previdenciários;
- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVID, decorrentes de contribuições mensais dos segurados sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, dos retornos dos investimentos (receita patrimonial) dos recursos previdenciários acumulados e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social RGPS, referentes à geração atual de segurados;
- A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVID com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social RGPS;
- A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas, mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;
- A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;
- Estado inicial de vigência a contar de 01/01/2014;
- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

Página 20 de 31



### GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

# PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVIMILITAR 2020

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS DESPESAS RE RESULTADO SALDO FINANCEIRO PREVIDENCIÁRIO DO EXERCÍCIO (d) = EXERCÍCIO **PREVIDENCIÁRIAS PREVIDENCIÁRIAS (b)** 649.835.433,57 (c)=(a-b) (246.378.9 (d exerc, Anterior + c) (246,378.975 (a) 403.456.458,44 2019 517,537,772,07 730.947.513,25 (213,409,741 (459,788,716) (722.223.440) 783,583,430,76 (262.434.723) 2020 521,148,707,40 (1.061.025.906) 516.391.779,98 513.245.893,72 (338.802.466) 855.194.246,35 936.777.988,15 2021 (1.484.558.000) 2022 2023 505.339.717,92 494.056.207,75 1.029.979.697,97 1.103.334.272,26 (524.639.980 (2.009.197.981) (609.278.065 (2.618.476.045) 1.147.296.788,96 1.187.720.235,03 (3.275.877.907) (3.972.830.014) 2025 489.894.927,21 (657.401.862 490.768.127.54 (696,952,107 2027 487.452.134,04 1.211.694.173,59 (724.242.040 (4.697.072.054) (5.431.075.449) 2028 488,671,619,19 1.222.675.013.89 (734.003.395) (743.779.325 (752.878.622 (6.174.854.773) (6.927.733.395) 2029 491.266.709,55 491.703.259,78 1,244,581,881,51 2030 (752.472.204 (747.346.602 (7.680.205.599) (8.427,552.201) 2031 494.296.305,06 1.246.768.508,73 2032 2033 497.150.785,41 500.854.793,73 1 244 497 387 72 1.236.403.699,44 (735.548.906 (9.163.101.107) 2034 506 385 264 95 1 228 909 895 04 (722,524,630 (9.885,625,737 510.251.431,89 1.224.000.751,24 (713.749.319 (10.599.375.056) 2036 516.138.887.55 1.229.254.145.26 (713,115,258) (11.312.490.314) (721.786.474 (12.034.276.788) 2037 516.038.358,75 1.237.824.832,27 1.243.000.417,61 1.265.381.847,40 1.301.295.297,92 1.331.792.486,87 (12.757.733.838) (13.499.785.094) 2038 519.543.366,78 (723,457,051 742.051.256 523.330.591,35 2039 2040 2041 521.354.393,82 517.817.391,13 (779.940.904 (14.279.725.999) (813.975.096 (15.093.701.094) (15.937.707.208) 2042 517.250.594,48 1.361,256,708,44 (844,006,114 1.410.731.282,60 (16.830.626.252) 2043 517.812.239,02 2044 507 139 546 36 1,450,954,000,94 (943,814,455 (17,774,440,706) 1.461.867.618,34 (956.207.941) (18.730.648.648) 2045 505.659.677,27 2046 506.169.062,54 1.467.209.065.88 (961.040.003 (19.691.688.651) 1.468.715.651,65 (20.654.337.303) (962.648.652 2047 506.066.999,69 506.910.747,73 1.462.643.718,90 1.455.833.033,31 (955.732.971) (21,610,070,274) 2048 (22.557.498.235) 508,405,072,17 2049 1.448.192.255,92 1.441.499.759,46 (938.869.806 2050 509.322.449,70 (23,496,368,041) (24.427.402.900) (931.034.858 2051 510,464,901,14 510.111.323,88 1.439.778.754,12 (929.667.430 (25,357,070,330) (26.302.479.885) 2053 506.760.075.89 1,452,169,630,90 (945,409,555) 2054 504.252.162,09 1.460.540.660,15 (956.288.498 (27.258.768.383) (28.239.689.579) (29.237.990.041) (30.252.282.888) 2055 499.244.100,32 495.159.178,99 1,480,165,295,97 (980.921.196 (998.300.463 (1.014.292.847 2056 1.493.459.641,67 2057 2058 491.143.290,00 1,505,436,137,07 489.631.991,23 1.502.460.666,12 (1.012.828.675 (31.265.111.563) 2059 486.721.974,43 483.095.565,82 1.507,241,002,38 (1.020.519.028 (32,285,630,591) 1.515.697.265,13 (1.032.601.699 (33.318.232.291) 2060 (1.010.213.317 2061 484.821.229,67 1.495.034.546.31 (34.328.445.607) (994.625.355) (35.323.070.962) 485,519,125,77 1.480.144.480,96 2062 2063 486.820.454,59 488.610.453,49 1.462.068.383,14 1.442.582.010,15 (975.247.929 (953.971.557 (36.298.318.891) (37.252.290.448) 2064 (930.645.487 (920.072.614 (38.182.935.935) 2065 490.734.263,32 1.421.379.750,45 2066 491 164 481 62 1.411.237.095.15 493.625.884,90 1.389.093.829,01 (895.467.944 (39.998.476.492) 2067 (40.873.573.329 2068 495 544 894 86 1.370.641.731.32 (875,096,836 (878.395.949 (41.751.969.278) 494.150.136,19 1.372.546.085,64 2069 (42,626,961,153) 2070 493,737,530,28 1.368.729.404.77 (874.991.874) (43.505.211.380) 2071 1.370.586.597,86 (878.250.227 492.336.370,74 2072 491 577 363 85 .370,807,499,60 (879, 230, 136) (44.384.441,516) 487.224.040,01 (904.024.147 (45.288.465.663) 1.391.248.187,47 2074 486.217.613,29 486.811.342,81 1.391.040.613,65 1.382.212.675,01 (904,823,000 (46, 193, 288, 663) (895.401.332 (47.088.689.996) 2075 2076 486.036.216,54 1.381.452.963,16 (895.416.747 (47.984.106.742) (48.856.419.683) 2077 488.820.758.63 1,361,133,699,42 (872.312.941 1.354.317.424,90 (49.721.311.109) (50.566.756.799) 489.425.999,07 (864.891.426) 2078 2079 492.007.471,66 1.337.453.161.85 (845,445,690) (51.404.907.212) (52.235.047.896) 492.973.950,68 (838.150.413 2080 .331.124.363,54 1,324,280,360,85 2081 494.139.676,85 (830,140,684 (811.702.318 (53.046.750.214) 2082 496.996.241,36 1.308.698.559,54 2083 2084 498.230.237,85 499.502.226,12 1.303.141.765,21 1.298.459.698,57 (53.851.661.741) (804.911.527 (798.957.472 (54.650.619.214) 2085 2086 499.742.657,14 1 299 902 819 33 (800, 160, 162 (55,450,779,376) (804.814.374 (56.255.593.750) 1.304.313.737,36 499,499,363,83 2087 498.266.389,76 1,314,739,107,05 (816.472.717 (57,072,066,467) (821.657.940) (57.893.724.407) 1.319.543.136,81 2088 497.885.197,11 1.332.280.205,31 1.349.081.629,81 (836.135.860) (855.373.624) (58.729.860.266) (59.585.233.890) 2089 496.144.345,77 493.708.005,58 (862.168.887) (872.887.525) (876.520.267) (60.447.402.777) 493.017.133,62 1.355.186.020,64 2091 2092 491,750,640,34 1.364.638.165.12 2093 491.636.570,52 1.368.156.837,51 (62.196.810.569)

1.378,557,877,31

ndente ao DRAA 2019

(905, 335, 002)

473.222.875,13 ação Atuarial de 31/12/2018;

2094

LEGISLATILA

Visto

PROTOCOLO

Página 21 de 31

(63, 102, 145, 571)





#### Notas:

- 1) Projeção atuarial de 2019 a 2094 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda MF.
- **2)** Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 9a. Edição (Portaria STN nº 389, de 14/06/2018), válido a partir do exercício financeiro de 2019.
- 3) Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1.
- 4) Dados e principais hipóteses utilizados para a projeção acima:
- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média: Ativos do RPPS, 36,9 anos; Inativos, 62,2 anos; Pensionistas: 57,2 anos;
- Folha 12/2018 Cadastro PREVMILITAR: Ativos, R\$ 86,95 milhões; Inativos, R\$ 34,69 milhões; Pensionistas, R\$ 17,76 milhões;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;
- Apuração das obrigações do PREVMILITAR frente aos atuais e futuros segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.
- **5)** Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVMILITAR.
- 6) Fundamentos Legais para a Avaliação:
- No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o artigo 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 464/2018, no que couber, com suas normas de Atuária;
- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei Complementar nº 21, de 29/06/2000, atualizada; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iv) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (v) a Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011; e (vi) a Lei Complementar estadual nº 123, de 16/09/2013.
- 7) Base Cadastral Disponibilizada:
- O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2018, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial DRAA 2019 PREVMILITAR, abrangeu todos os segurados ativos, inativos e pensionistas do Plano de Custeio Militar (Fundo PREVMILITAR), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 20.788 segurados

Página 22 de 31





efetivamente ativos (exclui os 1.105 afastados e tratados como inativos); 6.671 inativos (inlcui os 1.105 mencionados); e 7.189 pensionistas;

- A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2018. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, inativos e pensionistas.
- 8) Situação Previdenciária Corrente do PREVMILITAR:
- A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados do PREVMILITAR, conforme LC estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do PREVMILITAR e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, inativos e pensionistas vinculados a este Fundo;
- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVMILITAR, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará;
- A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVMILITAR com benefícios previdenciários;
- A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas;
- A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;
- Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Militar do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo PREVMILITAR, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2019 é de 63,0% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao PREVMILITAR para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, §1º, e legislação federal correlata;
- Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Militar do SUPSEC (PREVMILITAR) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do PREVMILITAR, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e

Página 23 de 3





26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;

- Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Militar (PREVMILITAR) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado;
- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.





ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2020

LRF, art 4°, § 2°, inciso V

LIN , all 7	, 92 , 11030 V					
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/	REN	RENÚNCIA DA RECEITA		
		BENEFICIÁRIOS	2020	2021	2022	
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	1.180.284.990	1.224.545.678	1.270.466.141	
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	23.777.207	24,668,852	25.593.934	
	TOTAL		1.204.062.197	1.249.214.530	1.296.060.075	

FONTE: Sistema Escrituração Fiscal Digital e Receita, Unidade Responsável Célula de Benefícios Fiscais, Data da emissão 21/03/2019 e hora de emissão 17:00

#### Nota:

Todos os incentivos fiscais planejados têm por premissa considerar como receita potencial arrecadada apenas o valor líquido, excluídos os benefícios fiscais concedidos. Logo, as receitas previstas nas metas fiscais consideram a efetiva capacidade arrecadatória dos beneficiários dos incentivos. Isso implica dizer que não há possibilidade de despesas públicas serem comprometidas com as receitas renunciadas. Consta, ainda, indicação no demonstrativo das metas fiscais projetadas para os próximos exercícios de que as receitas estão líquidas dos incentivos fiscais concedidos. Tais medidas estão de acordo com o disposto no art. 14 caput e inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DE RECEITA POR REGIÃO - art 165, § 6° da CF/88
2020

LRF, art 4°, § 2°, inciso V

REGIÕES	2020	2021	2022
REGIÃO CARIRI	49.899.679	51.770.917	53.712.326
REGIAO CENTRO SUL	6.344.796	6.582.726	6.829.578
REGIAO GRANDE FORTALEZA	870.889.048	903.547.387	937.430.414
REGIAO LITORAL LESTE	10.472.189	10.864.896	11.272.329
REGIAO LITORAL NORTE	4.628.393	4.801.957	4.982.031
REGIAO LITORAL OESTE VALE DO CURU	6.298.237	6,534.420	6.779.461
REGIAO MACIÇO DO BATURITE	1.689.522	1.752.879	1.818.612
REGIAO SERRA DA IBIAPABA	3.898.824	4.045.030	4.196.718
REGIAO SERTAO CENTRAL	37.482.389	38.887.979	40.346.278
REGIAO SERTAO DE CANINDE	652.903	677.387	702.789
REGIAO SERTAO DE SOBRAL	129.547.823	134.405.867	139.446.087
REGIAO SERTAO DOS CRATEUS	11.377.515	11.804.172	12.246.828
REGIAO SERTAO DOS INHAMUNS	424.535	440.455	456.972
REGIAO VALE DO JAGUARIBE	70.456.347	73.098.460	75.839.652
Total geral	1.204.062.197	1.249.214.530	1.296.060.075

Fonte: SEFAZ/Célula de Benefícios Fiscais

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará parafins de planejamento.



Página 25 de 31





# ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

# MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2020

LRF.	art.	4°.	parágrafo	2°.	inciso V
------	------	-----	-----------	-----	----------

R\$ milhares

EVENTO	Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita	274.845,8
(-) Transferências Constitucionais	68.711,5
(-) Transferências ao FUNDEB	41.226,9
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	164.907,5
Redução Permanente da Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	164.907,5
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	144.300,8
Novas DOCC	133.142,0
Novas DOCC geradas por PPP	11.158,8
Margem Líquida de Expansão de DOCC V = (III - IV)	20.606,7

FONTE: SEPLAG, 12/04/2019, 17h:00min

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, sem que haja aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

Desse modo, o Estado do Ceará, estimou parcela do crescimento do ICMS em 2020 no valor aproximado de R\$ 274,9 milhões de reais para fazer face a novas despesas continuadas.

Contudo, do valor projetado, deve ser deduzida a parcela destinada aos municípios, representando cerca de R\$ 68,7 milhões e o montante que irá compor o FUNDEB, no montante de R\$ 41,2 milhões aproximadamente.







Após realizadas as deduções, R\$ 133,1 milhões, aproximadamente, serão destinados ao custeio dos novos equipamentos previstos com repercussão em 2020. Dentre estes destacam-se os gastos com a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento, Delegacias Regionais, Escolas de Educação Profissional, Samu Estadual e Unidade Semi-Aberta . O Estado prevê ainda possíveis novos dispêndios em 2020 gerados pelo início da execução do novo contrato da Arena Multiuso(Novos Castelão), no montante de R\$ 11,2 milhões.

Por fim, R\$ 20,6 milhões, aproximadamente, é a margem líquida projetada de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que poderão advir em decorrência de outros investimentos planejados pelo Estado para os anos subsequentes.







# I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS

### TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO (1) (2)						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES	22.869.503	23.310.370	24.205.919	25.514.783	27.029.942	28.621.801
Receita tributária	12.197.564	12.944.469	13.797.435	14.648.426	15.552.876	16.508.619
Impostos	11.417.213	12.157.952	12.963.898	13.759.023	14.603.232	15.499.579
Taxas	780.352	786.517	833.536	889.403	949.644	1.009.040
Receita de Contribuição	1.665.813	730.755	771.328	822.076	878.764	932.140
Receita Patrimonial	424.175	771.851	441.751	309.356	323.741	338.972
Receitas Financeiras	353.936	287.040	256.584	269.578	282.449	296.129
Outras Receitas Patrimoniais	70.239	484.811	185.167	39.778	41.292	42.843
Receita de Serviços	106.477	85.444	88.767	92.318	95.780	99.372
Transferências Correntes	7.481.743	7.930.162	8.435.666	8.926.662	9.412.412	9.926.377
Transferências Intergovernamentais	7.385.851	7.838.658	8.339.573	8.825.292	9.305.833	9.814.319
Transferêcias da União	5.859.620	6.247.414	6.661.765	7.044.144	7.445.507	7.870.294
Transferências Multigovernamentais	1.430.705	1.483.872	1.566.260	1.665.138	1.739.965	1.819.152
Transferências dos Municípios	95.527	107.371	111.548	116.010	120.360	124.874
Transferências de Instituições Privadas	16.216	6.212	6.454	6.712	6.964	7.225
Transferências de Pessoas	892	1.374	1.427	1.484	1.540	1.598
Transferências de Convênios	78.784	83.919	88.212	93.174	98.075	103.235
Outras Receitas Correntes	993.730	847.689	670.971	715.946	766.370	816,322
RECEITAS DE CAPITAL	2.539.452	1.484.163	1.661.995	1.622.208	1.523.885	1.449.315
Operações de Crédito	2.051.079	908.065	1.317.171	1.222.636	920.939	631.047
Amortização de Empréstimos	-	3.496	-	-	-	-
Alienação de Bens	16.429	14.495	5.152	148.313	115.140	127.557
Transferências de Capital	471.261	410.909	339.672	251.258	487.806	690.711
Outras Receitas de Capital	683	147.198	-	-	<u> </u>	
TOTAL	25.408.955	24.794.533	25.867.913	27.136.991	28.553.827	30.071.116

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

Nota:

- 1. A partir de 2012 são deduzidos os recursos para formação do FUNDEB.
- 2. Excluídas as receitas intraorçamentárias a partir de 2018

### I.a - Receita Tributária

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	12.197.141	4,9%
2018	12.944.469	6,1%
2019	13.797.435	6,6%
2020	14.648.426	6,2%
2021	15.552.876	6,2%
2022	16.508.619	6,1%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STN

I.c - Outras Receitas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	985.065	-22,1%
2018	847.681	-13,9%
2019	670.971	-20,8%
2020	715.946	6,7%
2021	766.370	7,0%
2022	816.322	6,5%
The second secon		

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STN

I.b - Fundo de Participação dos Estados

,		
METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	4.867.287	-4,1%
2018	5.196.426	6,8%
2019	5.574.031	7,3%
2020	5.908.473	6,0%
2021	6.262.981	6,0%
2022	6.638.760	6,0%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STN

I.d - Receitas de Capital

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$	VARIAÇÃO %
:	milhares	_
2017	2.539.452	44,9%
2018	1.484.163	-41,6%
2019	1.661.995	12,0%
2020	1.622.208	-2,4%
2021	1.523.885	-6,1%
2022	1.449.315	-4,9%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STA





# II - CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO (2)						1007
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES	20.952.113	20.945.105	22.278.226	23.485.223	24.822.075	26.173.105
Pessoal e Encargos Sociais	11.023.337	10.960.737	11.771.082	12.433.527	13.166.190	13.931.563
Juros e Encargos da Dívida	452.098	562.908	645.602	696.558	707.549	708.565
Outras Despesas Correntes	9.476.679	9.421.460	9.861.542	10.355.138	10.948.335	11.532.977
DESPESAS DE CAPITAL	3.656.239	3.684.190	3.527.301	3.586.886	3.664.437	3.828.171
Investimentos	2.467.740	2.708.967	2.370.974	2.379.937	2.480.406	2.492.202
Inversões Financeiras	199.223	168.835	175.430	182.491	189.392	196.541
Amortização Financeira	989.275	806.388	980.898	1.024.458	994.639	1.139.428
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	62.387	64.883	67.316	69.840
TOTAL	24.608.352	24.629.294	25.867.913	27.136.991	28.553.827	30.071.116

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STN

2. Excluídas as Despesas Intraorçamentárias a partir de 2018

II.a - Pessoal e Encargos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	11.023.337	5,4%
2018	10.960.737	-0,6%
2019	11.771.082	7,4%
2020	12.433.527	5,6%
2021	13.166.190	5,9%
2022	13.931.563	5,8%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

II.b - Juros e Encargos da Dívida

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	452.098	1,3%
2018	562.908	24,5%
2019	645.602	14,7%
2020	696.558	7,9%
2021	707.549	1,6%
2022	708.565	0,1%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

II.c - Reserva de Contingência

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %	
2018	-		
2019	62.387,1	#DIV/0!	
2020	64.882,6	4,0%	
2021	67.315,7	3,8%	
2022	69.840,1	3,8%	

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

Outras Despesas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	9.476.679	4,0%
2018	9.421.460	-0,6%
2019	9.861.542	4,7%
2020	10.355.138	5,0%
2021	10.948.335	5,7%
2022	11.532.977	5,3%

Despesas de Investimentos

VALOR				
<b>METAS ANUAIS</b>	NOMINAL R\$	VARIAÇÃO %		
	milhares			
2017	2.467.740	13,6%		
2018	2.708.997	9,8%		
2019	2.370.974	-12,5%		
2020	2.379.937	0,4%		
2021	2.480.406	4,2%		
2022	2.492.202	0,5%		

Despesas de Inversões

Despesas de Inversões					
-	VALOR				
METAS ANUAIS	NOMINAL R\$	VARIAÇÃO %			
	milhares				
2018	168.835	-15,3%			
2019	175.430	3,9%			
2020	182.491	4,0%			
2021	189.392	3,8%			
2022	196.541	3,8%			







# III - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	22.869.503	23.310.370	24.205.919	25.514.783	27.029.942	28.621.801
Receita Tributária	12.197.564	12.944.469	13.797.435	14.648.426	15.552.876	16.508.619
Receita de Contribuição	1.665.813	730.755	771.328	822.076	878.764	932.140
Receita Patrimonial	424.175	771.851	441.751	309.356	323.741	338.972
Aplicações Financeiras (II)	353.936	287.040	256.584	269,578	282,449	296.129
Outras Receitas Patrimoniais	70.239	484.811	185.167	39.778	41.292	42.843
Receita de Serviços	106,477	85,444	88.767	92,318	95,780	99.372
Transferências Correntes	7,481,743	7.930.162	8.435.666	8.926.662	9.412.412	9.926.377
Demais Receitas Correntes	993.730	847.689	670.971	715.946	766.370	816.322
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	22,515,567	23.023.330	23.949.334	25,245,205	26,747,493	28.325.672
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2,539,452	1.484.163	1.661,995	1.622.208	1.523.885	1.449.315
Operações de Crédito (V)	2.051.079	908.065	1.317.171	1.222.636	920.939	631.047
Amortização de Empréstimos (VI)	-	3,496	-	-		-
Alienação de Bens	16,429	14.495	5.152	148,313	115,140	127.557
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VII)						
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (VIII)						
Outras Alienações de Bens		14,495	5.152	148,313	115,140	127.557
Transferência de Capital	471,261	410.909	339.672	251.258	487.806	690.711
Outras Receitas de Capital	683	147,198		-	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (IX)		146.900				
Outras Receitas de Capital Primárias		298	_		-	
Receitas Fiscais de Capital (X)=(IV-V-VI-VII-VIII-IX)	471,944	425,702	344.824	399.572	602,946	818.268
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (XI)=(III+X)	22.987.511	23,449,032	24,294,158	25.644,777	27,350,439	29,143,940
		L. 23.112.112.2011.113.113.113.113.113.113.113.113.113.				
DESPESAS CORRENTES (XII)	20.952.113	20.945.105	22.278.226	23.485.223	24.822.075	26.173.105
Pessoal e Encargos Sociais	11.023.337	10.960.737	11.771.082	12.433.527	13.166.190	13.931.563
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	452.098	562.908	645.602	696.558	707.549	708.565
Outras Despesas Correntes	9,476,679	9.421.460	9.861.542	10.355.138	10.948.335	11.532.977
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV)=(XII - XIII)	20.500.015	20.382.197	21.632.624	22.788.665	24.114.525	25.464.540
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	3.656.239	3.684.190	3.527.301	3.586.886	3.664.437	3.828.171
Investimentos	2.467.740	2.708.967	2.370.974	2.379.937	2.480.406	2.492.202
Programa de Infraestrutura (XVI)	1.177.662	901.890	959.353	635.697	279.896	42.697
Inversões Financeiras	199.223	168.835	175.430	182.491	189.392	196.541
Concessão de empréstimo (XVII)	49.199	25.856	27.020	28.371	29.931	31.577
Amortização da Dívida (XVIII)	989.275	806.388	980.898	1.024.458	994.639	1.139.428
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XIX)=(XV-XVI-XVII-XVIII)	1.440.103	1.950.056	1.560.030	1.898.360	2.359.971	2.614.468
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XX)	-	-	62.387	64.883	67.316	69.840
Restos a Pagar Pagos (XXI)		625.550	549.537	198.088	80.987	78.963
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XXII)=(XIV+XIX+XX+XXI)	21.940.118	22.957.802	23.804.578	24.949.995	26.622.799	28.227.811
RESULTADO PRIMÁRIO XXIII = (XI - XXII)	1.047.393	491,229	489,580	694,781	727,640	916,128







### IV - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO NOMINAL

R\$ milhares

JUROS NOMINAIS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXIV)	353.936	287.040	256.584	269.578	282,449	296.129
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXV)	452.098	562.908	645.602	696.558	707.549	708.565
RESULTADO NOMINAL = (XXIII - XVI) + (XXIV - XXV)	949.231	(686.528)	(858.791)	(367.895)	22,644	460.995

#### V - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	11.820.226	13.865.126	14.724.775	15.201.613	15.074.601	14.721.939
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas (Contratual)	11.820.226	13.865.126	14.724.775	15.201.613	15.074.601	14.721.939
DEDUÇÕES (II)	3.674.142	2.902.700	2.001.562	2.110.505	2.256.983	2.267.313
Ativo Disponível	3.888.804	3.169.616	2.276.486	2.393.677	2.548.650	2.567.730
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	214.662	266.917	274.924	283.172	291.667	300.417
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	8.146.084	10.962.426	12.723.213	13.091.108	12.817.618	12.454.627

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018







# ANEXO II ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020

( Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 )

Em conformidade com a Lei Complementar N°101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento, bem como as providências a serem adotadas, caso se concretizem.

No que concerne a Outros Riscos Ficais Passivos, situações como frustração de arrecadação e discrepância de projeções podem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

Dessa forma, presume-se que o principal risco que poderá afetar o cumprimento das metas no Estado do Ceará para 2020 decorre da possibilidade de frustração na arrecadação de R\$ 140,2 milhões oriundos da alienação de imóveis, tendo em vista que entraves burocráticos poderão ocorrer ao longo do processo.

De forma geral, com o objetivo de minimizar e equacionar os problemas, serão adotadas medidas de redução das despesas discricionárias no montante de R\$ 140,2 milhões, visando garantir o atingimento das metas fiscais do período.

No quadro a seguir evidencia-se o impacto sobre as receitas, em função dos passivos contingentes e dos demais riscos fiscais, bem como as providências que deverão ser tomadas para garantir o equilíbrio das contas públicas no exercício de 2020.

ARF (LRF, art 4°, § 3°)	R\$ milhares

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Redução em R\$ 140,2 milhões na arrecadação de Alienação prevista.	140.155	Redução das despesas de natureza discricionária.	140.155
SUBTOTAL	140.155	SUBTOTAL	140.155
TOTAL	140.155	TOTAL	140.155

FONTE: SEPLAG, 12/04/2019, 10h:00min







#### ANEXO III RELAÇÃO DOS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020

- I. Metas Fiscais;
- II. Renúncia de Receitas e Margem para Expansão da Despesa;
- III. Evolução das Receitas;
- IV. Evolução das Despesas;
- V. Legislação da Receita;
- VI. Legislação da Despesa;
- VII. Regiões de Planejamento;
- VIII. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- IX. Demonstrativo detalhado da Receita da Administração Direta do Tesouro, da Administração Indireta (Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes) e da Administração Indireta (Empresas Controladas);
- X. Demonstrativo da Despesa Por Poder, Órgão e Entidades, segregados por recursos de Tesouro e Outras Fontes
- XI. Demonstrativo da Despesa por Função;
- XII. Demonstrativo da Despesa por Subfunção;
- XIII. Demonstrativo da Despesa por Programa;
- XIV. Demonstrativo da Despesa por Projeto;
- XV. Demonstrativo da Despesa por Atividade;
- XVI. Demonstrativo da Despesa por Operação Especial;
- XVII. Demonstrativo da Despesa consolidado por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação
- XVIII. Demonstrativo da Despesa por Fontes de Recursos;
- XIX. Demonstrativo da Despesa Região;
- XX. Consolidação da Programação dos Investimentos e Inversões por Região;
- XXI. Demonstrativo do Orçamento por Região, Entidade e Projeto/Atividade/Operação Especial;
- XXII. Demonstrativos dos valores referentes às vinculações Constitucionais e Legais (Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia)
- XXIII. Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida;
- XXIV. Demonstrativo do Orçamento por Órgão, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados às Políticas Públicas para Infância e Adolescência;
- XXV. Demonstrativo do Orçamento por Órgão, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados às Políticas Públicas para Política de Gênero;
- XXVI. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FECOP;
- XXVII. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FIT;
- XXVIII. Demonstrativo dos Fundos Especiais e Planos de Aplicação;
- XXIX. Demonstrativo da Dívida Pública e as receitas que as atenderão;
- XXX. Demonstrativo de Programas, Projetos e Atividades com Identificador de Resultado Primário RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5;





- XXXI. Demonstrativo Consolidado dos Recursos de Contrato de Gestão;
- XXXII. Demonstrativo da Tabela de Custos;
- XXXIII. Demonstrativo das Dotações Reservadas para Despesas de Pessoal.
- XXXIV. Demonstrativo dos Valores Alterados dos Programas (PPA X PLOA);
- XXXV. Demonstrativo do Orçamento por Programa, Iniciativa e Ação.



Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

**Descrição:** LEITURA NO EXPEDIENTE

**Autor:** 99723 - CAMILA BRENA GOMES ALVES

Usuário assinador: 99623 - EVANDRO LEITAO\_

**Data da criação:** 06/05/2019 15:08:43 **Data da assinatura:** 07/05/2019 16:55:16



# **PLENÁRIO**

DESPACHO 07/05/2019

LIDO NA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 02 DE MAIO DE 2019.

CUMPRIR PAUTA.

EVANDRO LEITAO

1° SECRETÁRIO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

**Descrição:** DESIGNAÇÃO DE RELATOR COFT

**Autor:** 99437 - COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**Usuário assinador:** 99410 - TIN GOMES

**Data da criação:** 08/05/2019 16:49:38 **Data da assinatura:** 09/05/2019 08:54:30



# COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

# MEMORANDO 09/05/2019

a Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-002-00
•	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
,	DATA REVISÃO:	
	a Adjunta Operacional ulário de Qualidade s Técnicas Permanentes ando de Designação de Relatoria	ulário de Qualidade s Técnicas Permanentes ando de Designação de  DATA  DATA  DATA

# COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Júliocesar Filho

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da ALECE), designamos Vossa Excelência para relatar:

Matéria: SIM

**Emendas:** NÃO

Regime de Urgência: NÃO.

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 303, do Regimento Interno, conforme abaixo:

# Art. 303....

**II -** a elaboração deverá ser concluída em 60 (sessenta) dias, exigindo-se maioria absoluta para a sua aprovação, regendo-se, em tudo o mais, pelas normas do processo legislativo;

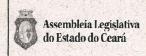
Outrossim, solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

**TIN GOMES** 

feet-

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016 DATA REVISÃO: 04/05/2016 ITEM NORMA: 7.2

## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020

EMENDA N° \_\_\_\_\_ SUBEMENDA N° \_\_\_

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 - As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADO NELINHO Partido: PSDB

NATU	REZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resc	lução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA □	□ SUPRESSIVA	MODIFICATIV	A □ SUBSTITUTIV	A REDACION	NAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII	XII	77	§ 1°, 2°		

#### **EMENTA**

Modifica o inciso IV do Art. 78, da proposição nº 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.383.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

Art. 78 (...)

IV - informações sobre gastos relacionados a viagens nacionais e internacionais realizadas por agentes públicos, empregados e servidores públicos do Estado do Ceará a serviço ou em missões oficiais, incluindo os motivos da viagem.

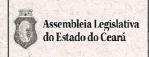
#### **JUSTIFICATIVA**

A proposta de emenda modificativa visa aprimorar a transparência ora decretada pelo Poder Executivo com os gastos em viagens, incluindo seus motivos. De acordo com Decreto nº 30.719. de 25 de outubro de 2011, e suas alterações por meio do Decreto nº 32.969, de 14 de fevereiro de 2019, o agente público receberá diárias, ajuda de custo e passagens somente para desempenhar tarefa oficial, participar de eventos, cursos, seminários, treinamentos ou similares, ficando, inclusive, obrigado a comprová-lo mediante a entrega de cópia do certificado ou declaração de participação do referido evento, é o que dispõe:

> Art.1º Considera-se viagem, em objeto de serviço, o deslocamento do servidor, militar e contratado temporário, de sua sede de trabalho para, em cumprimento à determinação superior, desempenhar tarefa oficial, participar de eventos, cursos, seminários, treinamentos ou similares, desde que ocorra para localidade fora da área metropolitana, para outro Estado da Federação ou para outro país. Art. 4° (...)

> § 2º Quando o deslocamento tiver por finalidade a participação em cursos, seminários, treinamentos ou similares, este fica obrigado a comprová-lo mediante a entrega de cópia do certificado ou declaração de participação do referido evento.

Assinatura do (a) Autor(a):	Nelimbo Freites	
1) [2] 사이트 [2] 아이트 프랑스 스탠딩 아이들 [4] 사이트 [2] 그리고 하라고 그렇게 되었는데 보니는 [4] 그리고 하는데		



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

	<b>EMENDA</b>	

EMENDA N°_	02	SUBEMENDA	N°	1974	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADO NELINHO Partido: PSDB

NATU	REZA DA EMENC	A (Art. 223 da Resc	lução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento Ir	nterno)
ADITIVA C	□ SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIV	A □ SUBSTITUTIV	A REDACION	IAL
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
100	XI	55		II.	CAN STATE

#### **EMENTA**

Acrescenta alínea "d" do inciso II do Art. 55, da proposição nº 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.383.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

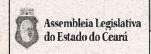
Art. 55. (...)

- II Entes e entidades públicas parceiras:
  - d) comprovar a implantação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

#### **JUSTIFICATIVA**

De acordo com dados divulgados pela Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará, até o início deste ano, menos da metade dos municípios do Ceará fizeram o reajuste salarial dos professores estipulado pelo Ministério da Educação. Portanto, a proposta de emenda é um incentivo para que os Entes Públicos cumpram com o piso salarial em concordância com a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

		, 1 4 .4		ALL YOUR AND A SECOND STATE
Assinatura do (a) Autor(a):	Woll	inh Freites		
	The second secon	And the second s		



FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

がおきな	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
V	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

THE RESERVE OF THE PARTY OF THE		
MICHAEL A PARK		40 BI BO 10000
	1116 684681114	AO PLDO/2020

EMENDA N° 03 SUBEMENDA N°

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADO NELINHO

Partido: PSDB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
□ ADITIVA □	□ SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIV	A PEDACION	VAL .
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃQ	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	ΧI	55		:	- b

#### **EMENTA**

Modifica alínea "b" do inciso II do Art. 55, da proposição nº 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.383.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

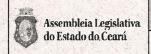
Art. 55. (...)

- II Entes e entidades públicas parceiras:
  - a) estar adimplente com as contribuições do Seguro Safra;
  - b) comprovar a implantação do piso nacional dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate às endemias (ACE);
  - c) comprovar a aderência a programa de contingência aprovado pela Secretaria da Saúde do Estado, quando declarada epidemia de dengue, zika ou febre chikunguya.

#### **JUSTIFICATIVA**

Assim como os agentes comunitários de saúde (ACS), os agentes de combate às endemias (ACE) trabalham em contato direto com a população, contribuindo para promover uma integração entre as vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental. Portanto, a proposta de emenda é um incentivo para que os Entes públicos cumpram com o piso salarial em concordância com a Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018.

	$\mathcal{N} \cap \mathcal{N} = \mathcal{L}$	
Assinatura do (a) Autor(a):	Welindo Freitos	
		1 St. 1975



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ATTENANODIA.	7.0

EODMIII	ADIO	DE EMEN	IDA AO I	PLDO/2020
FURINUL	.Aniu	DE EINEN	IDA AU I	<b>PLDU/ZUZU</b>

EMENDA Nº	H CHRE	MENDA N°
LINITIADA IA	O. / SODE	MILINDAIN

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADO NELINHO Partido: PSDB

NATU	REZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resolu	ução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento	Interno)
□ ADITIVA □	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIV	A REDACIO	NAL
<b>意图的数字</b>		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA	The Albert	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
in .	the state of the state	19 /-	4°		

#### **EMENTA**

Modifica o parágrafo 4º do Art. 19, da proposição nº 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.383.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

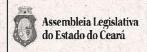
Art. 19. (...)

§ 4º O Poder Executivo Estadual disponibilizará no Portal da Transparência, o acompanhamento de todas as obras de infraestrutura do Estado, com apresentação de quadro demonstrativo dos custos básicos e principais informações em termos físicos e monetários que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

#### **JUSTIFICATIVA**

A proposta de emenda modificativa garante ao cidadão cearense o fácil acesso a todas as obras públicas de infraestrutura, de qualquer valor. É direito de todo cidadão ter acesso a, por exemplo, de onde vêm às receitas do Estado e como são gastos os impostos, isso é o que determina a Constituição Federal de 1988.

Assinatura do (a) Autor(a): UV DU nlo Inland	Pinlo Fictors
--	---------------



# CÓDIGO:

FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO DATA REVISÃO: ITEM NORMA:

04/05/2016 04/05/2016 7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020

EMENDA Nº 05 SUBEMENDA Nº

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306,

2 - As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. NELINHO Partido: PSDB

NATU	JREZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA □	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	A PEDACION	NAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA	16.4	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
(2)		2°	40		

#### **EMENTA**

Modifica o parágrafo 4º do Art. 2º, da proposição nº 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.383.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

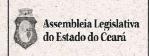
Art. 2° (...)

- § 4º No projeto e na Lei Orçamentária para 2020, os recursos destinados aos investimentos deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada e, em caso de investimentos voltados a novas unidades, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional das ações governamentais, priorizando o efetivo funcionamento dos Fundos:
- I Fundo Estadual de Combate à Pobreza FECOP;
- II Fundo de Inovação Tecnológica FIT;
- III Fundo de Desenvolvimento Industrial FDI;
- IV Fundo Estadual do Trabalho FET;
- V Fundo de Defesa Social FDS;
- VI Fundo Estadual de Recursos Hídricos FUNERH;
- VII Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar FEDAF;
- VIII Fundo Estadual de Assistência Social FEAS;
- IX Fundo Estadual da Criança e do Adolescente FECA;
- X Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas FEPAD.

#### **JUSTIFICATIVA**

A proposta de emenda modificativa visa priorizar o efetivo funcionamento de importantes Fundos focados em áreas estratégicas da Administração Pública, inclusos na Lei nº 16.613, de 18 de julho de 2018. Além disso, inclui como prioridade o Fundo de Defesa Social como mecanismo de combate a violência, o Fundo Estadual do Trabalho para execução das ações e serviços, bem como atendimento e apoio técnico e financeiro à política estadual do trabalho, emprego e renda. Prioriza, ainda, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos para dar suporte a Política Estadual de Recursos Hídricos e seus objetivos, em conformidade com a Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010.

Assinatura do (a) Autor(a):	Welink	Freites	A STATE OF THE STA	



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	72

FORMULARIO DE EMENDA	A AO	PLDO/2	020
----------------------	------	--------	-----

	1				
PARPAIDA	NIO ()	- OHE	CHARAIDA		
EMENDA	IN U	<b>5</b> 506	EMENDA	N.	
Street Control of the Control	Street Street	The state of the s	recording to the factors of	1/26	A 10 P 10 P

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADO NELINHO Partido: PSDB

NATU	REZA DA EMEND	A (Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA □	SUPRESSIVA	MODIFICATIV	A □ SUBSTITUTIV	A REDACION	VAL
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
iii	l -	. 19	5°		

#### **EMENTA**

Modifica o parágrafo 5° do Art. 19, da proposição n° 42/2019, oriunda da mensagem n° 8.383.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

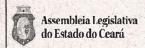
Art. 19. (...)

§ 5° As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

#### **JUSTIFICATIVA**

A proposta de emenda modificativa garante o acesso às informações em 180 dias contados da data da publicação da Lei. O texto atual não deixa claro o prazo quando diz "a partir de 180 dias contatos da publicação".

		11	linlo Fr	1		
Assinatura do (a) Autor(a):	7 1 1 1 9	WO	umeo In	ulos	Wal Land	



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NODREA.	7.0

	~ 1	P I		 -		-	-	EM			<b>~</b>		-	-		-		-	~	^
-	G (	H I	и	Δ	ĸı	-		- N/I	121	NΙ	. 1 /	\ . A	vo		4		11-2	41	7	

EMENDA	- n		20 77		
EMENDA	No C	SUBEM	ENDA	N°	100

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADO NELINHO Partido: PSDB

NAT	UREZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
<b>ADITIVA</b>	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	A □ SUBSTITUTIV	A REDACIO	VAL /
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
V	XII	66			

#### **EMENTA**

Acrescenta parágrafo 3º ao inciso II do Art. 66, da proposição nº 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.383.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

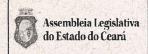
Art. 66. (...)

§ 3º Os serviços de consultoria somente serão contratados nas situações em que as atividades não possam ser executadas exclusivamente por servidores ou empregados da Administração Pública Estadual, devendo ser disponibilizado no Portal da Transferência, juntamente com a íntegra do contrato e respectiva justificativa, contendo: motivação da contratação, as especificações dos serviços, o quantitativo de consultores, custo total e o prazo de conclusão.

#### **JUSTIFICATIVA**

A proposta de emenda inclui um importante regramento para contratação de consultorias e sua transparência, fundamentado no que dispõe o art. 37 da Constituição Federal, obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, obedece ao princípio jurídico da motivação, em que a administração deverá justificar seus atos, apresentando as razões que o fizeram decidir sobre os fatos com a observância da legalidade governamental.

Assinatura do (a) Autor(a): _	Welinho Freitos	
	(BEST STOP) 그렇지만 보고 있는 (BEST STOP) (BE	





CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00 DATA EMISSÃO:

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

04/05/2016 DATA REVISÃO: 04/05/2016 **ITEM NORMA:** 7.2

					00/2020

EMENDA N° OS SUBEMENDA N°

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 - As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADO NELINHO

Partido: PSDB

NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regimento Ir	nterno)
☐ ADITIVA □	SUPRESSIVA	MODIFICATIV	A SUBSTITUTIV	/A □ REDACION	IAL .
	•	LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
V	ΧI	67		1,111	

#### **EMENTA**

Modifica o inciso I e III do Art. 67, da proposição nº 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.383.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

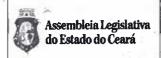
Art. 67. (...)

I – no Poder Executivo: 48,6% (quarenta e oito inteiros e seis décimos por cento); III - no Poder Legislativo: 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento);

#### JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 101, a despesa total com pessoal para o Legislativo de Estados com um único Tribunal de Contas não deve exceder 3%. Porém, naqueles com TCM, aumenta-se 0,4%. Em 2017, houve a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará - TCM com a PEC 07/2017, determinando a incorporação de todos os servidores efetivos do TCM ao TCE, incluindo os procuradores e auditores que atuavam na Corte. Portanto, esta proposta de emenda mantém o entendimento de que as despesas com pessoal do Tribunal de Contas do Estado aumentaram com a extinção do TCM, fazendo jus ao que esta Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, em 2018.

Wolinko Freitos Assinatura do (a) Autor(a): \_



#### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020 EMENDA Nº 04 S	UBEMENDA N°	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Aud	dic Mota		Pai	rtido: PSB	<u> </u>
NA	TUREZA DA EMENI	OA (Art. 223 da Resolu	ção nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento I	ntemo)
ADITIVA	SUPRESSIVA	□ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	□ REDACIO	NAL
2070.000	1.000.000.000.000 4.000.0000000000000000	LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
101		20 00 00 00 00 00		4.5	

#### **EMENTA**

Acrescenta dispositivo ao PL 42/2019, oriunda da mensagem 8.383, de autoria do Poder Executivo no capítulo III, seção II e renumera os demais.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. As emendas individuais de parlamentares serão executadas no limite de 0,9% (zero virgula nove por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde ou combate à seca.

§1º É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o caput deste artigo, respeitadas as vedações constantes no art. 28 desta lei.

§2º A execução do montante destinado a ações e serviços de saúde, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do art. 198, § 2º, II da CF/88, vedada a destinação para pagamento de pessoal e encargos sociais.

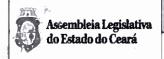
#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como principal objetivo incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias a obrigatoriedade de execução das emendas propostas por parlamentares.

Atualmente o orçamento ainda é autorizativo, não havendo previsão de obrigatoriedade de execução das despesas previstas na lei orçamentária aprovada pela Assembleia Legislativa. Assim, a autorização da execução das emendas parlamentares depende de autorização pelo Poder Executivo.

A execução obrigatória das emendas parlamentares, além de fazer prevalecer os interesses dos cidadão, fortalece o Poder Legislativo.

p-2



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

 CÓDIGO:
 FQ-COTEC-053-00

 DATA EMISSÃO:
 04/05/2016

 DATA REVISÃO:
 04/05/2016

 ITEM NORMA:
 7.2

Pelo exposto, concluímos que a inclusão da obrigatoriedade da execução da programação orçamentária, dará autonomia ao parlamento, tornando as emendas aprovadas na Assembleia Legislativa, impositivas.

Assinatura do(a) Autor(a):	fer J	
	1.	



Assinatura do(a) Autor(a):

# COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

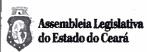
DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

Regimento Interno); 2 – As emendas pod disposto no art. 210, §	erão ser apresentad 1º, deste Regimento	as somente enquant (Art. 226, Regimento	as e Tributação poderão o as proposições estivere o Interno); ena de indeferimento (Art	em em pauta e nas C	omissões, ressalvado
Autor(a): Audic N	lota			Partido: PSB	
			0 400	e " 8	
NATUR	EZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA □	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	A U SUBSTITUTIV	A REDACIO	VAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
Capítulo III	11	21			
	elicite in a Maria vette	stranger many home			NATIONAL AND A STREET PROGRAMMENT OF THE STREET
Altera dispositiv	o do Projeto d		IENTA riundo da Mensa	nem 8 383	
Altera dispositiv		CONTEÚDO	DA PROPOSTA	90111 0:000	
Art. 21. Será	assegurado a	os membros	do Poder Legis	slativo o aces	so ao sistema
			Poder Executive		
Sistema Integra			aliação – SIMA e	e ao Sistema d	le Convênios (
Congêneres do					

virtual que processa informações sobre repasse e transferências de recursos federais, permitindo e facilitando a atuação do Poder Legislativo em sua atividade fiscalizatória.



Assembleia Legislativa	PERMANENTES	CODIGO:	FQ-COTEC-053-00	
do Estado do Ceará	,	DATA EMISSÃO:	04/05/2016	
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA REVISÃO:	04/05/2016	
		ITEM NORMA:	7.2	
FORMULÁRIO DE EME	NDA AO PLDO/2020 EMENDA Nº	L SUBEMEN	NDA N°	
PROPOSIÇÃO Nº 42/2	010 ORILINDA DA MENSAGEM Nº 8.383 _ "F	NSPÕE SORPE	AS DIDETDIZES	

Regimento Interno); 2 – As emendas pod	derão ser apresentad	as somente enquan	ças e Tributação poderão to as proposições estivere		
	§1º, deste Regimento erão ser apresentadas		o Interno); pena de indeferimento (Art	. 109, Parágrafo Único	o, Regimento Interno
Autor(a): Audic I	Mota	*	F	Partido: PSB	<u> </u>
NATUR	REZA DA EMENDA	. (Art. 223 da Resc	olução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
ADITIVA =	SUPRESSIVA	□ MODIFICATIV	A SUBSTITUTIV	A   REDACIO	NAL
300300000000000000000000000000000000000		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA	PET TO A POST OF THE PET TO A	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
Capítulo III	- u	21	Parágrafo único		

#### **EMENTA**

Acrescenta o parágrafo único ao art. 21 do PL 42/2019, oriundo da mensagem 8.383, de autoria do Poder Executivo

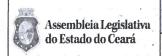
# CONTEÚDO DA PROPOSTA

Parágrafo único. Será disponibilizado, em até 30 dias da aprovação desta Lei, senha de acesso aos sistemas para os membros do Poder Legislativo.

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda tem como principal objetivo efetivar o acesso dos parlamentares ao sistema e - Parcerias, ao Sistema Integrado de Monitoramento, Avaliação - SIMA e ao Sistema de Convênios e Congêneres do Ceará - SINCOV disponibilizando senha de acesso dos sistemas aos parlamentares.

Assinatura do(a) Autor(a):	Alma)	



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
 DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

,				
			DI D	0 10 00 0
$\Lambda \cup H \Lambda$	 EMENDA	$\Lambda I I$	D: 11	17"241"241

EMENDA N°	12	SUE	BEME	ADA	N°
-----------	----	-----	------	-----	----

Partido: PSOL

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

**ATENÇÃO**: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(	(a	: Renato Roseno

N	IATUREZA DA EMEN	DA (Art. 223 da Resoluç	ção nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento In	terno)
X ADITIVA	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	☐ REDACION	IAL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		27	§5°		

#### **EMENTA**

Acrescenta o parágrafo 3º no artigo 27 da LDO.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

"Art. 27 [...]

§ 3º Na elaboração da Lei Orçamentária Anual, deverão ser priorizados recursos para o cumprimento do artigo 224 da Constituição Estadual, garantindo-se o necessário investimento no sistema de ensino superior público do Estado do Ceará." (AC)

#### **JUSTIFICATIVA**

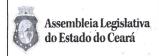
Esta emenda objetiva garantir a aplicabilidade do artigo 224 da Constituição Estadual, ao estabelecer que:

ART.224: O Governo Estadual aplicará, mensalmente, nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal para despesas de capital do sistema de ensino superior público do Estado do Ceará, respeitada a proporcionalidade dos recursos repassados às universidades públicas estaduais nos últimos dois anos anteriores à promulgação desta Constituição.

O mandamento constitucional demanda, portanto, atendimento específico nas leis orçamentárias de forma a concretizar o investimento no ensino público superior estadual.

Assinatura do(a) Autor(a): \_

ohe	desend.		



### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO;	04/05/2016
100000000000000000000000000000000000000	

FORMULA	RIO DI	EEMEN	DA A	O PI	LDO/	2020	EMENDA	Nº 13	SUBE	MENDA	V°
			*				- 1			1943	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

**ATENÇÃO**: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

A . ( ) M		DOOL
Autorial: Danata Dacana	Dartido:	DCUI
Autor(a): Renato Roseno	Partido:	FJUL

N.	ATUREZA DA EMEN	DA (Art. 223 da Resoluç	ção nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento Int	erno)
X ADITIVA	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	☐ REDACION	AL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA	PERMITTED A	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII		86	§5°		

#### **EMENTA**

Acrescenta o parágrafo 5º no artigo 86 da LDO.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

"Art. 86 [...]

§5º A concessão de subsídios de tarifas de água e de esgoto às sociedades empresárias com estabelecimento situado no Estado do Ceará, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial, será suspensa em períodos de escassez hídrica." (AC)

#### **JUSTIFICATIVA**

O instrumento previsto no inciso III, artigo 5°, da Lei do Fundo de Desenvolvimento Industrial prevê os subsídios tarifários de água como um de seus mecanismos de atração industrial. Cumpre considerar, entretanto, as dificuldades de gestão e oferta hídrica que o Ceará possui para atender às prioridades legais de abastecimento humano e dessedentação animal. Neste sentido, a autorização conferida deve ser ponderada com o devido acesso ao bem de uso comum, garantindo-se que o estímulo ao consumo industrial fique suspenso em períodos de escassez hídrica.

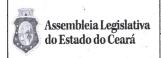
Assinatura do(a) Autor(a):	Keuse	Liferia	
	0		



CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

A PAR	uo Estado do Ceara	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA RE
		TORRIBLANIO DE EMERDA AO TEDO,	ITEM NO

PARA A ELABOF	N° 42/2019, ORIUI RAÇÃO E EXECU	NDA DA MENSAG IÇÃO DA LEI ORÇ	EM N° 8.383 - "DISF AMENTÁRIA PARA	PÕE SOBRE AS E O EXERCÍCIO DI	DIRETRIZES E 2020".
Regimento Interno) 2 – As emendas podisposto no art. 210	); oderão ser apresentad 0, §1°, deste Regimen	as somente enquanto to (Art. 226, Regimento	s e Tributação poderão se as próposições estiverem o Interno); ena de indeferimento (Art	em pauta e nas Comi	issões, ressalvado d
Autor(a): Renat	o Roseno			Partido: PS	OL
			ução nº 389, de 12/12/		
X ADITIVA	SUPHESSIVA	□ MODIFICATIVA	CÃO DA EMENDA	A PEDACIOI	VAL
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII		86	§4°		
crescenta o par	ágrafo 4º no artigo	86 da LDO.	DA PROPOSTA		
"Art. 86 [] §4° Os em poderão ser representar	préstimos e r concedidos ite legal sob	CONTEÚDO  incentivos fis às empresas qualquer tí		iretores, admi ido doadores	inistradores s nas últin
"Art. 86 [] §4° Os em poderão ser representar	préstimos e r concedidos ite legal sob	conteúdo incentivos fis às empresas qualquer tí a Chefe de Exc	DA PROPOSTA cais aos quais cujos sócios, d tulo tenham s	iretores, admi ido doadores	inistradores s nas últin



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

PROPOSIÇAO N PARA A ELABOR	° 42/2019, ORIUN AÇÃO E EXECU	IDA DA MENSAGE ÇÃO DA LEI ORÇ <i>A</i>	M N° 8.383 - "DISF MENTÁRIA PARA	PÕE SOBRE AS D O EXERCÍCIO DE	DIRETRIZES E 2020".
		es je s	0		
Regimento Interno); 2 – As emendas podisposto no art. 210	derão ser apresentada , §1°, deste Regimento	s somente enquanto as o (Art. 226, Regimento	e Tributação poderão se s proposições estiverem nterno); na de indeferimento (Ari	em pauta e nas Comi	ssões, ressalvado o
Autor(a): <u>Renat</u>	o Roseno	<u> </u>	1 1111 3 11	Partido: PS	OL
				a an ili	
NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Resolu	ção nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento II	nterno)
X ADITIVA 🖂	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIV	A REDACIO	NAL
		LOCALIZA	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII		86	§3°		
Acrescenta o pará	ágrafo 3º no artigo		ENTA		
"Art. 86 []  §3° Os empoderão se administrado	préstimos e i r concedidos	CONTEÚDO I  ncentivos fisc às empresa sentante legal	ENTA  DA PROPOSTA  cais aos quais s cujos respo sob qualquer t	onsáveis, sód	ios, diretore
"Art. 86 []  §3° Os empoderão se administrado	oréstimos e i r concedidos ores ou repres	CONTEÚDO I ncentivos fisc às empresa sentante legal " (AC)	DA PROPOSTA eais aos quais s cujos respo	onsáveis, sód	ios, diretore



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

	<b>EMENDA</b>	

	*	
EM	ENDA Nº	16

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

A /	-۱.	Donata Donana		Partido:	DSOL
Autor	a):	Renato Roseno	*4 * 1 * 1 * 1 * 1 * 1	Partido.	FOUL

NATU	REZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Resoluç	ção nº 389, de 12/12/1	996 - Regimento Ir	nterno)
X ADITIVA :	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIVA	☐ REDACION	VAL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII		86	§2°		

#### **EMENTA**

Acrescenta o parágrafo 2º no artigo 86 da LDO.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

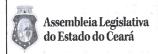
"Art. 86 [...]

§2º O Estado do Ceará somente efetuará o pagamento de créditos de natureza tributária via ressarcimento ou outro instrumento jurídico relacionado aos incentivos conferidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial, após a regular apuração do saldo devedor do Estado e obedecida à ordem cronológica de constituição do crédito." (AC)

#### **JUSTIFICATIVA**

A referida emenda objetiva constituir critérios objetivos para o pagamento dos créditos oriundos de incentivos fiscais de ICMS no Estado do Ceará. Desta forma, eventuais créditos que empresas ou particulares tenham em face do Estado devem ser empenhados e pagos após liquidação do montante devido e obedecida à ordem cronológica de constituição das dívidas.

Assinatura do(a) Autor(a):



# COMISSÕES TÉCNICAS

FQ-COTEC-053-00

PERMANENTES		
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

FORMULARIO D	DE EMENDA AO P	EMENDA N°_	SUBEME	NDA N° _					
PROPOSIÇÃO N PARA A ELABOP	l° 42/2019, ORIUN RAÇÃO E EXECUÇ	DA DA MENSAG ÇÃO DA LEI ORÇ	EM N° 8.383 - "DISF AMENTÁRIA PARA	PÕE SOBRE AS D O EXERCÍCIO DE	DIRETRIZES E 2020".				
Regimento Interno) 2 – As emendas po disposto no art. 210	ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno); 2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno); 3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)								
Autor(a): Renat	o Roseno	, d .,		Partido: PS	OL				
9 7	Q5 .	The same that stand		18 m					
NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento Ir	nterno)				
X ADITIVA 🗆	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIV	A PEDACION	VAL'				
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA						
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA				
	l l	25	§3°						
		EN	IENTA						
Acrescenta o para	ágrafo 3º no artigo 2	25 da LDO.							
		CONTEÚDO	DA PROPOSTA						
The state of the s									
"Art. 25 []									
§3º Deverá ser esgotada a capacidade de funcionamento das estruturas atuais em detrimento dos investimentos em novas estruturas de igual ou similar natureza." (AC)									
JUSTIFICATIVA									
A presente er estaduais.	menda prioriza	o uso das est	ruturas já existent	es, otimizando	os recursos				
	(		)						
Assinatura do(a	a) Autor(a):	Xende L	Jew						



**CAPÍTULO** 

III

# COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

_		

FORMULARIO DE EMENDA AO PLDO/2	1020 EMENDA N°SUBEMENDA N°						
PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO D	A MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES A LEI ORÇAMEN (ÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".						
ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno); 2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno); 3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)							
Autor(a): RENATO ROSENO	Partido: PSOL						
NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)							
□ ADITIVA □ SUPRESSIVA X MOD	IFICATIVA □ SUBSTITUTIVA □ REDACIONAL						

#### **EMENTA**

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Altera o caput do artigo 33 da Mensagem 42/2019.

SEÇÃO

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

O caput do art. 33 da Mensagem 43/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**ARTIGO** 

33 caput

"Art. 33 A Lei Orçamentária consignará, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências, à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica, cumprindo e ampliando o disposto no art. 212 da Constituição Federal, e art. 216 da Constituição Estadual." (NR)

# **JUSTIFICATIVA**

Segundo informações da Secretaria de Educação, o Estado do Ceará investe acima do mínimo estabelecido constitucionalmente. Constata-se, portanto, a possibilidade de ampliação progressiva dos recursos investidos em área fundamental para o desenvolvimento e garantia de direitos.

Assinatura do(a) Autor(a): _	Leudedoseno	



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

	,					
<b>FORMUL</b>	ARIO	DE	<b>EMENDA</b>	AO	PIDC	1/2020

i	4						
	<b>EMENDA</b>	No	Q	SUBEM	ENDA	NIO	
	FIAIFIADY			SUDEIN		1.4	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno):

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): RENATO ROSENO_	* *	144.1	Partic	lo: PSOL	
	1 19 19 19 19	se n offi p	<u> </u>		

X ADITIVA	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	A SUBSTITUTIVA	☐ REDACION	IAL
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	National Parket	8°.	4°		

#### **EMENTA**

Acrescenta §4° ao art. 8° do PLDO

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 8° (...)

§4º Integrará a relação do Anexo IV referido no inciso II, demonstrativo consolidado por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades, dos recursos destinados às políticas públicas para combater a desigualdade de gênero, em especial no que tange à violência contra a mulher, à igualdade nas condições de trabalho, aos direitos sexuais e reprodutivos, à assistência humanizada à gestação, ao parto e ao puerpério. (AC)

#### **JUSTIFICATIVA**

O enfrentamento da desigualdade de gênerode não pode ser adiado, e isso passa necessariamente pela alocação de recursos. O objetivo da emenda é facilitar o monitoramento e a transparência na execução de políticas para combate à desigualdade de gênero, sendo o orçamento segregado instrumento importantíssimo para tanto, tendo em vista a transversalidade dessas políticas. Tal desafio foi inclusive diagnosticado no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2008-2011), que representou a primeira tentativa oficial de constituir um "orçamento mulher" ou "orçamento de gênero" a partir do levantamento dos diversos orçamentos setoriais estabelecidos no Plano Plurianual Federal da época. A legislação constitucional e infraconstitucional traz em diversos momentos a importância da destinação orçamentária para políticas para mulheres que fundamentam o texto do inciso acrescido.

Diz a Constituição, que estão entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos (art. 7°, XX); que o Estado deve garantir aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil (art. 227,§1°, I). A Lei 11340/2006 (Lei Maria da Penha) dispõe que o Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 32) e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei. (art. 39). Desta forma, o orçamento-mulher seria fundamental para transparência do cumprimento desses preceitos legais.

Assinatura do(a) Autor(a):



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
 DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

IENDA AO PLDO/2020

<b>EMENDA</b>	N°	20	SUBEMENDA N°
---------------	----	----	--------------

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

**ATENÇÃO**: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): RENATO ROSENO	9.	Partido: PSOL	

NA	TUREZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Resolu	ıção nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento Ir	nterno)
□ ADITIVA	☐ SUPRESSIVA	X MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIVA	☐ REDACION	NAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		25	único		in dented

#### **EMENTA**

Altera o parágrafo único do artigo 25 da Mensagem 42/2019.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

O parágrafo único do art. 25 da Mensagem 43/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 (...)

Parágrafo Único: As operações de crédito de que trata o inciso VI que forem aprovadas pelo Senado Federal, observadas as demais condições impostas pela Lei, poderão ser incluídas no orçamento por meio de emendas ou créditos adicionais." (NR)

#### **JUSTIFICATIVA**

O inciso VI do art. 25 veda a inclusão na Lei Orçamentária de operações de crédito não contratadas ou cujas cartas-consultas não tenham sido recomendas pela COFIEX no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento, e Gestão até 30 de agosto de 2017.

O parágrafo único do art. 25, por sua vez, diz que "as operações de créditos de que tratam o inciso VI que forem recomendadas após 30 de agosto poderão ser incluídas no orçamento por meio de emendas ou créditos adicionais."

A exceção criada no parágrafo único, foge à razoabilidade, pois permite a inclusão na Lei Orçamentária de operações de crédito sem autorização do Senado Federal, apenas com a recomendação da COFIEX.

A Constituição Federal é explícita no art. 52, V, ab determinar que é competência do Senado Federal a aprovação de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, do Estados, Distrito Federal Território e Municípios. O Senado regula as operações de crédito na Resolução 43/2001, que determina:

**Art.**28. São sujeitas a autorização específica do Senado Federal, as seguintes modalidades de operações:

- I de crédito externo;
- II decorrentes de convênios para aquisição de bens e serviços no exterior;
- III de emissão de títulos da dívida pública;
- IV de emissão de debêntures ou assunção de obrigações por entidades controladas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios que não exerçam atividade produtiva ou não possuam fonte própria de receitas.

Parágrafo único. O Senado Federal devolverá ao Ministério da Fazenda, para as providências cabíveis, o pedido de autorização para contratação de operação de crédito cuja documentação esteja em desacordo com o disposto nesta Resolução.

A Lei de Responsabilidade Fiscal também é expressa:

- Art. 32.0 Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.
- § 10O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:
- I existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;
- VI observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Por sua vez, o Decreto 3.502/2000, que dispõe sobre a reorganização da COFIEX, afirma que a sua função é "identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas" (art. 2°, I), sendo que os resultados de sua avaliação são consubstanciados em recomendações às autoridades. **Desse modo, tal recomendação não tem qualquer caráter vinculativo à decisão do Senado.** 

O parágrafo único pode gerar distorções graves, como ocorreu no caso do projeto "Acquário Ceará", em que o Estado desembolsou milhões de reais dos cofres públicos para o início da obra sem nenhum garantia formal de que obterá o empréstimo internacional que a viabilizaria. A previsão é temerária e viola o princípio da gestão fiscal reponsável, motivo pelo qual peço apoio para aprovação desta emenda.

Assinatura do(a) Autor(a):	ende Lorens	



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020	EMENDA N° 21 SUBEMENDA N°
-----------------------------------	---------------------------

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

**ATENÇÃO**: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Ren	ato Roseno	_ [k, ]!	Partido:	PSOL

NA	TUREZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Resolu	ção nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento In	terno)
□ ADITIVA	SUPRESSIVA	X MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	☐ REDACION	IAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
1		2°	§4°		

#### **EMENTA**

Modifica o parágrafo 4º no artigo 2º.

# CONTEÚDO DA PROPOSTA

"Art. 2º [...]

§ 4º No Projeto e na Lei Orçamentária para 2020, os recursos destinados aos investimentos deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada e, em caso de investimentos voltados a novas unidades, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional das ações governamentais, **especialmente:** 

I - a promoção da inclusão social;

II – as ações de saneamento básico;

III - a humanização do sistema penitenciário e socioeducativo;

IV - as ações para reduzir os índices de violência e criminalidade.

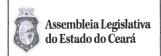
V - as ações de enfrentamento à crise hídrica e de promoção da segurança alimentar
 VI - os investimentos em educação e saúde;" (AC)

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda inclui finalidades sociais como diretrizes prioritárias para a elaboração orçamentária.

Assinatura do(a) Autor(a):	7100111ata1a a0(a) 71at01(a)1
----------------------------	-------------------------------



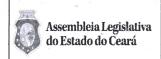


# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
_	ITEM NORMA:	7.2

		_
· ·		

ATENÇÃO: 1 - Son	anto na Comissão de	o Orcamento, Financa	s e Tributação poderão se	r ofertadas emendas s	ao Projeto (Art. 30)
Regimento Interno);		V -	as proposições estiverem		
disposto no art. 210	, §1°, deste Regimen	to (Art. 226, Regiment			
Autor(a): Renate	o Roseno			Partido: PS	OL
	9	2 181	. 7.**		
NATU	REZA DA EMENDA	A (Art. 223 da Reso	ução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
X ADITIVA	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	SUBSTITUTIV	A REDACIO	NAL
			AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III		25	§2°		
Acrescenta o pará	ágrafo 2º no artigo		DA PROPOSTA		
"Art. 25° [] § 2° Na á valorização garantindo-s unidades em	rea de Educ profissional, se o abastecin substituição	CONTEÚDO cação, terão recuperação nento de água àquelas que f	prioridade os e modernizaç e saneamento b uncionem em pr	ão de unida pásico, a const édios alugado	des escola rução de no s, bem com
"Art. 25° [] § 2° Na á valorização garantindo-s unidades em destinados	rea de Educ profissional, se o abastecin substituição	CONTEÚDO cação, terão recuperação nento de água àquelas que f a merenda e	prioridade os e modernizaç e saneamento b	ão de unida pásico, a const édios alugado	des escola rução de no s, bem com
"Art. 25° [] § 2° Na á valorização garantindo-s unidades em destinados	rea de Educ profissional, se o abastecin substituição à garantia d	CONTEÚDO cação, terão recuperação nento de água àquelas que f a merenda e	prioridade os e modernizaç e saneamento b uncionem em pr	ão de unida pásico, a const édios alugado	des escola rução de no s, bem com
"Art. 25° [] § 2° Na á valorização garantindo-s unidades em destinados	rea de Educ profissional, se o abastecin substituição à garantia d	CONTEÚDO recuperação nento de água àquelas que f a merenda e gicos." (AC)	prioridade os e modernizaç e saneamento b uncionem em pr	ão de unida pásico, a const édios alugado	des escola rução de no s, bem com



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
ı	ITEM NORMA:	7.2

CODMIN Á	DIO DE	FREEDINA	AO DI	000000
<b>FORMULA</b>	KIO DE	EMENDA	AU PI	<b>_DO/2</b> 020

EMENDA N° 23 SUBEMENDA N°

Partido: PSOL

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

**ATENÇÃO**: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor	(a	): F	lenat	o Ro	seno
-------	----	------	-------	------	------

NATU	JREZA DA EMEN	DA (Art. 223 da Resoluç	ão nº 389, de 12/12/1	996 - Regimento Inte	erno)
X ADITIVA	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIVA	□ REDACIONA	AL .
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		13		VI, VII e VIII	

#### **EMENTA**

Acrescenta os incisos VI, VII e VIII no artigo 13.

### CONTEÚDO DA PROPOSTA

"Art. 13 [...]

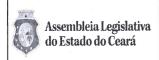
VI - despesas com a admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;

VII - despesas com Contribuição Patronal - Regime Próprio da Previdência Social, incluindo as despesas de exercícios anteriores relativas a esta contribuição; VIII - despesas com Contribuição Patronal - Regime Geral de Previdência Social, incluindo as despesas de exercícios anteriores relativas a esta contribuição. (AC)

### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda objetiva ampliar a transparência e acessibilidade do PLOA 2020, ampliando as dotações que devem ser discriminadas.

Assinatura do(a) Autor(a):



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

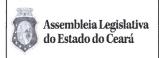
CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)  X ADITIVA SUPRESSIVA MODIFICATIVA SUBSTITUTIVA REDACIONAL  LOCALIZAÇÃO DA EMENDA  CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA  II 8º II "d"  EMENTA  Acrescenta a alínea "d" no inciso II do artigo 8º.  CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8º []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demonstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstratívo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020			EMENDA N°_	24 SUBEME	NDA N° _
Regimento interno); 2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado disposto no art. 210, \$1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno); 3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)  Autor(a): Renato Roseno  Partido: PSOL  NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)  X ADITIVA SUPRESSIVA MODIFICATIVA SUBSTITUTIVA REDACIONAL  LOCALIZAÇÃO DA EMENDA  CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA  II 8º II "d"  EMENTA  Acrescenta a alínea "d" no inciso II do artigo 8º.  CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8º []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demonstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	PROPOSIÇÃO Nº PARA A ELABORA	42/2019, ORIUN AÇÃO E EXECUÇ	IDA DA MENSAG ÇÃO DA LEI ORÇ	EM Nº 8.383 - "DISF AMENTÁRIA PARA	PÕE SOBRE AS D O EXERCÍCIO DI	DIRETRIZES E 2020".
NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)  X ADITIVA SUPRESSIVA MODIFICATIVA SUBSTITUTIVA REDACIONAL  LOCALIZAÇÃO DA EMENDA  CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA  II 8º II "d"  EMENTA  Acrescenta a alínea "d" no inciso II do artigo 8º.  CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8º []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demonstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstratívo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	Regimento Interno); 2 – As emendas pode disposto no art. 210,	erão ser apresentada §1°, deste Regimento	s somente enquanto a (Art. 226, Regimento	as proposições estiverem Interno);	em pauta e nas Comi	issões, ressalvado o
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA  CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA  II 8º III "d"  EMENTA  Acrescenta a alínea "d" no inciso II do artigo 8º.  CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8º []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demenstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	Autor(a): Renato	Roseno			Partido: PS	OL
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA  CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA  II 8º III "d"  EMENTA  Acrescenta a alínea "d" no inciso II do artigo 8º.  CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8º []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demenstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	NATUR	EZA DA EMENDA	(Art. 223 da Resolu	ução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento li	nterno)
CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA II 8º II "d"  EMENTA  Acrescenta a alínea "d" no inciso II do artigo 8º.  CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8º []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demenstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.						
EMENTA  Acrescenta a alínea "d" no inciso II do artigo 8°.  CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8° []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demonstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.			LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
EMENTA  Acrescenta a alínea "d" no inciso II do artigo 8°.  CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8° []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demonstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
CONTEÚDO DA PROPOSTA  "Art. 8º []  II - []  d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demonstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.			8°		11	"d"
d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demonstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.				DA PROPOSTA		
d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demenstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	"Art. 8º []					
isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza finance tributária e creditícia;" (AC)  JUSTIFICATIVA  A presente emenda propõe demenstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	II - []					
A presente emenda propõe demenstrativo específico que auxilie a compreensão da proposta orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.	isenções, an	istias, remis	sões, subsídi			
orçamentária com demonstrativo dos efeitos das isenções fiscais e benefícios financeiros.			JUSTI	FICATIVA		
Assinatura do(a) Autor(a):	orçamentária co	om demonstrati	vo dos efeitos d	as isenções fiscais		



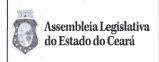
Assinatura do(a) Autor(a): \_

# COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEMA NODALA.	7.0

FORMULÁRIO D	E EMENDA AO P	LDO/2020	EMENDA N° 2	SUBEME	NDA N°_
PROPOSIÇÃO N PARA A ELABOP	l° 42/2019, ORIUN RAÇÃO E EXECUÇ	DA DA MENSAGE ÇÃO DA LEI ORÇA	 M N° 8.383 - "DISI MEN∏ÁRIA PARA	PÕE SOBRE AS I O EXERCÍCIO DI	DIRETRIZES E 2020".
Regimento Interno) 2 – As emendas po disposto no art. 210	; derão ser apresentada ), §1º, deste Regimento	s somente enquanto as (Art. 226, Regimento I	e Tributação poderão se proposições estiverem nterno); na de indeferimento (Ar	em pauta e nas Com	issões, ressalvado
Autor(a): Renat	o Roseno			Partido: PS	OL
NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Resoluç	ção nº 389, de 12/12/	/1996 - Regimento I	nterno)
X ADITIVA 🖂	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIV	'A □ REDACIO	NAL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
1		2°	§10		
"Art. 2º [] <b>§10 A Lei O</b>	ágrafo 10 no artigo a	CONTEÚDO D	OA PROPOSTA Cação de recurs	sos para garaı	ntir a execu
		JUSTIF	ICATIVA		
A presente em de Educação, pública.	nenda garante pri cujas metas e	oridade de recur stabelecidas em	sos para a implei lei devem con	mentação do Pla stituir prioridade	no Estadual na gestão



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

	,			
	ADIO	EMEND	$\Lambda$	PLDO/2020
FURIVIUI	ARIU	EWENT.	A A()	PIIN II ZUZU

EMENDA N° 26 SUBEMENDA N°

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Renat	o Roseno	Partido:	PSOL
. rarear facts received	0 11000110	i aitiao.	I OOL

NATU	REZA DA EMEN	DA (Art. 223 da Resoluç	ção nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento II	nterno)
X ADITIVA	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIVA	□ REDACIO	VAL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
2		12	§4°		

#### **EMENTA**

Acrescenta o parágrafo 4º no artigo 12, renumerando os que lhe seguem.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

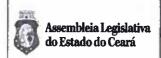
"Art. 12 [...]

§ 4º Os relatórios conterão indicação nominal das empresas beneficiárias, o objeto e respectivos valores das operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, até 31 de dezembro de 2018, bem como os retornos de pagamento por parte das empresas beneficiadas, a natureza do benefício fiscal concedido e respectivos índices, a estimativa da perda de arrecadação e justificativa." (AC)

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda objetiva garantir a transparência da lista de empresas beneficiadas pelo FDI, viabilizando o controle social e conferindo publicidade aos retornos dos pagamentos e as estimativas de arrecadação em razão dos benefícios concedidos.

Assinatura do(a) Autor(a):



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

DATA EMISSÃO: 04/05/2016
DATA REVISÃO: 04/05/2016

7.2

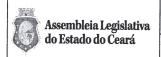
ITEM NORMA:

PROPOSIÇÃO Nº PARA A ELABORA	42/2019, ORIUN ÇÃO E EXECUÇ	IDA DA MENSA ÃO DA LEI ORÇ	AGEM Nº 8.383 - "I CAMENTÁRIA PARA	DISPÕE SOBRE	AS DIRETRIZES DE 2020".
Regimento Interno); 2 – As emendas pod disposto no art. 210, §	erão ser apresentada ¡1º, deste Regimento (	s somente enquanto Art. 226, Regimento	as e Tributação poderão o as proposições estivere Interno); ena de indeferimento (Art	m em pauta e nas C	Comissões, ressalvado
Autor(a): Audic N	lota	: S		Partido: PSB	ε"
NATUR	EZA DA EMENDA	(Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
	-	□ MODIFICATIVA	. The R.		
2.0		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
Capítulo III	IV.	43	Parágrafo único.	CAN THE	
		EM	ENTA		
Parágrafo único prestação de as fixadas de aco utilizados para	o. Sem prejuíz ssistência méc rdo com os este fim, prefe	eto de Lei nº 4 CONTEÚDO CO do dispost lica, laborator aumentos ac erencialmente	12, oriundo da Me DA PROPOSTA to no artigo 23 rial, e hospitalar tumulados pelos , os recursos do que compõem o	desta lei, as aos serviços insumos de imposto de r	dotações para públicos serão saúde, sendo enda retido na

**JUSTIFICATIVA** 

A presente emenda tem por objetivo revitalizar os serviços de saúde prestados pelo ISSEC, com aproveitamento preferencial dos recursos do IRRF dos próprios servidores, para que as dotações destinadas à esses serviços possam acompanhar os aumentos dos insumos de saúde, os quais tem sido maiores que o índice oficial de inflação

Assinatura do(a) Autor(a):



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO	) DE	<b>EMENDA</b>	AO	PL	DO/2020
------------	------	---------------	----	----	---------

EMENDA N	28	SUBEMENDA N°_	
----------	----	---------------	--

Partido: MDB

PROPOSIÇÃO N° 42/2019, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor (a): WALTER CAVALCANTE

NA	TUREZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resolu	ção nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
<b>⊠</b> ADITIVA	□ SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	REDACION	NAL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA	000	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
Ш	IV	43°			

#### **EMENTA**

Acrescenta-se o 43º-A ao art. 43º

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

43°-A Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para compra do Hospital São Lucas no Município de Crateús.

#### **JUSTIFICATIVA**

A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a compra do Hospital São Lucas no Município de Crateús pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida Emenda.

Assinatura do Autor\_

WALTER CAVALCANTE Vice - Lider do Governo



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

のは、	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

<b>FORMUL</b>	ÁRIO	DE	<b>EMENDA</b>	AO	PLDO	/2020

EMENDA Nº 29	SUBEMENDA N°	
--------------	--------------	--

Partido: MDB

PROPOSIÇÃO N° 42/2019, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

**Autor (a): WALTER CAVALCANTE** 

NAT	UREZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resolu	ção nº 389, de 12/12/19	996 - Regimento I	nterno)
<b>⊠</b> ADITIVA	□ SUPRESSIVA	□ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	□ REDACIO	VAL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA	100000000000000000000000000000000000000	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
ll e		12°			in the same

#### **EMENTA**

Acrescenta-se o § 4° ao art. 12°

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

§ 4° - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para construção e melhoria de unidades habitacionais, bem como a revitalização das áreas urbanizadas ao seu entorno.

#### **JUSTIFICATIVA**

A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar a construção e a melhoria de unidades habitacionais, bem como a revitalização das áreas urbanizadas ao seu entorno, por dotações da Lei Orçamentária Anyal (LOA).

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida Emenda.

Assinatura do Autor

WALTER CAVALCANTE
Vice - Lider do Governo



# COMISSÕES TECNICAS

## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

新作品	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

	•			
FORMIII	VDIU DE	EMENDA	AO DI	DO/2020
IUNIUL	ANIO DE	CINCIADA	AUFL	.UU:ZUZU

EMENDA Nº	OE	_ SUBEMENDA N°
-----------	----	----------------

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

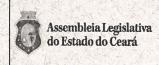
ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 -- As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor (a): WALTER CAVALCANTE	Partido: MDB
------------------------------	--------------

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)   NATUREZA DA EMENDA						
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA  CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA  III II 33°  EMENTA  Acrescenta-se o Parágrafo Único ao art. 33°  CONTEÚDO DA PROPOSTA  Parágrafo Único - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante.  JUSTIFICATIVA  A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apolo dos nobres pares pela-aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor	NATU	REZA DA EMENDA	A (Art. 223 da Re:	solução nº 389, de 12/1	2/1996 - Regimento I	nterno)
CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA  III II 33°  EMENTA  Acrescenta-se o Parágrafo Único ao art. 33°  CONTEÚDO DA PROPOSTA  Parágrafo Único - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante.  JUSTIFICATIVA  A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apoio dos/nobres pares pela-aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor	⊠ ADITIVA □	□ SUPRESSIVA	☐ MODIFICATI	VA 🗆 SUBSTITUTI	VA □ REDACION	NAL
EMENTA  Acrescenta-se o Parágrafo Único ao art. 33º  CONTEÚDO DA PROPOSTA  Parágrafo Único - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante.  JUSTIFICATIVA  A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apoio dos/nobres pares pela-aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor			LOCALIZ	ZAÇÃO DA EMENDA		
EMENTA  Acrescenta-se o Parágrafo Único ao art. 33º  CONTEÚDO DA PROPOSTA  Parágrafo Único - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante.  JUSTIFICATIVA  A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares pela-aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor	CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
CONTEÚDO DA PROPOSTA  Parágrafo Único - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante.  JUSTIFICATIVA  A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peça o apoio dos/nobres pares pela-aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor	111	11	33°			
Parágrafo Único - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante.  JUSTIFICATIVA  A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apoio dos/nobres pares pela-aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor	**************************************		E	MENTA		
Parágrafo Único - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante.  JUSTIFICATIVA  A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida Emenda.	Acrescenta-se	o Parágrafo Ún	ico ao art. 33	30		
para emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante.  JUSTIFICATIVA  A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor	1		CONTEÚD	O DA PROPOSTA	and the second s	And the control of th
dotação orçamentária para a emissão gratuita da carteira estudantil e o fardamento da rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçamentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apoio dos/nobres pares pela-aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor	para emissão o Estadual do en	gratuita da cart Isino médio reg	eira estudant ular, de temp Jus	il e o fardamento oo integral e profis	da rede escolar ssionalizante.	<u>pública</u>
rede escolar pública Estadual do ensino médio regular, de tempo integral e profissionalizante pela Lei Orçanzentária Anual (LOA).  Diante do exposto, peço o apoio dos/nobres pares pela-aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor						•
Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida Emenda.  Assinatura do Autor						-
Assinatura do Autor	profissionalizar	nte pela Lei Org	amentária A	nual ( <b>LOA</b> ).		
WALTER CAVALCANTE			oio dos/nobre	es pares pela-apro	ovação da referio	da Emenda.
Vice/- Lider do Governo	<u></u>	WALT				



### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

Partido:MDB

Service and the service of		Alta Maria	100 200 - 100 2	5-1	1. 1. 1. 1. 1. 1.	
FORMUL	ARIO	DE	EMFNDA	AOI	חם ופ	/2020

EMENDA Nº	21	SUBEMENDA N°	
LIMITIADY IA		SUBEMENDAN	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo

NATU	JREZA DA EMEN	NDA (Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regimento	Interno)
☐ ADITIVA ☐	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	REDACIONA	AL .
		LOCALIZA	ÇÃQ DA EMENDA	Burk His Bart	
CAPÎTULO -	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
3 W - 1 W		4º	ÚNICO		

#### **EMENTA**

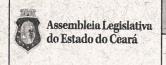
MODIFICA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 4º DO PLDO 2020.

### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

Parágrafo único. Além dos resultados, objetivos e premissas do Plano Plurianual 2020-2023, a Lei Orçamentária Anual 2020, bem como sua execução, deverá se pautar pela transparência, mediante a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária, inclusive por meio eletrônico, nos sítios oficiais do Estado, em linguagem clara, acessível à população, como também, que essas informações sejam disponibilizadas aos deficientes visuais por meio de sistema de acessibilidade.

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda objetiva contemplar os deficientes visuais, no sentido de permitir que esse público possa ter acesso às informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária do Estado do Ceará. Para que isso aconteça, faz-se imprescindível que sejam desenvolvidos sistema de acessibilidade, a fim de que esse público possa ouvir o conteúdo por meio de uma voz sintetizada.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
N.A.	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
1	DATA REVISÃO:	04/05/2016
2	ITEM NORMA:	7.2

					5					C: 10					1-1-			
E	റ	D	RA	11	1 .	V D	10	F	E	CAAL	ENID	A	- A	0	DI	DO	1200	20

EMENDA Nº 32	SUBEMENDA Nº
FIMEIADY IA	_ SUBEMIENDA N

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo

Partido:MDB

NATU	IREZA DA EMENDA	A (Art. 223 da Reso	olução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regimento	Interno)
□ ADITIVA □	SUPRESSIVA D	MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	REDACIONA	NE CONTRACTOR
		LOCALIZ	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
yıı.		78	§ 2°		

#### **EMENTA**

MODIFICA O § 2º DO ARTIGO 78 DO PLDO 2020.

### CONTEÚDO DA PROPOSTA

Artigo 78 (...)

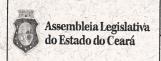
§ 2º O Portal da Transparência deverá ser divulgado nos principais meios de comunicação do Estado como forma de incentivar a sociedade a consultá-lo, devendo ser adaptado para se integrar com tecnologias acessíveis para deficientes visuais.

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda objetiva possibilitar aos deficientes visuais ter acesso às informações do portal da transparência, a fim de que estes também possam acompanhar como o Estado aplica seus recursos, no intuito de prestar contas sobre o dinheiro público. É de suma importância que esse portal seja adaptado para se integrar com tecnologias acessíveis para o referido público, a fim de cumprir com a determinação do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o qual estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Assinatura do(a) Autor(a):

Asconsit 1- page is So 3



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	. 7.2

FORMULA	ARIO	DE	EMEND	AAO	PIDO	1/2020

EMENDA Nº 33 SUBEMENDA Nº

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo

Partido:MDB

ill.	VIII	51	§ 2°		7-10-00
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	The Marie	LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		A TOTAL YO
□ ADITIVA □	SUPRESSIVA D	MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	REDACIONA	AL .
NATI	JREZA DA EMENDA	A (Art. 223 da Resol	lução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento	Interno)

#### **EMENTA**

MODIFICA O ARTIGO 51, § 2°.

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Artigo 51 (...)

§ 2º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I será dispensado ou inexigível, nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e na regulamentação estadual, devendo o extrato da justificativa de ausência de realização de chamamento público ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública, sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei.

#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva adequar o texto do artigo às disposições expressas na Lei Federal nº. 13.019/2014, especificamente no artigo 32, § 1º, esclarecendo que, no caso de ausência de realização de chamamento público, o extrato da justificativa do administrador público deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
h	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

	STATE OF THE	J. S. T (5.)				
FC	PMI	APIO	DEEN	AENDA.	AO DI	DOISON

	21.		
EMENDA Nº	.14	SUBEMENDA Nº	
		CODEMENDATI	. Carried and the

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo

Partido:MDB

☑ ADITIVA □ SUPRESSIVA □ MODIFICATIVA □ SUBSTITUTIVA □ REDACIONAL						
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA	4 2 4		
CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA						
III	I safe	18	§ 2º			

#### **EMENTA**

ACRESCENTA O INCISO VIII AO § 2º DO ARTIGO 18 DO PLDO 2020.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

VIII - disponibilização de informações, em meio eletrônico, com a utilízação de ferramentas ou sistema de acessibilidade, que permitam aos deficientes visuais compreender e monitorar os gastos públicos.

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda objetiva contemplar os deficientes visuais, no sentido de permitir que esse público possa ter acesso às informações relativas aos gastos públicos do Estado do Ceará. Para que isso aconteça, faz-se imprescindível que sejam desenvolvidos sistema de acessibilidade ou disponibilizadas ferramentas com link para download, a fim de que esse público possa ouvir o conteúdo por meio de uma voz sintetizada.

<sup>2 –</sup> As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

<sup>3 -</sup> As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
19	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
ال	ITEM NORMA:	7.2

	3		
<b>FORMULÁ</b>	RIO DE	<b>EMENDA AO</b>	PLDO/2020

EMENDA	NIO 26	CUDENCH	DA NIO	
EMENDA	IA )	SUBEMEN	DAN	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

#### Autor(a): Deputado Leonardo Araújo

Partido:MDB

NATU	JREZA DA EMEN	IDA (Art. 223 da Reso	olução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regimento	Interno)		
□ ADĮTIVA □ SUPRESSIVA ☑ MODIFICATIVA □ SUBSTITUTIVA □ REDACIONAL							
	"我有要没有的。"	LOCALIZ	AÇÃO DA EMENDA	46 1 1 + 6 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1			
CAPÍTULO	CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA						
VII		91					

#### **EMENTA**

MODIFICA O CAPUT DO ARTIGO 91 DO PLDO 2020.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

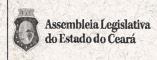
Art. 91. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro, com fundamento na Constituição Federal, será realizada segundo os princípios da democracia, da justiça social, da transparência, da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, do equilíbrio, da clareza, com a participação da sociedade civil do Estado do Ceará.

#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva aperfeiçoar a redação do caput do artigo 91 do PLDO 2020, elencando outros princípios que representam mandamentos de otimização no Estado Democrático de Direito no âmbito da concepção da proposta orçamentária. O princípio da unidade versa que o orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro, sendo respaldado legalmente por meio do artigo 2º da Lei 4.320/64 e pelo § 5º do artigo 165 da CF 88. Além disso, o princípio da universalidade explica que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado, o que é indispensável para o controle parlamentar, tendo por fundamento a Lei 4.320/64. O princípio da anualidade dispõe que o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano, cujo embasamento legal é o § 5º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O princípio da exclusividade aborda que a lei orçamentária deverá conter apenas matéria orçamentária ou financeira, ou seja, deve ser excluído qualquer dispositivo estranho à estimativa de receita e à fixação de despesa, com respaldo no artigo 165, § 8º, da CF. Os princípios do equilíbrio e da clareza são referentes ao equilíbrio que deve existir entre operações de crédito e despesas de capital, conforme propõe o artigo 167, inciso III, da CF 1988; como também que o orçamento público do Estado deve ser apresentado em linguagem clara e compreensível a todas pessoas.

Assinatura do(a) Autor(a):

shown if hop it to 3)



### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

The state of the s				
CODRALII A	DIAB	TERREALD A	AO DI DO	0000
FURIVIULA	KIUL	E EMENDA	AU PLUU	ZUZU

EMENDA	Nº 36	SUBEMENDA N°
man a n a post a don't a	Control of the contro	CODLINEINDICA

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo

Partido:MDB

NAI	UKEZA DA EMENDA	A (Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA □	□ SUPRESSIVA 🖾	MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIVA	☐ REDACIONA	L ,
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO SEÇÃO ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍ					
, II	(1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	15			

#### **EMENTA**

MODIFICA O CAPUT DO ARTIGO 15 DO PLDO 2020.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

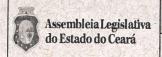
Artigo 15. Os recursos destinados à publicidade e ao apoio cultural deverão fortalecer veículos públicos, comunitários, independente e privados, em conformidade com o que dispõe o art. 157 da Constituição do Estado do Ceará, garantida a transparência das parcerias firmadas pela Administração Pública, regidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou segundo o regramento da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei das licitações e contratos públicos, e Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 200 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda objetiva adequar o texto do artigo, fazendo referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, que também é instrumento gerencial no âmbito da destinação de recursos na área de publicidade e apoio cultural, tendo como objetivo principal inibir o endividamento público, propondo limites dos gastos desnecessários e firmando definitivamente os princípios básicos da prudência no manuseio da coisa pública. A referida adequação tem por fundamento, principalmente o artigo 51, § 1º, da LRF, o qual estabelece que os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos: Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril; e Estados, até trinta e um de maio.

Assinatura do(a) Autor(a):

Asomet 1- page 1 003



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
1	ITEM NORMA	72

<b>FORMULÁR</b>	IO DE	EMENDA	AO	DI DO	/2020
COMMULAR	IU DE	ENIENDA	AU		/2020

	77	
EMENDA Nº	3 T SUBER	MENDA N°

Partido: PSOL

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno):

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Renato Roseno

NATU	REZA DA EMEN	DA (Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno) 3
X ADITIVA	SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	A REDACIO	VAL
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
1		2°	\$3° e \$4°		

#### **EMENTA**

Acrescenta os parágrafos 3º e 4º no artigo 2º, renumerando os que lhe seguem.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

"Art. 20 [...]

§ 3° Além das disposições anteriores, a lei orçamentária priorizará o efetivo funcionamento dos fundos:

I - Fundo Estadual da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Estadual da Cultura;

III - Fundo Estadual de Combate à Pobreza;

IV - Fundo Estadual de Assistência Social;

V - Fundo de Inovação Tecnológica;

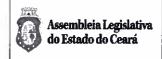
VI - Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas - FEPAD;

VII - Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará.

§ 4° A Lei Orçamentária conterá os demonstrativos orçamentários consolidados dos fundos mencionados no § 3º deste artigo." (AC)

#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva restituir a redação original da LDO em conformidade com os avanços legislativos incorporados nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Neste sentido, acresce que, na elaboração orçamentária, sejam priorizados os Fundos de garantias de direitos, bem como que sejam enviados os respectivos demonstrativos orçamentários consolidados, como forma de viabilizar uma análise acessível do funcionamento destes fundos pela sociedade civil.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

				50	
FORMULÁRIO D	E EMENDA AO P	LDO/2020	EMENDA Nº_	<u>38</u> subeme	NDA N°
PROPOSIÇÃO N	Nº 42/2019, ORIUI	NDA DA MENS	AGEM Nº 8.383 - " ÇAMENTÁRIA PARA	DISPÕE SOBRE A O EXERCÍCIO D	AS DIRETRIZES DE 2020".
Regimento Interno) 2 – As emendas pedisposto no art. 210	; oderão ser apresentad; , §1º, deste Regimento	as somente enquant (Art. 226, Regimente	ças e Tributação poderão to as proposições estiver o Interno); pena de indeferimento (Ar	em em pauta e nas C	omissões, ressalvado o
Autor(a): Audic	Mota		<u> </u>	Partido: PSB	
NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
■ ADITIVA □	SUPRESSIVA	□ MODIFICATIVA	A SUBSTITUTIV	/A □ REDACION	NAL
	-	LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		jeto de Lei 42/ CONTEÚDO	MENTA /2019, oriundo da DA PROPOSTA		
executadas ob	pes orçamentar servando o per pato de sua cria	centual mínim ação, por parla		ção Federativa e cinco por cen	ı – PCF serão to) de recursos
A procente em	anda tam asma		FICATIVA		

A presente emenda tem como principal objetivo garantir percentual mínimo, para que haja a execução das emendas parlamentares que destinem recursos através do Programa de Cooperação Federativa, assegurando, assim, que haja valor minimamente aprovado para garantir sua execução.



Assinatura do(a) Autor(a):

## COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

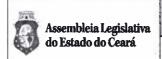
CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

	50			26	
FORMULÁRIO D	E EMENDA AO PI	LDO/2020	EMENDA N°_	3 <u>9                                    </u>	NDA N°
PROPOSIÇÃO N PARA A ELABOR	№ 42/2019, ORIUN RAÇÃO E EXECUÇ	NDA DA MENSA ÇÃO DA LEI ORG	AĞEM Nº 8.383 - "I ÇAMENTÁRIA PARA	DISPÕE SOBRE A O EXERCÍCIO D	AS DIRETRIZES DE 2020".
			(3)		
Regimento Interno) 2 – As emendas podisposto no art. 210	; oderão ser apresentada , §1º, deste Regimento	as somente enquant (Art. 226, Regimente	ças e Tributação poderão to as proposições estivero o Interno); pena de indeferimento (Art	em em pauta e nas C	Comissões, ressalvado o
Autor(a): Audic	Mota		<u> </u>	Partido: PSB	
NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	· lução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
ADITIVA D	SUPRESSIVA [	□ MODIFICATIV	A SUBSTITUTIV	A REDACIO	NAL.
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
11		10	18		
		Samuel and Salar Pa	arat A		
Acrescenta dis	spositivo ao Proj	eto de Lei 42	MENTA /2019, oriundo da DA PROPOSTA	mensagem 8.	383.
	identifique obse	ervado o perc	las pela Assemb entual mínimo de		
			FICATIVA		
parlamentares	aprovadas pel	la Assembleia	stinar código ider a, garantindo, na ática para sua ex	estrutura e c	io às emendas organização do
	Î				



Assinatura do(a) Autor(a):

## COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

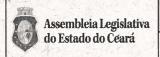
CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

FORMULÁRIO DE	EMENDA AO PL	_DO/2020	EMENDA Nº _	YO SUBEME	NDA N°
			- " - 8.383 - " AMENTÁRIA PARA	(	<del>-</del>
			2	14	
Regimento Interno); 2 – As emendas pod disposto no art. 210, §	erão ser apresentada §1º, deste Regimento	s somente enquant (Art. 226, Regimento	cas e Tributação poderão o as proposições estiver o Interno); sena de indeferimento (Ar	em em pauta e nas C	omissões, ressalvado o
Autor(a): Audic N	fota			Partido: PSB	
NATUR	EZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
ADITIVA 🗆	SUPRESSIVA [	□ MODIFICATIVA	A □ SUBSTITUTIV	/A □ REDACION	NAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
As emendas precursos para	parlamentares as áreas de	eto de Lei 42/ CONTEÚDO aprovadas saúde e ed intação, quan	IENTA /2019, oriundo da DA PROPOSTA pela Assemblei lucação deverão do da sua criação FICATIVA	a Legislativa ter limite mi	que destinam



FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

Partido: PROS

			1. 1. 1.	and the same of th			
-	0	 ADIO		FRAFAIR	A	OBI	DOIDOOD
-	" 12	 APILL	1111		$\Delta$		LDO/2020

EMENDA Nº	41	SUBEMENDA	No	
EMENDA N°	7	SOBEMENDA	N.	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

NA	TUREZA DA EMEN	DA (Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12/	/1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA	□ SUPRESSIVA	X MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	REDACIONA	AC 14 (1)
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		•
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
Service of the servic					

#### **EMENTA**

ALTERA O PARAGRAFO 1º DO ARTIGO 3º DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

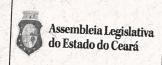
#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

#### Art. 3º omissis

§ 1º As metas fiscais poderão ser reajustadas na Lei Orçamentária e na Execução Orçamentária, desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores no percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento) que afetem as projeções das receitas, incluídos os critérios adotados para a estimativa de arrecadação e despesas previstas no anexo I desta Lei, justifiquem e comprovem a necessidade de alterações.

#### **JUSTIFICATIVA**

As metas fiscais não podem ser modificadas sem justa e específica motivação, já que esta é a finalidade de determinar metas fiscais, regulando despesas, receitas e modo de aplicação dos recursos. Caso seja admissível ajustar desmoderadamente, carece de propósito a presente lei orçamentária, bem como sua validade e utilização.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
7	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO: ITEM NORMA:	04/05/2016
-	TITEM NORWA:	7.2

FORMULÁRIO DE E	MENDA AO	PLDO/2020
-----------------	----------	-----------

				-		
EMENDA N	42	SUBEN	IENDA Nº		4	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306,

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

Partido: PROS

ADITIVA	SUPRESSIVA	X MODIFICATIVA	ução nº 389, de 12/12	- regimento	interno)
2 1		TO THIVA		REDACION	Al
NDÍTUU A		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
APÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

#### **EMENTA**

ALTERA O PARAGRAFO 3º DO ARTIGO 3º DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA

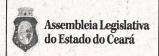
## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 3º omissis

§ 3º Caso as ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem a projeção ou realização das receitas, nos termos do Anexo I desta Lei, venham a alterar as metas fiscais ora estabelecidas, deverá o Chefe do Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa as alterações realizadas, por meio de relatório detalhado, justificando e demonstrando impacto das alterações.

## **JUSTIFICATIVA**

As metas fiscais não devem ser modificadas sem justa e específica motivação e, caso sejam alteradas, haja apresentação de relatório enviado à Casa Legislativa no qual constem todos os dados e percentuais de alteração, bem como o impacto na receita.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NODMA.	7.0

Partido: PROS

FORMUL	ADIO	DEEM	ENIDA	A 0	DIE	MANA
LOKINOL	ARIU	DE EIN	ENUA	AU	PLL	JUZUZU

EMENDA Nº 43 SUBEMENDA Nº

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

ADITIVA D	□ SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	A □ SUBSTITUTIV	A REDACION	VAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

#### **EMENTA**

ACRESCENTA O PARAGRAFO 2º À REDAÇÃO DO ARTIGO 4º DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

### CONTEÚDO DA PROPOSTA

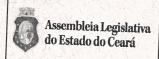
Art. 4º omissis

[...]

§2º Além dos objetivos e premissas indicados no presente artigo, a Lei Orçamentária Anual 2020 também deverá se pautar pela busca da atenuação da desigualdade social e da integração intermunicipal, como finalidades a serem igualmente priorizadas.

#### **JUSTIFICATIVA**

A redução da desigualdade social e a integração intermunicipal são finalidades primordiais para qualquer planejamento orçamentário de Governo, de modo a favorecer o cearense e impulsionar a economia popular.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00	
DATA EMISSÃO:	04/05/2016	
DATA REVISÃO:	04/05/2016	
ITEM NORMA:	7.2	

FORMULÁRIO D	E EMEND	A AO PL	DO/2020
--------------	---------	---------	---------

EMENDA	Nº	44	SUBEMENDA Nº	
	-		SOBEMENDY No	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306,

2 - As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

					Partido: PROS
NATU	IREZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	olução nº 389, de 12/12	24000	Sight Ha
X ADITIVA	SUPRESSIVA D	☐ MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA		
CAPÍTULO		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		The fact that the
CAPITOLO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	·				17 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1

#### **EMENTA**

ACRESCENTA AS ALÍNEAS "d" E "e" À REDAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 8º DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 8º omissis

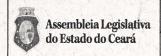
[...]

II - omissis

- d) demonstrativo de todo o passivo com incentivos fiscais;
- e) demonstrativo de crédito das empresas junto ao Fisco.

## **JUSTIFICATIVA**

O objetivo é dar ampla ciência do passivo das empresas, bem como o valor creditício que estas possuem junto ao Fisco Estadual, tendo em vista que não se conhece o critério de liberação ou de estipulação dos créditos junto às empresas contratadas pelo Estado.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

Partido: PROS

FORMIII	ÁRIO I	E EMEND	A AO PI	DO/2020

	1.			
EMENDA Nº	4 32	<b>SUBEMENDA</b>	No	
LINEINDAN	the last the	SUDLINLIADA		The second of

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

X ADITIVA 🗆	SUPRESSIVA	□ MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIVA	F REDACION	AL,
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA	Commence of the Commence of th	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

#### **EMENTA**

ACRESCENTA O PARAGRAFO 18 À REDAÇÃO DO ARTIGO 10 DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

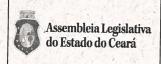
Art. 10. omissis

...

§ 18 As despesas referentes às Parcerias Público-Privadas deverão ser detalhadas em relatório minucioso, de fácil acesso e entendimento, evidenciando os dados principais de cada parceria ajustada, para acompanhamento e utilização das referidas despesas.

#### **JUSTIFICATIVA**

É importante que sejam relacionadas e demonstradas as Parcerias Público-Privadas e os valores relativos às despesas a estas encaminhadas, comprovando a necessidade e tornando cada vez mais transparente a aplicação dos recursos da Administração Pública Estadual.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	72

Partido: PROS

<b>FORMUI</b>	ÁRIO	DE	<b>EMENDA</b>	10	DI DO	12020
CITIOL	DIZIO.		CIVICINUA	AU	PLUC	//0//0

EMENDA	No	46	SUBEMENDA Nº	6.0	
LINEITOA	IN .	10	SODEMENDY N.	W. I	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

NATU	REZA DA EMEN	IDA (Art. 223 da Resolu	ução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento II	nterno)
	The same of the sa	□ MODIFICATIVA			
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
			16. 25. 14. 14. 14.		WALL TO

#### **EMENTA**

ACRESCENTA O PARAGRAFO 19 À REDAÇÃO DO ARTIGO 10 DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

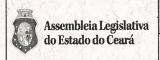
## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 10. omissis

§ 19 Os critérios para liberação de valores e créditos relativos a contratos celebrados deverão ser idênticos, não privilegiando quaisquer empresas, desde que possuam finalidades congêneres.

#### **JUSTIFICATIVA**

O objetivo é unificar o critério de liberação dos valores creditados em favor de empresas contratadas para execução de obras e serviços junto ao Estado.



### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00	
1	DATA EMISSÃO:	04/05/2016	
	DATA REVISÃO:	04/05/2016	
	ITEM NORMA:	7.2	

Partido: PROS

FORMULI	ADIO DE	<b>EMENDA AO</b>	DI DOMON
FC12KNIN		PMPNIJA ALI	PI 130 1/201201

	I STATE OF THE STA		
<b>EMENDA</b>	Nº 47	SUBEMENDA	N°

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

NATU	REZA DA EMEN	IDA (Art. 223 da Resolu	ução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
X ADITIVA -	SUPRESSIVA	□ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	REDACION	AL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
14 C V S C S C S C S C S C S C S C S C S C					

#### **EMENTA**

ACRESCENTA O PARAGRAFO 4º À REDAÇÃO DO ARTIGO 12 DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

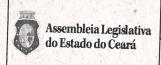
Art. 12. omissis

[...]

§ 4º Os programas e os projetos financiados pelo FECOP e pelo FIT incentivarão a implementação de políticas públicas direcionadas ao diagnóstico e solução de problemas geradores de alta vulnerabilidade social, sendo prioridades da Administração Pública Estadual.

#### **JUSTIFICATIVA**

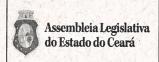
O objetivo principal dos programas desenvolvidos pelo FECOP e pelo FIT é eliminar a pobreza, incentivar o desenvolvimento dos cidadãos e garantir melhor qualidade de vida por meio de formação profissional e educacional.



CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00 DATA EMISSÃO: DATA REVISÃO: ITEM NORMA: 04/05/2016 04/05/2016 7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

PARA A ELABO	RAÇÃO E EXECU	ÇÃO DA LEI OR	AGEM Nº 8.383 - ' CAMENTÁRIA PARA	'DISPÕE SOBRE A O EXERCÍCIO (	AS DIRETRIZE DE 2020".
disposto no art 21	oderao ser apresentada	as somente enquanto	as e Tributação poderão o as proposições estivero Interno); ena de indeferimento (Ari	em em pauta e nas C	omicoãos
Autor(a): VIT(					Partido: PROS
NAT	UREZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regimente	
X ADITIVA		☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA		
	Contract of the Contract of th		ÇÃO DA EMENDA	REDACION	AL
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	At face
			2 (8) had 2 (2) (2) (3) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4		ALÍNEA
			NTA		1. Carlon 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1.
RESCENTA /2019, ORIUN	O PARAGRAFO DA DA MENSAG	2.000720		12 DA PROPO	OSIÇÃO Nº
		CONTEÚDO D	A PROPOSTA		
t. 12. omissis	mas e projetos	financiados pe sigualdades, q do o desenvolv	elo FECOP e pe garantindo forma vimento sustentá	lo FIT serão u ação cultural, vel.	tilizados para educacional
Os progra	oa e mcentivant				
Os progra	ica e incertivant	JUSTIFIC	CATIVA		



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

Partido: PROS

ITEM NORMA:

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020	EMENDA Nº 49 SUBEMENDA Nº

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor	a	1:	V	IT	O	R	V	A	VL.	İ٨	Λ
	-				_	4 4					,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,

□ ADITIVA	☐ SUPRESSIVA	X MODIFICATIVA	☐ SUBSTITUTIVA	REDACION	AL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA	La Company	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

#### **EMENTA**

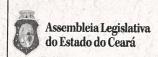
ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 17 DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

Art. 17. A Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em até 30 (trinta) dias após a entrega do Projeto de Lei Orçamentária demonstrativo com a relação das obras com valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

#### **JUSTIFICATIVA**

O oferecimento de transparência na aplicação dos recursos públicos e a evidência do desenvolvimento pautado devem ser dados não apenas com relação a obras com valores tão vultuosos conforme consta na redação atual.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NODALA	

Partido: PROS

FORMUL	ÁDIO	DE	FRACE	ID A	40		00100	-
<b>FORMUL</b>	AKIU	UE	EMER	AUI	AU	PL	DO/20	20

EMENDA Nº	50	SUBEMENDA N°	
-----------	----	--------------	--

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

NA.	TUREZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Reso	olução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento In	terno)
X ADITIVA	SUPRESSIVA	□ MODIFICATIVA	A □ SUBSTITÚTIV	A □ REDACIONA	AL '
O Cartella		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		5			

#### **EMENTA**

ACRESCENTA O PARAGRAFO ÚNICO À REDAÇÃO DO ARTIGO 17 DA PROPOSIÇÃO № 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM № 8.383/2019.

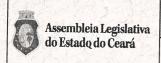
### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

#### Art.17. omissis

Parágrafo único. No demonstrativo com a relação das obras acima citadas, devem constar os dados específicos, planilha atualizada com estado atual e percentual de conclusão.

### **JUSTIFICATIVA**

Os recursos públicos devem ser utilizados com transparência, evidenciando o desenvolvimento das obras. O objetivo, portanto, é relacionar e demonstrar o andamento das mesmas, esclarecendo também o percentual de conclusão.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
8	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Partido: PROS

<b>FORMUL</b>	ÁDIO	DE	FAFFAID			201222
LOKINOL	.AKIU	UE	EMEND	AAL	) PI	ロロノクロクロ

<b>EMENDA</b>	No	51	SUBEMENDA	Nº		
					Vactorial .	100

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

NATU	JREZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resolu	ıção nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
ADITIVA	□ SUPRESSIVA	X MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	N □ REDACION	AL
Part of the second		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
			9		

#### **EMENTA**

ALTERA O PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 19 DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

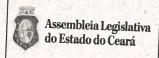
Art. 19. omissis

1 1

§ 4º O Poder Executivo Estadual disponibilizará no Portal da Transparência, o acompanhamento das obras de infraestrutura do Estado cujos valores sejam iguais ou superiores a **R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)** com apresentação de quadro demonstrativo dos custos básicos e principais informações em termos físicos e monetários que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

#### **JUSTIFICATIVA**

O oferecimento de transparência na aplicação dos recursos públicos e a evidência do desenvolvimento pautado devem ser dados não apenas com relação a obras com valores tão vultuosos conforme consta na redação atual.



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

Partido: PROS

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020	FORMULÁRIO	DE	<b>EMENDA</b>	AO	PLDO	/2020
-----------------------------------	------------	----	---------------	----	------	-------

EMENDA	Nº_	52	SUBEMEN	OA No	MANA.	
		Lyel Man		57 IA	21 ST.	100

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306,

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): VITOR VALIM

	TOREZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Resoli	ução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regiments		
NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)  □ ADITIVA □ SUPRESSIVA ☒ MODIFICATIVA □ SUBSTITUTIVA □ REDACIONAL						
OADÍDU -		LOCALIZAC	ÃO DA EMENDA	122/10/01	VAL	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	
					ALINEA	

#### **EMENTA**

ALTERA O PARAGRAFO 2º DO ARTIGO 27 DA PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA

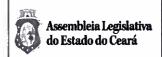
## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 27. omissis

§2º Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles destinados a garantir recursos hídricos à população diretamente afetada pela seca e, em sequência, aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

## **JUSTIFICATIVA**

É essencial a conclusão de obras com maior grau de execução física em precedência às demais. Todavia, após anos de seca, a população clama por projetos cada vez mais céleres para a convivência com o semiárido, em especial em favor daqueles diretamente afetados pela seca. Nossa proposta visa viabilizar a priorização de projetos de enfrentamento dos efeitos da seca.



### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

S. California	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
1	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020	EMENDA Nº 53	SUBEMENDA N°	
FURNIULARIO DE ENIENDA AO FEDO/2020	CHICKUM IT	SODEMENDY IS	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADA ÉRIKA AMORIM Partido: PSD

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)								
□ ADITIVA □	🗆 ADITIVA 🗀 SUPRESSIVA 💻 MODIFICATIVA 🗀 SUBSTITUTIVA 🗀 REDACION		☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA								
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA			
[l		6°						

#### **EMENTA**

ALTERA O ARTIGO 6°, DO PROJETO DE LEI, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

Art. 1º - Altera o artigo 6º, do Projeto de Lei, oriundo da Mensagem nº 8.383/2019, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º A Lei Orçamentária para o exercício de 2020, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei e no Plano Plurianual 2020-2023, garantido a execução com absoluta prioridade para a política criança e do adolescente.

#### **JUSTIFICATIVA**

A alteração se faz necessária em virtude da legislação vigente, em que reza na Constituição Federal de 1988, no artigo 227 e seus parágrafos, que a criança e o adolescente terão prioridade absoluta.



## CÓDIGO:

FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO:
DATA REVISÃO:

04/05/2016

## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

DATA EMILOGAO.	04/00/2
DATA REVISÃO:	04/05/20
TEM NORMA:	7.2

FORMULÁRI	O DE EMENI	A AO	PLDO/2020
-----------	------------	------	-----------

EMENDA N° 54 SUBEMENDA N° \_\_\_\_\_

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

**ATENÇÃO**: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

Autor(a): DEPUTADA ÉRIKA AMORIM Partido: PSD

NA	TUREZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resoluç	ão nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA	□ SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	☐ REDACION	NAL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
- 111		18			

#### **EMENTA**

ALTERA O ARTIGO 18, DO PROJETO DE LEI, ORIUNDO DA MENSAGEM  $N^{\circ}$  8.383/2019.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA 🤛

Art. 1º - Altera o artigo 18, do Projeto de Lei, oriundo da Mensagem nº 8.383/2019, que passa a ter a seguinte redação:

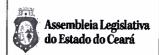
Art. 18 O Poder Executivo manterá na rede internet programa de fácil acesso, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social, observando-se o princípio da publicidade e permitindo a sociedade conhecer todas as informações relativas às Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como, a sua execução durante o exercício, com informações claras, elencando, dentre outras informações, da temática envolvida, dos valores repassados, do setor responsável pela supervisão, da entidade ou do órgão executor, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas, para que os interessados possam proceder ao acompanhamento da realização do orçamento e, ainda, os respectivos relatórios, como também os previstos nos arts. 200 e seu parágrafo único; 203, § 2º, inciso III; 211, incisos I, II, III e IV, e seu parágrafo único, todos da Constituição Estadual e do Balanço Geral do Estado.

J	U	S	TI	F	l	C	A	T	۱۱	1	A	

A alteração se faz necessária, a fim de nortear a parte técnica, por base nos itens de mais fácil interpretação e desejo do conhecimento dos interessados, de elencar tais dados.

<sup>2 –</sup> As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

<sup>3 -</sup> As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)



FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

FORMUL/	ÁRIO DE	<b>EMENDA</b>	AO PI	DO/2020
		:::-::	~~	

EMENDA Nº 55	SUBEMENDA N°
--------------	--------------

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADA ÉRIKA AMORIM Partido: PSD

NA NA	TUREZA DA EMENC	DA (Art. 223 da Resoluç	ão nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento Inte	:mo)				
ADITIVA	☐ SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	REDACIONAL					
	LOCALIZAÇÃO DA EMENDA								
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA				
FFI	11	27		1					

#### **EMENTA**

ADICIONA AO INCISO I, DO ARTIGO 27, AS ALÍNEAS "E", "F" E "G", DO PROJETO DE LEI, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 1º - Adiciona ao Inciso I, do artigo 27, as alíneas "e", "f" e "g", do Projeto de Lei, oriundo da Mensagem nº 8.383/2019, que passa a ter a seguinte redação:

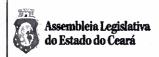
Art. 27 (...)

I - (...)

- e) ações relativas à promoção, defesa e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes;
- f) ações relativas à formação continuada de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA);
- g) ações relativas à promoção, defesa e garantia dos direitos humanos da mulher;

#### **JUSTIFICATIVA**

A inclusão se faz necessária, a fim de dar ampla segurança orçamentária e institucional para execução de ações relativas a essas temáticas que têm sido palco de amplo debate da sociedade e do Legislativo, bem como para plena garantia de tais direitos.



### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

1	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
)	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

FORMUL	ÁDIO	DE EK	#ENDA	AO	DI DO	/2020
PUKMUL	AKIU	DE ER	MENUA	AU	PLUU	ZUZU

EMENDA Nº 56	SUBEMENDA	N°	
--------------	-----------	----	--

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

#### Autor(a): DEPUTADA ÉRIKA AMORIM Partido: PSD

NAT	TUREZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resoluç	ão nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento In	temo)
□ ADITIVA	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	□ REDACION	AL
	11 年時間	LOCALIZAÇA	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
181	VIII	51	§ 1°		

#### **EMENTA**

ALTERA O PARÁGRAFO 1º, DO ARTIGO 51, DO PROJETO DE LEI, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

Art. 1º - Altera o parágrafo 1º, do artigo 51, do Projeto de Lei, oriundo da Mensagem nº 8.383/2019, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 51 (...)

§ 1º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção, considerando, como um dos critérios de seleção, o cumprimento da Lei de Aprendizagem (Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000).

#### **JUSTIFICATIVA**

Esta emenda tem o propósito de fiscalizar o cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 10.097/2000.

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020 **EMENDA Nº** PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

Autor(a): Elmano de Freitas Partido: Partido dos trabalhadores

NATUREZA	DA EMENDA (Art	223 da Reso	lução nº 389, de 12/	12/1996 - Regim	ento Interno)
☐ ADITIVA	□ SUPRESSIVE	X MODIFI	CATIVA - SUBS	STITUTIVA =	REDACIONAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	1	18	5		

Disponibilizar a peça orçamentária (LDO, LOA e PPA) por 10 anos na internet

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

Em observância ao Princípio da Economicidade, o Poder Executivo poderá, nos moldes da lei maior, promover a publicação oficial da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seus anexos, da Lei Orçamentária Anual e do PPA na internet, na página da SEPLAG, em substituição à publicação impressa, que deverá estar acessível a todos por, no mínimo, 10 (dez) anos, sob pena de nulidade do seu disposto.

#### **JUSTIFICATIVA**

Essa emenda modificativa se justifica na medida em que a rede mundial de computadores é cada vez mais utilizada para pesquisas, coleta de dados e análises de políticas públicas. Academicamente, cinco anos é uma temporalidade pequena para captar determinadas transformações nas políticas implementadas pelos Estados. Assim estamos aumentando o número inicial da disponibilidade da peça orçamentária, de cinco para dez anos, para que não prejudique pesquisas e avaliações comparativas no quesito orçamento do Estado do Ceará. Ademais, essa emenda não trará custo algum para o estado, pelo contrário, aumenta a transparência e evita demandas através do pedido de informações no portal da transparência.

Assinatura do(a) Autor(a):

Elmano de Freitas Deputado Estadual - PT

As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado isposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
 As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020 **EMENDA Nº** SUBEMENDA Nº PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado (lisposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
 As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

#### Autor(a): Elmano de Freitas Partido: Partido dos trabalhadores

NATUREZA	DA EMENDA (Art.	223 da Reso	lução nº 389, de 12	/12/1996 - Regim	nento Interno)
□ ADITIVA	SUPRESSIVA	X MODIFI	CATIVA - SUB	STITUTIVA -	REDACIONAL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
111	11	21	•		

Acesso aos membros do Poder Legislativo ao E-parceria e ao SIMA

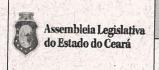
#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

Será assegurado aos membros do Poder Legislativo o acesso ao sistema corporativo de convênios e congêneres do Poder Executivo Estadual e-Parcerias e ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação - SIMA, apresentando as principais informações de obras e serviços que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão **JUSTIFICATIVA** 

Essa emenda modificativa permite aos membros do poder legislativo o acompanhamento de convênios, parcerias, obras e serviços realizados pelo Estado do Ceará através de dois programas: o e-Parcerias e o SIMA (Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação). Desse modo, o Poder Legislativo terá todas as condições de avaliar e acompanhar as políticas públicas garantindo seu papel de fiscalizador e com a oportunidade de contribuir com o Poder Executivo para melhorias na gestão pública e de resultados.

Assinatura do(a) Autor(a)

Elmano de Freitas Deputado Estadual - PT



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
1	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

FORM	MIII Á	RIO	DE	EME	MDA	10	DIE	0/2020
OIL	MOL	INIO	DE	CINICI	NUA	AU	PLL	10/2020

EMENDA Nº 59 SUBEMENDA Nº

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

## Autor(a): FERNANDA PESSOA Partido: PSDB

NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regimento I	Interno)
		(a) (b) (b) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c	SUBSTITUTIVA		
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		HOLD SHOW
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
ill i	XI	55			
VA HE WAS				The state of the state of	7 - 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10
		EM	ENTA		
Acrescenta o §69	ao art. 55				
					Little to the training
A - FE CCO T		CONTEUDO	DA PROPOSTA		
Art. 33 96° - Inc	luır na Lei Orçar	nentária Anual (	LOA) a destinaçã	o de recursos par	ra a construção e
manutenção de u	ma Central de T	ratamento de Re	síduos Sólidos (C	RT).	
		JUSTIF	ICATIVA	NEW TOTAL STREET	
A referida emen	da possui o objet	ivo de garantir a	a as ações de desti	nação adequada	nara os resíduos
sólidos da região	metropolitana d	e Fortaleza			para os residuos
Diante do expost	o, peco apoio do	s nobres pares p	ela aprovação da i	of cuid	
	, F - , - ap - 10 ac	o neores pares p	cia aprovação da i	elelida emenda.	
		MM			The state of the state of
Assinatura do(a)	Autorial	(M)			
ricomatara ao(a)	Autor(a).		No. of the second second	Charles I	T 19 14 4 1 3 (18 2)



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
1	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	72

PODMIN	ADIO DE	PREPARE A	AODID	010000
FC)KWIIII	ARIOIDE	<b>FMFNDA</b>		ロルフロンロ

	10		
EMENDA Nº	60	SUBEMENDA	N°

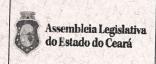
PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 - As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

#### Autor(a): FERNANDA PESSOA Partido: PSDB

	CHDDECCIVA E	TAODIEICATIVA	C CUDOTITUTIVA	C DEDAGIONA	
x ADITIVA 🗆	SUPRESSIVA =	MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	REDACIONA	<b>L</b>
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	INCISO	ALÍNEA	
	XI	55	§3°		TRUE CO.
Water State of the Control of the Co		1216110	435	15-4, 346, 11-6	1
		EN	MENTA		
Acrescenta o §3	ao art. 55				
LA PORT		1 7 7 7 2 3			
		CONTEÚDO	DA PROPOSTA		
4 . FF COO T	luir na Lei Orça	mentária Anual	(LOA) a destinaçã	o de recursos pa	ra construção d
Art. 55 § 3° - Inc unidades habitad		JUSTI	FICATIVA		
unidades habitad A referida emer	cionais.	THE RESIDENCE OF THE PERSON OF	FICATIVA ir a população que	vive naquela re	egião o acesso
unidades habitad A referida emer moradia.	cionais. nda possui o obj	etivo de garant			egião o acesso



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
Z.	ITEM NORMA:	7.2

EMENDA Nº \_\_\_\_\_ SUBEMENDA Nº \_\_\_\_\_

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

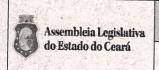
ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306,

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

## Autor(a): FERNANDA PESSOA Partido: PSDB

NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	olução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimente	
x ADITIVA 🗆	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	REDACIONA	
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	VIII	43			ALINEA
		17 77 74	Zasaki seyahan		
Agraga anta - 42	The state of the s	EN	IENTA		
Acrescenta o 43	-B ao art. 43				Tale Mary
		CONTEÚDO	DA PROPOSTA		S SACONE SA
Art. 43-B. Inclu	ir na Lei Orçamo	entária Anual (	LOA) a destinação	do	
policlínicas.			2011) a desiliação	de recursos par	a conclusão das
A		JUSTI	FICATIVA		
de qualidade.	da possui o objet	ivo de garantir	a população que te	nha acesso a tra	tamento e saúde
Diante do expost	o, peco apoio do	s nobres pares r	ela aprovação da re		
		moores pares p	cia aprovação da re	eierida emenda.	
		(000)		(2)	
Assinatura do(a)	Autor(a):		W.		
			是	Marie War B	1 12 X 15 1 X 15 1 X



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
1	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	72

<b>FORMULÁRIO</b>	DE EMENDA	AO PL	DO/2020
-------------------	-----------	-------	---------

	10		
EMENDA Nº	62	SUBEMENDA	N°

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 - As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno); 3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

## Autor(a): FERNANDA PESSOA Partido: PSDB

NATU	REZA DA EME	NDA (Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12/	/1996 - Regimento In	terno)
x ADITIVA 🗀	SUPRESSIVA	□ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	□ REDACIONAL	
(X,Y,Y,Z)		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
200	VI	. 47			

#### **EMENTA**

Acrescenta o §1º ao art. 47

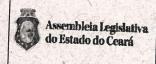
## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 47. §1º - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para ampliação do serviço de abastecimento de água para as reservas indígenas localizadas na Região Metropolitana **JUSTIFICATIVA** 

A referida emenda possui o objetivo de garantir a população que ocorra a expansão dos serviços de agua e esgoto da referida população.

Diante do exposto, peço apoio dos nobres pares pela aprovação da referida emenda.

Assinatura do(a) Autor(a):	Marin St.	X	D) AF	X X								
STOP 19 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18		11			ACT TO A	Street.	7	1 5		4/11/2	20100	



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO.

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
7	ITEM NORMA	72

FORMUL	ARIO DE	EMEND	AAOP	LDO/2020
THE RESERVE OF THE PERSON OF T	AND THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE OWNER.			LUUIZUZU

EMENDA Nº 63 SUBEMENDA Nº

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306,

2 - As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

## Autor(a): FERNANDA PESSOA Partido: PSDB

NATUREZA DA EME × ADITIVA □ SUPRESSIVA		MODIFICATIVA		- Toob Tregimento I	nterno)
		- MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	REDACIONA	Lange
4年1月7月1日	Property of	LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA	A CANADA TA	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCIEC	The same of the same
	XI	55		INCISO	ALÍNEA

Acrescenta o §6º ao art. 55

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

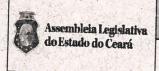
Art. 55. Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para a construção de Delegacia Especializada de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente - DECECA.

## JUSTIFICATIVA

A referida emenda possui o objetivo de garantir a população que ocorra a expansão da segurança da região metropolitana, tendo em vista que é uma das regiões mais afetadas pela violência no Estado do Ceará.

Diante do exposto, peço apoio dos nobres pares pela aprovação da referida emenda.

Assinatura do(a) Autor(a): _	CHILLA		WE STORY		19
	1	The state of			RESEA



FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO	DE	EMENDA AO	PI DO	000
And the second of the second o		-III-IIDA AU	PLUUIZ	ZUZU.

EMENDA Nº 64 SUBEMENDA Nº

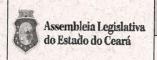
PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306,

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
 3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

# Autor(a): FERNANDA PESSOA Partido: PSDB

× ADITIVA	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	SUBSTITUTIVA	REDACIONA	L
	Mark The Control	LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		PAGE SECTION
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
' i	Х.	54	11 元的现代的元		ALINEA
OSE Indicates an arrange and a		<b>伊州人共同</b>	2,00 in 13,000 in 18.		
		CONTEÚDO			
Art. 54 §4° - Incl Linha Sul do Me	luir na Lei Orçan trofor.	CONTEÚDO D nentária Anual (I	DA PROPOSTA LOA) a destinação	de recursos para	a extensão da
		nentária Anual (I	LOA) a destinação		
A referida emeno	da possui o objet	nentária Anual (I	LOA) a destinação		
A referida emend Metropolitana de	da possui o objeti Fortaleza – CE.	nentária Anual (I JUSTIFI ivo de garantir a	LOA) a destinação de locativa a locomoção para a	população resid	
A referida emend Metropolitana de	da possui o objeti Fortaleza – CE.	nentária Anual (I JUSTIFI ivo de garantir a	LOA) a destinação	população resid	



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIC	DE	EMENDA	AO	PID	0/2020
------------	----	--------	----	-----	--------

	Comments, Comments				
EMENDA	NIO A	CHERTAL			
EMENDA	N. O.	SUBEMENDA	1 N°		
	The Property of the Name of th			-	-

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

NATUREZA DA EMEI  × ADITIVA □ SUPRESSIVA  CAPÍTULO SEÇÃO	NDA (Art. 223 da Reso  MODIFICATIVA  LOCALIZA	□ SUBSTITUTIVA		
x ADITIVA SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA		
CAPÍTULO SEÇÃO	LOCALIZA	CÃO DA EMENDA		L
CAPÍTULO SEÇÃO		YAO DA EMENDA		
	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
XI XI	55			
	CONTEÚDO	DA PROPOSTA		
Art. 55 §3° - Incluir na Lei O	rçamentária Anual	(LOA) a destinaç	ão de recursos pa	ara promoção d
ações de divulgação para os fo	estejos juninos.			
		FICATIVA		
A referida emenda possui o o Estado do Ceará.	bjețivo de garantir	a divulgação e pu	blicidade dos eve	entos juninos de
	dos nobres nores	aala ammayyaa≋a da	C	
Diante do exposto, peço apoio				



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

<b>FORMULÁRIO</b>	DE	<b>EMENDA</b>	AO	PLDO/2020

FMENDA	
EWENDA	N° SUBEMENDA N°

Partido: MDB

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): WALTER CAVALCANTE

NATU	REZA DA EMENI	OA (Art. 223 da Resolu	ıção nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento	nterno)
		□ MODIFICATIVA			
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II .		15°			

#### **EMENTA**

Acrescenta-se o parágrafo único ao art. 15º

### CONTEÚDO DA PROPOSTA

Parágrafo único - Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para todos os eventos religiosos que compõem o Calendário Oficial do Estado do Ceará.

### **JUSTIFICATIVA**

A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar, o repasse financeiro por dotação orçamentária, aos eventos religiosos incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Religião é parte integrante e indissociável da cultura humana, é uma fé, uma devoção a tudo que é considerado sagrado. É um culto que aproxima o homem das entidades a quem são atribuídas poderes sobrenaturais. É uma crença em que as pessoas buscam a satisfação nas práticas religiosas ou na fé, para superar o sofrimento e alcançar a felicidade.

Religião é também um conjunto de princípios, crenças e práticas de doutrinas religiosas, baseadas em livros sagrados, que unem seus seguidores numa mesma comunidade moral, chamada Igreja.



# FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

Todos os tipos de religião têm seus fundamentos, algumas se baseiam em diversas análises filosóficas, que explicam o que somos e porque viemos ao mundo. Outras se sobressaem pela fé e outras em extensos ensinamentos éticos, logo a aprovação dessa Emenda será de extrema valia à religiosidade.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida Emenda.

Assinatura do Autor:

Walter Cavalcante Vice - líder do Governo

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

EMENDA Nº 6+ SUBEMENDA Nº FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020 PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno); 3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor: Elmano de Freitas Partido: Partido dos trabalhadores

NATUREZA	DA EMENDA (Art.	223 da Reso	lução nº :	389, de 12/	12/1996 - Re	egimento Interno)
□ ADITIVA	□ SUPRESSIVA	X MODIFI	CATIVA	□ SUBS	AVITUTITA	☐ REDACIONAL
		LOCALIZA	AÇÃO DA	EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁ	GRAFO	INCISC	ALÍNEA
٧		67		7-11	lell	T

#### **EMENTA**

Poder Legislativo = 3,4% da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida

CONTEÚDO DA PROPORTA

CONTEGED DA FROFOGIA
Art. 67
I – no Poder Legislativo: 48,6% (quarenta e oito vírgula seis por cento)
II
<ul> <li>III – no Poder Legislativo: 3,4% (três vírgula quatro por cento), sendo:</li> <li>a) na Assembleia Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento);</li> <li>b) no Tribunal de Contas do Estado: 1,06% (um vírgula zero seis por cento);</li> </ul>
IV
JUSTIFICATIVA

Esta emenda justifica-se nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 8º, parágrafo único, da Emenda à Constituição Cearense nº 92/2017, no sentido de que o limite de 0,4% da Receita Corrente Líquida (RCL), por força do disposto no art. 20, §4°, da Lei Complementar nº 101/2000, deve ser destinado ao Tribunal de Contas do Estado-Ceará (TCE-CE)

Vejamos o que diz o artigo 20 da Lei Complementar Federal 101/2000 e seu §4°:

"Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

- II na esfera estadual:
- a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
- b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
- d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas allneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos

Vejamos o que diz o artigo 8º da Emenda à Constituição Cearense nº 92/2017:

"Art. 8º Os saldos e dotações orçamentárias do Tribunal de Contas dos Municípios, existentes à data da promulgação desta Emenda, passam a compor as respectivas rubricas do orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Coará ficando a carno doste o cumprimento das obrigações financeiras assumidas

Parágrafo único: Observado o disposto no art. 24, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará disporá da soma dos limites de despesa total de pessoal fixada para ambas as Cortes de Contas, os quais devem ser considerados, prioritariamente, para o cômputo integral das despesas com pessoal de membros, auditores, procuradores de contas e dos servidores ocupantes de cargos efetivos que tenham ingressado nos respectivos quadros permanentes de pessoal na forma do art. 37, inciso II, da Constituição Federal".

O PLDO para 2020 (proposição n° 004/2019), oriunda da mensagem n° 8.383, notadamente no artigo 67, alterou a configuração da repartição de limites para despesa com pessoal no estado do Ceará, subtraindo do Poder Legislativo o limite que lhe foi destinado pelas referidas leis mencionadas. A extinção do TCM-CE não cessou o vínculo com os servidores, que foram incorporados ao TCE-CE, juntamente com as competências fiscalizatórias dos municípios.

Essa questão já foi debatida e votada durante as discussões do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, que culminou na aprovação da emenda 13, à época, quase que por unanimidade, com a devida manutenção histórica dos limites de pessoal do estado do Ceará, tendo em vista a manutenção das relações de pessoal (despesas obrigatórias de caráter continuado), que não foram afetadas com a extinção do TCM-CE naquele ano, restando inalteradas referidas despesas obrigatórias de caráter continuado nos respectivos órgãos e poderes.

A LDO-2019 foi aprovada em inteiro alinho à decisão do TCE/CE, ao qual compete, com fundamento no artigo 59, § 2º, da LRF, "verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão", e que, no que tange às peculiaridades do Estado do Ceará, deve ser pautada pelas disposições do artigo 8º da EC nº 92, de 2017. \*\*ferida competência do TCE-CE foi exercida no bojo do processo nº 05301/2017-6, por ...eio do Acórdão nº 115/2018, de 08 de maio de 2018, aprovado por unanimidade de votos, que assim decidiu:

"d) sejam considerados, como limites de gastos com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida, para o Estado do Ceará (legislativo e executivo), os seguintes: d.1) 3,4% para o legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado, na forma seguinte:

d. 1.1) 1,06% para o Tribunal de Contas do Estado (soma dos limites das duas Cortes de Contas - 0,44% (TCE) + 0,62% (TCM) – percentuais definidos pela Resolução nº 3767/2005, do TCE) e

d.1.2) 2,34% para a Assembleia Legislativa;

d.2) 48,6% para o Poder Executivo";

Assim, alterar a configuração da repartição da despesa com pessoal em relação a Receita Corrente Líquida desrespeita art. 8°, parágrafo único, da Emenda Constitucional n° 92/2017, que dispôs expressamente que o TCE-CE disporá da soma dos limites de ambas as Cortes. Além disso, desrespeita a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, quando foi editada, no ano 2000, previu uma configuração diferenciada para honrar as despesas obrigatórias de caráter continuado (despesas com pessoal) nos 4 estados que continham TCMs à época: Bahia, Ceará, Goiás e Pará.

O disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 92, de 2017, é matéria inserida no rol da competência legislativa suplementar do Estado Ceará por força do art. 24, I, II e §2° da Constituição Federal, pois preenche vazios da lei federal e visa a observância do que a LRF determina, há quase 20 anos garantindo, na prática, a permanência da repartição vigente independente da extinção do TCM-CE, com 3,4% da RCL como limite total do Poder Legislativo.

Assinatura do Autor:

Elmano de Freitas
Deputado Estadual - PT



FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020

## COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

7.2

ITEM NORMA:

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADA ÉRIKA AMORIM Partido: PSD

NA	TUREZA DA EMENO	DA (Art. 223 da Resoluç	ção nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento In	iterno)
	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	☐ REDACION	AL
		LOCALIZAÇ	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
1		2°	§ 1° 💉		

#### **EMENTA**

ALTERA O PARÁGRAFO 1º, DO ARTIGO 2º, DO PROJETO DE LEI, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

#### **CONTEÚDO DA PROPOSTA**

Art. 1º - Altera o parágrafo 1º, do artigo 2º, do Projeto de Lei, oriundo da Mensagem nº 8.383/2019, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2° (...)

§ 1º As obrigações institucionais e legais do Estado, as despesas com a conservação do patrimônio público e a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão prevalência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária de 2020, em relação às prioridades e metas de que trata o *caput* deste artigo; garantido a execução com absoluta prioridade para a política da criança e do adolescente.

#### **JUSTIFICATIVA**

A alteração se faz necessária em virtude da legislação vigente, em que reza na Constituição Federal de 1988, no artigo 227 e seus parágrafos, que a criança e o adolescente terão prioridade absoluta.

Assinatura do(a) Autor(a):



#### FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

1	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA:	7.2

<b>FORMUL</b>	ÁDIO	DE	CME	MIDA	A ()	DI E	10	120	20
FURNIUL	AKIU	VE	CIVIC	NUA	AU		JUI	ZU	∠u

EMENDA Nº 69	_ SUBEMENDA N°
--------------	----------------

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADA ÉRIKA AMORIM Partido: PSD

NAT	TUREZA DA EMEND	A (Art. 223 da Resoluç	ão nº 389, de 12/12/19	96 - Regimento II	nterno)
□ ADITIVA	☐ SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	□ REDACION	<b>IAL</b>
		LOCALIZAÇA	ÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
11		10	§ 13		

#### **EMENTA**

ALTERA O PARÁGRAFO 13, DO ARTIGO 10, DO PROJETO DE LEI, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 8.383/2019.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 1º - Altera o parágrafo 13, do artigo 10, do Projeto de Lei, oriundo da Mensagem nº 8.383/2019, que passa a ter a seguinte redação:

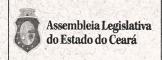
Art. 10 (...)

§ 13. A consolidação do orçamento por região será feita em conformidade com as regiões de planejamento criadas pela Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015, priorizando os investimentos nas áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

#### **JUSTIFICATIVA**

Sabedores que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar regiões pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e que a estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional. Portanto, nesse sentido, sabedores que hoje, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ceará encontra-se como o 15º estado brasileiro no IDH, o que nos traz uma responsabilidade ainda major em melhorar nosso quadro que já vem em evolução.

Assinatura do(a) Autor(a):



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

FORM	ULÁRIC	DE	EMENI	DAAC	PI DO	/2020
CITIE						ILVLU

Autor(a): DELEGADO CAVALCANTE

EMENDA N	- 40 V	SUBEMENDA	N°
			A STATE OF THE PARTY OF THE PAR

Partido: PSL

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

NAT	UREZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Resol	ução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
ADITIVA	□ SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	A PREDACION	AL T
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		48	40		

#### **EMENTA**

Acrescenta dispositivo ao projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art.1º Acrescenta o § 1º ao Art. 15 do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

Art. 15 (...)

§ 1º Os recursos, descritos no caput, serão democraticamente distribuídos de formas suprapartidária e supraideológica, promovendo projetos das mais diversas linhas de pensamento, resguardando o interesse público e o zelo com o recurso financeiro.

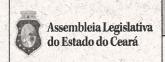
(...)

#### **JUSTIFICATIVA**

A emenda visa promover instituições que estejam informando a população cearense, produzindo conhecimentos diversos e respeitando a pluralidade de ideias. Dessa forma, podemos vedar que, de forma não voluntária, o poder público possa cercear quaisquer direitos daqueles que queiram oferecer o contraponto dentro do debate político-social.

frame of fine what proper

DEPUTADO DELEGADO CAVALCANTE



Autor(a): DELEGADO CAVALCANTE

## COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

Partido: PSL

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020	EMENDA Nº 31	SUBEMENDA N°
PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MEN PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI OF	SAGEM Nº 8.383 - "DISP RÇAMENTÁRIA PARA O EX	ÕE SOBRE AS DIRETRIZES ERCÍCIO DE 2020".
ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Fina	anças e Tributação poderão ser o	fertadas emendas ao Projeto (Art. 306

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306. Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

NATU	DEZA DA EMENDA	(Art. 222 do Poso	lução nº 389, de 12/12	(1006 Pagimento I	ntorno)
			SUBSTITUTIVA		
			AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		17	1º		

#### **EMENTA**

Acrescenta dispositivo ao projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 1º Acrescenta o §1º ao Art. 17 do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

"Art. 17 (...)

§ 1º O órgão descrito no caput encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará demonstrativo mensal com todos os valores recebidos pelo Governo Estadual originados do Governo Federal, nas situações obrigatórias legais bem como advindos de quaisquer convênios/contratos firmados com o mesmo.

(...)"

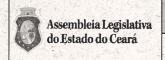
#### **JUSTIFICATIVA**

A emenda visa publicizar os recebimentos do Governo Federal para controle desta Casa Legislativa e promover melhor controle do orçamento público.

DEPUTADO DELEGADO CAVALCANTE

Juma Gefa fat lagur.

<sup>2 –</sup> As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
1	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NODMA.	7.0

FORMILI ÁPIO	DE EMENDA A	O PI DO/2020
FURINULARIO	DE EMENDA A	O PLDU/ZUZU

Autor(a): DELEGADO CAVALCANTE

EMENDA Nº	72	SUBEME	NDA N°	
				STRUCK TO SECURITION OF

Partido: PSL

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

NATU	JREZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Resolu	ução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento li	nterno)
ADITIVA C	□ SUPRESSIVA	☐ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	REDACION/	AL .
	1	LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		20			

#### **EMENTA**

Acrescenta dispositivo ao projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 1º Acrescenta o item VI ao Art. 43 do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

"Art. 43 (...)

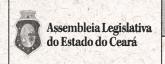
VI – De receitas compensatórias advindas do Governo Federal. (...)"

#### **JUSTIFICATIVA**

A emenda visa incluir os repasses originados do Governo Federal, tendo em vista a possibilidade desse ente federativo proceder um acordo no intuito de repor, às previdências estaduais, valores repassados por funcionários públicos estaduais ao INSS em períodos anteriores ao início de suas carreiras como servidores estaduais.

DEPUTADO DELEGADO CAVALCANTE

Juma Gefer yest pages



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

FORMUL	ARIO	DF	EMENI	DAAC	PII	10/2020

<b>EMENDA</b>	Nº 33	SUBEMENDA N°	

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

보통하면서 마루하다 내 하는데 모양하다 사이를 하는 사람들이 없는 사람들이 하는 사람들이 없다. 이 사용에 사용하는 사용하는 사용하다 모양하는데 되었다.		
Autor(a): DELEGADO CAVALCANTE	Partido: PSL	
THE STATE OF THE S	i ditidoi i ol	

NAT	UREZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Resolu	ıção nº 389, de 12/12/	1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA □	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIVA	REDACION	AL
		LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VIII.		51			a

#### **EMENTA**

Modifica dispositivo do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 1º Modifica a alínea a) do inciso II do Art. 51 do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

"Art. 51 (...)

II - (...)

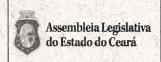
a) não tenham sido doadoras, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual, do Vice governador, dos secretários de estado e dos deputados estaduais eleitos; (...)"

#### **JUSTIFICATIVA**

A emenda visa garantir a isenção partidária tão importante para os entes que recebam recursos governamentais.

**DEPUTADO DELEGADO CAVALCANTE** 

fume God for begun



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
Ya.	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NORMA.	70

OBBILL A DL	DE ELECTION	A A O DI	DO 1000
ORMULARIO	1 1 1 L L MAL NII	10 011 01	1 1/ 1/-2/11-2/11

Autorial DELEGADO CAVALCANTE

	Market Street,			
FRACEIDA NO		SUBEMENDA		
-M-NI)A Nº		SURFMENDA	N.	
PINELIADVIII	The same of the same of the same of	CODEMENDA		

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno):

2 - As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 - As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DELEGADO CAVALCANTE	Partido: PSL
NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 380, de	12/12/1996 Pegimento Interno)

NATU	REZA DA EMENI	DA (Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA □	SUPRESSIVA	MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIV	A PREDACION	AL
16 2 2 3 6 6	"大体一大"的	LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		55	1º		

#### **EMENTA**

Modifica dispositivo do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 1º Modifica o § 1º do Art. 55 do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

"Art. 55 (...)

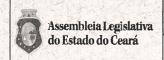
§ 1º Serão prioritárias as análises dos planos de trabalho e as liberações de créditos correspondentes, dos projetos oriundos do Programa de Cooperação Federativa - PCF, destinadas às ações de saúde, à segurança pública e defesa social, de convivência com a estiagem e as referentes a convênios e instrumentos congêneres já celebrados com o Estado ou a União, em andamento. (...)"

#### **JUSTIFICATIVA**

A emenda visa garantir que a segurança e defesa social do estado sejam fortalecidas através de valores originados do Programa de Cooperação Federativa – PCF.

DEPUTADO DELEGADO CAVALCANTE

from before flat hopen



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
1.7	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
	DATA REVISÃO:	04/05/2016
	ITEM NODMA	7.0

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2020

Autor(a): DELEGADO CAVALCANTE

EMENDA Nº	75	SUBEMENDA Nº	and Sand
-----------	----	--------------	----------

Partido: PSL

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

NATII	REZA DA EMENI	NA (Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	/1006 Pegimento l	ntemo)
200 C C C C C C C C C C C C C C C C C C			SUBSTITUTIVA		
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		7 Y 1997 (1997)		SUPPLIES AND PROPERTY OF	200000000000000000000000000000000000000

#### **EMENTA**

Adiciona dispositivo do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

#### CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 1º Adiciona o inciso VI ao § 2º do Art. 63 do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

"Art. 63 (...)

§ 2° (...)

VI – Empresas que possuírem agente político em seu corpo societário ou dirigente, mesmo que por procuração.

(...)"

#### **JUSTIFICATIVA**

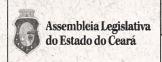
A emenda visa garantir que o agente político (aquele investido em seu cargo por meio de eleição, nomeação ou designação, cuja competência advém da própria Constituição, como os Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas, além de cargos de Diplomatas, Ministros de Estado e de Secretários nas Unidades da Federação) não possam receber incentivos fiscais.

DEPUTADO DELEGADO CAVALCANTE

frame before fort begun

<sup>2 –</sup> As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

<sup>3 -</sup> As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO: FQ-COTEC-053-00

DATA EMISSÃO: 04/05/2016

DATA REVISÃO: 04/05/2016

ITEM NORMA: 7.2

FORMUL			

EMENDA Nº >6	SUBEMENDA Nº	
LINENDA IN	OODLINE NDA IN	CHARLES AT I

PROPOSIÇÃO Nº 42/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.383 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LÉI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

ATENÇÃO: 1 - Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);

2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);

3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): [	DELEGADO CAVA	LCANTE		Partido: PSL	To Marie (Second
NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	lução nº 389, de 12/12	/1996 - Regimento I	nterno)
ADITIVA C	SUPRESSIVA .	□ MODIFICATIVA	□ SUBSTITUTIV	A PREDACIONA	<b>AL</b>
	1 Y 4 2 3 4 5	LOCALIZA	ÇÃO DA EMENDA	1. 2. 2. 3. 1. 3. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1.	
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII		78	6°	<b>列克斯拉拉斯克斯</b>	

#### **EMENTA**

Acrescenta dispositivo ao projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

## CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art.1º Acrescenta o § 6º ao Art. 78 do projeto de lei 42/2019, oriundo da mensagem 8383 de autoria do Poder Executivo.

Art. 78 (...)

§ 6º O portal da transparência divulgará cópia de todos os contratos/convênios cujo objetivo seja conceder crédito presumido ou conceder anistia ou remissão de qualquer imposto estadual. (...)

#### **JUSTIFICATIVA**

A emenda visa dar publicidade a atos do Governo do Estado cujo objetivo seja conceder crédito presumido ou conceder anistia ou remissão de qualquer imposto estadual. É importante que a sociedade esteja bem informada de qualquer ato do Estado que seja relacionado a benefícios fiscais e suas possíveis consequências.

frame & four fact bogan

DEPUTADO DELEGADO CAVALCANTE



## FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO

CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
DATA EMISSÃO:	04/05/2016
DATA REVISÃO:	04/05/2016
ITEM NORMA:	7.2

i tar y			-	77	
FORMULÁRIO D	E EMENDA AO P	LDO/2020	EMENDA Nº	77 SUBEME	NDA N°
PROPOSIÇÃO N PARA A ELABOR	№ 42/2019, ORIU RAÇÃO E EXECU	NDA DA MENS ÇÃO DA LEI OR	AGEM Nº 8.383 - " ÇAMENTÁRIA PARA	'DISPÕE SOBRE A O EXERCÍCIO D	AS DIRETRIZES E 2020".
			i di et		
Regimento Interno); 2 – As emendas po disposto no art. 210	; oderão ser apresentad , §1º, deste Regimento	as somente enquan (Art. 226, Regiment	ças e Tributação poderão to as proposições estiver o Interno); pena de indeferimento (Ar	rem em pauta e nas C	comissões, ressalvado
Autor(a): Audic	Mota			Partido: PSB	
NATU	REZA DA EMENDA	(Art. 223 da Reso	olução nº 389, de 12/12	2/1996 - Regimento I	nterno)
□ ADITIVA □	□ SUPRESSIVA	□ MODIFICATIV	A □ SUBSTITUTI\	/A □ REDACIOI	NAL
		LOCALIZA	AÇÃO DA EMENDA		
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		EN	MENTA		
Acrescenta dis	spositivo ao Pro		/2019, oriundo da DA PROPOSTA	a mensagem 8.3	383.
constituídas, e	em parceria coi	n a Secretari áveis pela inst	eio de edital, a a da Juventude, talação dos equip IFICATIVA	o Programa A	
Assinatura do(a	) Autor(a):				



Memo nº 63/2019

Fortaleza, 31 de Maio de 2019.

À Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Senhor Presidente, Tin Gomes.

Venho através deste, solicitar a retirada da emenda de nº 54 referente a proposição nº 42/2019, oriunda da Mensagem nº 8.383 — Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício de 2020.

Atenciosamente,

Enika Gençafeu Omenern Érika Amorim

. Erika Amorim Deputada Estadual - PSD

Exmo Sr. Tin Gomes.

Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia

Recelii m 31/15/1.



Memo nº 048/2019

Fortaleza-CE, 26 de junho de 2019.

A Sua Excelência Deputado Estadual, TIN GOMES Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, solicitar a retirada das emendas de nº,01, 02, 03, 05 e 07, de nossa autoria, à proposição nº 42/2019, oriunda da Mensagem nº 8.383, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício de 2020.

Certos de contarmos com sua especial atenção, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Nelinho Freitas Deputado Estadual – PSDB/CE



Memo nº 78/2019

Fortaleza, 26 de junho de 2019.

À Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Senhor Presidente, Tin Gomes.

Venho através deste, solicitar a retirada das emendas de nº 53, 55, 68 e 69 referentes a proposição nº 42/2019, oriunda da Mensagem nº 8.383 — Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício de 2020.

Atenciosamente,

Érika Amorim Deputada Estadual - PSD

Enika Gençelou Commin

Exmo Sr. Tin Gomes.

Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.



MEM. 069/2019 - GAB. DELEGADO CAVALCANTE

Fortaleza, 26 de junho de 2019

À SUA EXCELÊNCIA DEPUTADO TIN GOMES PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Assunto: Retirada de emendas do PLDO 2020.

Senhor presidente,

- Solicitamos, respeitosamente, a retirada de pauta das emendas números 70, 71, 73 e 75, que modificavam a proposição 42/2019 oriunda da mensagem 8.383 do Governo do Estado.
- 3 Aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER

**Descrição:** PARECER DO RELATOR DA COFT **Autor:** 99594 - PAULO SERGIO ROCHA

Usuário assinador: 99062 - DEPUTADO JULIO CESAR FILHO

**Data da criação:** 03/07/2019 10:35:07 **Data da assinatura:** 03/07/2019 10:35:52



#### GABINETE DO DEPUTADO JULIOCESAR FILHO

PARECER 03/07/2019

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

#### PARECER SOBRE A MENSAGEM N° 42/2019,

oriunda da Mensagem nº 8.383, do Poder Executivo e EMENDAS

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020."

#### **PARECER**

### I – RELATÓRIO

(exposição da matéria – Art. 102, §1°, I, do Regimento Interno)

Trata-se da **Mensagem nº 42/2019**, oriunda da Mensagem nº 8.383, proposta pelo Poder Executivo, a qual dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 **e suas Emendas**.

É o relatório.

## II- ANÁLISE

Quanto à admissibilidade jurídico-constitucional, nenhum óbice impede a tramitação do projeto em exame, que atende aos pressupostos constitucionais de competência legislativa estadual e de iniciativa do Poder Executivo, conforme disposto no art. 60, alínea "e" e art. 88, inciso III e XV da Constituição Estadual do Ceará, *in verbis:* 

Art. 60. Cabe a iniciativa de leis:

I – aos Deputados Estaduais;

#### II – ao Governador do Estado;

(...)

# §2º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, e de empregos nas empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, ou aumento de sua remuneração;
- b) servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis e militares, seu regime jurídico, ingresso, limites de idade, estabilidade, direitos e deveres, reforma e transferência de policiais militares e de bombeiros militares para a inatividade;
- c) criação, organização, estruturação e competências das Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, concessão, permissão, autorização, delegação e outorga de serviços públicos;
- d) concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições;

## e) matéria orçamentária.

Art. 88. Compete privativamente ao Governador do Estado:

III - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

XV - enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos previstos nesta Constituição;

Importante salientar, que o art. 203, § 2°, inciso I, da Constituição do Estado do Ceará, dispõe que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser encaminhado pelo Executivo à Assembleia até dois

de maio do ano que precederá à vigência do orçamento anual subsequente. Desta feita, observar-se que foram atendidos todos os requisitos constitucionais formais, assim, vejamos o que preceitua o art. 203 da Constituição do Estado do Ceará. *In verbis*:

Art. 203. O Estado programará as suas atividades financeiras mediante leis de iniciativa do Poder Executivo, abrangendo:

I - plano plurianual;

#### II - diretrizes orçamentárias;

III - orçamentos anuais.

(...)

§ 2° A lei de diretrizes orçamentárias definirá as metas e prioridades deduzidas do plano plurianual, a serem aplicáveis no exercício de atividades administrativas em geral, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, assegurada a ordem cronológica prevista no plano plurianual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá as diretrizes políticas para observância pelas agências financeiras oficiais de fomento, observadas as seguintes normas:

- I o projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá ser encaminhado pelo Executivo à Assembleia até dois de maio do ano que precederá à vigência do orçamento anual subsequente;
- II a elaboração deverá estar concluída em sessenta dias, exigindo-se maioria absoluta para a sua aprovação, regendo-se em tudo o mais pelas normas do processo legislativo;
- \*III o Poder Executivo publicará, no prazo de trinta dias, após a expiração de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, prestando esclarecimentos que lhe sejam requisitados pela Assembleia Legislativa ou pelo Tribunal de Contas;
- IV os planos e programas estaduais serão elaborados, refletindo as conformações regionais e setoriais, em consonância com o plano plurianual, sendo apreciados pela Assembleia, que assegurará a sua compatibilização.

Conforme preceitua a Constituição do Estado do Ceará, compete a Assembleia legislativa, com a devida sanção do Governo do Estado, dispor acerca de matérias de competência do Estado do Ceará, senão vejamos:

Art. 50. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor acerca de todas as matérias de competência do Estado do Ceará, especialmente sobre:

# II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;

Não é demais observar que a proposta em análise ainda encontra respaldo na Lei nº 13.875/00, in verbis:

Art. 3º Para os fins desta Lei, a Administração Pública Estadual compreende os órgãos e as entidades que atuam na esfera do Poder Executivo, os quais visam atender às necessidades coletivas.

§1º O Poder Executivo tem a missão básica de conceber e implantar políticas públicas, planos, programas, projetos e ações que traduzam, de forma ordenada, os princípios emanados da Constituição, das Leis e dos objetivos do Governo, em estreita articulação com os demais Poderes e os outros níveis de Governo.

§2º As ações empreendidas pelo Poder Executivo devem propiciar a melhoria e o aprimoramento das condições sociais e econômicas da população do Estado, nos seus diferentes segmentos, e a integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional.

É de bom alvitre salientar, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO tem como principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autárquicas. O projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020 foi encaminhado pelo Governador do Estado do Ceará, por intermédio da Mensagem nº 8.383, de 30 de abril de 2019, em cumprimento ao dispositivo do art. 203, § 2º, I, da Constituição Estadual do Ceará.

O Projeto, elaborado em consonância com a Constituição Estadual e com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), foi remetido à Comissão de Orçamento Finanças e Tributação (COFT) para análise, conforme estabelece o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996.

Esta Lei compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Verificamos que a LDO, lei de caráter transitório, é válida a partir de sua publicação, orientando a elaboração da LOA, e para o exercício a que se refere, para eventuais alterações na LOA ou fiscalização do Orçamento executado, ao confrontar com as metas previstas na LDO.

A LDO, conforme já dito, estabelece as prioridades e metas da Administração Pública Estadual, determina a estruturação e execução da LOA/2020, dispõe sobre a legislação dos tributos, sobre a política de recursos humanos, bem como, sobre a dívida pública no âmbito do Estado do Ceará.

Na mensagem do Poder Executivo, verificamos que o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, estabelece as metas anuais evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica estadual e nacional, bem como a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O crescimento da economia mundial para o ano de 2019, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,3%, este desempenho mostra-se um inferior à taxa de 3,6% verificada no ano de 2018. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento mais forte da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China.

O PIB do Brasil cresceu 1,1%, em 2018, puxado pelo setor agropecuário (1,3%), seguidos do setor de indústria (0,6%) e do setor da agropecuária (0,1%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,9%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias no qual favoreceu o crescimento do comércio em 2,3%, beneficiando assim o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,3%) e da indústria extrativista (1,3%), puxada pela alta da extração de minérios ferrosos. Para os anos de 2021 e 2022, o ritmo de crescimento da economia mundial deve-se manter num nível próximo de 3,7%. Ainda assim, a taxa de desemprego diminuiu para 7,8%, sendo o menor nível desde o início de 2009, bem como uma baixa inflação de 1,9% e uma taxa de juros nula. Esses fatores contribuem para uma estimativa de crescimento do PIB na região, em 2019, de 1,3% e 1,5%, em 2020.

Entretanto, a magnitude do crescimento econômico para o Brasil e o Ceará, para o período 2020-2022, está bem limitada em decorrência do alto déficit orçamentário do Governo Federal. O Governo Federal precisa dar os primeiros resultados de redução do déficit para que se apresente uma trajetória decrescente da dívida pública no médio e longo prazos, e a reforma da previdência é o principal elemento para tal objetivo, sendo a condição mais importante para o aumento da confiança dos empresários e investidores estrangeiros, e consequentemente o aumento dos investimentos privados, tornando os crescimentos econômicos do Brasil e do Ceará sustentáveis para os próximos anos.

Diante dos dados abordados, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, projetou para o período 2019 – 2022, taxas de crescimento do PIB estadual de 2,0% para 2019, 3,1% para 2020, 2,79% para 2021 e 2,8% para 2022, iguais ou superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO – 2020 são os seguintes:

Tabela 1 – Variáveis Macroeconômicas Projetadas – 2019 a 2021

	2019	2020	2021
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	3,89	4,0	3,75
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	2,0	2,78	3,0
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	2,0	3,1	3,5
PIB Ceará (R\$ Milhões)	161.167	172.810	196.576
Câmbio (R\$/US\$) – Média	3,7	3,75	3,85
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)6,5		7,5	8,0

Fonte: Relatório Focus/BACEN (23/03/19) e<sub>PECE</sub> IPECE

Considerando estas premissas macroeconômicas, foi projetado, para o período de 2020 a 2022, uma Receita Tributária de R\$ 46,7 bilhões. Deste montante destaca-se o ICMS, principal tributo estadual, com previsão de arrecadação de R\$ 42,6 bilhões.

Com relação às Transferências Correntes, vale destacar o Fundo de Participação dos Estados – FPE que, ao longo período, espera-se arrecadar um montante de R\$ 23,5 bilhões.

Todavia, o valor estimado do FPE acima pode sofrer variações em virtude de mudanças na legislação, inserção ou retirada de estímulos pelo Governo Federal a determinados setores ou queda na arrecadação em virtude do arrefecimento da atividade econômica, o que requer um acompanhamento maior pelo Estado das medidas adotadas pela União.

No que tange as Operações de Crédito há uma perspectiva de se arrecadar o montante de R\$ 5 bilhões no período iniciado em 2018 até o final de 2021.

Desse valor encontram-se recursos dos mais diversos agentes financeiros nacionais como BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, além de agentes internacionais como BID, BIRD, KFW e CAF. Para as operações de crédito tem-se como perspectiva de se arrecadar o montante de R\$ 4,1 bilhões no período iniciado de 2019 até o final de 2022.

Ressalta-se que o cenário macroeconômico desenhado para os próximos anos destaca um crescimento econômico tanto a nível nacional, quanto a nível local. As previsões até 2022 indicam um crescimento consistente e gradual que impactarão de forma direta as perspectivas de arrecadação do tesouro estadual. Dessa forma as despesas foram organizadas contemplando essas perspectivas ao longo do período 2020/2022.

Além disso, procurando manter o equilíbrio financeiro do tesouro estadual foi previsto para as despesas com pessoal (2020 a 2022) um montante de R\$ 39.5 bilhões observando a previsão de concursos, a possibilidade de reposição salarial limitada ao valor do IPCA, eventual alteração em Planos de Cargos e Carreiras e as despesas previdenciárias que ocorrerão até 2022.

Já em relação às outras despesas correntes, R\$ 32,8 bilhões foram programados (2020 a 2022) principalmente para manter em funcionamento a "máquina pública", os equipamentos disponíveis à sociedade e outros que serão disponibilizados no período como Unidades de Pronto Atendimento –

UPAs, Policlínicas, Escolas regulares, Delegacias, Cadeias, Penitenciárias, Centro de Formação Olímpica dentre outros, além de contemplar os recursos destinados constitucionalmente aos municípios.

Para o pagamento dos Juros e Amortização das dívidas foi previsto de 2020 a 2022, um montante de R\$ 5,3 bilhões em função, principalmente, das operações de crédito anteriormente contratadas que objetivam a realização dos investimentos estruturantes necessários ao Estado.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição da sociedade cearense em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Estado. Dessa forma, considerando os investimentos e as inversões financeiras, estão previstos de 2020 a 2022 recursos na ordem de R\$ 7,9 bilhões, oriundos das mais variadas fontes de recursos.

Na perspectiva de continuidade da implantação de projetos estruturantes pelo Estado, vale destacar:

- Implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza;
- Execução e Supervisão do Cinturão das Águas;
- Ampliação do Terminal Portuário do Pecém;
- Construção de Unidades Habitacionais;
- Restauração e Pavimentação de Rodovias.

Além destes importantes projetos de infraestrutura e logística, o Estado também destinará parte de seus recursos para outras áreas como: saúde, habitação, educação, segurança hídrica e a segurança pública. Assim são previstos investimentos na Construção de Unidades Habitacionais, a Implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água, a Reforma e Implantação de Hospitais e Escolas e o Aparelhamento e a Modernização da Segurança Pública Estadual. Esses projetos aliados a outras políticas de Enfrentamento às Drogas, de Superação da Extrema Pobreza, do Pacto pelo Ceará Pacífico e de Convivência com a Seca serão norteadores para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

Destarte, o projeto em questão tem como escopo a observância do princípio da legalidade administrativa, consubstanciada na necessidade de autorização através de lei específica para a efetivação da medida pretendida, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

Da mesma forma, nada há que se lhe oponha no plano da regimentalidade e técnica legislativa.

Além disso, o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre os preceitos da boa técnica legislativa na legislação pátria.

Quanto aos aspectos normativos e impeditivos da continuidade deste projeto de lei, não há qualquer propositura em regime de tramitação ou lei aprovada no Estado do Ceará versando sobre o objeto deste projeto, que impeça ou barre a aprovação de tal medida.

#### **DAS EMENDAS**

Trata-se do parecer sobre as **EMENDAS** à Mensagem nº 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.383/2019, proposta pelo Poder Executivo, a qual dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2020.

As emendas em exame foram proposta em consonância com Constituição Estadual e o Regimento Interno deste Poder, *in verbis*:

Art. 223. <u>As Emendas são Aditivas, Supressivas, Modificativas, Substitutivas e de Redação.</u>

§ 1º Emenda Aditiva é a proposição que acrescenta algo à outra proposição.

•••

§ 6º A anexação de emenda será feita, de ofício, pelo Presidente da Assembleia ou a requerimento de Comissão ou Deputado.

Art. 226. As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, § 1°, deste Regimento.

Destarte, as emendas em questão têm como escopo a observância do princípio da legalidade administrativa, consubstanciada na necessidade de autorização específica para a efetivação da medida pretendida, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

Da mesma forma, nada há que se lhe oponha no plano da regimentalidade e técnica legislativa.

Ressalte-se que, das emendas apresentadas pelos parlamentares, boa parte refere-se às transferências de recursos financeiros pelos poderes e órgãos da Administração Pública do Estado para entes públicos, como também para pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas.

#### RESUMO DO PARECER SOBRE AS EMENDAS

FAVORÁVEL C O M FAVORÁVEL MODIFICAÇÕES CONTRÁRIO

RETIRADAS PELOS AUTORES Ante o exposto, voto as emendas, na forma abaixo descritas, do Projeto de Lei encaminhado por meio da Mensagem n.º 42/2019, oriunda da mensagem nº 8.363/2019, de autoria Poder Executivo do Estado do Ceará.

## EMENDAS COM PARECER FAVORÁVEL

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

12 Emendas

D.IVI D.INI JA	EP.(A) UTOR(A)	PROPOSTA	REDAÇÃO PROPOSTA
	elinho	19, da proposição nº 42/2019	t.§ 5° As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis em raté 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.
N° 11 Au Aditiva	udic Mota		Art. 21. [] t. aParágrafo único. Será disponibilizado, em oaté 30 dias da aprovação desta Lei, senha de acessos aos sistemas para membros do Poder Legislativo.
			Parágrafo Único. Além dos resultados, objetivos e premissas do Plano Plurianual 2020-2023, a Lei Orçamentária Anual 2020, bem como sua execução, deverá se pautar pela transparência, mediante a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária, inclusive por meio
Nº 31	eonardo raújo	Modifica o Parágrafo Único d	eletrônico, nos sítios oficiais do Estado, em olinguagem clara e acessível à população,
Modificativa		art. 4° do PLDO 2020.	como também, que essas informações sejam disponibilizadas aos deficientes

visuais por meio de sistemas de

acessibilidade.

N° 32 Modificativa	Leonardo Araújo	divu comince: deve	C. O Portal da Transparência deverá ser algado nos principais meios de aunicação do Estado como forma de entivar a sociedade a consultá-lo, endo ser adaptado para se integrar no tecnologias acessíveis para cientes visuais.
N° 34 Aditiva	Leonardo Araújo	meio ferra pern	I - disponibilização de informações, em o eletrônico, com a utilização de amentas ou sistema de acessibilidade, mitam aos deficientes visuais apreender e monitorar os gastos licos.
N° 35 Modificativa	Leonardo Araújo	Orça com será dem trans Modifica o caput do artigo 91univ do PLDO 2020. exclusivos com	91. A elaboração do Projeto de Lei amentária para o exercício financeiro, a fundamento na Constituição Federal, a realizada segundo os princípios da nocracia, da justiça social, da esparência, da unidade, da versalidade, da anualidade, da lusividade, do equilíbrio, da clareza, a a participação da sociedade civil do ado do Ceará.
N° 36 Modificativa	Leonardo Araújo	publifortation independent of the communication of	15. Os recursos destinados à licidade e ao apoio cultural deverão alecer veículos públicos, comunitários, ependente e privados, em conformidade a o que dispõe o art. 157 da astituição do Estado do Ceará, garantida ansparência das parcerias firmadas pela ministração Pública, regidas pela Lei eral nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o regramento da Lei Federal nº 166, de 21 de junho de 1993 – Lei das ações e contratos públicos, e Lei applementar nº 101, de 4 de maio de 0 - Lei de Responsabilidade Fiscal.
N° 43 Aditiva	Vitor Valim	indio Acrescenta o parágrafo 2º àOrça redação do artigo 4º dase p Proposição n.º 42/2019,desig oriundo da Mensageminter	Além dos objetivos e premissas cados no presente artigo, a Lei amentária Anual 2020 também deverá pautar pela busca da atenuação da gualdade social e da integração rmunicipal, como finalidades a serem almente priorizadas.

N° 56 Modificativa	Erika Amorim	§ 1°. O chamamento públialínea "b" do inciso I dever por meio de edita Altera o parágrafo 1°, do artigo expressamente os critérios 51, do Projeto de Lei, oriundo considerando, como um da Mensagem 8.383/2019.  Seleção, o cumprimento Apredizagem (Lei Federa 19 de dezembro de 2000).	á ser divulgado l, contendo s de seleção, os critérios de o da Lei de
N° 57 Modificativa	Elmano Freitas	§ 5° Em observância ao Economicidade, o Poder Ex Altera o §5° do art. 18 donos moldes da lei maior Projeto de Lei, oriundo dapublicação oficial da Lei Mensagem 8.383/2019 Orçamentárias, seus and Orçamentária Anual e do P na página da SEPLAG, em publicação impressa, que Disponibilizar a peçaacessível a todos por, no morçamentária (LDO, LOA eanos, sob pena de nul PPA) por 10 anos na internet. disposto.	ecutivo poderá, r, promover a de Diretrizes exos, da Lei PA na internet, a substituição à de deverá estar ínimo, <b>10 (dez)</b>
N° 72 Aditiva	Delegado Cavalcante	Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei 42/2019,VI - de receitas compensa oriundo da Mensagem 8.383 dedo Governo Federal. autoria do Poder Executivo. Acrescenta o inciso VI ao Art. 43	tórias advindas
N° 74 Modificativa	Delegado Cavalcante	Modifica dispositivo ao projeto de lei 42/2019, oriundo da créditos correspondentes, Mensagem 8.383, de autoria do Poder Executivo.  Poder Executivo.  Federativa – PCF, destinado saúde, à segurança púb social, de convivência com referentes a convênios e congêneres já celebrados co a União, em andamento.	dos projetos le Cooperação las às ações de lica e defesa a estiagem e as e instrumentos
Nº 76 Aditiva	Delegado Cavalcante	Adiciona dispositivo ao projeto § 6°. O Portal da Transpardo de lei 42/2019, oriundo da cópia de todos os contratos/ Objetivo seja conceder crésou conceder anistia ou qualquer imposto estadual.	dito presumido

## EMENDAS COM PARECER FAVORÁVEL COM MODIFICAÇÕES

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

# EMENDA $\begin{array}{c} DEP.(A) \\ AUTOR(A) \end{array}$ PROPOSTAREDAÇÃO PROPOSTA

**NOVA REDAÇÃ**(

4° O Poder

N° 04 Modificativa § 4° O Poder Executivo Estadual disponibilizará no no Portal da Transparência, o acompanhamento no Portal da Transparência, o acompanhamento no parágrafo de todas as obras de infraestrutura do Estado, sejam iguais ou com apresentação de quadro demonstrativo dos custos básicos e principais informações em apresentação de qu permitam a custos básicos e proriundo da de termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e proriundo da termos do art. 50 da Lei Complementar no termos físicos e monetários que permitam a custos básicos e monetários que permitam a custo da

Art. 67. [...]

Art. I – no Poder Exect

e oito vírgula

N° 08 Modificativa Modifica oI - no Poder Executivo: 48,6 % (quarenta eII - no Poder Juc cento); c e n t o ); inciso I e IIoito vírgula seis por do art. 67, daII – no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);III – no Poder La proposição III – no Poder Legislativo: 3,4 % (três vírgulavírgula quatro po cento) Assembleia Legi  $n^{\circ}$  42/2019, quatro por oriundo da: vírgula trinta e qu Mensagem IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por Tribunal de Cont n° 8.383. cento). (um cento);

N° 17 Renato Roseno § 3°. Deverá ser esgotada a capacidade de sapacidade de capacidade de capacidade de capacidade de capacidade de sunc parágrafo 3° detrimento dos investimentos em novas atuais em detrimen no artigo 25 estruturas de igual ou similar natureza.

Art. 25. [...]

Parágrafo Únicomencionado no i concepção dos podemais condições

Art. 25. [...]

Parágrafo Único. As operações de crédito de que **cronograma** fina trata o inciso VI deste artigo **que forem** 

Nº 20Renato ModificativaRoseno

aprovadas pelo Senado Federal, observadas relativos às operac Altera oas demais condições impostas pela Lei, ser incluídos no c parágrafo poderão ser incluídas no orçamento por meio deemendas e créditos doemendas ou créditos adicionais. único

artigo 25 da Mensagem

42/2019.

VI - incluídas operações de créd cujas concepçõe tenham sido f instituições financ de 2019.

Art. 43 - A. A Lei autorizada

§ 2°. O chamament

Nº 28 Walter Cavalcante

Aditiva

Acrescenta oArt. 43 - A. Incluir na Lei Orçamentária Anualorçamentários, para Art. 43-A ao(LOA) a destinação de recursos para compra dode média comple Art. 43 Hospital São Lucas no Município de Crateús. Sertão Central de C

Modifica Nº 3 3Leonardo artigo ModificativaAraújo §2°.

alínea "b" do inci-§ 2°. O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I será dispensado ou inexigível, nas 30 e 31 da Lei Fed inexigível, nas hipo hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e na julho de 2014 regulamentação estadual, devendo o extrato da estadual, devendo instificações de acceleratório justificativa de ausência de realização inexigibilidade do chamamento público ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da assinatura, no sít pública 'administração administração pública na internet e, administração eventualmente, a critério do administrador na público, também no meio publicidade da administração pública, sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei.

eventualmente, oficial de publicio pública, sob pena formalização de ¡

Lei.

Art. 3° [...]

Art. 3° [...]

Vitor Valim parágrafo do Art. 3°

§ 1º As metas fiscais poderão ser reajustadas na Lei Orçamentária e na Execução Orçamentária, reajustadas na Lesde que ocorrências macroeconômicas, Execução Execução na legislação e outros fatores no percentual máximo de 25 % (vinte e cinco por Orçamentária, ocento) que afetem as projeções das receitas, macroeconômicas, incluídos os critérios adotados para a estimativa e outros fatores c de arrecadação e

despesas previstas no anexo I desta Lei, para a estimativa de instificionem a compressor a precessidade de previstas no anexo justifiquem e comprovem a necessidade de alterações.

das receitas, incluíc comprovem a nece Altera

doArt. 17. A Secretaria do Planejamento e Gestão -Art. 17. A Secret caput Nº 49 artigo 17 daSEPLAG, encaminhará à Assembleia LegislativaGestão-Vitor Valim Proposição do Estado do Ceará, em até 30 (trinta) dias após Assembleia Legisla n.º 42/2019,a entrega do Projeto de Lei Orçamentária,em até 30 (trinta) Modificativa

> oriundo dademonstrativo com a relação das obras comProjeto de Lei Orça Mensagem valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (doiscom a relação das o 8.383/2019. milhões de reais). superior a R\$ 5.00

de reais).

n° 101/2000.

Nº 5 1 Modificativa

> § 4° O Poder Executivo Estadual disponibilizará§ 4° O Poder no Portal da Transparência, o acompanhamentodisponibilizará no das obras de infraestrutura do Estado cujoso parágrafo 4° valores sejam iguais ou superiores a R\$ 5.infraestrutura do do artigo 19000.000,00 (cinco milhões de reais), comsejam iguais ou apresentação de quadro demonstrativo dos custos000.000,00 (cinco básicos e principais informações em termosapresentação de qu Vitor Valim Proposição n.º 42/2019, físicos e monetários que permitam a avaliação ecustos básicos e pr o acompanhamento da gestão, nos termos do art.termos físicos e mo da 50 da Lei Complementar nº 101/2000. avaliação e o acon Mensagem nos termos do art. : 8.383/2019.

**OBS.:** Mesmo conteúdo da Emenda 4.

> Acesso aos

d a

oriundo

membros do Art. 21. Será assegurado aos membros do PoderArt. 21. S Legislativo o acesso ao sistema corporativo dePoder Legislativo Poder Legislativo convênios e congêneres do Poder Executivocorporativo de con ao E-parceriaEstadual e-Parcerias e ao Sistema Integrado dePoder Executivo E e ao SIMA. Monitoramento e Avaliação - SIMA, Sistema Integrado apresentando as principais informações de Avaliação obras e serviços que permitam a avaliação e oinformações que 1

Ν° 58Elmano ModificativaFreitas

> Modifica o caput do art. 21

> > Parágrafo único. Parágrafo único. Incluir na lei OrçamentáriaAnual(LOA) está

Acrescenta oAnual (LOA) a destinação de recursos para todos recursos para Nº 66 Walter os eventos religiosos que compõem o Calendárioculturais e religi Cavalcante único ao ArtOficial do Estado do Ceará calendário oficial ( Aditiva 15 Ceará.

acompanhamento da gestão.

177 de 261

o acompanhament

Poder Legislativo = 3,4% despesa com pessoal Art. sobre <sup>a</sup>Art. 67. [ . . . ]I – no Poder **Execu** Receita I – no Poder Legislativo: 48,6 % (quarenta ee oito vírgula Corrente cento);II - no Poder Juc vírgula oito seis por Líquida. II – no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento); c e n t o ); III – no Poder Legislativo: 3,4 % (três vírgulaIII – no Poder Le Ν° quatro por cento), sendo: a) na Assembleiavírgula quatro po 67Elmano Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta eAssembleia Legi ModificativaFreitas quatro por cento); b) no Tribunal de Contasvírgula trinta e qu Modifica os do Estado: 1,06 % (um vírgula zero seis por Tribunal de Cont incisos I e II cento); vírgula cento); do art. 67, da proposição  $n^{\circ}$  42/2019, oriundo da **Mensagem** nº 8.383.

## EMENDAS COM PARECER CONTRÁRIO

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

EMENDA PROPOSTA REDAÇÃO PROPOSTA
AUTOR(A)

Art. . As emendas individuais de parlamentares serão executadas no limite de 0,9 % (zero vírgula nove por cento) da Receita Corrente Líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde ou

Acrescenta dispositivo ao PL combate á seca. § 1º É obrigatória a 42/2019, oriunda daexecução orçamentária e financeira das Mensagem nº 8.383, de autoria programações a que se refere o caput deste

N° 09

Audic Mota

Aditiva		-	oartigo, respeitadas as vedações constantes no osart. 28 desta lei. § 2° A execução do montante destinado a ações e serviços de saúde, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do art. 198, § 2°, II da CF/88, vedada a destinação para pagamento de pessoal e encargos sociais.
N° 1 Modificativa	<sup>0</sup> Audic Mota	Altera dispositivo do Projet de Lei 42/19, oriundo d Mensagem nº 8.383	Art. 21. Será assegurado aos membros do Poder Legislativo o acesso ao sistema corporativo de convênios e congêneres do Poder Executivo Estadual e-Parcerias e ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação – SIMA e ao Sistema de Convênios e Congêneres do Ceará - SINCOV
N° 12 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta o parágrafo 3º n artigo 27 da LDO.	§ 3°. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual, deverão ser priorizados os recursos para o cumprimento do art. 224 da oConstituição Estadual, garantindo-se o necessário investimento no sistema de ensino superior público do Estado do Ceará.
N° 13 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta o parágrafo 5º n artigo 86 da LDO.	§ 5°. A concessão de subsídios de tarifas de água e de esgoto às sociedades empresárias com estabelecimento situado no Estado do oCeará, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial, será suspensa em períodos de escassez hídrica.
N° 14 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta o parágrafo 4º n artigo 86 da LDO.	§ 4°. Os empréstimos e incentivos fiscais aos quais se refere este artigo não poderão ser concedidos às empresas cujos sócios, diretores, administradores ou representante legal sob qualquer título tenham sido doadores nas últimas campanhas eleitorais para Chefe de Executivo do Estado do Ceará.
N° 15 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta o parágrafo 3º n artigo 86 da LDO.	§ 3°. Os empréstimos e incentivos fiscais aos quais se refere este artigo não poderão ser concedidos às empresas cujos responsáveis, sócios, diretores, administradores ou responsável legal sob qualquer título, estejam envolvidos em crimes de lesão ao erário.
			§ 2°. O Estado do Ceará somente efetuará o pagamento de créditos de natureza tributária

via ressarcimento ou outro instrumento

Acrescenta o parágrafo 2º nojurídico Renato relacionado aos incentivos Nº 16 Roseno artigo 86 da LDO. conferidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial, após a regular apuração do saldo Aditiva devedor do Estado e obedecida à ordem cronológica de constituição de crédito. Art. 33. A Lei Orçamentária consignará, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências, à manutenção e N° Altera o caput do artigo 33 daao desenvolvimento da educação básica, 18Renato Mensagem 42/2019. cumprindo e ampliando o disposto no art. Modificativa Roseno 212 da Constituição Federal, e art. 216 da Constituição Estadual. § 4°. Integrará a relação do Anexo IV no inciso II demonstrativo consolidado por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades, dos recursos destinados às políticas públicas para combater a desigualdade de gênero, em especial no que Nº 19 Acrescenta §4° ao art. 8° do Renato tange à violência contra a mulher, à PLDO. Roseno igualdade nas condições de trabalho, aos Aditiva direitos sexuais e reprodutivos, à assistência humanizada à gestação, ao parto e ao puerpério. Art. 2°. § 4º No Projeto e na Lei Orçamentária para 2020, os recursos destinados investimentos deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada e, em caso de investimentos voltados a novas unidades, observar vazios assistenciais Modifica o parágrafo 4º noplanejamento da oferta regional das ações 21Renato Modificativa Roseno artigo 2°. governamentais, especialmente: I - a promoção da inclusão social; II - as ações de saneamento básico; III - a humanização do sistema penitenciário e socioeducativo; IV as ações para reduzir os índices de violência e criminalidade; V as ações de enfrentamento à crise hídrica e de promoção

"§ 2º. Na área de Educação, terão prioridade os investimentos destinados à valorização profissional, recuperação e modernização de unidades escolares, garantido-se o abastecimento de água e saneamento básico,

da segurança alimentar; VI investimentos em educação e saúde.

N° 22 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta o parágrafo 2º no artigo 25 da LDO.	oa construção de novas unidades em substituição àquelas que funcionem em prédios alugados, bens como os destinados à garantia da merenda escolar, priorizando-se alimentos saudáveis, orgânicos e/ou agroecológicos"(AC).
N° 23 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta os incisos VI, VII VIII no artigo 13.	VI - despesas com a admissão de pessoal sob o regime especial de contratação, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; VII - despesas com Contribuição Patronal - Regime Próprio da Previdência Social, incluindo as despesas de exercícios anteriores relativas a esta contribuição; VIII - despesas com Contribuição Patronal - Regime Geral de Previdência Social, incluindo as despesas de exercícios anteriores relativas a esta contribuição(AC).
N° 24 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta a alínea "d" ne inciso II do artigo 8°	d) demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
N° 25 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta o parágrafo 10 ne artigo 2°.	§ 10. A Lei orçamentária priorizará a alocação de recursos para garantir a execução do Plano Estadual de Educação.
Nº 26 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta o parágrafo 4° no artigo 12, renumerando os que lhe seguem.	§ 4°. Os relatórios conterão indicação nominal das empresas beneficiárias, o objeto e respectivos valores das operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, até 31 de dezembro de 2018, bem como os retornos de pagamento por parte das empresas beneficiadas, a natureza do benefício fiscal concedido e respectivos índices, a estimativa da perda de arrecadação e justificativa.
N° 27 Aditiva	Audic Mota	Acrescenta dispositivo a Projeto de Lei n.º 42, oriundo da Mensagem 8.383.  Acrescenta parágrafo único ad Art. 43	Art. 43[]  Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no art. 23 desta lei, as dotações para Oprestação de assistência médica, laboratorial Oe hospitalar aos serviços públicos serão fixadas de acordo com os aumentos acumulados pelos insumos de saúde, sendo utilizados para este fim, preferencialmente, os recursos do imposto de renda retido na o

fonte, arrecadados dos próprios servidores que compõem o produto previsto no art. 157, Inciso I, da Constituição Federal.

## Art. 12 [...]

N° 29 Aditiva	Walter Cavalcante	Acrescenta-se o §4° ao art. 12.	§4°. Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para a construção e melhoria de unidades habitacionais, bem como a revitalização das áreas urbanizadas ao seu entorno.
N° 30 Aditiva	Walter Cavalcante	Acrescenta-se o Parágrafo Único ao art. 33°.	Parágrafo único. Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para emissão gratuita da carteira estudantil e o ofardamento da rede escolar pública Estadual do ensino meio regular, de tempo integral e profissionalizante.
N° 37 Aditiva	Renato Roseno	Acrescenta os parágrafos 3° d 4° no artigo 2°, renumerando os que lhe seguem.	§ 3°. Além das disposições anteriores, a Lei orçamentária priorizará o efetivo funcionamentos dos fundos: I - Fundo Estadual da Criança e do Adolescente; II - Fundo Estadual da Cultura; III - Fundo Estadual de Combate à Pobreza; IV - Fundo Estadual de Assistência Social; V - Fundo de Inovação Tecnológica - FIT; VI - Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas; VII Fundo de Segurança Pública e Defesa Socal do Estado do Ceará. § 4°. A Lei Orçamentária conterá os demonstrativos orçamentários consolidados dos fundos mencionados no § 3° deste artigo.
N° 38 Aditiva	Audic Mota	Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei n.º 42, oriundo da Mensagem 8.383.	executadas observando o percentual minimo
N° 39 Aditiva	Audic Mota		§ 18°. As emendas parlamentares aprovadas opela Assembleia Legislativa terão código opróprio que as identifique observado o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) para sua execução.

N° 40 Aditiva	Audic Mota	Art As emendas parlamentares aprovadas pela Assembleia Legislativa que destinam Acrescenta dispositivo aorecursos para as áreas de saúde e educação Projeto de Lei n.º 42, oriundodeverão ter limite mínimo de 50% (cinquenta da Mensagem 8.383.  por cento) de implantação, quando da sua criação.
N° 4 Modificativa	<sup>2</sup> Vitor Valim	§ 3º Caso as ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem a projeção ou realização das receitas, nos termos do anexo I desta Lei, venham a alterar as metas fiscais ora estabelecidas, Altera o parágrafo 3º do artigodeverá o Chefe do Poder Executivo 3º da Proposição n.º 42/2019,encaminhar à Assembleia Legislativa as oriundo da Mensagemalterações realizadas por meio de relatório 8.383/2019.  detalhado, justificando e demonstrando o impacto das alterações.
N° 44 Aditiva	Vitor Valim	Acrescenta as alíneas "d" e "e"Art. 8º [] à redação do inciso II do artigo 8º da Proposição n.º 42/2019,d) demonstrativo de todo o passivo com oriundo da Mensagemincentivos fiscais; e) demonstrativo de 8.383/2019. crédito das empresas junto ao Fisco.
		Art. 10 []
N° 45 Aditiva	Vitor Valim	§ 18°. As despesas referentes às Parcerias Acrescenta o parágrafo 18 àPúblico-privadas deverão ser detalhadas em redação do artigo 10 darelatório minucioso, de fácil acesso e Proposição n.º 42/2019, entendimento, evidenciando os dados oriundo da Mensagemprincipais de cada parceria ajustada, para acompanhamento e utilização das referidas despesas.
N° 46 Aditiva	Vitor Valim	Acrescenta o parágrafo 19 à§ 19°. Os critérios para liberação de valores e redação do artigo 10 dacréditos relativos a contratos celebrados Proposição n.º 42/2019, deverão ser idênticos, não privilegiando oriundo da Mensagemquaisquer empresas, desde que possuam 8.383/2019. finalidades congêneres.
N° 47 Aditiva	Vitor Valim	§ 4°. Os programas e os projetos financiados Acrescenta o parágrafo 4° àpelo FECOP e pelo FIT incentivarão a redação do artigo 12 daimplementação de políticas públicas Proposição n.º 42/2019, direcionadas ao diagnóstico e solução de oriundo da Mensagemproblemas geradores de alta vulnerabilidade social, sendo prioridades da Administração Pública Estadual.

N° 48 Aditiva	Vitor Valim	Proposição n.º 42/2019	à a§ 5°. Os programas e projetos financiados pelo FECOP e FIT serão utilizados para a redução das desigualdades, garantindo formação cultural, educacional, segurança pública e incentivando o desenvolvimento sustentável.
N° 50 Aditiva	Vitor Valim	Acrescenta o parágrafo único àParágrafo único. No demonstrativo com a redação do artigo 17 darelação das obras acima citadas, devem Proposição n.º 42/2019,constar os dados específicos, planilha oriundo da Mensagematualizada com estado atual e percentual de 8.383/2019. conclusão.	
N° 52 Modificativa	Vitor Valim	27 da Proposição n.º 42/2019	§ 2°. Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles odestinados a garantir recursos hídricos à p,população diretamente afetada pela seca me, em Sequência, aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.
			Art. 55 []
N° 59 Aditiva	Fernanda Pessoa	Acrescenta o § 6º ao art. 55.	§ 6°. Incluir na Lei orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para a construção e manutenção de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CRT)
			Art. 55 []
N° 60 Aditiva	Fernanda Pessoa	Acrescenta o § 3° ao art. 55.	§ 3°. Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para construção de unidades habitacionais
N° 61 Aditiva	Fernanda Pessoa	Acrescenta o 43-B ao art. 43.	Art 43 -B. Incluir na Lei orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para conclusão das policlínicas.
N° 62 Aditiva	Fernanda Pessoa	Acrescenta o § 1° ao art. 47.	§ 1°. Incluir na Lei orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para ampliação do serviço de abastecimento de água para as reservas indígenas localizadas na Região Metropolitana.
			§ 6°. Incluir na Lei orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para a

Aditiva	Fernanda Pessoa	Acrescenta o § 6° ao art. 55.	construção de Delegacia Especializada de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (DECECA)
N° 64 Aditiva	Fernanda Pessoa	Acrescenta o § 4° ao art. 54.	§ 4°. Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para extensão da Linha Sul do Metrofor.
N° 65 Aditiva	Fernanda Pessoa	Acrescenta o § 3° ao art. 55.	§ 5°. Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para promoção de ações de divulgação para os festejos juninos
N° 77 Aditiva	Audic Mota		Art Poderão ser contempladas , por meio de edital, as Associações devidamente constituídas, em parceria com a Secretaria da Juventude, o Programa Academia ao ar livre, 'ficando estas responsáveis pela instalação dos equipamentos.

Quanto às emendas N°s 01, 02, 03, 05, 07, 53, 54, 55, 68, 69, 70, 71, 73 e 75, as mesmas foram retiradas por solicitação dos parlamentares autores(a).

Passo a opinar.

#### III – VOTO

(Art. 102, §1°, II, Do Regimento Interno)

Feitas estas considerações, passo a emitir parecer acerca do mérito da Mensagem ora examinada e de suas emendas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO foi instituída pela Constituição Federal de 1988, com o objetivo de criar um elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Suas atribuições, que estão estabelecidas no art. 165 da CF e no art. 203 da Constituição Estadual, envolvem a definição das prioridades e metas da Administração Pública Estadual; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações; as disposições relativas à Dívida Pública Estadual; as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais; e as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Estado.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram ampliadas as funções da LDO, inclusive trazendo o Anexo de Riscos Fiscais e o Anexo de Metas Fiscais.

O Anexo de Metas Fiscais apresenta as metas fiscais em valores correntes e constantes relativos à receita pública, às despesas públicas, ao resultado primário, ao resultado nominal e ao montante da dívida pública, para o exercício em que venha entrar em vigor e para os dois subsequentes.

O Anexo de Riscos Fiscais apresenta os passivos contingentes e os possíveis riscos que podem afetar as contas públicas, definindo também as providências a serem tomadas caso esses riscos se concretizem.

Além dos anexos acima destacados, a LDO conta também com o anexo dos Quadros Orçamentários que deverão compor a LOA.

Assim, pode-se observar que a LDO apresenta uma estrutura bem definida e, por essa razão, algumas contribuições apresentadas por meio de emendas parlamentares pelo Legislativo Estadual para o exercício de 2020, não mostraram a devida pertinência para serem incluídas no Texto da Lei, na medida em que este deve versar apenas sobre diretrizes gerais para elaboração do Orçamento.

Ademais, algumas emendas não puderam ser acatadas por abordarem sobre conteúdo eminentemente de Lei Orçamentária ou do Plano Plurianual - PPA. Outras emendas foram prejudicadas, por definirem percentuais mínimos de execução, além daqueles já definidos na Constituição Federal ou em Lei específica, ou por ferirem o princípio da não-afetação de receitas, ou ainda por solicitarem informações que já estão disponibilizadas por meio de mensagens, relatórios e consultas nos sistemas corporativos do Estado.

Pelos motivos acima expostos é que das 77 (setenta e sete) emendas apresentadas ao PLDO/2020, após conversarmos com os parlamentares, autores, no sentido de aproveitarmos ao máximo as suas contribuições, destas: 25 (vinte e cinco) emendas tem o nosso parecer favorável integralmente ou com modificação, 14(quatorze) emendas foram retiradas pelos autores(a) e 38(trinta e oito emendas) tem o parecer contrário.

Diante do exposto, convencido da legalidade e da importância da Mensagem n° 42/2019, oriunda da Mensagem N°. 8.383, de autoria do Poder Executivo, apresentamos o **PARECER FAVORÁVEL** à sua regular tramitação e o **PARECER FAVORÁVEL** às emendas: 6, 11, 31, 32, 34, 35, 36, 43, 56, 57, 72, 74 e 76; **PARECER FAVORÁVEL COM MODIFICAÇÕES** às emendas: 4, 8, 17, 20, 28, 33, 41, 49, 51, 58, 66 e 67 e **PARECER CONTRÁRIO** às emendas: 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 e 77, na forma indicada nos quadros acima.

É o parecer.

DEPUTADO JULIO CESAR FILHO

fr

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição:CONCLUSÃO DA COFTAutor:99361 - ANTÔNIO GRANJA.Usuário assinador:99361 - ANTÔNIO GRANJA.

**Data da criação:** 03/07/2019 11:33:14 **Data da assinatura:** 03/07/2019 11:33:21



#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

# DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 03/07/2019

	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-004-00
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Formulário de Qualidade Comissões Técnicas Permanentes	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Conclusão da Comissão	DATA REVISÃO:	

#### 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 26/06/2019

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO OS PARECERES DO RELATOR

alin 90

# ANTÔNIO GRANJA.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO EM EXERCICIO



Memo n.º 35 /2019

Fortaleza/CE, 08 de julho de 2019.

#### Ao Departamento Legislativo,

Venho, por meio deste, solicitar coautoria da emenda nº 66/2019 – de autoria do Excelentíssimo Deputado Walter Cavalcante – no projeto de lei nº 42/2019, oriundo da mensagem nº 8.383, o qual dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2020.

Atenciosamente,

VITOR VALIM
DEPUTADO ESTADUAL

De acordo:

WALTER CAVALCANTE

DEPUTADO ESTADUAL

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: APROVADO

**Autor:** 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99623 - EVANDRO LEITAO\_

**Data da criação:** 11/07/2019 14:39:01 **Data da assinatura:** 11/07/2019 15:07:56



#### **PLENÁRIO**

DESPACHO 11/07/2019

APROVADO EM DISCUSSÃO INICIAL E VOTAÇÃO NA 60ª (SEXAGÉSIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 11/07/2019.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 61ª (SEXAGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 11/07/2019.

EVANDRO LEITAO\_

1º SECRETÁRIO



# Assembleia Legislativa do Estado do Ceará AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO CENTO E DOZE

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

#### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

#### DECRETA:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1.º Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 203, § 2.º, da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:
  - I as metas e prioridades da Administração Pública Estadual;
  - II a estrutura e organização dos orçamentos;
- III as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
  - IV as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;
- ${f V}$  as disposições relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública Estadual;
  - VI as disposições relativas à dívida pública estadual:
  - VII as disposições finais.
  - Parágrafo único. Integram a presente Lei os seguintes anexos:
  - I Anexo de Metas Fiscais:
  - II Anexo de Riscos Fiscais;
  - III Relação dos Quadros Orçamentários.

#### CAPÍTULO I

## DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

- Art. 2.º As prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2020 serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual PPA 2020-2023, em anexo específico, identificadas a partir dos seguintes critérios de priorização:
  - I contribuição para os resultados e indicadores dos eixos e temas estratégicos:
  - II contribuição para as diretrizes regionais; e
- III alinhamento com os Acordos de Resultados, previstos no Decreto n.º 32.216, de 8 de maio de 2017, que regulamenta o Modelo de Gestão para Resultados.
- § 1.º As obrigações constitucionais e legais do Estado, as despesas com a conservação do patrimônio público, a manutenção e o funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão prevalência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária de 2020 em relação às prioridades e metas de que trata o *caput* deste artigo.





- § 2.º As metas e prioridades deverão observar os mecanismos de participação direta e as diretrizes discutidas com a sociedade civil organizada, com os Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos Deliberativos de Políticas Setoriais nas 14 (quatorze) regiões do Estado do Ceará, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa, em conformidade com o disposto no § 7.º deste artigo.
- § 3.º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará Seplag disponibilizará o Projeto de Lei Orçamentária Anual, por meio do seu sítio eletrônico, como forma de assegurar e ampliar a participação dos Conselhos de Políticas Públicas e de toda a sociedade.
- § 4.º No Projeto e na Lei Orçamentária para 2020, os recursos destinados aos investimentos deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada e, em caso de investimentos voltados a novas unidades, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional das ações governamentais.
- § 5.º As metas e prioridades da Administração Estadual para o exercício de 2020 deverão estar em consonância com os Planos Estaduais setoriais estratégicos de longo prazo aprovados na Assembleia Legislativa, devendo o Poder Executivo adotar esforços para manter ativa no Portal da Transparência do Estado a disponibilização de consultas e relatórios com informações atinentes:
  - I ao atendimento de suas metas quantitativas e qualitativas;
  - II aos respectivos dispêndios orçamentários e financeiros;
- III às ações empreendidas pelo Governo a fim de tornar efetiva a consecução desses planos.
- § 6.º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, por meio do sítio eletrônico do Governo do Estado, dará ciência aos Conselhos de Políticas Públicas do período de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual antes do envio deste à Assembleia Legislativa como forma de assegurar e ampliar a participação da sociedade.
- § 7.º O cumprimento das metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2020, definidas no Anexo de Metas e Prioridades, deverá ser comprovado trimestralmente, em até 90 (noventa) dias após o término do trimestre imediatamente anterior, por meio do envio à Assembleia Legislativa de demonstrativo pormenorizado do cumprimento de cada meta no trimestre, acrescido de respectivo percentual de execução, bem como relatório específico e justificado das metas não atingidas no período.
- § 8.º Para a retirada de recursos de Fundos que não estejam sob o gerenciamento do Poder Executivo ou de seus órgãos delegados, deverá ser assegurada a provisão de devolução, no Balanço Geral do Estado, para o Poder ou órgão a que estão vinculados os Fundos.
- Art. 3.º A elaboração e aprovação da Lei Orçamentária de 2020 deverá estar compatível com as metas fiscais previstas no Anexo I desta Lei.
- § 1.º As metas fiscais poderão ser reajustadas na Lei Orçamentária e na Execução Orçamentária desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem as projeções das receitas, incluídos os critérios adotados para a estimativa de arrecadação e despesas previstas no Anexo I desta Lei, justifiquem e comprovem a necessidade de alterações.

§ 2.º A Lei Orçamentária conterá demonstrativo evidenciando as alterações realizadas.

1

J &



- § 3.º Caso as ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação, além de outros fatores que afetem a projeção ou realização das receitas, nos termos do Anexo I desta Lei, venham a alterar as metas fiscais ora estabelecidas, deverá o Chefe do Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa as alterações realizadas por meio de mensagem do Poder Executivo, justificando e demonstrando o impacto das alterações.
- Art. 4º As Diretrizes Orçamentárias de que trata esta Lei são alinhadas aos resultados estabelecidos e pautadas nos objetivos e nas seguintes premissas do Plano Plurianual 2020-2023:
  - I gestão pública para resultados;
  - II participação cidadã;
  - III promoção do desenvolvimento territorial;
  - IV intersetorialidade na gestão das políticas públicas.
- § 1.º Além dos resultados, dos objetivos e das premissas do Plano Plurianual 2020-2023, a Lei Orçamentária Anual 2020, bem como sua execução, deverá se pautar pela transparência, mediante a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária, inclusive por meio eletrônico, nos sítios oficiais do Estado, em linguagem clara e acessível à população, como também, que essas informações sejam disponibilizadas aos deficientes visuais por meio de sistemas de acessibilidade.
- § 2.º Além dos objetivos e das premissas indicados no presente artigo, a Lei Orçamentária Anual 2020 também deverá se pautar pela busca da atenuação da desigualdade social e da integração intermunicipal, como finalidades a serem igualmente priorizadas.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

- Art. 5.º Para efeito desta Lei, entende-se por:
- I programa o instrumento de organização da ação governamental que visa ao alcance dos resultados desejados;
- II iniciativa o atributo do programa que declara a entrega de bens e serviços à sociedade ou ao Estado, resultante da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias;
- III atividade um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- IV projeto um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- V operação especial as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
  - VI unidade orçamentária o menor nível da classificação institucional;
- VII órgão orçamentário o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- VIII concedente o órgão ou a entidade do Poder Executivo Estadual responsável pela transferência de recursos financeiros para ente ou entidade pública, pessoa jurídica de direito

D

 $\bigcirc$ 

8



privado ou pessoa física para a execução de ações por meio de convênios ou quaisquer instrumentos congêneres;

- IX convenente o parceiro selecionado para a execução de ações em parceria com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, por meio de convênio ou instrumento congênere;
- X interveniente o ente ou a entidade pública que participa do convênio ou instrumento congênere para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio, podendo assumir a execução do objeto pactuado e realizar os atos e procedimentos necessários, inclusive a movimentação de recursos;
- XI descentralização de créditos orçamentários a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou da entidade, ou entre estes, observado o disposto no Decreto Estadual n.º 29.623, de 14 de janeiro de 2009 e suas alterações;
- XII inadimplente o convenente que não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e não apresentar ou não tiver aprovada pela concedente a sua prestação de contas.
- § 1.º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- § 2.º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vincula, em conformidade com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com suas alterações posteriores.
- § 3.º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.
- Art. 6.º A Lei Orçamentária para o exercício de 2020, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei e no Plano Plurianual 2020–2023.
- Art. 7.º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela receba recursos do Tesouro Estadual, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema de Contabilidade do Estado.
- Art. 8.º O Projeto de Lei Orçamentária e a respectiva Lei, para o ano de 2020, serão constituídos de:
  - I projeto de lei orçamentária anual, com a seguinte composição:
  - a) texto da Lei;
- b) quadros da receita e da despesa, conforme dispõe o § 1.º do art. 2.º da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
  - II demonstrativos orçamentários consolidados relacionados no Anexo III desta Lei:
  - a) demonstrativo de renúncia de receita;

Autógrafo de Lei número cento e doze

H &



- b) demonstrativo das dotações reservadas para Despesas de Pessoal;
- c) demonstrativo consolidado por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades dos recursos destinados às políticas públicas para Infância e Adolescência e à Política de Gênero;
- III demonstrativo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto por órgãos e entidades da Administração Pública;
  - IV relação de iniciativas e ações orçamentárias.
  - § 1.º Acompanharão os orçamentos a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo:
- I demonstrativo do orçamento por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;
- II demonstrativo segundo a natureza da Receita por entidade da Administração
   Indireta;
- III demonstrativo consolidado da Receita e da Despesa, por Categoria Econômica, por entidade da Administração Indireta;
  - IV demonstrativo próprio dos Fundos Especiais e seus Planos de Aplicação.
- § 2.º A vinculação entre iniciativa e ação, de que trata o inciso IV do *caput*, será evidenciada por meio de Demonstrativo por Órgão, Programa, Iniciativa e Ação.
- § 3.º O demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso II do *caput* deste artigo deverá apresentar o efeito regionalizado sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, nos termos instituídos no § 6.º do art. 165 da Constituição Federal.
- Art. 9.º Na proposta e na Lei Orçamentária Anual, a receita será detalhada por sua natureza, de acordo com a Portaria Interministerial n.º 163, de 4 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

**Parágrafo único.** As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza da receita e as fontes de recursos.

- Art. 10. A elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais, quando couber, deverá especificar, por órgão e entidade dos Poderes, os seguintes elementos:
  - I esfera orçamentária:
  - II classificação institucional;
  - III classificação funcional;
- IV classificação econômica da despesa Categoria Econômica, Grupo e Natureza da Despesa e Elemento de Despesa;
  - V modalidade de aplicação;
  - VI programas e ações (projeto, atividade ou operação especial);
  - VII regionalização;
  - VIII fontes de recursos e identificador de uso;
  - IX identificador de resultado primário;
  - X balancete orçamentário e financeiro.

8

Je Jo

8



- § 1.º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar cada tipo de orçamento, conforme o art. 203 da Constituição Estadual, constando na Lei Orçamentária pelas seguintes legendas:
  - I FIS Orçamento Fiscal;
  - II SEG Orçamento da Seguridade Social;
  - III INV Orçamento de Investimento.
- § 2.º A classificação institucional é representada pelos órgãos orçamentários no seu maior nível, agrupando as unidades orçamentárias que são o menor nível da classificação institucional.
- § 3.º A classificação funcional e estrutura programática, de que trata a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, será discriminada de acordo com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- § 4.º A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial n.º 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, sendo consolidada na Lei Orçamentária Anual por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação.
- § 5.º As categorias econômicas são as Despesas Correntes e as Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.
- § 6.º Os grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza do gasto, sendo identificados pelos seguintes títulos e códigos:
  - I − Pessoal e Encargos Sociais −1;
  - II Juros e Encargos da Dívida 2;
  - III Outras Despesas Correntes 3;
  - IV Investimentos 4;
  - V Inversões Financeiras 5;
  - VI Amortização da Dívida 6.
  - § 7.º A Modalidade de Aplicação MA indica se os recursos serão aplicados:
- I diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;
- II indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades, ou por entidades privadas sem fins lucrativos;
- III indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Estado que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos estaduais.
- § 8.º A especificação da modalidade de que trata o § 7.º será identificada por código próprio, com as seguintes características:
  - I Transferências à União MA 20;
  - II Execução Orçamentária Delegada à União MA 22;
  - III Transferências a Municípios MA 40;
  - IV Transferências a Municípios Fundo a Fundo MA 41;
  - V Execução Orçamentária Delegada a Municípios MA 42;
  - VI Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos MA 50;
  - VII Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos MA 60:
  - VIII Transferências a Instituições Multigovernamentais MA 70;

١.



- IX Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio MA 71:
- X Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos MA 72;
- XI Transferências ao Exterior MA 80;
- XII Aplicações Diretas MA 90;
- XIII Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social MA 91;
- XIV Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe MA 93;
- XV Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente não participe MA 94.
- § 9.º O elemento econômico da despesa tem por finalidade identificar o objeto de gasto e será discriminado no momento do empenho da despesa, com desdobramentos em itens.
  - § 10. As fontes de recursos, de que trata este artigo, serão consolidadas segundo:
- I os recursos do Tesouro, compreendendo os recursos da arrecadação própria do Tesouro Estadual, as receitas de transferências federais relativas à participação do Estado na Arrecadação da União e outras transferências constitucionais e legais correntes e de capital;
- II os recursos de Outras Fontes, compreendendo as demais fontes não previstas no inciso anterior;
  - III os recursos da Administração Direta do Tesouro Estadual;
  - IV os recursos da Administração Indireta.
- § 11. O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida de empréstimo e outras aplicações, constando da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos ou outros que poderão ser acrescentados pela Seplag:
  - I fontes de recursos do Tesouro não destinados à contrapartida 0;
  - II fontes de recursos de Outras Fontes não destinadas à contrapartida 1:
- III contrapartida de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento –
   BNDES 2;
  - IV contrapartida de empréstimos da Caixa Econômica Federal CEF 3;
- V contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD 4;
- VI contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento –
   BID 5;
  - VII contrapartida de outros empréstimos 6;
  - **VIII** contrapartida de convênios 7.
- § 12. O identificador de Resultado Primário RP, de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto no Anexo de Metas Fiscais do Anexo I desta Lei, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando se a despesa é:
  - I financeira RP 0;
  - II primária obrigatória RP 1;
  - III primária discricionária de projetos estruturantes do Estado RP 2;
  - IV primária discricionária de projetos do Orçamento Geral da União RP 3;



- V do Orçamento de Investimento das empresas estatais que não impacta o resultado primário RP 4;
  - VI destinada à convivência com a seca RP 5.
- § 13. A consolidação do orçamento por região será feita em conformidade com as regiões de planejamento criadas pela Lei Complementar Estadual n.º 154, de 20 de outubro de 2015.
- § 14. As despesas não regionalizadas, por não serem passíveis de regionalização quando da elaboração do orçamento anual, serão identificadas na Lei Orçamentária Anual e na execução orçamentária pelo localizador de gasto que contenha a expressão "Estado do Ceará" e código identificador "15".
- § 15. As despesas não regionalizadas, conforme disposto no § 14 deste artigo poderão ser regionalizadas na execução orçamentária, mediante processamento no Sistema de Execução Orçamentária, que registre a efetiva localização da despesa nas regiões do Estado, de forma a favorecer e tornar transparente a interiorização dos gastos.
- § 16. O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação a definir MA 99 e sem registro da modalidade de licitação.
- § 17. As despesas relativas às Parcerias Público-Privadas deverão ser classificadas em elemento e modalidade de aplicação próprios, conforme atualização da Portaria Conjunta SOF/STN n.º 01, de 10 de dezembro de 2014.
- Art. 11. As receitas e despesas decorrentes da alienação de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista serão apresentadas na Lei Orçamentária de 2020 com códigos próprios que as identifiquem.
- **Art. 12.** A Lei Orçamentária conterá demonstrativo consolidado das receitas e despesas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza Fecop e do Fundo de Inovação Tecnológica FIT.
- § 1.º Os recursos do Fecop deverão atender às populações vulneráveis que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos assistenciais e estruturantes, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais para melhoria das condições de vida.
- § 2.º Os programas e projetos financiados com recursos do Fecop e do FIT, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, constarão no Sistema de Execução Orçamentária com códigos próprios, de forma que possibilite sua identificação durante a execução orçamentária.
- § 3.º Os recursos do Fecop deverão priorizar as regiões com os maiores índices de pobreza e desigualdade social, devidamente indicadas na Lei Orçamentária de 2020, garantindo o acesso da população às políticas públicas estaduais básicas.
- Art. 13. A Lei Orçamentária e seus créditos adicionais discriminarão, em ação orçamentária específica na unidade orçamentária competente dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus órgãos e entidades vinculadas, inclusive as empresas públicas dependentes e sociedades de economia mista, as dotações destinadas ao atendimento de:
  - I concessão de subvenções econômicas e subsídios;
- II participação em constituição ou aumento de capitais de empresas e sociedades de economia mista;
- III pagamento do serviço da dívida do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal da Renegociação da Dívida do Estado;

IV – pagamento de precatórios judiciários;

X &

1



 ${f V}$  – despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial serão especificadas claramente em conformidade com a estrutura funcional programática da Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Para efeito do disposto no art. 10, os órgãos e as entidades do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública encaminharão para a Secretaria do Planejamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro – SIOF, até 31 de agosto de 2019, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei, em especial o que dispõe o art. 90.

**Parágrafo único.** Caso não seja atendido o prazo estipulado no *caput*, ficam consideradas como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2019 para a categoria econômica Despesas Correntes.

Art. 15. Os recursos destinados à publicidade e ao apoio cultural deverão fortalecer veículos públicos, comunitários, independentes e privados, em conformidade com o que dispõe o art. 157 da Constituição do Estado do Ceará, garantida a transparência das parcerias firmadas pela Administração Pública, regidas pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, ou segundo o regramento da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei das licitações e contratos públicos, e Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo único.** A Lei Orçamentária Anual – LOA está autorizada a destinar recursos para os diversos eventos culturais e religiosos, que compõem o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará.

Art. 16. O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei Orçamentária Anual, como também os de abertura de créditos adicionais especiais, sob a forma de impressos e meios eletrônicos.

Parágrafo único. O Poder Executivo e o Poder Legislativo divulgarão esta Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual na internet e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 17. A Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em até 30 (trinta) dias após a entrega do Projeto de Lei Orçamentária, demonstrativo com a relação das obras com valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

## CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 18. O Poder Executivo manterá na rede internet programa de fácil acesso, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social, observando-se o princípio da publicidade e permitindo a sociedade conhecer todas as informações relativas às Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como a sua execução durante o exercício, com informações claras, para que os interessados possam proceder ao acompanhamento da realização do orçamento e, ainda, os respectivos relatórios, como também

J

X JO

X

,



os previstos nos arts. 200 e seu parágrafo único; 203, § 2.º, inciso III; e 211, incisos I, II, III e IV, e seu parágrafo único, todos da Constituição Estadual e do Balanço Geral do Estado.

- § 1.º O Poder Executivo, o Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública manterão, nas suas respectivas páginas na internet, todos os demonstrativos atualizados de sua execução orçamentária.
- § 2.º Para os fins do previsto neste artigo, o Poder Público Estadual, na formulação e na execução da Lei Orçamentária Anual, pautar-se-á por uma Política Estadual de Transparência da Administração Pública e do Processo Orçamentário fundada nos princípios constitucionais e legais que regem a organização estadual, especialmente os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da motivação, da indivisibilidade e indisponibilidade do interesse público, da democratização, da transparência e da participação, e que se expressam nas seguintes diretrizes, entre outras possíveis, para o pleno atendimento dos objetivos desta Lei:
- I disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral da previsão e execução dos gastos públicos, abrangendo toda a Administração Pública, especialmente no que tange ao processo orçamentário e a sua execução;
- II disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral de informações que permitam aos cidadãos a compreensão do processo orçamentário, desde as premissas de elaboração da Lei Orçamentária até o pagamento final das despesas, com a devida prestação de contas;
- III disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral de informações que permitam aos cidadãos compreender e monitorar os gastos públicos;
- IV elaboração e execução do orçamento em estreita observância ao princípio da justiça social, o qual implica assegurar projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões administrativas do Estado, bem como combater a exclusão social;
- V além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a efetiva utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos cidadãos às informações relativas ao orçamento e à gestão fiscal;
- VI ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas e respectivos pareceres prévios;
- VII disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral de instrumentos que permitam a qualquer cidadão realizar denúncias, reclamações, sugestões e/ou elogios acerca da gestão das finanças e dos gastos públicos;
- VIII disponibilização de informações, em meio eletrônico, com a utilização de ferramentas ou sistema de acessibilidade, que permitam aos deficientes visuais compreender e monitorar os gastos públicos.
- § 3.º É obrigatório o registro da execução orçamentária e financeira no sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em cumprimento aos prazos disciplinados pela Lei Complementar Federal n.º 131, de 27 de maio de 2009.
- § 4.º O Poder Executivo disponibilizará, no sítio eletrônico do Portal da Transparência, demonstrativo dos investimentos executados, por região de planejamento, para fins de acompanhamento da execução orçamentária dos investimentos previstos na Lei Orçamentária

J

X A



de 2020, no tocante à interiorização do desenvolvimento, assim como para comprovação do atendimento ao disposto nos arts. 208 e 210 da Constituição do Estado de Ceará.

- § 5.º Em observância ao Princípio da Economicidade, o Poder Executivo poderá, nos moldes da Lei Maior, promover a publicação oficial da Lei de Diretrizes Orçamentárias, dos seus anexos, da Lei Orçamentária Anual e do PPA na internet, na página da Seplag, em substituição à publicação impressa, que deverá estar acessível a todos por, no mínimo, 10 (dez) anos, sob pena de nulidade do seu disposto.
- Art. 19. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, e visando propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados do programa do Governo, a elevação da eficiência e eficácia da gestão pública, os órgãos e as entidades da Administração Pública deverão observar, quando da elaboração da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, a classificação da ação orçamentária em relação à prevalência da despesa, conforme abaixo mencionada:
- I ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Administrativos Continuados": gastos de natureza administrativa que se repetem ao longo do tempo e representam custos básicos do órgão;
- II ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Correntes Administrativos Não Continuados": despesas de natureza administrativa de caráter eventual;
- III ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Administrativas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, de natureza administrativa, visando à melhoria das condições de trabalho das áreas meio;
- IV ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Continuados": despesas correntes relacionadas com a oferta de produtos e serviços à sociedade, de natureza continuada, e não contribuem para a geração de ativos;
- V ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Não Continuados": gastos relacionados com a oferta de produtos e serviços à sociedade, mas não existe o caráter de obrigatoriedade. A despesa pode ter relação com a realização de ativos públicos;
- VI ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Finalísticas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, aumento de capital de empresas públicas em ações que ofereçam produtos ou serviços à sociedade.
- § 1.º Consoante o Decreto n.º 32.173, de 22 de março de 2017, que disciplina o funcionamento do Comitê por Resultados e Gestão Fiscal Cogerf, caberá ao Grupo Técnico de Gestão de Contas GTC, e ao Grupo Técnico de Gestão Fiscal GTF, analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e das entidades, e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao Cogerf as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da Administração Pública e o cumprimento de metas e resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.
- § 2.º O controle de custos segue o estabelecido no § 1.º deste artigo e na Emenda Constitucional n.º 88, de 21 de dezembro de 2016, que trata do Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará e estabelece limites individualizados para as despesas primárias correntes.

\$



- § 3.º As normas relativas à avaliação dos resultados dos programas serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual 2020-2023.
- § 4.º O Poder Executivo Estadual disponibilizará, no Portal da Transparência, o acompanhamento das obras de infraestrutura do Estado cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com apresentação de quadro demonstrativo dos custos básicos e principais informações, em termos físicos e monetários, que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão, nos termos do art. 50 da Lei Complementar n.º 101/2000.
- § 5.º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

#### Seção II Da Elaboração e Execução do Orçamento

- Art. 20. A metodologia de cálculo de apuração do resultado primário, a ser utilizada na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2020, deverá ser obtida pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada, não financeira, e expressa em percentual do Produto Interno Bruto PIB estadual, observada discriminação prevista na forma do inciso II, § 2°, art. 4° da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, no Anexo I Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei, deduzidos os programas, os projetos e as atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificados pelo identificador de Resultado Primário RP2, RP3, RP4 e RP5, de que trata o § 12 do art. 10 desta Lei.
- § 1.º O valor do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2019 será evidenciado no demonstrativo de apuração do resultado primário para compensar eventual variação negativa, na meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e em alterações posteriores, no ano fiscal de 2020.
- § 2.º O valor dos investimentos em Programas de Infraestrutura, não computados para efeito de apuração do resultado primário, serão identificados no Anexo I Anexo de Metas Fiscais, desta Lei.
- § 3.º O montante de investimentos descrito no § 2.º poderá ser alterado caso ocorra variação na previsão das receitas e despesas à época da elaboração da Lei Orçamentária Anual, sendo evidenciado em demonstrativo próprio do Volume I, da respectiva Lei Orçamentária Anual.
- Art. 21. Será assegurado aos membros do Poder Legislativo o acesso ao sistema corporativo de convênios e congêneres do Poder Executivo Estadual e-Parcerias e ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação SIMA, apresentando informações que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão.

**Parágrafo único.** Será disponibilizada, em até 30 (trinta) dias da aprovação desta Lei, senha de acesso aos sistemas para membros do Poder Legislativo.

Art. 22. O Poder Executivo, o Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão, como limites das despesas correntes destinadas ao custeio de funcionamento e de manutenção, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2019 acrescido dos valores dos créditos adicionais referentes às despesas da mesma espécie e de caráter continuado autorizados até 30 de julho de 2019, podendo ser corrigidas para preços de 2020 até o limite dos parâmetros macroeconômicos projetados para 2020, conforme o Anexo I – Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

2



- § 1.º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo poderão ser acrescidas as despesas de manutenção e funcionamento de novos serviços e instalações cuja aquisição ou implantação esteja prevista para os exercícios de 2019 e 2020.
- § 2.º As despesas de custeio e manutenção do Poder Executivo, de que trata o *caput* deste artigo, correspondem às despesas das ações orçamentárias classificadas no Sistema Integrado de Orçamento e Finanças SIOF como "Gastos Administrativos Continuados", conforme definido no inciso I do art. 19 desta Lei.
- § 3.º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo deverão ser excluídas as dotações orçamentárias autorizadas em créditos adicionais em 2019, destinadas a despesas de caráter eventual.
- Art. 23. No Projeto de Lei Orçamentária de 2020, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de 2020, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2020, conforme discriminado no Anexo I Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

**Parágrafo único.** As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas segundo a taxa de câmbio projetada em 2020, com base nos parâmetros macroeconômicos para 2020, conforme o Anexo I – Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 24. A alocação dos créditos orçamentários, na Lei Orçamentária Anual, será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

**Parágrafo único.** A vedação contida no art. 205, inciso V, da Constituição Estadual não impede a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora, em conformidade com o Decreto Estadual n.º 29.623, de 14 de janeiro de 2009 e com suas alterações.

- Art. 25. Na Lei Orçamentária não poderão ser:
- I fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementariedade de ações;
- III previstos recursos para aquisição de veículos de representação, ressalvadas as substituições daqueles com mais de 4 (quatro) anos de uso ou em razão de danos que exijam substituição;
- IV previstos recursos para pagamento a servidor ou empregado da Administração Pública por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;
- ${f V}$  classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificadas como projetos ações de duração continuada;
- VI incluídas dotações relativas às operações de crédito não contratadas ou cujas concepções dos projetos não tinham sido finalizadas junto às instituições financeiras até 30 de agosto de 2019;
- VII incluídas dotações para pagamento com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza Fecop, de remuneração a Servidores Públicos Municipais, Estaduais e

Autógrafo de Lei número cento e doze



Federais, exceto na forma de concessão de bolsa para servidores públicos estaduais ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica – MAG, da Secretaria da Educação, e professores do Grupo Magistério Superior – MAS, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quando da atuação em programa de formação e qualificação educacional de professores leigos, excetuando-se ainda, o pagamento de bolsas do Programa Agente Rural, instituído pela Lei n.º 15.170, de 18 de junho de 2012.

- § 1.º Após o prazo mencionado no inciso VI, finalizada a concepção dos projetos e atendidas as demais condições legais, observado seu cronograma financeiro, os recursos relativos às operações de crédito poderão ser incluídos no orçamento por meio de emendas e créditos adicionais.
- § 2.º O Estado priorizará, no que couber, a capacidade de funcionamento das estruturas atuais em detrimento dos investimentos em novas estruturas de igual ou similar natureza.
- Art. 26. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista, a que se refere o art. 48 desta Lei, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atenderem, integralmente, às necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como a pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.

**Parágrafo único.** Na destinação dos recursos para investimentos e inversões financeiras, de que trata o *caput* deste artigo, serão priorizadas as contrapartidas de contratos de financiamentos internos e externos e convênios com órgãos federais e municipais.

- Art. 27. A Lei Orçamentária de 2020 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão ações novas se:
  - I tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:
  - a) os projetos em andamento;
- b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da Administração Pública Estadual;
- c) a contrapartida para os projetos com financiamento externo e interno e convênios com outras esferas de governo;
- d) os compromissos com o pagamento do serviço da dívida e os decorrentes de decisões judiciárias;
- II os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa do cronograma físico ou a obtenção de uma unidade completa;
  - III a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2020-2023.
- § 1.º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que a execução financeira, até 30 de junho de 2019, ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado.
- $\S 2^{\circ}$  Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.
- **Art. 28.** Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

J.

Autógrafo de Lei número cento e doze

X p



- I recursos vinculados compostos pela cota-parte do salário-educação, pela indenização por conta da extração de petróleo, xisto e gás, pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico CIDE, pelas operações de crédito interno e externo e convênios;
- II recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;
  - III contrapartida obrigatória do Tesouro Estadual a recursos transferidos ao Estado;
- IV recursos destinados a obras não concluídas das administrações direta e indireta, consignados no orçamento anterior.
- § 1.º A anulação de dotação da Reserva de Contingência prevista no Projeto de Lei Orçamentária não poderá ser superior, em montante, ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor consignado na proposta orçamentária.
  - § 2.º Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que:
  - I destinem recursos do Tesouro Estadual para Empresas Estatais não dependentes;
- II destinem recursos do Tesouro Estadual para Fundos cujas Leis de criação não prevêem essa fonte de financiamento;
- III anulem valor de dotações orçamentárias do grupo de natureza de despesa 31 –
   Pessoal e Encargos Sociais, exceto quando suplementado para o próprio grupo de despesa;
- IV anulem valor das ações orçamentárias classificadas no Poder Executivo conforme incisos I e IV do art. 19, exceto quando a suplementação se destinar, respectivamente, aos Gastos Administrativos Continuados ou Gastos Finalísticos Correntes Continuados do próprio órgão que originou a anulação;
- ${f V}$  anulem as dotações orçamentárias que estejam previstas na Modalidade de Aplicação 91 Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.
- **Art. 29.** O pagamento de precatórios judiciários será efetuado em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.
- Parágrafo único. Os precatórios, inclusive aqueles resultantes de decisões da Justiça Estadual, constarão dos orçamentos dos órgãos e das entidades da Administração Indireta a que se referem os débitos, quando a liquidação e o pagamento forem com recursos próprios, e dos orçamentos dos Encargos Gerais do Estado, quando pagos com recursos do Tesouro Estadual.
- Art. 30. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2020 para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100, §§ 1.°, 2.° e 3.°, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT, da Constituição Federal.
- Art. 31. Os órgãos e as entidades da Administração Pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, com vistas ao atendimento da requisição judicial.
- Art. 32. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida corresponderão às operações contratadas e às autorizações concedidas até 31 de agosto de 2019.
- Art. 33. A Lei Orçamentária consignará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências, à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica, cumprindo o disposto no art. 212 da Constituição Federal e art. 216 da Constituição Estadual.

1

Autógrafo de Lei número cento e doze

X B



- Art. 34. Os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma da Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006 e da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, serão identificados por código próprio, relacionados à sua origem e à sua aplicação.
- Art. 35. Na programação de investimentos da Administração Pública Estadual, a alocação de recursos para os projetos de tecnologia da informação deverá, sempre que possível, ser efetuada em ação orçamentária específica, com código próprio, incluída na Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.
- Art. 36. Para efeito do disposto no § 3.º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites fixados na legislação estadual vigente para as modalidades licitatórias a que se refere o art. 24, incisos I e II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### Seção III Das Alterações da Lei Orçamentária

- Art. 37. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual.
- **Art. 38.** A criação de órgãos, bem como a inclusão de categoria de programação ao Orçamento de 2020, será realizada mediante abertura de crédito adicional especial.
- § 1.º Acompanharão os projetos de lei relativos aos créditos, de que trata o *caput* deste artigo, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indíquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos projetos ou das atividades correspondentes.
- § 2.º Os projetos relativos a créditos adicionais especiais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Assembleia Legislativa por meio de projetos de lei específicos para atender exclusivamente a esta finalidade.
- § 3.º Os créditos especiais aprovados pela Assembleia Legislativa serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.
- Art. 39. Durante a execução orçamentária, poderão ser incorporados ao orçamento anual, mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo:
- I inclusão ou alteração de categoria econômica, grupo de despesa e região em projeto, atividade ou operação especial, já constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais;
- II alteração na classificação funcional ou vinculação da ação à iniciativa do Programa, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, mantidos a classificação da despesa e o valor global.
- Art. 40. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, ou ainda em casos de complementaridade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5.°, § 3.º desta Lei, inclusive os títulos, os descritores, as metas e os objetivos, com o respectivo detalhamento

Autógrafo de Lei número cento e doze

X



por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa, assim como os atributos dos programas vigentes no PPA 2020-2023.

**Parágrafo único.** Na transposição, na transferência ou no remanejamento de que trata o *caput* deste artigo, poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na modalidade de aplicação e no identificador de uso, desde que justificados pela unidade orçamentária detentora do crédito.

- Art. 41. As alterações orçamentárias que não modifiquem o valor global da categoria de programação e do grupo de despesa não ensejam a abertura de créditos adicionais e poderão ocorrer no sistema de contabilidade para ajustar:
  - I a modalidade de aplicação, exceto quando envolver a modalidade de aplicação 91;
  - II o elemento de despesa;
  - III o identificador de uso Iduso:
- IV as fontes de recursos quando a alteração ocorrer entre fontes de operações de crédito não vinculadas a objeto de gastos específicos;
  - V as subfontes de recursos, desde que na mesma fonte de recursos.
- § 1.º As referidas alterações serão realizadas diretamente no Sistema de Execução Orçamentária.
- § 2.º As alterações referentes a créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária cujas despesas foram alocadas na Região 15 Estado do Ceará poderão ser regionalizadas durante a execução orçamentária de acordo com o disposto nos §§ 14 e 15 do art. 10 desta Lei.
- **Art. 42.** A descrição das ações orçamentárias poderá ser renomeada para melhor qualificá-las, sem alteração da essência do objeto.

## Seção IV Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

- Art. 43. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações públicas de saúde, à prestação de assistência médica, laboratorial e hospitalar aos servidores públicos, entre outras, à previdência e à assistência social, obedecerá ao disposto no art. 203, § 3.°, inciso IV, da Constituição Estadual, e contará, entre outros, com recursos provenientes:
  - I das contribuições previdenciárias dos servidores estaduais ativos e inativos:
- II de receitas próprias e vinculadas dos órgãos, dos fundos e das entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta Seção;
- III da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000;
  - IV da Contribuição Patronal;
  - V de outras receitas do Tesouro Estadual;
  - VI de receitas compensatórias advindas do Governo Federal.
- Art. 43-A. A Lei Orçamentária Anual está autorizada a determinar recursos orçamentários para aquisição de hospital de média complexidade, na região do Sertão Central de Crateús.

J

Autógrafo de Lei número cento e doze

H &



#### Seção V

Das Diretrizes Específicas para os Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública

- Art. 44. Para efeito do disposto nos arts. 49, inciso XIX; 99, § 1.°, e 136, todos da Constituição Estadual, e art. 134, § 2°, da Constituição Federal, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, bem como do Ministério Público e, no que couber, da Defensoria Pública:
- I as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto nos arts. 66,
   67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74 desta Lei;
- II as demais despesas com custeio administrativo e operacional obedecerão ao disposto no art. 22 desta Lei.

Parágrafo único. Aos Órgãos dos Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública Geral do Estado ficam asseguradas a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, devendo ser-lhes entregues, até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias e créditos suplementares e especiais, atendendo ao disposto no art. 168 da Constituição Federal.

- Art. 45. Para efeito do disposto no art. 10 desta Lei, as propostas orçamentárias do Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública serão encaminhadas à Secretaria do Planejamento e Gestão Seplag, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro SIOF, até 31 de agosto de 2019, de forma que possibilite o atendimento ao disposto no inciso VI, do § 3.º do art. 203 da Constituição Estadual.
- **§ 1.º** O Poder Executivo colocará à disposição dos Poderes e demais órgãos mencionados no *caput*, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, o estudo e a estimativa da receita para o exercício de 2020 e a respectiva memória de cálculo.
- § 2.º Caso não seja atendido o prazo estipulado no *caput*, ficam consideradas como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2019 para a categoria econômica Despesas Correntes.
- Art. 46. A Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2020, consignará recursos para o funcionamento da Escola Superior do Legislativo, respeitados os limites estabelecidos nesta Lei.

#### Seção VI

## Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado

Art. 47. Constará da Lei Orçamentária Anual o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, de acordo com art. 203, § 3.°, inciso II, da Constituição Estadual.

Parágrafo único. O orçamento de investimento detalhará, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos, e a despesa, segundo a classificação

Autógrafo de Lei número cento e doze

X

-



funcional, a estrutura programática, as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa de investimentos e inversões financeiras.

- Art. 48. Não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista, de que trata o artigo anterior, as normas gerais da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.
- § 1.º Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para as finalidades a que se destinam.
- § 2.º A execução orçamentária das empresas públicas dependentes dar-se-á através do Sistema de Contabilidade do Estado.

#### Seção VII

#### Da Programação da Execução Orçamentária e Financeira e sua Limitação

- Art. 49. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, cronograma anual de desembolso mensal, por Poder e Órgão, e metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos arts. 8.º e 13 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no anexo de que trata o art. 22 desta Lei.
- § 1.º O cronograma de desembolso mensal da despesa deverá estar compatibilizado com a programação das metas bimestrais de arrecadação.
- § 2.º O cronograma mensal da despesa de pessoal e encargos sociais deverá refletir os impactos dos aumentos concedidos aos servidores ativos e inativos, a partir do mês da sua implementação.
- § 3.º Observado o disposto no art. 100 da Constituição Federal, a programação para pagamento de precatórios judiciários obedecerá ao cronograma de desembolso na forma de duodécimos.
- § 4.º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal das demais despesas dos Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.
- § 5.º O ato referido no *caput* poderá ser modificado na vigência do exercício fiscal para ajustar as metas de realizações das receitas e o cronograma de pagamento mensal das despesas, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.
- Art. 50. Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira de que trata o art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, os percentuais e o montante necessário da limitação serão distribuídos, de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública no conjunto de Outras Despesas Correntes e no de Investimentos e Inversões Financeiras, constantes na programação inicial da Lei Orçamentária, excetuando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais.
- § 1.º Na hipótese de ocorrência do disposto neste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao bimestre, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira, especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receita e despesa, ficando-lhes facultada a distribuição da contenção entre os conjuntos de despesas citados

Autógrafo de Lei número cento e doze

H B



no *caput* deste artigo e, consequentemente, entre os projetos/atividades/operações especiais contidos nas suas programações orçamentárias.

- § 2.º Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, com base na comunicação de que trata o § 1.º deste artigo, publicarão ato próprio, até o vigésimo dia após o recebimento do comunicado do Poder Executivo, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira, nos montantes necessários, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no caput deste artigo.
- § 3.º Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira, conforme previsto no *caput* deste artigo, os Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública minimizarão tal limitação, na medida do possível e de forma justificada, nos projetos/atividades/operações especiais de suas programações orçamentárias, localizados nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Municipal IDM, vedada essa limitação aos municípios situados no Grupo 4 do IDM.
- § 4.º Caso haja necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira, serão preservados, além das despesas obrigatórias por força constitucional e legal, os programas/atividades/projetos relativos à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, combate à fome e à pobreza e as ações relacionadas à criança, ao adolescente, ao idoso, aos portadores de necessidades especiais e à mulher, ao enfrentamento às drogas, à convivência com a seca, prioritariamente na aquisição de máquinas perfuratrizes e poços profundos e àqueles relacionados ao combate de surtos, endemias e epidemias.
- § 5.º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo estabelecido no *caput* do art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, relatório contendo a memória de cálculo das novas estimativas de receita e despesa, revisão das projeções das variáveis de que trata o Anexo I Anexo das Metas Fiscais desta Lei e justificativa da necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira nos percentuais, montantes e critérios estabelecidos nesta Lei.

#### Seção VIII

# Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Organizações da Sociedade Civil e Pessoas Físicas

- Art. 51. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e quaisquer instrumentos congêneres, termos de colaboração, termos de fomento ou acordo de cooperação, deverá atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual n.º 119, de 28 de dezembro de 2012, e na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e em sua regulamentação em âmbito estadual, conforme o caso, e ser precedida do atendimento das seguintes condições:
  - I órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:
  - a) previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;
  - b) realização de chamamento público;
  - c) aprovação de plano de trabalho;

X &



- II pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas:
- a) não tenham sido doadoras, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual;
- b) não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos.
- § 1.º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção, considerando, como um dos critérios de seleção, o cumprimento da Lei Federal n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000 Lei de Aprendizagem.
- § 2.º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I será dispensado ou inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e na regulamentação estadual, devendo o extrato do ato declaratório da dispensa ou inexigibilidade do chamamento público ser publicado, na mesma data da assinatura, no sítio eletrônico oficial da administração na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da Administração Pública sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei.
- § 3.º Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público regidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999, aplicam-se todas as condições e exigências previstas no art. 54 desta Lei para firmarem Termo de Parceria com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Ceará.
- § 4.º As exigências estabelecidas neste artigo deverão ser observadas no momento da celebração de convênios ou instrumentos congêneres e de aditivos de valor.
- § 5.º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às parcerias celebradas de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.
- § 6.º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às organizações da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa orçamentário, as ações e metas a serem atingidas, os valores a serem transferidos e o público-alvo.
- Art. 52. Fica facultada aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio, desde que atendido o disposto na Lei Federal n.º 13.019/2014, para as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.

#### Seção IX

#### Das Transferências para Pessoas Jurídicas do Setor Privado qualificadas como Organizações Sociais

Art. 53. A transferência de recursos financeiros para fomento às atividades realizadas por pessoas jurídicas do setor privado qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei n.º 12.781, de 30 de dezembro de 1997, e das alterações posteriores, dar-se-á por meio de Contrato de Gestão e deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:

\*

Autógrafo de Lei número cento e doze

X D



- ${f I}$  previsão de recursos no orçamento do órgão ou da entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada;
- II aprovação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social e pelo Secretário de Estado ou por autoridade competente da entidade contratante;
- III designação, pelo Secretário de Estado ou por autoridade competente da entidade contratante, da Comissão de Avaliação que irá acompanhar o desenvolvimento do programa de trabalho e as metas estabelecidas no Contrato de Gestão;
- IV atendimento das condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal previstas nos arts. 28 e 29 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- V adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Federal;
- VI observância presente no Contrato de Gestão de metas atingidas e construção de respectivos prazos de execução, assim como dos critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
- VII estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos gastos de eficiência esperados pela execução do contrato, a ser elaborado pelo órgão contratante.
- § 1.º O Poder Executivo, por intermédio das secretarias responsáveis, disponibilizará semestralmente, no Portal da Transparência, em formato acessível, os relatórios referentes à execução dos Contratos de Gestão evidenciando a prestação de contas completa dos repasses transferidos pelo Estado, em conformidade com o disposto na Lei Estadual n.º 15.356, de 4 de junho de 2013.
- § 2.º Os órgãos e as entidades estaduais que celebrarem Contratos de Gestão com organizações sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, quando de suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, devidamente acompanhadas de documentos e demonstrativos de natureza contábil, nos termos do parágrafo único do art. 68 da Constituição do Estado do Ceará.
- § 3.º Os relatórios de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.
- § 4.º A comissão de Avaliação deverá emitir, ao final do período anual de convênio, relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão para análise pelo órgão ou pela entidade supervisora da área correspondente, que deverá publicar parecer no Diário Oficial do Estado e constar no Portal da Transparência, observando e explicando comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados.

#### Seção X Das Transferências para Empresas Controladas pelo Estado

- Art. 54. As transferências de recursos para sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não integrantes do orçamento fiscal, dar-se-ão por aumento de participação acionária ou subvenção econômica, mediante autorização legal concedida na lei de criação ou lei subsequente.
- § 1.º Excepcionalmente, os órgãos e as entidades integrantes do orçamento fiscal poderão transferir recursos para as empresas públicas e sociedades de economia mista de que trata

Autógra

B

-



o *caput*, visando à realização de investimentos públicos ou a sua manutenção, desde que os bens resultantes ou mantidos pertençam ao Patrimônio Público Estadual.

- § 2.º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão formalizadas por meio de Termo de Cooperação e contabilizadas como despesas correntes ou de capital, conforme o caso, e registradas nos elementos de despesa correspondentes.
- § 3.º Fica dispensada a celebração do Termo de Cooperação de que trata o parágrafo anterior, nos casos de transferências já fundamentadas em instrumento celebrado com a União, em que o Estado e as entidades de que trata o *caput* sejam signatários e no qual estejam estipuladas as regras a serem observadas entre as partes, inclusive quanto à propriedade de bens resultantes ou remanescentes do objeto pactuado, que poderão destinar-se a outros entes federativos.

#### Seção XI

#### Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Entes e Entidades Públicas

- Art. 55. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e entes ou entidades públicas que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e instrumentos congêneres, deverá atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119 e alterações posteriores, de 28 de dezembro de 2012 e sua regulamentação e ser precedida do atendimento das seguintes condições:
  - I órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:
  - a) ter previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;
  - b) ter aprovado o plano de trabalho;
  - II Entes e entidades públicas parceiras:
  - a) estar adimplente com as contribuições do Seguro Safra;
  - b) comprovar a implantação do piso nacional dos agentes de saúde;
- c) comprovar a aderência a programa de contingência aprovado pela Secretaria da Saúde do Estado quando declarada epidemia de dengue, zika ou febre chikungunya.
- § 1.º Serão prioritárias as análises dos planos de trabalho e as liberações de créditos correspondentes aos projetos oriundos do Programa de Cooperação Federativa PCF, destinadas às ações de saúde, de segurança pública e defesa social, de convivência com a estiagem e as referentes a convênios e instrumentos congêneres já celebrados com o Estado ou com a União, em andamento.
- § 2.º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, as informações referentes às transferências voluntárias de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.
- Art. 56. As exigências previstas no inciso II do *caput* do artigo anterior não se aplicam às transferências para atender exclusivamente:
- I às situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas publicamente pelo Poder Executivo Estadual por meio de decreto, durante o período em que estas subsistirem;

II – à execução de programas e ações de educação saúde e assistência social.

\$

Autógrafo de Lei número cento e doze

X B



- § 1.º A exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55 aplicar-se-á a todos os municípios e às entidades públicas que tenham diretrizes voltadas à saúde pública, não podendo ser exigida dos demais entes ou das entidades a que faz referência o *caput* do mesmo artigo.
- § 2.º Poderá ser afastada a exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55, por deliberação do Secretário da Saúde do Estado, caso o município ou a entidade pública apresente plano emergencial de combate ao agente transmissor dessas doenças.
- Art. 57. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a integrar os Consórcios Públicos Interfederativos para a gestão e realização de ações, obras, investimentos e políticas públicas de interesse comum.
- Art. 58. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e organismos internacionais, ou órgãos pertencentes à sua estrutura organizacional, será regida por lei específica.
- Art. 59. Quando o objeto da parceria se tratar de execução de obras de engenharia, deverá ser incluída nas placas e nos adesivos indicativos a informação dos endereços e/ou meios de acesso ao Portal da Transparência do Estado e ao Sistema de Ouvidoria do Estado.
- Art. 60. Fica facultada aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio.

#### Seção XII Da Contrapartida

- Art. 61. É facultativa a exigência de contrapartida das pessoas jurídicas de direito privado, das organizações da sociedade civil e das pessoas físicas para recebimento de recursos mediante convênios ou instrumentos congêneres, termos de colaboração e termos de fomento firmados com o Governo Estadual, ressalvado o disposto na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.
- Art. 62. É obrigatória a contrapartida dos municípios, calculada sobre o valor transferido pelo concedente, para recebimento de recursos mediante convênios e instrumentos congêneres celebrados com a Administração Pública Estadual, podendo ser atendida por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis, segundo critério de percentual da receita de impostos municipais em relação às receitas orçamentárias, assim definidos:
- I-5% (cinco por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja inferior a 5% (cinco por cento);
- II 7% (sete por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) e inferior a 10% (dez por cento);
- III 10% (dez por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 10% (dez por cento) e inferior a 20% (vinte por cento);
- IV 20% (vinte por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 20% (vinte por cento).
- § 1.º Para o cálculo de que trata o *caput*, deverão ser consideradas as informações mais recentes divulgadas pelo Sistema de Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional Finbra, na data da celebração da parceria.

Autógrafo de Lei número cento e doze

/ JØ

J.



- § 2.º Os percentuais de contrapartida fixados nos incisos I a IV deste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados, conforme critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta, nos seguintes casos:
- I projetos financiados por operações de crédito internas e externas os quais estabeleçam percentuais diferentes dos previstos neste artigo;
- II programas de educação básica, de ações básicas de saúde, de segurança pública, de assistência social, de combate à pobreza, de assistência técnica e de superação da crise hídrica.
- § 3.º Os critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta deverão especificar o percentual de contrapartida a ser aportada.
- § 4.º A exigência da contrapartida prevista no *caput* não se aplica às parcerias celebradas para atender exclusivamente às situações de emergência ou calamidade pública, formalmente reconhecidas pelo Poder Executivo Estadual.
- § 5.º Os municípios cearenses que, no exercício fiscal de 2019, comprovem o aumento de suas receitas próprias de impostos em comparação ao exercício fiscal de 2018, terão redução da contrapartida a que se refere o *caput* deste artigo nos seguintes patamares:
- ${\bf I}$  aumento de 2% (dois por cento) na arrecadação com redução em 2% (dois por cento) na contrapartida;
- II aumento de 4% (quatro por cento) na arrecadação com redução em 3% (três por cento) na contrapartida;
- III aumento de 6% (seis por cento) na arrecadação com redução em 4% (quatro por cento) na contrapartida.
- § 6.º Os municípios cearenses classificados em 2019 nos grupos de Média-Alta e Alta Vulnerabilidade do Índice Municipal de Alerta IMA, divulgados pelo IPECE, terão redução nos percentuais estabelecidos no *caput* deste artigo em 3% (três pontos percentuais).

#### CAPÍTULO IV

# DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

- Art. 63. Adicionalmente à legislação vigente de concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, o Poder Executivo poderá encaminhar à Assembleia Legislativa projetos de lei que visem conceder ou ampliar novos benefícios ou incentivos fiscais.
- § 1.º Os projetos de lei referentes à concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, de caráter não geral, serão acompanhados das devidas justificativas de diminuição de despesas ou do correspondente aumento de receita que assegurem o cumprimento das metas fiscais.
- § 2.º Os projetos de lei referidos no *caput* deste artigo não poderão versar sobre benefício fiscal para:
- I empresas que constem no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo, conforme a Portaria Interministerial MTE/SDH n.º 2, de 12 de maio de 2011;
- II empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por exploração do trabalho infantil;
- III empreendimentos que não obedeçam aos parâmetros legais de contratação de pessoas com deficiência, estabelecidos pelo art. 93 da Lei Federal n.º 8.213, de 24 de julho de 1991;

Autógrafo de Lei número cento e doze

B



- IV empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos;
- V empreendimentos que não possuam licença ambiental prévia, quando a legislação assim exigir.
- § 3.º Para ampliar os mecanismos de transparência, o Poder Executivo divulgará, no Portal da Transparência e em outros instrumentos de fácil acessibilidade, em caráter geral e não geral, explicitando: natureza do benefício fiscal concedido, com seus índices; beneficiário do incentivo; estimativa da perda de arrecadação e breve justificativa.
- Art. 64. O Poder Executivo e as entidades da Administração Pública Indireta também observarão as vedações do § 2.º do art. 63 desta Lei na concessão de incentivos e redução de tarifas, quando forem responsáveis por sua instituição e cobrança.
- Art. 65. Na elaboração da estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária que venham a ser realizadas até 31 de dezembro de 2019, em especial:
- ${f I}$  as modificações na legislação tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
  - II a concessão, redução e revogação de isenções fiscais de caráter geral;
  - III a modificação de alíquotas dos tributos de competência estadual;
- IV outras alterações na legislação que proporcionem modificações na receita tributária.
- § 1.º O Poder Executivo poderá enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:
  - I revisão dos benefícios e incentivos fiscais existentes de caráter geral;
- II continuidade da implementação de medidas tributárias de proteção à economia cearense, em especial às cadeias tradicionais e históricas do Estado, geradoras de renda e trabalho;
- III crescimento real do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;
  - IV promoção da educação tributária;
- V modificação na legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, objetivando a adequação dos prazos de recolhimento, atualização da tabela dos valores venais dos veículos e alteração de alíquotas;
- VI aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos estaduais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias além da racionalização de custos e recursos em favor do Estado e dos contribuintes;
- VII adoção de medidas que se equiparem às concedidas pelas outras Unidades da Federação, criando condições e estímulos aos contribuintes que tenham intenção de se instalar e aos que estejam instalados em território cearense, visando ao seu desenvolvimento econômico;
- VIII ajuste das alíquotas nominais e da carga tributária efetiva em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;
- IX modernização e rapidez dos processos de cobrança e controle dos créditos tributários e na dinamização do contencioso administrativo;
- $\mathbf{X}$  fiscalização por setores de atividade econômica e dos contribuintes com maior representação na arrecadação;

F

Autógrafo de Lei número cento e doze

AB .



- XI tratamento tributário diferenciado à microempresa, ao microprodutor rural, à empresa de pequeno porte e ao produtor rural de pequeno porte;
- XII fiscalização das atividades de exploração do serviço de loteria estadual, instituindo tratamento tributário diferenciado análogo ao conferido aos produtos supérfluos, e da consecução do poder de polícia relacionado ao exercício dessa atividade econômica;
- XIII concessão de incentivos fiscais à implantação de empreendimentos de geração de emprego e renda e distribuição de energias renováveis e aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, bem como de mobilidade urbana, de segurança hídrica e obras de infraestrutura de aeroportos, portos, rodovias, inclusive em parcerias público-privadas de interesse do Estado;
- XIV acompanhamento e fiscalização, pelo Estado do Ceará, das compensações, dos royalties e das participações financeiras previstas na Constituição Federal, oriundas da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.
- § 2.º Na estimativa das receitas da Lei Orçamentária Anual, poderão ser considerados os efeitos de proposta de alteração na legislação tributária e de contribuições que estejam em tramitação na Assembleia Legislativa.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

- Art. 66. Na elaboração de suas propostas orçamentárias, os Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para pessoal a despesa de pessoal e os encargos sociais projetados para o ano de 2019, corrigidos para preços de 2020 com base nos seguintes critérios:
- I a projeção da despesa de pessoal de 2019 será calculada tomando por base a média mensal da despesa empenhada em Pessoal e Encargos Sociais no primeiro semestre, excluindo as despesas relacionadas à Folha Complementar;
- II a atualização para 2020 poderá ser realizada até o limite da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verificado nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos no Anexo I Anexo de Metas Fiscais desta Lei, desde que os cenários projetados estejam consistentes com a realidade fiscal na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 ou até 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, ambos para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a Lei Orçamentária conforme Emenda Constitucional n.º 88, de 21 de dezembro de 2016, respeitados os limites individualizados de cada Poder, definidos no art. 90 desta Lei.
- § 1.º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo poderão ser adicionados o crescimento vegetativo da folha, conforme metodologia e parâmetros estabelecidos pela Seplag, e outros acréscimos legais aplicáveis.
- § 2.º Para fins de atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, os Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública informarão à Secretaria do Planejamento e Gestão Seplag, até 30 de julho de 2019, as suas respectivas projeções das despesas de pessoal, instruídas com memória de cálculo, demonstrando sua compatibilidade com o disposto nos arts. 18, 19, 20 e 21 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Autógrafo de Lei número cento e doze

X Ø

D



Art. 67. Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida - RCL:

I - no Poder Executivo: 48,6 % (quarenta e oito vírgula seis por cento);

II - no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);

III - no Poder Legislativo: 3,4 % (três vírgula quatro por cento), sendo:

- a) na Assembleia Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento);
- b) no Tribunal de Contas do Estado: 1,06% (um vírgula zero seis por cento);

IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por cento).

Art. 68. Na verificação dos limites definidos no art. 67 desta Lei, serão também computadas, em cada um dos Poderes, no Ministério Público e na Defensoria Pública, as seguintes despesas:

I – com inativos e pensionistas, segundo a origem do benefício previdenciário, ainda que a despesa seja empenhada e paga por intermédio do Fundo Financeiro – Funaprev, do Fundo Financeiro – Prevmilitar, e do Fundo Previdenciário - Previd;

II - com servidores requisitados.

Parágrafo único. Serão consideradas contratos de terceirização de mão de obra, para efeito do disposto no § 1.º do art. 18 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal, as quais serão computadas para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 69. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1.º, inciso II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como admissões ou contratações de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e por entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observadas as demais normas aplicáveis.

**Parágrafo único.** Os recursos necessários ao atendimento do disposto no *caput* deste artigo, caso as dotações da Lei Orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito adicional, a ser criado no exercício de 2020, observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

- Art. 70. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, dos subsídios, dos proventos e das pensões dos servidores ativos e inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, das autarquias e fundações públicas cujo percentual será definido em lei específica.
- Art. 71. Para efeito da elaboração e execução da despesa de pessoal, os Poderes e órgãos consignarão dotações específicas, distinguindo pagamento da folha normal e pagamento da folha complementar.
- § 1.º A folha normal de pagamento de pessoal e encargos sociais compreende as despesas classificadas nos elementos discriminados abaixo, consoante Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3, de 2008, e suas alterações posteriores:
- I 319001 Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares;

\$

Je y



II - 319003 - Pensões do RPPS e do militar;

III - 319004 - Contratação por Tempo Determinado;

IV – 319005 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar;

V - 319007 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência;

VI – 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil;

VII – 319012 - Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Militar;

VIII – 319013 - Obrigações Patronais;

IX – 319016 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil;

X – 319017 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar;

XI – 319096 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado.

- § 2.º Os elementos discriminados no *caput* deste artigo poderão ser acrescidos de outros que se identifiquem como despesa da folha normal, mediante solicitação justificada da necessidade dirigida à Secretaria do Planejamento e Gestão Seplag.
- § 3.º A folha complementar de pessoal ativo, inativo e pensionista, civis e militares, compreende:
  - I sentenças judiciais, medidas cautelares e tutelas antecipadas;
- II indenizações e restituições, estas de natureza remuneratória, a qualquer título, de exercícios anteriores;
- III outras despesas não especificadas no § 1.º deste artigo e outras de caráter eventual.
- § 4.º Fica vedada a emissão de empenho, liquidação e pagamento para despesas com pessoal e encargos sociais utilizando dotações orçamentárias consignadas no orçamento cujos títulos descritores se apresentam de forma genérica e abrangente.
- § 5.º As despesas da folha complementar do exercício 2020 não poderão exceder a 1% (um por cento) da despesa anual da folha normal de pagamento de pessoal projetada para o exercício 2020, em cada um dos Poderes, Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, no Ministério Público Estadual e na Defensoria Pública, ressalvados o caso previsto no inciso I do § 3.º deste artigo e os definidos em lei específica.
- § 6.º As despesas de pessoal na modalidade 91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social não serão computadas para cálculo do limite definido no § 5.º deste artigo.
- § 7.º Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a execução de despesa de pessoal que não atenda o disposto nesta Lei.
- Art. 72. O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Gestão Seplag, publicará no Diário Oficial do Estado DOE, até 30 de setembro de 2019, com base na situação vigente em 30 de junho de 2019, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e militar, explicitando os cargos ocupados e vagos, respectivamente.

Parágrafo único. Os Poderes Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, observarão o disposto neste artigo mediante ato próprio dos dirigentes máximos de cada órgão, destacando, inclusive, as entidades vinculadas à Administração Indireta.

Art. 73. No exercício de 2020, observado o disposto no art. 37, inciso II, e art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores\se:

Autógrafo de Lei número cento e doze

J D



- I existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 72 desta Lei, ou quando criados por lei específica;
- II houver vacância dos cargos ocupados constantes da tabela a que se refere o art. 72 desta Lei;
  - III for observado o limite das despesas com pessoal nos termos do art. 67 desta Lei.
- Art. 74. No exercício de 2020, a realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título, quando a despesa houver extrapolado o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites previstos no art. 67 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, especialmente as voltadas para as áreas de saúde, assistência social, segurança pública e educação.
- Art. 75. Para atendimento do § 1.º do art. 18 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, aplica-se o disposto na Portaria n.º 389, de 14 de junho de 2018, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 9.ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais MDF, e na Resolução n.º 3.408, de 1.º de novembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

- Art. 76. As operações de crédito interno e externo reger-se-ão pelo que determinam a Resolução n.º 40, de 20 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução n.º 5, de 3 de abril de 2002, e a Resolução n.º 43, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução n.º 6, de 4 de junho de 2007, todas do Senado Federal, e na forma do Capítulo VII da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.
- § 1.º A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:
- ${f I}$  mediante operações e/ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais:
  - a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;
  - b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;
- c) ao aumento de capital das sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;
  - II mediante alienação de ativos:
  - a) ao atendimento de programas sociais;
  - b) ao ajuste do setor público e redução do endividamento;
  - c) à renegociação de passivos.
- § 2º Após o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2020, a Seplag disponibilizará, em seu sítio, informações que conterão:
- I quadro detalhado das operações de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento de serviço da dívida;
- II quadro indicativo da previsão do serviço da dívida para 2020, incluindo modalidade de operações, valor principal, juros e demais encargos.

J

Autógrafo de Lei número cento e doze

& D



- § 3.º Os gastos do Estado com o pagamento da dívida pública estadual, interna e externa, bem como os respectivos juros e encargos, devem ser disponibilizados trimestralmente, de forma detalhada, no Portal da Transparência, indicando:
- I o contrato a que se refere, disponibilizando-se acesso ao inteiro teor, inclusive aos anexos e aditivos;
  - II a natureza do pagamento (amortização, juros ou encargos).

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 77. As entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente e do Poder Legislativo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
- Art. 78. O Portal da Transparência, como instrumento de divulgação das informações e das movimentações financeiras feitas pelo Estado constantes nesta Lei, atenderá a todos os requisitos da Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, e conterá, além das informações atualmente disponibilizadas, pelo menos:
  - I o valor da contrapartida dos convênios firmados pelo Estado;
- II os itens de execução e classificação orçamentária, bem como as notas de empenhos e ordens bancárias;
- III informações sobre os servidores públicos estaduais, em especial o nome, o vínculo, o cargo e a remuneração;
- IV informações sobre gastos relacionados a viagens nacionais e internacionais realizadas por agentes públicos, empregados e servidores públicos do Estado do Ceará a serviço ou em missões oficiais;
- ${f V}$  informações sobre os terceirizados que compõem a Administração Direta, os fundos, as fundações, as autarquias e as empresas estatais dependentes, indicando o nome, cargo e a remuneração;
- VI apresentação de editais e resultados de concursos públicos realizados, no Estado do Ceará, no ano corrente.
- VII os procedimentos licitatórios realizados, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados, além das dispensas ou inexigibilidades, quando for o caso, com o número do correspondente processo.
- § 1.º As informações de que tratam os incisos IV, V e VI deste artigo ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da entrada em vigor da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2020.
- § 2.º O Portal da Transparência deverá ser divulgado nos principais meios de comunicação do Estado como forma de incentivar a sociedade a consultá-lo, devendo ser adaptado para se integrar com tecnologias acessíveis para deficientes visuais.
- § 3.º A arrecadação do Estado do Ceará disponibilizada no Portal da Transparência permitirá ao cidadão a escolha do retorno da consulta ao Sistema tanto por órgão arrecadador quanto por tipo de receita, até o nível de subalínea.
- § 4.º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei.

H

Autógrafo de Lei número cento e doze

I D



- § 5.º As informações disponibilizadas no Portal da Transparência seguirão o conceito e os princípios de Dados Abertos.
- § 6.º O Portal da Transparência divulgará cópia de todos os contratos/convênios cujo objetivo seja conceder crédito presumido ou conceder anistia ou remissão de qualquer imposto estadual.
- Art. 79. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira, contratos, convênios e instrumentos congêneres e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem que esteja comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
- Art. 80. A Lei Orçamentária de 2020 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro, na forma definida no inciso I do § 10 do art. 10 desta Lei, e atenderá a:
- I passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos classificados,
   conforme a natureza dos fatores originários, nas seguintes classes:
- a) controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização econômica;
- b) questionamentos judiciais de ordem fiscal contra o Tesouro Estadual bem como riscos pertinentes a ativos do Estado decorrentes de operações de liquidação extrajudicial;
  - c) outras demandas judiciais contra o Estado;
  - d) lides de ordem tributária e previdenciária;
- e) questões judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;
  - f) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado;
  - g) operações de aval e garantia, fundos e outros;
  - II situações de emergência e calamidades públicas.
- § 1.º Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos neste artigo até 30 de novembro de 2020, o Poder Executivo poderá dispor sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais.
- § 2.º Os decretos expedidos que tenham como finalidade a abertura de créditos suplementares deverão indicar quais ações suplementadas tiveram como fonte de recursos a anulação dos créditos da Reserva de Contingência, além das motivações para a utilização da referida fonte.
- Art. 81. O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 será encaminhado à sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.
- Art. 82. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2020 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2019, a programação nele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.
- § 1.º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2020 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.
- § 2.º Depois de sancionada a Lei Orçamentária de 2020, serão ajustadas as fontes de recursos e os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de

Autógrafo de Lei número cento e doze

Æ



créditos adicionais suplementares, com base em remanejamento de dotações, e publicados os respectivos atos.

- § 3.º Não se incluem, no limite previsto no *caput* deste artigo, as dotações para atendimento das seguintes despesas:
  - I pessoal e encargos sociais;
- II pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Fundo Financeiro –
   Funaprev, do Fundo Financeiro Prevmilitar, e do Fundo Previdenciário Previd;
  - III pagamento do serviço da dívida estadual;
- IV pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema
   Único de Saúde SUS;
  - V transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a municípios;
- VI sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.
- § 4.º As emendas parlamentares devem apresentar objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, o projeto ou a atividade, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa e a destinação de recursos.
- § 5.º As propostas de emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual LOA 2020 serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição do Estado do Ceará e na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se as regras estabelecidas nesta Lei e a estrutura do PPA 2020-2023.
- § 6.º Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual devem procurar adotar todos os meios e medidas necessários à execução das emendas parlamentares.
- Art. 83. Até 72 (setenta e duas) horas após o encaminhamento à sanção governamental do Autógrafo de Lei Orçamentária de 2020 e dos Autógrafos de Lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará, em meio digital de processamento eletrônico, os dados e as informações relativos aos Autógrafos, indicando:
- I em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte e região, realizados pela Assembleia Legislativa em razão de emendas;
- II as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art.13 desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas em razão de emendas.
- Art. 84. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada órgão ou entidade, unidade orçamentária, categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação, identificador de uso e região, especificando o elemento da despesa.
- Art. 85. A prestação anual de contas do Governador do Estado incluirá relatório de execução dos principais programas e projetos, contendo identificação, data de início, data de conclusão, quando couber, informação quantitativa, em percentual de execução física e orçamentária.

Parágrafo único. O Balanço Geral do Estado será recepcionado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em Audiência Pública promovida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, com a presença de representantes da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento e Gestão, em obediência aos prazos e às formalidades dispostas nos arts. 296 a

Autógrafo de Lei número cento e doze

J D

\*

. D



301 da Resolução n.º 389, de 11 de dezembro de 1996 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Art. 86. A Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – Sedet deverá enviar, trimestralmente, à Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços da Assembleia Legislativa e publicar no Diário Oficial do Estado relatório das operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

**Parágrafo único.** No relatório especificado no *caput* deste artigo constarão todas as operações realizadas pelo FDI com o seu andamento em termos de retornos de pagamento por parte das empresas beneficiadas.

- Art. 87. A política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, que o Estado vier a constituir, será definida em projeto de lei específico.
- Art. 88. A seleção de bolsistas e a respectiva concessão de bolsas para pesquisa e extensão tecnológicas da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior Secitece, da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos Funceme, e da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial Nutec, passa a ser da responsabilidade da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Funcap.

Parágrafo único. O custeio das bolsas correrá por conta das dotações orçamentárias dos órgãos e das entidades previstas neste artigo, descentralizadas nos termos do Decreto Estadual n.º 29.623, de 14 de janeiro de 2009, e alterações, sendo vedada a utilização desses recursos para pagamento de bolsas de pesquisa e extensão tecnológicas em outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 89. As despesas relativas ao pagamento a pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas, em caráter de doação, premiação ou reconhecimento público, deverão ser precedidas do atendimento das seguintes condições:

I - previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

II - autorização em lei específica.

Art. 90. Ficam estabelecidos, para o exercício de 2020, limites individualizados para as despesas primárias correntes dos Poderes Executivo, Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, nos termos que dispõe o art. 43 da Emenda Constitucional n.º 88, de 21 de dezembro de 2016, equivalente a:

I – variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho de 2019; ou

II – 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício de 2019.

**Parágrafo único**. A aplicação dos parâmetros estabelecidos nos arts. 22 e 66 fica condicionada também à observância dos limites estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, prevalecendo, no ano de 2020, a maior variação apurada no período.

Art. 91. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro, com fundamento na Constituição Federal, será realizada segundo os princípios da democracia, da justiça social, da transparência, da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, do equilíbrio, da clareza, com a participação da sociedade civil do Estado do Ceará.

Parágrafo único. A participação de que trata o *caput* dar-se-á após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA à Assembleia Legis ativa, que apresentará a minuta do

L

Autógrafo de Lei número cento e doze

J D

.



projeto e seus anexos para representantes da sociedade civil nas regiões, de forma a permitir a sua cooperação no processo de inclusão das emendas ao Projeto da LOA – 2020.

Art. 92. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em

Fortaleza, 11 de julho de 2019.

DEP. JOSÉ SARTO

PRESIDENTE

DEP. FERNANDO SANTANA

1.º VICE-PRESIDENTE

DEP. DANNIEL OLIVEIRA

2.° VICE-PRESIDENTE

DEP. EVANDRO LEITÃO

1.º SECRETÁRIO

DEP. ADERLÂNIA NORONHA

2.ª SECRETÁRIA

DEP. PATRÍCIA AGUIAR 🧸

3.º SECRETÁRIA

DEP. LEONARDO PINHEIRO

4.º SECRETÁRIO



#### ANEXO I

#### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

(art. 4.°, § 2.°, inciso II da Lei Complementar n.° 101, de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, estabelece a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O crescimento da economia mundial para o ano de 2019, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,3%, este desempenho mostra-se inferior à taxa de 3,6% verificada no ano de 2018. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China. Para o ano de 2020 projeta-se um ritmo de crescimento mundial um pouco maior, resultando em 3,6%.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) americano no ano de 2018 foi de 2,9%. Esse bom desempenho é explicado pelos aumentos do investimento privado e do consumo das famílias, apoiados por uma forte confiança do setor privado, bem como pelo crescimento de transações no mercado de capitais, aos baixos níveis de desemprego, somados a uma taxa de juros e inflação, para 2018, respectivamente de 2,3% e 2,4%. Segundo o FMI, esses fatores projetam o crescimento do PIB americano para 2,3%, em 2019, e 1,9% em 2020. Já a economia japonesa apresentou um crescimento de 0,8% em 2018. Esse fraco desempenho é reflexo de desastres naturais ocorridos no país no terceiro trimestre de 2018. Projeta-se para a economia japonesa em 2019 um crescimento de 1,0%, e para 2020, um crescimento de 0,5%.

A União Europeia apresentou em 2018 um crescimento de 1,8%, sendo um ritmo de crescimento inferior ao registrado no ano de 2017 (2,4%). A queda do ritmo de crescimento é decorrente de um contexto de incerteza com o Brexit, dado que ainda não houve um acordo entre o Reino Unido e a União Europeia que atenda as exigências de saída do Bloco. Essa incerteza vem gerando queda no nível de confiança do setor privado em relação ao desempenho econômico da União Europeia, prejudicando os investimentos privados nas maiores economias pertencentes à União. Ainda assim, a taxa de desemprego diminuiu para 7,8%, sendo o menor nível desde o início de 2009,

J.

bem como uma baixa inflação de 1,9% e uma taxa de juros nula. Esses fatores contribuem para uma estimativa de crescimento do PIB na região, em 2019, de 1,3% e 1,5%, em 2020.

O FMI projeta para as economias dos países emergentes e em desenvolvimento, um crescimento de 4,5%, em 2018, 4,4% para 2019 e 4,8% para 2020. Essas projeções são influenciadas principalmente pela economia da China, onde em 2018 o PIB registrou um crescimento de 6,6%. Esse crescimento foi puxado pelo forte investimento público em infraestrutura, pelo crescimento robusto do consumo das famílias e também em decorrência da melhoria da demanda externa. Para os anos de 2019 e 2020, as projeções de crescimento para a economia chinesa são iguais a 6,3% e 6,1% respectivamente.

Para os anos de 2021 e 2022, o ritmo de crescimento da economia mundial devese manter num nível próximo de 3,7%. Esta projeção leva-se em conta um cenário de reduções das expectativas negativas geradas pela atual guerra comercial entre Estados Unidos e China e com a concretização do acordo do Brexit após a saída do Reino Unido da União Europeia.

O PIB do Brasil cresceu 1,1%, em 2018, puxado pelo setor de serviços (1,3%), seguidos do setor da indústria (0,6%) e do setor da agropecuária (0,1%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,9%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias no qual favoreceu o crescimento do comércio (2,3%), beneficiando assim o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,3%) e da indústria extrativista (1,3%), devido à alta da extração de minérios ferrosos.

Após o início da crise macroeconômica que iniciou no segundo trimestre de 2014 e no qual começou a repercutir no Ceará a partir do segundo trimestre de 2015, o ano de 2018 manteve um ritmo de crescimento do PIB cearense positivo, 1,01%, assim como o ano de 2017, 1,87%, no qual se configurou o início da retomada do crescimento econômico.

Espera-se que o ritmo de crescimento para as economias do Brasil e Ceará em 2019, após o período da crise macroeconômica 2014-2016, seja fruto do aumento da confiança na economia por parte das famílias e empresas, bem como da convergência do índice de inflação IPCA para valores abaixo da meta de 4,25%, e de uma trajetória

Anexo I Metas Fiscais

rgência ajetória de baixa da taxa de juros SELIC iniciada no final de 2016, e com projeção de 6,5% parao final de 2019. Esses elementos são importantes para tornar o crédito mais atraente e
assim estimular a retomada do crescimento dos investimentos das empresas, bem como
o aumento do consumo das famílias, impactando de forma positiva no PIB. No caso do
Ceará, soma-se a esse impacto à continuidade do equilíbrio das finanças públicas
estaduais, que torna o Estado do Ceará entre os três maiores entes da federação em
termos de capacidade de investimento público em relação à receita corrente líquida.

Por outro lado, a magnitude do crescimento econômico para o Brasil e o Ceará, para o período 2020-2022, está bem limitada em decorrência do alto déficit orçamentário do Governo Federal. O Governo Federal precisa dar os primeiros resultados de redução do déficit para que se apresente uma trajetória decrescente da dívida pública no médio e longo prazos, e a reforma da previdência é o principal elemento para tal objetivo, sendo a condição mais importante para o aumento da confiança dos empresários e investidores estrangeiros, e consequentemente o aumento dos investimentos privados, tornando os crescimentos econômicos do Brasil e do Ceará sustentáveis para os próximos anos.

Dada as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece, projetou para o período 2019 – 2022, taxas de crescimento do PIB estadual de 2,0% para 2019, 3,1% para 2020, 2,79% para 2021 e 2,8% para 2022, iguais ou superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO – 2020 são os seguintes:

Tabela 1 – Variáveis Macroeconômicas Projetadas – 2019 a 2022

Variáveis	2019	2020	2021	2022
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	3,89	4,0	3,75	3,75
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	2,0	2,78	2,5	2,5
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	2,0	3,1	2,79	2,8
PIB Ceará (R\$ Milhões)	161.167	172.810	184.310	196.576
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	3,7	3,75	3,8	3,85
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	6,5	7,5	8,0	8,0

Fonte: Relatório Focus/BACEN (22/03/2019) e IPECE.

OBS: Os valores do PIB são projeções feitas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo o IBGE.

C

\ (

Considerando as premissas macroeconômicas acima destacadas, foi projetado, para o período de 2020 a 2022, uma Receita Tributária de R\$ 46,7 bilhões. Deste montante destaca-se o ICMS, principal tributo estadual, com previsão de arrecadação de R\$ 42,6 bilhões.

Com relação às Transferências Correntes, vale destacar o Fundo de Participação dos Estados – FPE, que, ao longo período, espera-se arrecadar um montante de R\$ 23,5 bilhões.

Todavia, o valor estimado do FPE acima pode sofrer variações em virtude de mudanças na legislação, inserção ou retirada de estímulos pelo Governo Federal a determinados setores ou queda na arrecadação em virtude do arrefecimento da atividade econômica, o que requer um acompanhamento maior pelo Estado das medidas adotadas pela União.

No que tange as Operações de Crédito há uma perspectiva de se arrecadar o montante de R\$ 4,1 bilhões no período iniciado em 2019 até o final de 2022. Desse valor encontram-se recursos dos mais diversos agentes financeiros nacionais como BNDES, Caixa Econômica Federal, além de agentes internacionais como BID, BIRD, FIDA e MLW.

Ressalta-se que o cenário macroeconômico desenhado para os próximos anos destaca um crescimento econômico tanto a nível nacional, quanto a nível local. As previsões até 2022 indicam um crescimento gradual que impactarão de forma direta as perspectivas de arrecadação do tesouro estadual. Dessa forma as despesas foram organizadas contemplando essas perspectivas ao longo do período 2020 - 2022.

Além disso, procurando manter o equilíbrio financeiro do tesouro estadual foi previsto para as despesas com pessoal (2020 a 2022) um montante de R\$ 39,5 bilhões observando a previsão de concursos, a possibilidade de reposição salarial limitada ao valor do IPCA, eventual alteração em Planos de Cargos e Carreiras e as despesas previdenciárias que ocorrerão até 2022.

Já em relação às outras despesas correntes, R\$ 32,8 bilhões foram programados (2020 a 2022) principalmente para manter em funcionamento a "máquina pública", os equipamentos disponíveis à sociedade e outros que serão disponibilizados no período

Anexo I Metas Fiscais

como Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, Policlínicas, Escolas Regulares, Delegacias, Cadeias, Penitenciárias, Centro de Formação Olímpica dentre outros, além de contemplar os recursos destinados constitucionalmente aos municípios.

Para o pagamento dos Juros e Amortização das dívidas foi previsto de 2020 a 2022, um montante de R\$ 5,3 bilhões em função, principalmente, das operações de crédito anteriormente contratadas que objetivam a realização dos investimentos estruturantes necessários ao Estado.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição da sociedade cearense em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Estado. Dessa forma, considerando os investimentos e as inversões financeiras, estão previstos de 2020 a 2022 recursos na ordem de R\$ 7,9 bilhões, oriundos das mais variadas fontes de recursos.

Na perspectiva de continuidade da implantação de projetos estruturantes pelo Estado, vale destacar:

- > Implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza;
- Execução e Supervisão do Cinturão das Águas;
- Ampliação do Terminal Portuário do Pecém;
- Construção de Unidades Habitacionais;
- Restauração e Pavimentação de Rodovias.

Além destes importantes projetos de infraestrutura e logística, o Estado também destinará parte de seus recursos para outras áreas como: saúde, habitação, educação, segurança hídrica e a segurança pública. Assim são previstos investimentos na Construção de Unidades Habitacionais, a Implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água, a Reforma e Implantação de Hospitais e Escolas e o Aparelhamento e a Modernização da Segurança Pública Estadual. Esses projetos aliados a outras políticas de Enfrentamento às Drogas, de Superação da Extrema Pobreza, do Pacto pelo Ceará Pacífico e de Convivência com a Seca serão norteadores para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

Concluindo, destaca-se que o Anexo de Metas Fiscais é composto ainda pelos demonstrativos que se seguem, na forma definida pela Secretaria do Tesouro Nacional

A Pacio

por meio da Portaria n.º 389, de 14 de junho de 2018, que aprova a 9.ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

Anexo I Metas Fiscais

#### ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS

2020

LRF, art. 4°, parágrafo 1°								R\$	milhares		
		2020		2021				2022			
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente(a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100		
Receita Total	27.136.991	26.093.261	15,7%	28.553.827	26.463.232	15,5%	30.071.116	26.862.102	15,3%		
Receitas Primárias (I)	25.644.777	24.658.439	14,8%	27.350.439	25.347.951	14,8%	29.143.940	26.033.869	14,8%		
Depesa Total	27.136.991	26.093.261	15,7%	28.553.827	26.463.232	15,5%	30.071.116	26.862.102	15,3%		
Despesas Primárias (II)	24.949.995	23.990.380	14,4%	26.622.799	24.673.586	14,4%	28.227.811	25.215.504	14,4%		
Resultado Primário III = (I-II)	694.781	668.059	0,4%	727.640	674.365	0,4%	916.128	818.365	0,5%		
Resultado Nominal	(367.895)	(353.745)	-0,2%	22.644	20.986	0,0%	460.995	411.801	0,2%		
Dívida Pública Consolidada	15.201.613	14.616.936	8,8%	15.074.601	13.970.900	8,2%	14.721.939	13.150.900	7,5%		
Divida Consolidada Liquida	13.091.108	12.587.604	7,6%	12.817.618	11.879.164	7,0%	12.454.627	11.125.542	6,3%		
De-the Division											
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	67	63	0,0%	69	63	0,0%	72	63	0,0%		
Despesas Primárias advindas de PPP (V)	62.866	60.448	0,0%	64.778	60.034	0,0%	125.165	111.807	0,1%		
Impacto do saldo das PPP VI = (IV) - (V)	(62.799)	(60.385)	0,0%	(64.709)			(125.093)	(111.744)			

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/IPECE/SEFAZ, 12/04/2019, 17h:00min

#### Notas:

1. O cálculo das metas foi realizado considerando os seguintes parâmetros:

VARIÁVEIS	2020	2021	2022	
Inflação projetada para o período - IPCA	4,00%	3,75%	3,75%	
3,10% 3,10%		3,79%	2,80%	
PIB Nacional (crescimento % anual)	2,78%	2,50%	2,50%	
Projeção do PIB estadual - R\$ milhares	172.809.906	184.310.406	196.576.263	

- 1. As receitas foram projetadas com base no modelo incremental a partir da aplicação de indicadores macroeconômicos, sendo a base de projeção formada pela arrecadação dos anos anteriores. Na previsão da receita própria foram excluídas da base de projeção ocorrências que não se repetirão nos próximos anos, livrando efeitos ocasionais ou atípicos, fora de sua sazonalidade. Dessa maneira, com base nos critérios adotados, a receita total de cada ano do período 2020 a 2022 foi projetada com variação entre 15,3 % a 15,7% do PIB Estadual previsto para cada ano.
- 2. Para estimar as despesas de custeio de manutenção foram consideradas as despesas, especialmente correntes, de natureza tipicamente administrativa que se repetem ao logo do tempo e que representam custos básicos necessários ao funcionamento do órgão. Também foram considerados nas projeções o efeito inflacionário de cada ano.

Anexo I Metas Fiscais

7

- 3. Para o custeio finalístico, além da inflação, foi projetado um incremento diferenciado em cada ano, decorrente da previsão do início de funcionamento dos novos equipamentos ofertados pelo Estado à sociedade.
- 4. No que tange a despesa de pessoal, a projeção até 2022, foi elaborada considerando a possibilidade de reajuste aos servidores ativos e inativos limitada a inflação estimada para cada ano, o crescimento decorrente das ascensões funcionais, a expansão derivada do ingresso de novos servidores pela realização de novos concursos ao longo do período (2020 2022) e melhorias nos planos de cargos e carreiras em diversos órgãos/entidades do Estado.
- 5.Os investimentos foram fixados com base na carteira de projetos do Estado alinhavado com as expectativas de crescimento da economia cearense, previsões de convênios e nas operações de crédito contratadas e a contratar.
- 6.A meta de resultado primário estimada para os anos 2020 e 2021 é de 0,4% do PIB, sendo 0,5% do PIB para 2022. A meta indica o esforço que o governo estadual pretende alcançar com vistas ao pagamento de sua dívida ao longo período.
- 7.O resultado nominal negativo representa crescimento do endividamento, por consequência, resultado positivo, redução do endividamento. Dessa forma, para o período 2020 a 2022 há uma expectativa de redução do endividamento estadual, ao final do período, de 0,2% do PIB. Ainda assim, embora haja uma projeção de elevação desse endividamento ao longo do período, esta não ocorre de forma desequilibrada, visto que a relação Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida está prevista abaixo de 0,62, configurando uma relação confortável frente a LRF e a Resolução 43 do Senado Federal que estabelecem a possibilidade de endividamento dos Estados em até 2 vezes a RCL. 8. A previsão de Receitas Primárias advindas de PPP correspondem apenas às receitas da PPP Vapt Vupt, que compartilha 20% das receitas acessórias líquidas com o Estado, tendo alcançado o valor de R\$ 64.170,11 em 2018, tendo sido projetada esse valor acrescido de IPCA para os anos de 2020, 2021

dos usuários dos serviços, são concessões administrativas. Para as futuras PPP, Arena Multiuso (nova PPP Castelão) e Planta de Dessalinização, não estão sendo previsto compartilhamento de receitas ordinárias.

Quanto às Despesas Primárias advindas de PPP, as projeções apresentados referem so às descreves.

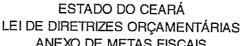
e 2022, conforme estimativas de IPCA para os respectivos anos apresentados no Relatório Focus no

Banco Central do Brasil. Os projetos PPP do Estado do Ceará não possui receitas advindas de taxas

Quanto às Despesas Primárias advindas de PPP, as projeções apresentadas referem-se às despesas estimadas com a PPP Vapt Vupt, com o próximo contrato da Arena Multiuso (nova PPP Castelão) e a PPP Planta de Dessalinização, considerando que esta última iniciaria sua execução em agosto/2022. Esta última, apesar de ser de responsabilidade de estatal não dependente, tem sido considerada para fins de impacto na Receita Corrente Líquida, portanto foi incluída na estimativa.

k

J. J.



#### ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2020

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso I

R\$ milhares

					Variação		
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Valor (c ) = ( b - a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	26.135.717	17,2%	26.299.846	17,3%	164.129	0,6%	
Receitas Primárias (I)	23.967.235	15,7%	23.449.032	15,4%	(518.203)	-2,2%	
Depesa Total	26.135.717	17,2%	26.980.424	17,7%	844.707	3,2%	
Despesas Primárias (II)	23.953.977	15,7%	22.957.802	15,1%	(996.175)	-4,2%	
Resultado Primário (III) = (I-II)	13.258	0,0%	491.229	0,3%	477.971	3605,2%	
Resultado Nominal	(3.164.747)	-2,1%	(2.816.342)	-1,9%	348.405	-11,0%	
Dívida Pública Consolidada	14.765.043	9,7%	13.865.126	9,1%	(899.917)	-6,1%	
Dívida Consolidada Líquida	11.310.832	7,4%	10.962.426	7,2%	(348.406)	-3,1%	

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/SEFAZ/IPECE, 01/04/2019, 12h:00min

Especificação	Valor - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2018	152.246.179
Valor realizado do PIB Estadual para 2018	152.090.719

#### Notas:

- 1. A Receita Total Realizada e a Despesa Total Realizada foram contabilizadas com as receitas e despesas intraorçamentárias, conforme orientação da 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, vigente à época da elaboração da LDO 2018.
- 2. A meta prevista para 2018 foi de R\$ 13,2 milhões de resultado primário. Já a realização da meta, divulgada no valor de R\$ 491,2 milhões, e equivalente a 0,3% do PIB, foi resultado principalmente da arrecadação das receitas primárias, notadamente da receita tributária e da receita patrimonial, que apresentaram resultados superiores aos previstos para o ano de 2018.
- 3. O resultado nominal negativo de R\$ 2,8 bilhões evidencia a elevação da dívida fundada de 2017 para 2018, em virtude principalmente da variação cambial, incorporação do saldo da dívida da COHAB/CE e a inclusão do saldo dos Depósitos Judiciais.
- 4. Quanto às despesas de pessoal, que correspondem a grande parte do total da despesa estadual, se mantiveram abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançando um patamar de 51,87% para 2018.

- 5. Os Juros e Encargos da Dívida, no ano de 2018, somaram R\$ 562,9 milhões, um percentual 24,51% superior a 2017. Destaca-se que do montante total pago em 2018, R\$ 374,6 milhões foram de juros e encargos da dívida interna e R\$ 188,3 de juros e encargos da dívida externa.
- 6. Em relação às amortizações, estas alcançaram em 2018 R\$ 806,1 milhões, um decréscimo nominal de 18,45% em relação a 2017, proveniente principalmente da redução das amortizações referentes à dívida interna que reduziram nominalmente 29,62%.
- 7. Já a Receita Total Arrecadada em 2018 que representou 17,3% do PIB Estadual, apresentou um acréscimo relativo de 0,6% em relação à meta prevista, decorrente principalmente de um maior esforço estadual na arrecadação de seus tributos.
- 8. No tocante à Despesa Total Executada em 2018 houve um acréscimo de 3,2% em relação à meta prevista, em função, principalmente, do crescimento da nomeação de novos servidores e melhoria no plano de cargos em áreas como a Saúde e Educação.

AL PLANTED TO THE PARTY OF THE

#### ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

#### METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso ti

2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %	2022	Var. %
25.408.955	4,6%	24.794.533	-2,4%	25.867.913	4,3%	27.136.991	4,9%	28.553.827	5,2%	30.071.116	5,3%
22.987.511	0,9%	23,449,032	2,0%	24.294.158	3,6%	25.644.777	5,6%	27.350.439	6,7%	29.143.940	6,6%
24.608.352	5,8%	24.629.294	0,1%	25.867.913	5,0%	27.136.991	4,9%	28.553.827	5,2%	30.071.116	5,3%
21.940.118	4,6%	22.957.802	4,6%	23.804.578	3,7%	24.949.995	4,8%	26.622.799	6,7%	28.227.811	6,0%
1.047.393	-42,4%	491.229	-53,1%	489.580	-0,3%	694.781	41,9%	727.640	4,7%	916.128	25,9%
949.231	-123,3%	(686.528)	-172,3%	(858.791)	25,1%	(367.895)	-57,2%	22.644	-106,2%	460.995	1935,9%
11.820.226	12,4%	13.865.126	17,3%	14.724.775	6,2%	15.201.613	3,2%	15.074.601	-0,8%	14.721.939	-2,3%
8.146.084	4,8%	10.962.426	34,6%	12.723.213	16,1%	13.091.108	2,9%	12.817.618	-2,1%	12.454.627	-2,8%
_	25.408.955 22.987.511 24.608.352 21.940.118 1.047.393 949.231 11.820.226 8.146.084	25.408.955 4,6% 22.987.511 0,9% 24.608.352 5,8% 21.940.118 4,6% 1.047.393 -42,4% 949.231 -123,3% 11.820.226 12,4% 8.146.084 4,8%	25.408.955     4,6%     24.794.533       22.987.511     0,9%     23.449.032       24.608.352     5,8%     24.629.294       21.940.118     4,6%     22.957.802       1.047.393     -42,4%     491.229       949.231     -123,3%     (686.528)       11.820.226     12,4%     13.865.126       8.146.084     4,8%     10.962.426	25.408.955         4,6%         24.794.533         -2,4%           22.987.511         0,9%         23.449.032         2,0%           24.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%           21.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%           11.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%	25.408.955         4,6%         24.794.533         -2,4%         25.867.913           22.987.511         0,9%         23.449.032         2,0%         24.294.158           24.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913           21.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)           11.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213	25.408.955         4,6%         24.794.533         -2,4%         25.867.913         4,3%           22.987.511         0,9%         23.449.032         2,0%         24.294.158         3,6%           24.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%           21.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%           11.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%	25.408.955         4,6%         24.794.533         -2,4%         25.867.913         4,3%         27.136.991           22.987.511         0,9%         23.449.032         2,0%         24.294.158         3,6%         25.644.777           24.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991           21.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)           11.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%         13.091.108	25.408.955         4,6%         24.794.533         -2,4%         25.867.913         4,3%         27.136.991         4,9%           22.987.511         0,9%         23.449.032         2,0%         24.294.158         3,6%         25.644.777         5,6%           24.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991         4,9%           21.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995         4,8%           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781         41,9%           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)         -57,2%           11.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613         3,2%           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%         13.091.108         2,9%	25.408.955         4,6%         24.794.533         -2,4%         25.867.913         4,3%         27.136.991         4,9%         28.553.827           22.987.511         0,9%         23.449.032         2,0%         24.294.158         3,6%         25.644.777         5,6%         27.350.439           24.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991         4,9%         28.553.827           21.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995         4,8%         26.622.799           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781         41,9%         727.640           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)         -57,2%         22.644           11.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613         3,2%         15.074.601	25.408.955         4,6%         24.794.533         -2,4%         25.867.913         4,3%         27.136.991         4,9%         28.553.827         5,2%           22.987.511         0,9%         23.449.032         2,0%         24.294.158         3,6%         25.644.777         5,6%         27.350.439         6,7%           24.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991         4,9%         28.553.827         5,2%           21.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995         4,8%         26.622.799         6,7%           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781         41,9%         727.640         4,7%           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)         57,2%         22.644         -106,2%           11.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613         3,2%         15.074.601         -0,8%           8.146.084         4,8%         10.962.426         34,6%         12.723.213         16,1%	25.408.955         4,6%         24.794.533         -2,4%         25.867.913         4,3%         27.136.991         4,9%         28.553.827         5,2%         30.071.116           22.987.511         0,9%         23.449.032         2,0%         24.294.158         3,6%         25.644.777         5,6%         27.350.439         6,7%         29.143.940           24.608.352         5,8%         24.629.294         0,1%         25.867.913         5,0%         27.136.991         4,9%         28.553.827         5,2%         30.071.116           21.940.118         4,6%         22.957.802         4,6%         23.804.578         3,7%         24.949.995         4,8%         26.622.799         6,7%         28.227.811           1.047.393         -42,4%         491.229         -53,1%         489.580         -0,3%         694.781         41,9%         727.640         4,7%         916.128           949.231         -123,3%         (686.528)         -172,3%         (858.791)         25,1%         (367.895)         -57,2%         22.644         -106,2%         460.995           11.820.226         12,4%         13.865.126         17,3%         14.724.775         6,2%         15.201.613         3,2%         15.074.601         -0,8% <t< td=""></t<>

Notas: Excluidas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8º edição.

Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8º edição.

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso II

50050JEI04030												
ESPECIFICAÇÃO	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %	2022	Var. %
Receita Total	27.387.264	1,6%	25.759.040	-5,9%	25.867.913	0,4%	26.093.261	0,9%	26.463.232	1,4%	26.862.102	1,5%
Receitas Primárias (I)	24.777.290	-2,0%	24.361.199	-1,7%	24.294.158	-0,3%	24.658.439	1,5%	25.347.951	2,8%	26.033.869	2,7%
Depesa Total	26.524.328	2,7%	25.587.374	-3,5%	25.867.913	1,1%	26.093.261	0,9%	26.463.232	1,4%	26.862.102	1,5%
Despesas Primárias (II)	23.648.348	1,6%	23.850.861	0,9%	23.804.578	-0,2%	23.990.380	0,8%	24.673.586	2,8%	25.215.504	2,2%
Resultado Primário (I-II)	1.128.942	-44,0%	510.338	-54,8%	489,580	-4,1%	668,059	36,5%	674.365	0,9%	818.365	21,4%
Resultado Nominal	1.023.137	-122,6%	(713.234)	-169,7%	(858.791)	20,4%	(353.745)	-58,8%	20.986	-105,9%	411.801	1862,3%
Divida Pública Consolidada	12.740.534	9,2%	14.404.479	13,1%	14.724.775	2,2%	14.616.936	-0,7%	13.970.900	-4,4%	13.150.900	-5,9%
Dívida Consolidada Líquida	8.780.328	1,8%	11.388.865	29,7%	12.723,213	11,7%	12.587.604	-1,1%	11.879.164	-5,6%	11.125.542	-6,3%
**************************************												

FONTE Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/CPLOG, 22/04/2019, 14h:35min

Notas: Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8º edição.

Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal a partir de 2018, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição.

VARIAVEIS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Inflação projetada para o período - IPCA	2,95%	3,75%	3,89%	4,00%	3,75%	3,75%
Fator de Mutiplicação	1,078	1,039	1,000	1,040	1,079	1,119

#### Notas:

- 1. O cálculo dos valores constantes foi elaborado com base na inflação projetada pelo IPCA, conforme índices acima.
- 2. Para a Dívida Consolidada Líquida (DCL) há uma expectativa de decréscimo, em termos reais, para os anos de 2021 e 2022, com variações negativas, respectivamente, de -5,6% e -6,3%, em função da redução de contratação de novas operações de grédito para o período.

# ESTADO DO CEARA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2020

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	29.868.389,8	100,00	27.033.846,9	100,00	23.783.172,8	100,00
Reservas	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Resultado Acumulado	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
TOTAL	29.868.389,8	100,00	27.033.846,9	100,00%	23.783.172,8	100,00%

FONTE: Sistema S2GPR, Célula de Contabilidade Centralizada dos Orgãos, 29/03/2019 8h43min

#### Nota:

Elaborado com base nos registros contidos no Balanço Patrimonial do Estado do Ceará, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais da 9ª Edição.

#### REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	-11.993	100,00	85.217	100,0%	414.991	100,0%
Reservas Lucros ou Prejuízos	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Acumulados	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	-11.992,6	100,00	85.217,2	100,0%	414.990,9	100,0%

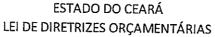
FONTE: Sistema S2GPR, Célula de Contabilidade Centralizada dos Orgãos, 29/03/2019 8h43min

#### Nota:

- 1- Consolidação dos registros alusivos ao Patrimônio Líquido PL dos Fundos Financeiros e Previdenciários (Funaprev, Prevmilitar, Previd e FPP), após a contabilização da revisão das premissas de avaliação atuarial relativas aos três primeiros, processadas em 2018, bem como do registro das provisões matemáticas decorrentes das projeções atuarias aplicadas ao FPP. Em 2019 deverão ser revisadas as premissas de avaliação atuarial;
- 2- A variação do PL do exercício de 2016 para 2017 se refere à contabilização das provisões matemáticas atuariais nos Fundos Funaprev, Prevmilitar e Previd;
- 3- A variação do PL do exercício de 2017 para 2018 se refere à contabilização das provisões matemáticas atuariais no Fundo de Previdência Parlamentar FPP em 2018.

Anexo I Metas Fiscais

237 de 261



#### ANEXO DE METAS FISCAIS

### ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
HEOLITAS HEALIZADAS	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	14.495	16.429	4.002
Alienação de Bens Móveis	1.016	3.610	3.715
Alienação de Bens Imóveis	13.479	12.819	287

DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017	2016
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	26	1.243	80
DESPESAS DE CAPITAL	26	1.243	80
Investimentos	26	1.243	80
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	o

	2017	2016	2015
SALDO FINANCEIRO	(g) = (la - lld)	(h) =((lb	(i) = ((lc –
	+ IIIh)	– Ile)	IIf) + IIIi)
VALOR (III)	33.577	19.108	3.922

FONTE: Sistema S2GPR, Célula de Contabilidade Centralizada dos Órgãos, 29/03/2019 8h43min

1

#### ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

#### AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCIERA EATUARIAL DO RPPS

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4°, § 2°. inciso IV, alínea "a")  RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME P	RÚPRIO DE PREVI	DÊNCIA DOS SE	R\$ 1.00
PLANO PREVIDENCE		DENCIA DOS SE	RVIDORES
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	109.888.868,83		215,306,450,10
Receita de Contribuições dos Segurados	31.413.335,55	***	56,636,774,16
Civil	31.413.335,55		56,636,774,16
Ativo	31.413.335,55	40.815.080,43	56.610.959,6
Inatîvo		4950,24	19.112,1
Pensionista		6234,16	6.702,40
Receita de Contribuições Patronais	61.567.411,89	78.360.417,89	113.276.730,96
Civil	61.567.411,89	78.360.417,89	113.276.730,96
Ativo	61.567.411,89	78.360.417,89	113.276.730,96
Receita Patrimonial	16.908.121,39	28.340,109,09	45.392,945,0
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	16,908,121,39		45,392,945,0
TOTAL DAS RECETTAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	109.888.868,83	147.526.791,81	215.306.450.16
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
PREVIDÊNCIA (V)	10.859,16	246.749	593,674
Benefícios - Civil	10.859	246,749	593.674
Aposentadorias		71.301	262.53:
Pensões Outros Benefícios Previdenciários	10.859	175.448	331.143
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	10.859,16	246 749 76	#00 CT 4 C
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	593.674,29
	109.878.009,67	147.280.043,05	214.712.775.87
BENS E DIRETTOS DO RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa	2016	2017	2018
Investimentos e Aplicações	3.667,73		00,0
Outro Bens e Direitos	203.246.600,14	351.528.688,17	565.243.086,79
Onto Delis e Diferios			
PLANO FINANCE	RO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.517.303.633,49		1.807.582.114,09
Receita de Contribuições dos Segurados	556.690,571,94		669,689,285,40
Civil	446.592.232,10	1 ' ' ' ' ' ' '	527.213.534,05
Ativo	365.375.226,93		427.552.447,09
Inativo Pensionista	60,195,284,99		74.521.327,67
Militar	21,021,720,18		25.139.759,33
Ativo	110.098.339,84		142,475,751,31
Inativo	102.556.403,05		130.256.695,45
Pensionista	5.798.935,57	· ' I	9.812.875,17
Receita de Contribuições Patronais	1.743.001,22	1 ' 1	2,406,180,69
Civil	918.025.610.77		1.077.373.987,27
Ativo	711.364.524,64	. , ,	818.759.762,09
Militar	711.364.524,64	734.527.540,56	818.759.762,09
Ativo	206.661.086,13	219.898.817,37	258.614.225,18
Receita Patrimonial	206.661.086,13	219.898.817,37	258.614.225,18
Receitas de Valores Mobiliários	13.422.024,79	10.409.139,61	8.835.972,36
Outras Receitas Correntes	13.422.024,79	10.409,139,61	8.835.972,36
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	29.165.425,99	32.836.371,62	51.682.869,06
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	29.165.425,99 1.517.303.633.49	32.836.371,62 1.583.484.791,05	51.682.869,06
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
PREVIDÊNCIA (XII)	2016 2.706.063.331,38	2017	2018
Beneficios - Civil	2.203.713.955.10		3.114.858.107,77 2.546.243.536,45
Aposentadorias	1.689,447,463,94		2.015.035.908,43
Pensões Color De 11 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12	514.266.491,16		531,207,628,02
Outros Benefícios Previdenciários Benefícios - Militar			
Reformas	502.349.376,28		568,614,571,32
Pensões	324.021,460,55 178.327,915,73	325.264,200,45 184,205.907,86	358.917.507,78 209.697.063,54
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI+XII)	2.706.063.331,38	2.896.215.058,69	3.114.858.107.77
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)	1 100 750 507 00	1 212 220 222 2 1	
	-1.188,759,697,89	-1.312.730,267,64	-1,307,275,993,68
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	2016 1.217.791.548,47	2017 1.432.165.184,63	2018 1.551.754.607,61

FONTE: Sistema S2GPR, Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. Notas:

14

Recursos para Formação de Reserva

Notas:
A implementação da segregação de massa a partir de 01/01/2014, conforme Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013 - DOE 19/09/2013;
O Plano Previdenciário é operacionalizado pelo Fundo Previdenciário PREVID;
O Plano Financeiro é operacionalizado pelo Fundo Financeiro FUNAPREV e pelo Fundo Financeiro PREVMILITAR.

# ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO - FUNDO FUNAPREV 2020

DESPENSION   DESPENSION   PREVIDENCIÁRIAS   PREVIDENCIÁRIAS   DESPENSION   CI-(1-6-15)   CI-(1-6-1	AMF - Dem	onstrativo VI (LRF, art.	4°, § 2°, inciso IV, alin	nea "a")	P\$ 1,00
(a) (b) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c		RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
2018	EXEMPLICIO		1		
2019 1.489.151.336 2.962.891.708 (1.473.730.171) (2.782.377.507) 2020 1.488.94.827 3.171.450.359 (1.744.475.529) (4.826.632.632.632) 2021 1.395.475.400 3.459.410.637 (2.122.935.337) (6.649.628.155) 2022 1.395.479.671 3.565.230.776 (2.501.430.905) (9.170.059.606) 2024 1.265.793 3.965.726.747 (2.811.435.502) (11.981.444.262) 2024 1.022.809.104 4.828.450.032 (2.122.935.337) (6.649.628.155) 2024 1.022.809.104 4.828.450.032 (2.122.935.337) (1.058.201.506.201.506) 2026 970.153.418 4.391.977.000 (3.411.823.502) (11.981.444.262) 2026 970.153.418 4.391.977.000 (3.411.823.587) (1.8.506.201.506) 2028 869.241.889 4.394.240.457 (3.497.988.589) (28.698.181.201.201.201.201.201.201.201.201.201.20	2018				
2020 1.426.994.827 3.171.430.383 (1.744.475.526) (4.526.692.916) 2021 1.336.475.400 3.459.410.637 (2.122.935.237) (6.649.628.155) 2022 1.235.799.671 3.756.230.776 (2.520.430.905) (9.170.099.060) 2022 1.235.799.671 3.756.230.776 (2.520.430.905) (9.170.099.060) 2022 1.235.799.671 3.756.230.776 (2.520.430.905) (9.170.099.060) 2022 1.106.2367.413 (2.520.246.202) (1.196.434.226) 2025 1.022.869.104 4.106.460.623 (3.054.707.647) (15.565.201.509) 2025 1.022.869.104 4.106.460.623 (3.054.707.647) (15.565.201.509) 2026 1.022.869.104 4.106.460.623 (3.054.707.647) (15.565.201.509) 2026 1.022.869.104 4.106.465.639 (3.404.709.102) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276.636.707.647) (2.276	2019				
2022 1.395.799.071 3.756.330.776 (2.192.935.237) (6.649.628.165) 2024 1.295.790.071 (7.10.930.006) (9.170.059.006) 2024 1.102.295.630 3.956.7265.477 (2.811.435.202) (11.1981.484.262) 2024 1.102.285.008 3.956.7265.477 (2.811.435.202) (11.1981.484.262) 2025 1.002.865.104 4.102.856.201 (2.811.435.202) (11.1981.484.262) 2026 970.153.416 4.395.777.003 (3.270.610.515) (11.505.201.282) 2026 970.153.416 4.395.777.003 (3.270.610.515) (11.505.201.282) 2026 893.343.4.02 4.416.485.639 (3.487.515.726) (2.25.265.726) 2028 895.241.889 4.395.420.457 (3.497.998.688) (2.6.691.187.142) 2029 895.241.889 4.395.420.457 (3.497.998.688) (2.6.691.187.742) 2029 895.241.889 4.395.420.457 (3.497.998.688) (2.6.691.187.742) 2029 895.241.889 4.395.240.457 (3.497.998.688) (2.6.691.187.742) 2029 875.155.991 4.306.848.709 (3.5.09.639.2716) (22.208.679.430) 2029 875.155.991 4.306.848.709 (3.5.09.639.2716) (22.208.679.430) 2029 72.213.227 4.275.380.647 (3.492.467.220) (30.210.979.746) 2022 746.651.591 4.217.655.091 (3.471.003.700) (4.2.691.998.447) 2023 746.651.591 4.217.655.091 (3.471.003.700) (4.2.691.998.447) 2023 746.651.591 4.217.655.091 (3.471.003.700) (4.2.691.998.447) 2023 746.651.591 4.217.655.091 (3.471.003.700) (4.2.691.998.447) 2023 746.651.591 4.217.655.091 (3.471.003.700) (4.2.691.998.447) 2023 746.651.591 (3.471.671.003.700) (4.2.691.998.447) 2023 746.651.591 (3.471.671.003.700) (4.2.691.998.447) 2023 755.651.656 (3.691.732.203.203.203.203.203.203.203.203.203.2					
2023					
2024 1.089.957.783 4.143.865.429 (5.054.707.647) 116.568.357.5697 2025 1.022.869.104 4.293.480.023 (2.270.610.919) 116.305.871.5697 2026 9.0026 970.153.418 4.393.480.023 (2.270.610.919) 116.305.871.5697 2026 933.934.102 4.416.486.838 (3.482.551.736) (25.201.158.406) 2027 933.934.102 4.416.486.838 (3.482.551.736) (25.201.158.406) 2028 896.241.899 4.594.240.457 (3.497.998.569) (28.501.158.406) 2029 895.241.899 4.594.240.457 (3.497.998.569) (28.509.158.406) 2029 857.156.991 4.366.440.707 (3.497.998.569) (28.509.158.714) 2029 857.156.991 4.366.440.707 (3.497.998.569) (3.509.879.157.156.912) 4.366.440.707 (3.497.998.569) (3.509.879.156.912) 2029 157.265.921 4.275.580.647 (3.492.467.220) (3.509.879.167.240.240) 2020 157.265.267 (3.492.467.220) (3.509.879.167.240.240) 4.275.580.647 (3.492.467.220) (3.509.879.167.240.240) 4.275.580.647 (3.492.467.220) (3.509.10.979.167.240.240) 4.275.580.647 (3.492.467.220) (3.509.10.979.167.240.240) 4.275.580.647 (3.492.467.220) (3.492.467.140.240) 4.275.580.647 (3.492.467.220) (3.492.467.140.240.240) 4.076.842 (3.492.467.140.240.240.240) 4.276.842 (3.492.467.140.240.240.240.240) 4.076.842 (3.492.467.140.240.240.240.240.240.240.240.240.240.2					
2025 1.022.689.104 4.293.480.023 (2.270.610.919) (18.306.617.826) 2026 970.183.418 4.381.977.00 (3.411.825.892) (21.716.636.826) 2027 933.954.102 4.416.485.838 (3.482.551.736) (52.201.188.140) 2028 985.741.989 4.394.240.47 (3.497.988.699) (28.699.188.714) 2029 857.155.991 4.366.848.708 (3.492.651.736) (52.201.188.140) 2030 918.986.296 4.366.848.708 (3.509.692.716) (32.206.679.430) 2030 782.913.327 4.275.880.647 (3.497.988.699) (32.206.679.430) 2030 772.913.327 4.275.880.647 (3.492.467.220) (39.210.979.746) 2030 772.913.327 4.275.880.647 (3.492.467.220) (39.210.979.746) 2031 772.913.327 4.275.880.647 (3.492.467.220) (39.210.979.746) 2032 746.651.391 4.275.880.647 (3.492.467.220) (39.210.979.746) 2034 677.496.422 4.156.13.392 (3.446.968.715) (46.126.910.162) 2035 673.434.492 4.156.13.392 (3.446.968.715) (46.126.910.162) 2036 683.344.492 4.075.600.397 (3.417.476.717) (52.287.803.207) 2037 556.316.856 (3.861.276.716.717) (3.278.7803.207) 2038 518.614.571 (3.776.949.102) (3.288.394.522) (2.288.598.676.207) 2039 482.973.315 (3.895.603.822 (3.202.605.607) (6.60.677.726.207) 2039 482.973.315 (3.895.603.822 (3.202.605.607) (6.60.677.726.822) 2039 482.973.315 (3.895.603.822 (3.202.605.607) (6.60.677.726.822) 2040 447.099.220 (3.591.447.679 (3.144.148.459) (66.187.726.826.826.826.207) 2041 413.458.866 (3.499.603.823.830) (3.076.199.974) (7.2.286.666.607.726.207) 2042 383.155.816 (3.379.555.373 (2.298.416.555) (7.5.254.485.55.37) 2044 332.007.277 (3.182.71.900.426.249) (6.296.607.776.786.786.786.786.786.786.786.786.78					
2026 970.183.418 4.381.977.000 (2.411.823.682) [21.718.683.409] 2027 933.934.102 4.416.486.838 (3.482.651.729) [25.201.188.409] 2028 896.241.899 4.394.240.457 (3.497.998.568) (28.699.186.714) 2029 897.165.991 4.396.841.075 (3.497.998.568) (28.699.186.714) 2020 815.065.991 4.396.841.075 (3.497.998.568) (3.208.078.078) 2030 782.913.227 4.275.390.647 (3.492.672.07) (3.208.078.078) 2031 782.913.227 4.275.390.647 (3.492.672.20) (3.971.915.512.829) 2032 782.913.227 4.275.390.647 (3.492.672.20) (3.971.915.512.829) 2033 782.24.654 4.176.151.399 (3.447.037.00) (42.681.993.447) 2033 782.24.654 4.1766.151.399 (3.447.037.00) (42.681.993.447) 2034 782.24.654 4.186.151.399 (3.447.037.00) (42.681.993.447) 2035 595.691 637 (3.993.173.676 (3.392.174.877) (46.128.910) (47.281.993.276) 2036 595.691 637 (3.993.173.676 (3.392.174.877) (46.128.910) (47.281.976	2025				
2027 933, 934, 102 4.416, 485, 898 (3.442, 551, 736) (55, 201, 183, 146) 2028 895, 244, 1889 4.394, 247, 247 (3.437, 988, 568) (262, 699, 1867, 142) 2028 895, 155, 991 4.396, 248, 247, 247 (3.437, 988, 568) (3.208, 697, 480) 2029 815, 125, 991 4.396, 248, 248, 247, 220) (32, 208, 677, 480) 2029 2031 2032 2032 2032 2032 2033 2032 2033 2032		970.153.418			
2029   857.156.991   4.956.948.708   (6.806.852.776   6.006.857.733)   2030   818.982.286   4.326.815.832   (5.806.852.776   6.006.857.733)   2031   762.913.327   4.275.380.547   (3.402.467.220)   (36.776.572.733)   2032   746.851.391   4.275.380.547   (3.476.856.076.370)   (36.776.572.733)   2033   779.224.684   4.156.151.399   (3.416.926.775.737)   (46.28.916.847.476.856.076.376.376)   (3.476.856.076.776.736.376)   2033   709.224.684   4.156.151.399   (3.446.926.715)   (46.28.916.847.220)   (46.28.916.976.320)   (47.96.422)   (4.98.241.976.976.976.18.174)   (46.28.916.876.320)   (47.96.422)   (4.98.241.976.976.976.18.174)   (46.28.916.76.832)   (2036.856.96.96.16.977.3399.137.856)   (3.344.46.919)   (56.277.846.976.276.276.276.276.276.276.276.276.276.2					
2030   818.962.266   4.268.615.862   3.506.635.0656   3.57.637.2627   2032   748.651.391   4.275.896.477   3.462.467.2201   3.671.003.700   3.271.0757.742   2032   746.651.391   4.277.655.091   3.471.003.700   3.271.0757.3762   2034   671.496.422   4.086.81.399   3.446.962.715   4.095.467   3.402.2034   671.496.423   4.086.81.399   3.446.926.715   4.095.456.823.350   2035   633.434.483   4.015.609.3955   3.382.174.871   4.095.456.828.353   2035   633.434.483   4.015.609.3955   3.382.174.871   4.095.456.828.353   2036   595.091.637   3.399.137.556   3.344.045.519   (56.271.849.125   2036   595.091.637   3.399.137.556   3.344.045.519   (56.271.849.125   2036   595.091.637   3.779.949.103   (3.258.334.532)   (62.835.090.559 ) 2039   482.873.315   3.685.509.822   3.202.303.090.6400   (56.576.767.525   2036   447.099.220   3.591.477.678   3.144.148.459   (69.071.869.027   2041   413.458.658   3.499.658.532   (3.344.144.148.459   (69.071.869.027   2042   383.135.816   3.379.552.373   (2.996.416.555)   (75.254.485.553   2043   366.169.760   3.661.479   4.094.220   3.661.679   4.094.220   3.661.679   4.094.220   3.661.679   4.094.220   3.671.679   4.094.220   3.671.679   4.094.220   3.691.679   4.094.220   3.094.220   4.094.220   3.094.220   4.094.220					(28.699.186.714)
2031 762.913.327 4.275.990.547 (3.492.467250) (32.2037.776) (32.2037.776) (32.2037.776) (32.2033) 769.224.684 4.156.151.599 (3.446.928.775) (4.69.8883.477) (4.69.8883.478) (4.69.8883.478) (4.69.8883.478) (4.69.8883.478) (4.69.8883.478) (4.69.8883.478) (4.69.8883.4883) (4.69.8883.488					
2032					
2033	***************************************				
2034 671.496.423 4.086.214.597 (3.416.718.174) (49.545.628.335) (2038 563.44.483 4.015.609.355 (3.344.045.519) (59.277.603.207) (59.267.207) (59.267.207) (59.267.207) (59.267.207) (59.267.207) (59.267.207) (59.267.207) (59.267.207) (59.267.207)					
2036 595.091.637 3.039.137.556 (3.382.174.871) (52.927.803.27) 2037 556.316.856 3.861.223.256 (3.304.906.400) (59.576.755.526) 2038 516.614.571 3.776.940.103 (3.258.334.522) (62.836.000.509) 2039 482.873.315 3.885.503.822 (3.202.830.507) (66.037.720.568) 2040 447.096.220 3.891.247.678 (3.144.148.488) (69.181.890.23) 2041 413.458.858 3.489.658.832 (3.076.199.974) (72.256.068.997) 2042 383.135.818 3.489.658.832 (3.076.199.974) (72.256.068.997) 2043 385.166.780 3.261.241.964 (2.905.072.184) (78.159.857.737) 2043 382.007.257 3.138.271.900 (2.004.264.643) (80.983.822.380) 2044 312.572.63 (2.868.896.604) (2.577.596.541) (80.983.822.380) 2045 310.574.167 3.004.925.278 (2.693.949.091) (83.657.771.471) 2046 291.2877.063 2.868.896.604 (2.577.596.542) (86.285.70.012) 2047 273.275.877 2.731.957.955 (2.456.862.078) (86.694.052.076) (2.698.999) 2048 257.512.936 (2.591.479.359) (2.301.838.562) (9.201.838.562) (9			4.088.214.597		
2037 556.316.856 8.867.223.256 (3.304.906.400) (39.576.755.528) 2039 482.873.315 3.785.804.003 (3.282.334.532) (62.835.090.005) 2039 482.873.315 3.885.503.822 (3.202.630.507) (65.037.720.568) 2040 447.096.220 3.591.447.678 (3.144.148.458) (69.181.655.07.720.568) 2041 413.458.658 3.895.503.822 (3.202.630.507) (65.037.720.568) 2042 383.136.818 3.879.658.832 (2.996.416.555) (75.254.485.557) 2043 356.169.760 3.281.446.64 (2.996.416.555) (75.254.485.577) 2044 392.007.257 3.136.271.800 (2.996.476.555) (75.254.485.57737) 2045 310.574.187 3.004.822.278 (2.996.416.555) (75.254.485.57737) 2046 391.0574.187 3.004.822.278 (2.996.416.555) (80.995.22.380) 2049 356.169.780 3.281.242.604 (2.905.476.555) (80.995.22.380) 2049 310.574.187 3.004.822.278 (2.996.416.555) (80.995.822.380) 2040 291.297.063 2.2856.895.004 (2.697.596.542) (80.895.802.380) 2041 273.875.877 2.296.895.004 (2.697.596.542) (80.2856.577.1471) 2042 273.875.877 2.296.895.004 (2.697.596.542) (80.2856.570.991) 2043 257.512.936 2.291.473.505 (2.333.966.433) (91.028.018.595.091) 2050 22.8571.921 2.466.386.282 (2.207.047.844) (30.2856.065.091) 2051 216.983.386 2.174.380.126 (1.957.996.139) (97.274.296.069) 2052 205.014.462 2.204.139.297 (1.835.144.835) (93.104.903) 2053 193.183.403 1.910.367.266 (1.777.778.689) (97.274.296.069) 2054 21.898.386 2.174.380.126 (1.957.996.139) (97.274.296.069) 2055 193.183.403 1.910.367.266 (1.777.778.696) (102.428.949.356) 2056 194.526 (1.774.380.126) (1.957.396.139) (97.274.296.069) 2055 195.184.203 1.784.272.553 (1.602.395.500) (1.02.428.949.356) 2056 194.244.241 1.327.435.078 (1.835.434.835) (1.00.836.917) (1.00.836.276.291) 2059 104.552.205 1.545.780.832 (1.385.004.643) (1.00.836.917) (1.00.836.276.291) 2059 104.552.206 1.545.780.832 (1.385.004.643) (1.00.836.917) (1.00.836.276.291) 2059 104.552.206 1.545.780.832 (1.385.004.643) (1.00.836.917) (1.00.836.276.291) 2059 104.552.206 1.545.780.832 (1.385.004.643) (1.00.836.917) (1.00.836.292.005) 2059 104.552.206 1.545.780.832 (1.385.004.643) (1.08.836.917) (1.07.776.496.856.206) 2059 1					
2038					
2039 482.873.515 3.895.503.822 (3.202.830.507) (66.037.720.566) 2040 447.996.220 3.591.247.676 (3.144.148.458) (69.181.660.937) 2041 413.458.558 3.489.656.332 (3.076.199.974) (72.256.068.997) 2042 383.135.518 3.379.552.373 (2.996.416.555) (75.254.485.557.2043) 356.165.780 3.261.241.964 (2.995.072.184) (70.155.557.737) 2044 332.007.257 3.136.271.900 (2.804.264.643) (70.155.557.737) 2044 332.007.257 3.136.271.900 (2.804.264.643) (80.965.922.380) 2045 310.574.187 3.004.522.78 (2.693.949.091) (35.657.7147) 2046 291.297.063 2.868.895.604 (2.577.598.542) (80.293.577.477) 2046 291.297.063 2.868.895.604 (2.577.598.542) (80.293.579.091) 2049 243.290.781 2.450.338.625 (2.207.047.844) (32.335.066.368) 2050 229.571.921 2.450.338.625 (2.207.047.844) (32.335.066.368) 2050 229.571.921 2.391.505.482 (2.081.833.562) (85.316.899.920 2051 216.983.986 2.174.380.126 (1.957.398.139) (97.272.96.069) 2052 205.014.462 2.040.159.297 (1.835.144.835) (99.103.440.903.315.188.403 1.910.367.266 (1.771.778.689) (100.269.615.67.66) 2054 181.942.963 1.784.272.553 (1.692.295.50) (102.429.943.236) (2.593.4124 1.132.245.338 (1.491.260.066) (103.200.201.2056) 2055 171.183.299 1.162.413.386 (1.491.260.066) (103.200.203.42) 2056 160.576.209 1.164.578.085 (1.184.181.01) (1.288.893.979) (102.429.949.355) 2055 171.183.299 (1.692.443.386) (1.491.260.066) (103.200.203.42) 2056 160.576.209 1.164.578.085 (1.185.780.852) (1.385.204.643) (1.085.386.217) (107.776.496.899) 2059 130.532.06 (1.242.94.394.134) (1.983.852.144.942.144) (1.242.886.963) (1.085.888.397) (107.776.496.899) 2059 130.532.06 (1.242.94.394.134) (1.085.888.397) (106.586.306.308) 2066 121.129.147 (1.29.488.064) (1.085.888.397) (107.776.496.899) 2059 130.532.06 (1.242.94.394.134) (1.085.888.397) (107.776.496.899) 2059 130.532.06 (1.242.94.394.394) (1.085.871.871.138) 2066 (1.242.94.394) (1.242.896.069) (1.242.94.394) (1.242.896.069) (1.242.94.394) (1.242.896.069) (1.242.94.394) (1.242.896.069) (1.242.94.394) (1.242.896.069) (1.242.94.394) (1.242.896.394) (1.242.896.394) (1.242.896.394) (1.242.8					
2040 447.099.202 3.591.247.678 (3.144.146.459) (89.57.16.56) (20.20) 441.458.858 3.489.658.32 (30.76.199.974) (72.258.068.922) 2042 383.135.818 3.379.552.373 (2.996.416.555) (75.256.468.553) 2043 356.169.780 3.261.241.964 (2.096.772.16.55) (75.256.468.553) 2044 332.007.257 3.136.271.900 (2.096.772.16.55) (75.256.468.553) 2044 332.007.257 3.136.271.900 (2.094.264.643) (80.965.322.380) 2045 310.574.187 3.004.522.78 (2.093.490.031) (83.657.771.471) 2046 291.297.063 2.2658.905.604 (2.096.721.64) (83.657.771.471) 2046 291.297.063 2.2658.905.604 (2.096.264.643) (80.365.322.380) 2046 291.297.063 2.2658.905.604 (2.097.556.42) (85.235.70.012) 2048 257.512.936 2.591.479.369 (2.333.966.433) (91.026.015.523) 2049 242.290.781 2.450.338.629 (2.207.047.844) (93.235.605.905) 2049 242.290.791 2.450.338.629 (2.207.047.844) (93.235.606.969) 2052 205.014.462 2.204.159.297 (1.855.144.855) (95.136.899.929) 2052 205.014.462 2.040.159.297 (1.855.144.855) (95.136.899.929) 2052 205.014.462 2.040.159.297 (1.855.144.855) (95.136.409.903) 2054 181.942.983 1.970.367.256 (1.771.778.863) (100.826.618.766) 2055 171.183.299 1.662.443.985 (1.491.260.086) (103.920.204.49.356) 2056 180.576.209 1.545.780.852 (1.771.7778.863) (100.826.618.766) 2057 150.234.124 1.494.128.101 (1.283.893.978) (103.292.004.49.356) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.3771.108.771.133.299 1.545.780.852 (1.787.190.837) (107.774.296.606) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.978) (105.689.308.022) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.978) (105.689.308.022) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.978) (105.689.308.022) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.978) (107.424.244) 2056 1.265.904.439 (1.098.389.978) (107.874.986.999) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.978) (107.874.986.999) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.978) (107.874.986.999) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.799) (107.424.96.899) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.799) (107.424.96.899) 2059 130.532.206 1.255.904.439 (1.098.389.799) (1.17.747.168.899) (1.17.747.168					
2041 413,458,859 3,489,658,832 (3.076,199,974) 772,256,068,9977 2042 383,135,818 3,379,552,373 (2.996,416,55) 752,254,485,553 2043 356,169,780 3,261,241,964 (2.995,072,184) 778,155,577,377 2044 332,007,257 3,136,271,900 (2.904,264,43) (60,953,822,380) 2045 310,574,187 3,004,523,278 (2.694,284,643) (60,953,822,380) 2046 291,297,063 2,868,95,604 (2.577,598,542) (66,3657,771,477) 2047 273,275,877 2,731,957,255 (2.458,682,078) (66,285,370,172) 2048 297,512,936 2,591,479,369 (2.333,966,433) (91,028,018,523) 2049 243,290,781 2,450,338,625 (2.458,682,078) (66,694,052,091) 2049 243,290,781 2,450,338,625 (2.458,682,078) (66,694,052,091) 2051 216,963,966 2,174,360,126 (2.907,974,44) (33,235,663,366) 2055 (229,971,921 2,311,505,482 (2.061,833,562) (95,316,899,929) 2051 216,963,966 2,174,360,126 (2.907,974,44) (33,235,663,366) 2053 193,188,403 1,910,367,266 (1.771,778,683) (10,028,618,766) 2054 181,942,963 1,764,272,553 (1,602,329,590) (102,428,949,356) 2055 771,189,299 1,662,443,385 (1,491,260,086) (10,320,209,442) 2056 160,576,209 1,545,780,852 (1,385,204,643) (105,305,416,089) 2057 150,334,124 1,434,126,101 (1,283,893,978) (106,589,306,029) 2058 140,244,241 1,327,435,078 (1,187,190,837) (107,776,496,699) 2059 130,532,466 1,225,904,439 (1,095,356,171,671,671,671,671,671,671,671,671,67					
2042 383,185,818 3,379,552,373 (2,996,416,555) (75,254,486,555) 2043 386,169,780 3,261,241,964 (2,905,072,184) (76,156,577,377) 2044 332,007,257 3,136,271,900 (2,804,246,643) (80,963,822,380) 2045 310,574,187 3,004,522,378 (2,693,949,091) (83,657,771,477) 2046 291,297,063 2,868,695,604 (2,577,598,542) (86,235,370,012) 2047 273,275,877 2,731,957,955 (2,458,682,078) (86,694,052,091) 2049 243,290,781 2,450,338,628 (2,207,047,844) (93,235,666,368) 2050 229,671,321 2,450,338,628 (2,207,047,844) (93,235,666,368) 2050 229,671,321 2,311,505,482 (2,081,835,562) (95,316,899,929) 2051 216,983,966 2,174,380,126 (1,957,396,139) (97,274,296,069) 2052 205,014,462 2,040,159,297 (1,957,396,139) (97,274,296,069) 2053 193,188,403 1,910,367,266 (1,717,178,863) (100,826,619,766) 2054 181,942,963 1,784,272,553 (1,602,329,590) (100,826,619,766) 2055 171,183,299 1,662,443,396 (1,491,260,086) (103,920,209,442) 2056 (160,576,209 1,545,786,852 (1,385,044,643) (105,354,140,655) 2057 150,234,124 1,434,128,101 (1,283,893,978) (106,898,306,622) 2058 140,244,241 1,327,435,078 (1,187,108,877) (106,898,306,622) 2059 130,532,206 1,225,904,439 (1,095,372,234) (108,871,871,133) 2060 121,129,147 1,129,448,064 (1,009,386,137) (108,887,1871,133) 2060 121,129,147 1,129,488,064 (1,009,386,137) (108,887,1871,133) 2060 121,129,147 1,129,488,064 (1,009,386,137) (108,871,871,133) 2060 121,129,147 1,129,488,064 (1,009,386,137) (108,871,871,138) 2063 95,016,103 870,024,527 (775,008,447) (116,142,749,600,162) 2063 95,016,103 870,024,527 (775,008,447) (116,142,749,600,162) 2064 77,984,144 4,132,144,142,144,144,148,144,144			3.489.658.832	(3.076.199.974)	
2044   332,007,267   3.136,271,300   (2.505,072,164)   (78,159),57,37)					
2045 310.574.187 3.004.523.278 (2.693.948.091) (80.953.822.380) 2048 291.297.063 2.868.895.604 (2.577.598.542) (86.235.370.012) 2047 273.275.677 2.731.957.955 (2.456.862.076) (88.694.052.091) 2048 257.512.936 2.591.479.369 (2.333.966.433) (91.028.018.523) 2049 243.290.781 2.450.338.625 (2.207.047.844) (93.28.018.523) 2049 243.290.781 2.450.338.625 (2.207.047.844) (93.28.018.523) 2050 229.671.921 2.311.505.482 (2.081.833.662) (95.316.899.929) 2051 216.983.986 2.174.380.126 (1.957.396.139) (97.274.296.669) 2052 205.914.462 2.040.159.297 (1.835.144.835) (99.109.440.903) 2053 139.188.403 1.910.367.266 (1.717.176.863) (99.109.440.903) 2054 181.942.963 1.910.967.266 (1.717.176.863) (100.826.613.766) 2054 181.942.963 1.910.967.266 (1.717.176.863) (100.826.613.766) 2055 171.183.299 1.662.443.385 (1.491.260.086) (103.320.209.442) 2056 160.576.209 1.545.760.852 (1.491.260.086) (103.320.209.442) 2056 160.576.209 1.545.760.852 (1.385.204.643) (105.305.414.082) 2056 160.576.209 1.545.760.852 (1.385.204.643) (105.305.414.082) 2058 140.244.241 1.327.485.078 (1.187.190.837) (106.585.938.082) 2059 130.532.206 (1.225.904.493) (1.088.893.978) (106.585.908.082) 2059 130.532.206 (1.225.904.493) (1.098.372.2344) (108.871.871.133) 2060 121.129.147 1.129.480.064 (1.008.358.917) (109.880.230.050) 2061 112.061.052 1.325.904.493 (1.008.572.234) (108.871.871.133) 2060 121.129.147 1.294.80.064 (1.008.358.917) (109.880.230.050) 2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.182) 2062 103.350.611 951.604.131 (848.313.519) (111.666.578.219) 2062 103.350.811 951.604.131 (848.313.519) (111.666.578.219) 2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.182) 2064 87.071.049 793.046.338 (705.975.289) (111.776.458.895) 2066 72.384.174 652.505.901 (850.377.889) (111.666.578.219) 2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.182) 2064 87.074.94 793.463.390 (641.059.909) (113.776.635.360) 2066 72.384.174 652.505.901 (850.377.893.693) (111.666.585.893) 2066 72.384.174 652.505.901 (850.377.893.893) (111.666.585.893) 2066 72.384.174					
2046					
2047 273.275.877 2.731.957.955 (2.456.882.078) (88.684.052.091) 2048 257.512.936 2.591.479.359 (2.333.966.433) (91.028.018.523) 2049 243.290.781 2.456.338.625 (2.370.47.844) (93.235.066.368) 2050 229.671.921 2.456.338.625 (2.207.047.844) (93.235.066.368) 2051 216.983.986 2.174.380.126 (1.957.396.139) (97.274.296.069) 2052 205.014.462 2.040.159.297 (1.835.144.835) (99.109.440.903) 2053 193.188.403 1.910.367.266 (1.717.178.883) (100.628.619.768) 2054 181.942.983 1.910.367.266 (1.717.178.883) (100.628.619.768) 2055 171.183.299 1.692.443.395 (1.602.329.590) (102.428.949.355) 2056 160.576.209 1.545.780.852 (1.385.204.643) (105.305.414.085) 2057 150.234.124 1.434.128.101 (1.283.893.878) (105.305.414.085) 2058 140.244.241 1.327.435.078 (1.187.190.837) (107.776.496.899) 2059 130.532.206 1.225.904.439 (1.085.372.234) (108.871.871.133) 2060 121.129.147 1.129.488.064 (1.098.356.917) (109.880.230.050) 2061 112.061.052 1.038.109.222 (928.046.169) (110.806.278.219) 2062 103.350.611 951.664.131 (848.315.519) (110.656.578.178) 2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.162) 2064 87.071.049 793.404.338 (705.975.289) (111.656.591.738) 2065 79.525.391 720.585.300 (641.059.909) (111.656.591.738) 2066 72.384.174 652.505.901 (638.0.177.28) (111.674.93.257) 2067 65.647.342 659.659.91 (523.0.25.549) (111.487.97.82.579) 2068 95.313.677 528.952.387 (496.638.710) (115.367.28.28) (111.47.479.252) 2069 153.378.813 473.213.324 (419.834.511) (115.763.53.690) 2060 75.284.134 652.505.901 (630.27.28) (111.677.193.837) (107.776.488.899) 2067 65.647.342 586.672.891 (523.025.549) (114.876.786.35.89) 2068 79.284.174 652.505.901 (630.27.28) (111.674.95.25) 2069 79.525.391 79.0585.300 (641.059.909) (113.776.635.360) 2069 79.525.391 79.0585.300 (641.059.909) (113.776.635.360) 2069 67.2384.174 652.505.901 (530.025.549) (114.673.252.819) 2070 47.835.494 47.335.695.391 (523.025.549) (114.876.786.937) 2069 63.378.813 473.213.324 (419.835.511) (115.769.255.858) 2060 60.153.379.902 (20.668.505) (117.728.866.339) (117.729.0255.859) 2071 42.675.30		****			
2048					
2019 243,290,781 2,450,338,625 (2,207,047,844) (93,235,068,368) 2055 (229,671,921 2,311,505,482 (2,081,833,562) (95,316,899,229) 2051 216,983,986 (2,174,380,126 (1,957,396,139) (97,274,296,069) 2052 (205,014,462 (2,040,159,297 (1,835,144,835) (99,109,440,903) 2053 193,188,403 1,910,367,266 (1,717,178,863) (100,826,619,766) 2054 181,942,963 1,784,272,553 (1,602,329,590) (102,428,949,366) 2055 171,183,299 1,662,443,385 (1,491,260,086) (103,920,209,442) 2056 160,576,209 1,545,780,852 (1,385,204,643) (105,305,414,085) 2057 150,234,124 1,434,128,101 (1,283,893,978) (106,589,306,62) 2058 140,244,241 1,327,435,078 (1,187,190,837) (107,776,498,899) 2059 130,532,206 1,225,904,439 (1,095,372,234) (108,807,1871,133) 2060 121,129,147 1,129,488,064 (1,095,372,234) (108,871,871,133) 2060 121,129,147 1,129,488,064 (1,095,372,234) (108,807,807,805) 2061 112,061,062 1,038,109,222 (926,048,169) (110,806,278,219) 2062 103,350,611 951,684,131 (948,313,519) (111,654,591,738) 2063 95,016,103 870,024,527 (775,008,424) (112,429,600,162) 2064 87,071,049 793,046,338 (705,675,289) (113,776,635,360) 2066 72,334,174 652,505,901 (680,75,289) (113,776,635,360) 2067 65,647,342 558,672,891 (523,025,549) (115,576,985,391 (723,344,439,41),414,576,757,088) 2067 65,647,342 558,672,891 (523,025,549) (115,576,985,391 (723,344,439,441),414,577,349,421,347) 2077 47,335,494 421,328,961 (373,493,457) (115,472,782,581) 2077 47,635,494 421,328,961 (373,493,457) (115,472,782,581) 2077 47,635,494 421,328,961 (373,493,457) (115,472,782,581) 2077 42,675,499 144,675,309 373,178,603 (30,503,494) (115,472,782,81) 2077 42,675,499 144,675,599 373,817 475,213,324 (418,845,517) (115,576,525,589) 2077 42,675,489 144,589,961 (373,493,457) (115,472,782,581,589) 2077 42,675,489 144,589,961 (373,493,457) (115,472,889,937) 2078 12,686,878,937 328,650,317 (290,762,380) (115,760,635,589) 117,791,898,937 328,650,317 (290,762,380) (115,760,635,589) 117,791,898,937 328,650,317 (290,762,380) (115,760,635,589) 117,791,898,937 328,650,317 (290,762,380) (115,763,635,639) (117,728,					
2051					(93.235.066,368)
2052 205.014.462 2.040.159.297 (1.837.595.135) (99.109.440.903) 2053 193.188.403 1.910.367.266 (1.717.178.863) (100.826.619.766) 2054 181.942.963 1.784.272.553 (1.602.329.590) (102.428.949.356) 2055 171.183.299 1.662.443.385 (1.491.260.086) (103.920.209.442) 2056 160.576.209 1.545.780.855 (1.891.260.086) (103.920.209.442) 2056 160.576.209 1.545.780.855 (1.891.260.086) (103.920.209.442) 2057 150.234.124 1.434.128.101 (1.283.893.978) (105.599.308.662) 2058 140.244.241 1.327.435.078 (1.187.190.837) (107.776.498.899) 2059 130.532.205 1.225.904.439 (1.095.372.234) (108.871.871.133) 2060 121.129.147 1.129.488.064 (1.008.388.917) (109.880.230.050) 2061 112.061.052 1.038.109.222 (926.048.169) (110.806.278.219) 2062 103.350.811 951.684.131 (848.313.519) (111.654.591.788) 2064 87.071.049 783.046.338 (705.975.289) (113.355.75.451) 2065 79.525.391 720.595.300 (841.059.09) (113.776.635.860) 2066 72.384.174 652.505.901 (580.121.728) (114.875.75.685) 2067 65.647.342 598.672.891 (523.025.549) (114.879.762.637) 2068 59.313.677 528.952.387 (469.638.710) (115.349.421.347) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.834.571) (115.349.421.347) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.834.571) (115.349.421.347) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.834.571) (115.349.421.347) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.834.571) (115.746.255.555.891) 2070 47.835.494 421.328.961 (373.493.467) (116.142.749.325) 2071 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (114.47.92.25.819) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (116.764.015.199) 2073 33.461.255 298.672.891 (523.025.549) (111.487.962.555.558) 2070 47.835.494 421.328.961 (373.493.467) (116.142.749.325) 2071 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (116.472.749.325) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (116.764.015.199) 2073 33.461.255 298.672.891 (353.693.503.991) (117.298.850.3891) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.249) (118.287.633.31) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.249) (118.287.633.31) 2086 19.509.725 73.077.498 (63.565.7773) (118.246.629.296) 2081 9.509.725 73.077.498 (63.565.7773) (118.246.629.296) 2082 7.					
2053 193.188.403 1.910.367.266 (1.717.178.63) (190.826.619.766) 2054 181.942.963 1.784.272.553 (1.602.329.590) (102.428.949.356) 2055 171.183.299 1.662.443.385 (1.491.260.086) (103.920.209.442) 2056 160.576.209 1.545.780.852 (1.385.204.643) (105.305.414.085) 2057 150.234.124 1.434.128.101 (1.283.893.978) (106.589.306.62) 2058 140.244.241 1.327.435.078 (1.187.190.837) (107.776.498.899) 2059 130.532.205 1.225.904.439 (1.095.372.234) (108.871.871.133) 2060 121.129.147 1.129.488.064 (1.008.388.197) (107.776.498.899) 2059 130.532.205 1.225.904.439 (1.095.372.234) (108.871.871.133) 2060 121.129.147 1.129.488.064 (1.008.388.197.1 (109.806.230.050) 2061 112.061.052 1.038.109.222 (926.048.169) (110.806.278.219) 2062 103.350.611 951.664.131 (848.313.519) (111.654.591.738) 2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.162) 2064 87.077.049 793.046.338 (705.975.289) (113.135.575.451) 2064 87.077.049 793.046.338 (705.975.289) (113.135.575.451) 2065 79.525.391 720.595.300 (641.059.099) (113.776.635.360) 2066 72.384.174 652.505.901 (580.121.728) (114.356.757.088) 2067 65.647.342 598.672.891 (523.025.549) (114.379.782.637) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.834.511) (115.379.265.389) 2070 47.885.494 421.328.991 (202.389.4) (114.479.325.289) 2071 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (116.473.252.819) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (116.764.015.199) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (117.718.806.371.2074 29.381.877 250.040.382 (220.658.505) (117.728.855.891) 2074 29.381.877 250.040.382 (220.658.505) (117.728.659.250.891) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.442.49) (117.296.93.71) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.442.49) (117.729.025.420) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.442.49) (117.729.025.420) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.442.49) (117.729.025.420) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.442.49) (117.729.025.420) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.442.49) (117.729.025.420) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.442.49) (117.496.957) 2086 19.509.725 70.094.86.625 (95.771.996) (117.746.625.959) 2086 1.295.909 46.176.89					
2054 181,942,963 1.784.272,553 (1.602,329,590) (102,428,949,355) 2055 171,183,299 1.662,443,385 (1.491,260,085) (103,320,209,442) 2056 180,576,209 1.545,780,852 (1.385,204,643) (105,305,209,442) 2057 150,234,124 1.494,128.101 (1.283,893,978) (106,589,308,062) 2058 140,244,241 1.327,435,078 (1.187,190,837) (107,776,498,899) 2059 130,532,206 1.225,904,439 (1.095,372,234) (108,871,871,133) 2060 121,129,147 1.129,488,064 (1.008,358,917) (110,876,498,899) 2059 130,532,206 1.225,904,439 (1.095,372,234) (108,871,871,133) 2061 112,061,052 1.038,109,222 (926,048,169) (110,806,278,219) 2062 103,350,611 951,664,131 (848,313,519) (111,654,591,738) 2063 95,016,103 870,024,527 (775,008,424) (112,429,600,162) 2064 87,071,049 793,046,338 (705,975,289) (113,135,575,451) 2065 79,525,391 720,595,300 (644,1059,099) (113,776,635,360) 2066 72,384,174 652,505,901 (580,121,728) (114,356,757,088) 2067 65,647,342 598,672,891 (523,025,549) (114,376,635,360) 2068 59,313,677 528,952,387 (469,638,710) (115,369,421,347) 2069 53,378,813 473,213,324 (419,834,511) (115,769,255,859) 2071 42,675,309 373,178,803 (330,503,494) (116,473,252,819) 2072 37,887,937 328,650,317 (290,762,380) (116,764,015,199) 2074 29,381,877 250,040,382 (220,688,505) (117,728,969,371) 2077 33,461,255 287,637,940 (254,176,685) (117,748,969,377) 2079 33,461,255 287,637,940 (254,176,685) (117,748,969,377) 2079 13,754,627 109,966,625 (95,741,999) (117,742,969,377) 2079 13,754,627 109,496,625 (95,741,999) (117,742,959,371) 2080 14,499,956 90,014,460 (78,514,503) (118,133,176,000) 2081 9,509,725 73,077,498 (63,567,779) (118,246,629,296) 2083 5,926,997 46,176,683 (13,903,257) (118,024,229,387) 2096 22,213,089 184,677,337 (162,464,248) (117,759,433,669) 2076 22,213,089 184,677,337 (162,464,248) (117,759,433,669) 2077 19,991,52 155,690,953 (137,591,801) (117,742,969,377) 2090 13,754,627 109,496,625 (95,741,999) (117,428,969,377) 2090 20,500,972 15,500,972 (10,446,246,248) (111,427,45,325) 2091 33,997 25,040,940 (254,478,869) (118,276,685,97) 2098 39,972 35,563,971 (13,275,984) (1					
2055 171.183.299 1.662.443.885 (1.491.260.086) (103.920.209.442) 2056 160.575.209 1.545.780.852 (1.385.204.643) (105.305.414.085) 2057 150.234.124 1.434.128.101 (1.283.893.978) (106.599.308.062) 2058 140.244.241 1.327.435.078 (1.187.190.837) (107.776.498.899) 2059 130.532.206 1.225.904.439 (1.095.372.234) (108.871.871.133) 2060 121.129.147 1.129.488.064 (1.008.358.917) (109.880.230.050) 2061 112.061.052 1.038.109.222 (928.048.169) (110.806.278.219) 2062 103.350.611 951.664.131 (848.313.519) (111.654.591.738) 2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.162) 2064 87.071.049 793.046.398 (705.975.299) (113.195.575.643) 2065 79.525.391 720.585.300 (841.059.909) (113.776.635.360) 2066 72.384.174 652.505.901 (580.121.728) (114.356.757.088) 2067 65.647.342 588.672.891 (523.025.549) (114.879.782.637) 2068 59.313.677 528.952.387 (469.638.710) (115.349.421.347) 2069 59.3378.813 473.213.24 (419.834.511) (115.427.49.325) 2070 47.835.494 421.328.961 (373.493.467) (115.472.258.81) 2071 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (116.473.252.819) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (116.142.749.325) 2074 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (116.473.252.819) 2075 25.636.878 215.755.860 (190.118.982) (117.288.850.389) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.289.693.71) 2079 13.784.627 (109.486.255 (177.895.300) (116.742.896.9371) 2079 33.461.255 287.637.940 (254.176.685) (117.288.850.389) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.591.433.620) 2077 19.099.152 155.690.953 (137.591.800) (117.288.850.389) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.591.433.620) 2078 16.283.992 131.674.855 (153.90.966) (117.288.850.389) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.591.433.620) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.591.433.620) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.591.433.620) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.591.433.620) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.289.659.371) 2086 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.289.659.371) 2086 22.213.089 184.677.337 (162.4		181.942.963			
2057   150.234.124   1.434.128.101   (1.283.893.978)   (106.589.308.062)   2058   140.244.241   1.327.435.078   (1.187.190.837)   (107.776.498.899)   2059   130.532.206   1.225.904.439   (1.095.372.234)   (108.871.871.133)   2060   121.129.147   1.129.488.064   (1.008.358.917)   (109.880.230.050)   2061   112.061.052   1.038.109.222   (926.048.169)   (110.806.278.219)   2062   103.350.611   951.664.131   (848.313.519)   (116.654.591.736)   2063   95.016.103   870.024.527   (775.008.424)   (112.429.600.162)   2064   87.071.049   793.046.338   (705.975.289)   (113.135.575.451)   2065   775.5391   720.585.300   (641.059.099)   (113.776.635.360)   2066   72.384.174   652.505.901   (580.121.728)   (114.356.757.088)   2067   665.647.342   588.672.891   (523.025.549)   (114.879.782.637)   2068   59.313.677   528.952.387   (469.638.710)   (115.349.421.347)   2069   53.378.813   473.213.324   (419.834.511)   (115.349.421.347)   2071   42.675.309   373.178.803   (330.503.494)   (116.473.252.819)   2072   37.887.937   328.650.317   (290.762.380)   (116.764.015.199)   2073   33.461.255   287.637.940   (254.176.685)   (117.788.950.389)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.442.448)   (177.98.953.949)   2073   33.461.255   287.637.940   (254.176.685)   (117.788.950.389)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.442.48)   (117.799.025.420)   2079   13.754.627   109.498.625   (190.118.982)   (117.288.850.389)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.446.248)   (117.594.058.281)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.48)   (117.594.058.281)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.48)   (117.594.058.281)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.48)   (117.594.058.281)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.48)   (117.594.058.281)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.48)   (117.594.058.281)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.48)   (117.594.058.281)   2080   11.499.956   90.014.460   (78.514.603)   (118.286.668.300)   2084   4.459.926   40.459.926   40.496.96   (118.133.176.000)   2086			1.662.443.385		
2058					(105.305.414.085)
2059 130.532.205 1.225.904.439 (1.095.372.234) (106.871.876.133) 2060 121.129.147 1.129.488.064 (1.098.358.917) (109.880.230.050) 2061 112.061.052 1.038.109.222 (926.048.169) (110.806.278.219) 2062 103.350.611 951.664.131 (848.313.519) (111.654.591.738) 2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.162) 2064 87.071.049 793.046.338 (705.975.289) (113.135.576.451) 2065 79.525.391 720.585.300 (641.059.909) (113.776.635.360) 2066 72.384.174 652.505.901 (580.121.728) (114.879.762.637) 2068 59.313.677 528.952.387 (469.638.710) (115.349.421.347) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.834.511) (115.769.255.585) 2070 47.835.494 421.328.961 (373.493.467) (116.142.749.255) 2071 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (116.473.252.819) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (116.764.015.19) 2073 33.461.255 287.637.940 (254.176.685) (117.018.191.884) 2074 29.381.877 250.040.382 (220.658.505) (117.288.850.389) 2076 22.213.089 184.677.337 (192.46.246) (117.288.850.389) 2077 19.099.152 156.690.953 (137.591.801) (117.729.025.420) 2078 13.754.827 109.496.625 (95.741.998) (117.729.025.420) 2079 13.754.627 109.496.625 (95.741.998) (117.729.025.420) 2089 7.587.799 58.523.241 (50.935.442) (118.133.176.000) 2089 11.499.956 90.014.460 (78.514.503) (118.082.277) (118.133.176.000) 2089 1.499.956 90.014.460 (78.514.503) (118.082.278.51) 2080 11.499.956 90.014.460 (78.514.503) (118.133.176.000) 2081 9.509.725 73.077.498 (63.567.773) (118.082.6661.330) 2083 5.926.997 46.176.693 (119.086.693) (117.728.056.403) 2084 4.549.428 35.852.685 (31.303.257) (118.128.6661.330) 2085 2.529.180 20.497.146 (17.967.957) (118.228.661.330) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.967.957) (118.228.661.330) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.967.957) (118.228.661.330) 2087 1.827.608 1.509.757 (19.588.97) (118.228.661.330) 2088 2.529.180 20.497.146 (17.967.957) (118.228.661.330) 2080 1.291.504 10.848.792 (9.557.288) (118.226.661.330) 2081 1.291.504 10.848.792 (9.557.288) (118.226.661.330) 2082 2.529.180 20.497.146 (17.967.967) (118.226.661.330) 2083 1.291.504 10.848.792 (					
2060 121.129.147 1.129.488.064 (1.008.358.917) (109.880.230.050) 2061 112.061.052 1.038.109.222 (926.048.169) (110.806.278.219) 2062 103.350.611 951.684.131 (848.313.619) (111.654.591.738) 2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.162) 2064 87.071.049 793.046.338 (705.975.289) (113.135.575.451) 2065 79.525.391 720.585.300 (841.059.909) (113.776.635.360) 2066 72.384.174 652.505.901 (580.121.728) (114.356.757.088) 2067 66.647.342 588.672.891 (523.025.549) (113.796.635.360) 2068 59.313.677 528.985.2387 (469.638.710) (115.349.421.347) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.834.511) (115.769.255.858) 2070 47.835.494 421.328.961 (373.493.467) (116.473.252.819) 2071 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (116.473.252.819) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (117.238.850.389) 2074 29.381.877 250.040.382 (220.658.505) (117.238.850.389) 2075 25.636.878 215.755.860 (190.118.982) (117.288.959.371) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.288.959.371) 2077 19.999.152 156.699.953 (137.591.801) (117.729.025.420) 2078 13.754.627 109.496.625 (95.741.998) (117.240.755) 2080 11.499.956 99.014.460 (78.514.503) (118.133.176.000) 2083 5.926.997 44.166.893 (113.393.257) (118.108.224.0557) 2084 4.549.428 35.852.887 (23.932.376) (118.133.176.000) 2083 1.291.504 10.848.792 (95.57.288) (117.248.669.379) 2084 4.549.428 35.852.865 (31.303.257) (118.108.224.0557) 2085 3.426.521 27.358.897 (23.932.376) (118.128.661.330) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.6.693) (118.133.176.000) 2088 1.291.504 10.848.792 (9.557.288) (118.286.661.330) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.96.969) (118.226.661.330) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.96.969) (118.226.661.330) 2086 1.1.499.956 99.014.460 (78.514.503) (118.086.2240.557) 2089 (1.827.608 15.063.171 (13.235.563) (118.286.661.330) 2080 1.1.499.956 99.014.460 (78.514.503) (118.286.661.330) 2086 2.529.180 (20.497.146 (17.96.967) (118.246.629.296) 2087 1.827.608 15.063.171 (13.235.563) (118.266.429.596) 2088 1.291.504 10.848.792 (9.557.288) (118.266.365.907) 2090 600.153 5.279.022 (4.678.869) (118.286.03					
2061         112.061.052         1.038.109.222         (926.048.169)         (110.806.278.219)           2062         103.350.611         951.664.131         (848.313.519)         (111.654.591.738)           2063         95.016.103         870.024.527         (775.008.424)         (111.654.591.738)           2064         87.071.049         793.048.338         (705.975.289)         (113.135.576.481)           2065         79.525.391         720.585.300         (641.059.909)         (113.776.635.360)           2066         72.384.174         652.505.901         (580.121.728)         (114.367.757.088)           2067         65.647.342         588.672.891         (523.025.549)         (114.879.782.637)           2068         59.313.677         528.952.387         (469.638.710)         (115.349.421.347)           2069         53.378.813         473.213.324         (419.834.511)         (115.769.255.858)           2070         47.835.494         421.328.961         (373.493.467)         (116.142.749.325.819)           2072         37.887.937         328.650.317         (290.762.380)         (116.747.325.819)           2073         33.461.255         287.637.940         (254.176.685)         (117.7018.191.884)           2074         29.381.877	2060				
2063 95.016.103 870.024.527 (775.008.424) (112.429.600.162) 2064 87.071.049 793.046.338 (705.975.289) (113.135.575.451) 2065 79.525.391 720.585.300 (641.059.909) (113.776.635.360) 2066 72.384.174 652.505.901 (580.121.728) (114.356.757.088) 2067 65.647.342 598.672.891 (523.025.549) (114.879.782.637) 2068 59.313.677 528.952.387 (469.638.710) (115.349.421.347) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.834.511) (115.769.255.858) 2070 47.895.494 421.328.961 (373.493.467) (116.142.749.325) 2071 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (116.473.252.819) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (116.764.015.199) 2073 33.461.255 287.637.940 (254.176.685) (117.018.191.884) 2074 29.381.877 250.040.382 (220.658.505) (117.238.850.389) 2075 25.636.878 215.755.860 (190.118.982) (117.428.969.371) 2076 22.213.089 184.677.337 (162.464.248) (117.591.433.620) 2077 19.099.152 156.690.953 (137.591.801) (117.729.025.420) 2078 16.283.992 131.674.855 (115.390.863) (117.844.416.284) 2079 13.754.527 109.496.625 (95.741.998) (117.844.416.284) 2080 11.499.956 90.014.460 (78.514.503) (118.018.672.785) 2081 9.509.725 73.077.498 (63.567.773) (118.028.240.557) 2083 5.926.997 46.176.693 (40.249.696) (118.133.176.000) 2084 4.549.428 35.852.685 (31.303.257) (118.246.629.96) 2085 1.827.609 15.865.309 (17.967.967) (118.246.629.96) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.967.967) (118.246.629.296) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.967.967) (118.246.629.296) 2087 1.827.608 15.063.171 (13.235.563) (118.226.661.330) 2089 3.456.521 27.358.897 (23.93.2376) (118.226.661.330) 2080 60.153 5.259.699 (15.575.869) (118.226.669) 2091 393.872 3.564.941 (3.171.094) (118.246.629.296) 2092 2551.706 2.3557.563 (21.05.889) (118.286.359.972) 2091 393.872 3.564.941 (3.171.094) (118.286.035.042) 2091 393.872 3.564.941 (3.171.094) (118.286.535.094)					
2064 87.071.049 793.046.338 (705.975.289) (112.429.50.01.62) 2065 79.526.391 720.585.300 (641.059.909) (113.776.635.360) 2066 72.384.174 652.505.901 (580.121.728) (114.875.76.635.360) 2067 65.647.342 588.672.891 (523.025.549) (114.879.782.637) 2068 59.313.677 528.952.387 (489.638.710) (115.349.421.347) 2069 53.378.813 473.213.324 (419.634.511) (115.769.255.858) 2070 47.835.494 421.328.961 (373.493.467) (116.142.749.325) 2071 42.675.309 373.178.803 (330.503.494) (116.473.252.819) 2072 37.887.937 328.650.317 (290.762.380) (116.764.015.199) 2073 33.461.255 287.637.940 (254.176.685) (117.018.191.884) 2074 29.381.877 250.040.382 (220.658.505) (117.238.850.389) 2075 25.636.878 215.755.860 (190.118.982) (117.428.969.371) 2076 22.213.089 184.677.337 (182.44.248) (117.591.433.620) 2077 19.099.152 156.690.953 (137.591.801) (117.729.025.420) 2078 16.283.992 131.674.855 (115.390.863) (117.940.158.281) 2080 11.499.956 90.014.460 (78.514.503) (118.082.240.557) 2081 9.509.725 73.077.498 (63.567.773) (118.082.240.557) 2082 7.587.799 58.523.241 (50.935.442) (118.133.176.000) 2083 5.926.997 46.176.693 (40.249.696) (118.173.425.696) 2084 4.549.428 35.852.241 (50.935.442) (118.133.176.000) 2085 2.529.180 20.497.146 (17.967.967) (118.224.668.59) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.967.967) (118.224.66.859) 2087 1.827.608 15.063.171 (13.235.563) (118.224.659.39) 2088 1.291.504 10.848.792 (3.932.376) (118.228.661.330) 2086 2.529.180 20.497.146 (17.967.967) (118.226.692.96) 2087 1.827.608 15.063.171 (13.235.563) (118.226.661.330) 2088 1.291.504 10.848.792 (9.557.288) (118.226.692.992) 2089 251.706 2.357.563 (2.108.869) (118.226.659.992) 2091 393.872 3.564.941 (3.171.070) (118.286.859.972) 2092 251.706 2.357.563 (2.108.869) (118.226.659.092) 2093 156.377 1.528.321 (1.371.944) (118.287.508.844)					
2065   79.525.391   720.585.300   (341.059.909)   (113.776.635.360)   2066   72.384.174   652.505.901   (580.121.728)   (114.356.757.085)   2067   65.647.342   598.672.891   (523.025.549)   (114.879.782.637)   2068   59.313.677   528.552.387   (489.638.710)   (115.349.421.347)   2069   53.378.813   473.213.324   (419.834.511)   (115.769.255.858)   2070   47.835.494   421.328.961   (373.493.467)   (116.142.749.325)   2071   42.675.309   373.178.803   (330.503.494)   (116.764.015.199)   2072   37.887.937   328.650.317   (290.762.380)   (116.764.015.199)   2073   33.461.255   287.637.940   (254.176.685)   (117.018.191.884)   2074   29.381.877   250.040.382   (220.658.505)   (117.238.850.389)   2075   25.636.878   215.755.860   (190.118.982)   (117.428.969.371)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.248)   (117.591.433.620)   2078   16.283.992   131.674.855   (115.990.863)   (117.729.025.420)   2078   16.283.992   131.674.855   (115.990.863)   (117.844.416.284)   2079   13.754.627   109.496.625   (95.741.998)   (117.940.158.281)   2080   11.499.956   90.014.460   (78.514.503)   (118.018.672.785)   2081   9.509.725   73.077.498   (63.567.773)   (118.082.240.557)   2082   7.587.799   58.523.241   (50.935.442)   (118.133.176.000)   2083   5.926.997   46.176.693   (40.249.696)   (118.173.425.696)   2084   4.549.428   35.852.685   (31.303.257)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.228.					
2066         72.384.174         652.505.901         (580.121.728)         (114.356.757.088)           2067         65.647.342         588.672.891         (523.025.549)         (114.879.782.637)           2068         59.313.677         528.952.387         (489.638.710)         (115.349.421.347)           2069         53.378.813         473.213.324         (419.834.511)         (115.769.255.858)           2070         47.835.494         421.328.961         (373.493.467)         (116.142.749.325)           2071         42.675.309         373.178.803         (330.503.494)         (116.764.015.199)           2072         37.887.937         328.650.317         (290.762.380)         (116.764.015.199)           2073         33.461.255         287.637.940         (254.176.685)         (117.018.191.884)           2074         29.381.877         250.040.382         (220.658.505)         (117.288.850.389)           2075         25.636.878         215.755.860         (190.118.982)         (117.428.969.371)           2076         22.213.089         184.677.337         (162.464.248)         (117.591.433.620)           2077         19.099.152         156.690.953         (137.591.801)         (117.729.025.420)           2078         16.283.992         131.6					
2067         65.647.342         588.672.891         (523.025.549)         (114.879.782.637)           2068         59.313.677         528.952.387         (469.638.710)         (115.349.421.347)           2069         53.378.813         473.213.324         (419.834.511)         (115.769.255.858)           2070         47.835.494         421.328.961         (373.493.467)         (116.142.749.325)           2071         42.675.309         373.178.803         (330.503.494)         (116.473.252.818)           2072         37.887.937         328.650.317         (290.762.380)         (116.764.015.199)           2073         33.461.255         287.637.940         (254.176.685)         (117.018.191.884)           2074         29.381.877         250.040.382         (220.658.505)         (117.238.850.389)           2075         25.636.878         215.755.860         (190.118.982)         (117.428.969.371)           2076         22.213.089         184.677.337         (162.464.248)         (117.729.025.420)           2077         19.099.152         156.690.953         (137.591.801)         (117.729.025.420)           2078         16.283.992         131.674.855         (115.390.863)         (117.794.158.281)           2079         13.754.627         109.4	2066				
2069   53.378.813   473.213.324   (419.834.511)   (115.769.255.858)   2070   47.835.494   421.328.961   (373.493.467)   (116.142.749.325)   2071   42.675.309   373.178.803   (330.503.494)   (116.473.252.819)   2072   37.887.937   328.650.317   (290.762.380)   (116.764.015.199)   2073   33.461.255   287.637.940   (254.176.685)   (117.018.191.884)   2074   29.381.877   250.040.382   (220.658.505)   (117.238.850.389)   2075   25.636.878   215.755.860   (190.118.982)   (117.428.969.371)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.248)   (117.591.433.620)   2077   19.099.152   156.690.953   (137.591.801)   (117.729.025.420)   2078   16.283.992   131.674.855   (115.390.863)   (117.844.416.284)   2079   13.754.627   109.496.625   (95.741.998)   (117.940.153.281)   2080   11.499.956   90.014.460   (78.514.503)   (118.018.672.785)   2081   9.509.725   73.077.498   (63.567.773)   (118.062.240.557)   2082   7.587.799   58.523.241   (50.935.442)   (118.133.176.000)   2083   5.926.997   46.176.693   (40.249.696)   (118.173.425.696)   2084   4.549.428   35.852.685   (31.303.257)   (118.204.728.953)   2086   2.529.180   20.471.46   (17.6.936.67)   (118.228.661.330)   2086   2.529.180   20.471.46   (17.6.936.67)   (118.246.629.296)   2087   1.827.608   15.063.171   (13.235.563)   (118.259.864.859)   2086   2.529.180   20.471.46   (17.679.667)   (118.246.629.296)   2087   1.827.608   15.063.171   (13.235.563)   (118.259.864.859)   2088   1.291.504   10.848.792   (9.557.288)   (118.259.864.859)   2089   891.363   7.650.320   (6.758.957)   (118.266.181.104)   2090   600.153   5.279.022   (4.678.669)   (118.276.181.104)   2091   393.872   3.564.941   (3.171.070)   (118.286.136.900)   2092   251.706   2.357.563   (2.105.859)   (118.286.136.900)   2094   1.66.377   1.528.321   (1.371.944)   (118.287.508.844)   2094   2094   2094   2094   2095   2095   2095   2096   2097   2096   2097   2096   2097   2096   2097   2097   2098   2097   2098   2098   2098   2098   2098   2098   2098   2098   2098   2098   2098   2098   2098   2098					
2070				(469.638.710)	(115.349.421.347)
2071					
2072   37.887.937   328.650.317   (290.762.380)   (116.764.015.199)   2073   33.461.255   287.637.940   (254.176.685)   (117.018.191.884)   2074   29.381.877   250.040.382   (220.658.505)   (117.238.850.389)   2075   25.636.878   215.755.860   (190.118.982)   (117.428.969.371)   2076   22.213.089   184.677.337   (162.464.248)   (117.591.433.620)   2077   19.099.152   156.690.953   (137.591.801)   (117.729.025.420)   2078   16.283.992   131.674.855   (115.390.863)   (117.844.416.284)   2079   13.754.627   109.496.625   (95.741.998)   (117.940.158.281)   2080   11.499.956   90.014.460   (78.514.503)   (118.018.672.785)   2081   9.509.725   73.077.498   (63.567.773)   (118.082.240.557)   2082   7.587.799   58.523.241   (50.935.442)   (118.133.176.000)   2083   5.926.997   46.176.693   (40.249.696)   (118.173.425.696)   2084   4.549.428   35.852.685   (31.303.257)   (118.204.728.953)   2086   2.529.180   20.497.146   (17.967.967)   (118.226.661.330)   2087   1.827.608   15.063.171   (13.235.563)   (118.259.864.859)   2088   1.291.504   10.848.792   (9.557.288)   (118.259.864.859)   2089   891.363   7.650.320   (6.758.957)   (118.266.629.296)   2087   1.827.608   15.063.171   (13.235.563)   (118.269.422.147)   2089   891.363   7.650.320   (6.758.957)   (118.266.69.296)   2090   600.153   5.279.022   (4.678.869)   (118.276.181.104)   2092   251.706   2.357.563   (2.105.858)   (118.286.613.6,000)   2093   156.377   1.528.321   (1.371.944)   (118.287.508.844)   2094   2094   2095   2097   2096   2.357.563   (2.105.858)   (118.286.613.6,000)   2093   156.377   1.528.321   (1.371.944)   (118.287.508.844)   2094   2094   2095   2097   2096   2.357.563   (2.105.858)   (118.286.136.900)   2094   2094   2095   209					
2073         33.461.255         287.637.940         (254.176.685)         (117.018.191.884)           2074         29.381.877         250.040.382         (220.658.505)         (117.238.850.389)           2075         25.636.878         215.755.860         (190.118.982)         (117.428.969.371)           2076         22.213.089         184.677.337         (162.464.248)         (117.591.433.620)           2077         19.099.152         156.690.953         (137.591.801)         (117.729.025.420)           2078         16.283.992         131.674.855         (115.390.863)         (117.844.416.284)           2079         13.754.627         109.496.625         (95.741.998)         (117.940.158.281)           2080         11.499.956         90.014.460         (78.514.503)         (118.018.672.785)           2081         9.509.725         73.077.498         (63.567.773)         (118.082.240.557)           2082         7.587.799         58.523.241         (50.935.442)         (118.133.176.000)           2083         5.926.997         46.176.693         (40.249.696)         (118.173.425.696)           2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.204.728.953)           2085         3.426.521         27.358.897					
2074         29.381.877         250.040.382         (220.658.505)         (117.238.850.389)           2075         25.636.878         215.755.860         (190.118.982)         (117.428.969.371)           2076         22.213.089         184.677.337         (162.464.248)         (117.591.433.620)           2077         19.099.152         156.690.953         (137.591.801)         (117.729.025.420)           2078         16.283.992         131.674.855         (115.390.863)         (117.844.416.284)           2079         13.754.627         109.496.625         (95.741.998)         (117.940.158.281)           2080         11.499.956         90.014.460         (78.514.503)         (118.018.672.785)           2081         9.509.725         73.077.498         (63.567.773)         (118.082.240.557)           2082         7.587.799         58.523.241         (50.935.442)         (118.133.176.000)           2083         5.926.997         46.176.693         (40.249.696)         (118.173.425.696)           2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.204.728.953)           2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.226.661.330)           2086         2.529.180         20.497.146		33.461.255			
2076         25.636.878         215.755.860         (190.118.982)         (117.428.969.371)           2076         22.213.089         184.677.337         (162.464.248)         (117.591.433.620)           2077         19.099.152         156.690.953         (137.591.801)         (117.728.025.420)           2078         16.283.992         131.674.855         (115.390.863)         (117.844.416.284)           2079         13.754.627         109.496.625         (95.741.998)         (117.940.158.281)           2080         11.499.956         90.014.460         (78.514.503)         (118.018.672.785)           2081         9.509.725         73.077.498         (63.567.773)         (118.082.240.557)           2082         7.587.799         58.523.241         (50.935.442)         (118.133.176.000)           2083         5.926.997         46.176.693         (40.249.696)         (118.173.425.696)           2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.204.728.953)           2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.228.661.330)           2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171 <td< td=""><td></td><td></td><td></td><td>(220.658.505)</td><td></td></td<>				(220.658.505)	
2077					(117.428.969.371)
2078         16.283.992         131.674.855         (15.390.863)         (117.784.025.428)           2079         13.754.627         109.496.625         (95.741.998)         (117.940.158.281)           2080         11.499.956         90.014.460         (78.514.503)         (118.018.672.785)           2081         9.509.725         73.077.498         (63.567.773)         (118.082.240.557)           2082         7.587.799         58.523.241         (50.935.442)         (118.133.176.000)           2083         5.926.997         46.176.693         (40.249.696)         (118.173.425.696)           2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.204.728.953)           2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.228.661.330)           2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.869)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.276.181.104)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.276.181.104)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)					
2079         13.754.627         109.496.625         (95.741.998)         (117.940.158.281)           2080         11.499.956         90.014.460         (78.514.503)         (118.018.672.785)           2081         9.509.725         73.077.498         (63.567.773)         (118.082.240.557)           2082         7.587.799         58.523.241         (50.935.442)         (118.133.176.000)           2083         5.926.997         46.176.693         (40.249.696)         (118.173.425.696)           2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.204.728.953)           2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.228.661.330)           2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.859)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.259.864.859)           2089         891.363         7.650.320         (6.758.957)         (118.276.181.104)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.286.136.900)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)					
2080         11.499.956         90.014.460         (78.514.503)         (118.018.672.785)           2081         9.509.725         73.077.498         (63.567.773)         (118.082.240.557)           2082         7.587.799         58.523.241         (50.935.442)         (118.133.176.000)           2083         5.926.997         46.176.693         (40.249.696)         (118.173.425.696)           2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.204.728.953)           2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.228.661.330)           2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.859)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.259.864.859)           2089         891.363         7.650.320         (6.758.957)         (118.276.181.104)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.280.859.972)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.286.136.900)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)		13.754.627			
2081         9.509.725         73.077.498         (63.567.773)         (118.082.240.557)           2082         7.587.799         58.523.241         (50.935.442)         (118.133.176.000)           2083         5.926.997         46.176.693         (40.249.696)         (118.173.425.696)           2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.204.728.953)           2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.228.661.330)           2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.859)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.269.422.147)           2089         891.363         7.650.320         (6.758.957)         (118.276.181.104)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.286.859.972)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.286.136.900)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)         (118.287.508.844)           2094         156.377         1.528.321         (1.371.944)         (118.			90.014.460	(78.514.503)	
2083         5.926.997         46.176.693         (40.249,696)         (118.133.176,000)           2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.204.728.953)           2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.228.661.330)           2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.859)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.269.422.147)           2089         891.363         7.650.320         (6.758.957)         (118.276.181.104)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.280.859.972)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.286.136.900)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)         (118.287.508.844)           2094         156.377         1.528.321         (1.371.944)         (118.287.508.844)					(118.082,240.557)
2084         4.549.428         35.852.685         (31.303.257)         (118.29.595)           2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.228.661.330)           2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.859)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.269.422.147)           2089         891.363         7.650.320         (6.758.957)         (118.276.181.104)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.286.0859.972)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.284.031.042)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)         (118.286.136.900)           2093         156.377         1.528.321         (1.371.944)         (118.287.508.844)					
2085         3.426.521         27.358.897         (23.932.376)         (118.204.728.953)           2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.859)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.269.422.147)           2089         891.363         7.650.320         (6.758.957)         (118.260.859.972)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.280.859.972)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.284.031.042)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)         (118.286.136.900)           2093         156.377         1.528.321         (1.371.944)         (118.287.508.844)					
2086         2.529.180         20.497.146         (17.967.967)         (118.246.629.296)           2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.859)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.269.422.147)           2089         891.363         7.650.320         (6.758.957)         (118.276.181.104)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.280.859.972)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.284.031.042)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)         (118.266.136.900)           2093         156.377         1.528.321         (1.371.944)         (118.287.508.844)					
2087         1.827.608         15.063.171         (13.235.563)         (118.259.864.859)           2088         1.291.504         10.848.792         (9.557.288)         (118.269.422.147)           2089         891.363         7.650.320         (6.758.957)         (118.276.181.104)           2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.280.859.972)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.284.031.042)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)         (118.266.136.900)           2093         156.377         1.528.321         (1.371.944)         (118.287.508.844)		2,529,180			
2088         1.291,504         10.848,792         (9.557,288)         (118,269,422,147)           2089         891,363         7.650,320         (6,758,957)         (118,276,181,104)           2090         600,153         5.279,022         (4,678,869)         (118,280,859,972)           2091         393,872         3,564,941         (3,171,070)         (118,284,031,042)           2092         251,706         2,357,563         (2,105,858)         (118,286,136,900)           2093         156,377         1,528,321         (1,371,944)         (118,287,508,844)			15.063.171	(13.235.563)	(118.259.864.859)
2090         600.153         5.279.022         (4.678.869)         (118.28.181.104)           2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.284.031.042)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)         (118.286.136.900)           2093         156.377         1.528.321         (1.371.944)         (118.287.508.844)					(118.269.422.147)
2091         393.872         3.564.941         (3.171.070)         (118.264.858.972)           2092         251.706         2.357.563         (2.105.858)         (118.286.136.900)           2093         156.377         1.528.321         (1.371.944)         (118.287.508.844)					
2092 251.706 2.357.563 (2.105.858) (118.286.136.900) 2093 156.377 1.528.321 (1.371.944) (118.287.508.844)					
2093 156.377 1.528.321 (1.371.944) (118.287.508.844)					
			1,528,321		
	2094	94.355	973.616	(879.261)	

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2018; correspondente ao DRAA 2019.

- 1) Projeção atuarial de 2019 a 2094 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, conforme normativos do Governo Federal e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda MF.
- 2) Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 9.ª. Edição (Portaria STN n.º 389, de 14/06/2018), válido a partir do exercício financeiro de 2019.
- 3) Dados e principais hipóteses utilizados para a projeção acima:
- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média dos Segurados do Funaprev: Ativos, 51,1 anos; Inativos, 70,4 anos; Pensionistas: 68,3 anos;
- Folha 12/2018 Cadastro Funaprev: Ativos, R\$ 250,90 milhões; Inativos, R\$ 169,15 milhões; Pensionistas, R\$ 41,98 milhões;
  - Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;
- Apuração das obrigações do FUNAPREV frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual n.º 167, de 27/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.
- 4) Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do FUNAPREV e de compensação previdenciária a pagar.
- 5) Fundamentos Legais para a Avaliação:
- No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, n.º 41/2003 e n.º 47/2005; (iii) as Leis Federais n.º 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS n.º 464/2018, no que couber, com suas normas de Atuária.
- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar n.º 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar n.º 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar n.º 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei n.º 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar n.º 92, de

16

Anexo I Metas Fiscais

25/01/2011; e (v) a Lei Complementar Estadual n.º 123, de 16/09/2013.

- 6) Base Cadastral Disponibilizada:
- O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2018, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial DRAA 2019 Funaprev, abrangeu todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas do Plano de Custeio Financeiro (Fundo Funaprev), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 34.654 segurados efetivamente ativos (exclui os 10.448 afastados e tratados como aposentados); 55.726 aposentados (inclui os 10.448 afastados mencionados); e 11.052 pensionistas;
- A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2018. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação COTEC, da Secretaria do Planejamento e Gestão Seplag do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, referentes aos seus respectivos segurados.
- 7) Situação Previdenciária Corrente do Funaprev:
- A avaliação considera o enfoque de grupo fechado de segurados do Funaprev, conforme LC estadual n.º 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do Funaprev e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados a este Fundo;
- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do Funaprev, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social RGPS. As receitas com contribuições diminuem, principalmente, na medida em que os atuais segurados ativos implementam as condições para a aposentação, dado o prisma de grupo fechado;
- A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do Funaprev com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social RGPS. Tais despesas crescem na medida em que o grupo de aposentados aumenta, decrescendo posteriormente quando a mortalidade desse grupo se torna mais significativa, com a idade avançada;

- A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas;

- A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;
- Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo Funaprev, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2019 é de 93,8% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao Funaprev para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal n.º 9.717/1998, art. 2.º, §1.º, e legislação federal correlata;
- Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC (Funaprev) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar n.º 92, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do Funaprev, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar Estadual n.º 167, de 27/12/2016 DOE de 28/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Financeiro (Funaprev) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado;
- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

E P

## ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVID 2020

	onstrativo VI (LRF, art	DESPESAS	RESULTADO	R\$ 1,00
XERCÍCIO	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS		DO EXERCÍCIO (d) =
	(a)	(b)	(c)=(a-b)	(d exerc. Anterior + c)
2018	215.306.450	593.674	214.712.776	214,712,776
2019	288.985.833	1.695.174	287.290.658	502.003.434
2020	354.471.589	3.015,684	351.455.904	853,459,338
2021	447.054.416	4.534.776	442.519.641	1.295.978.979
2022	528.159.939	6.273.788	521.886.150	1.817.865.130
2023	606.505.681	8.219.632	598.286.048	2.416.151.178
2024	686.619.247	11.194.371	675.424.876	3.091.576.054
2025	769.311.108	14.929.899	754.381.209	3.845.957.263
2026	838.455.195	19.298.607	819.156.588	4,665,113,851
2027	909.987.059	24.252.562	885.734.497	5.550.848,348
2028	984.038.136	29,097,886	954.940.250	6.505.788.599
2029	1.060.448.454	35.673.598	1.024.774.856	7.530.563.455
2030 2031	1.136.850.698	43.746.891	1.093.103.808	8.623.667.262
2032	1.214.369.150	55.682.004	1.158.687.146	9.782.354.409
2032	1.293.059.733 1.374.557.547	71.013.105	1.222.046.629	11.004.401.037
2034	1.458.039.550	86.526.296	1.288.031.251	12.292.432.288
2035	1.543.186.867	103.527.748 123.279.649	1.354.511.802	13.646.944.090
2036	1.630.376.593	148.138.103	1.419.907.217	15.066.851.307
2037	1.718.401.130	177.343.187	1.482.238.490 1.541.057.942	16.549.089.797
2038	1.806.051.720	212.148.825		18.090.147.739
2039	1.893.558.745	251.079.460	1.593.902.896 1.642.479.285	19.684.050.635
2040	1.982.510.307	291.256.596	1.691.253.711	21.326.529.920 23.017.783.631
2041	2.070.395.325	334.992.373	1.735.402.952	24.753.186.583
2042	2.156.601.806	381,482,849	1.775.118.957	26.528.305.540
2043	2.241.250.971	427.659.256	1.813.591.715	28.341.897.255
2044	2.326.289.462	475.522.861	1.850.766.601	30.192.663.856
2045	2.408.604.261	527.960.201	1.880.644.060	32.073.307.916
2046	2.491.115.742	583.878.584	1.907.237.157	33.980.545.073
2047	2.572.764.609	643.736.592	1.929.028.017	35.909.573.090
2048	2.657.079.514	689.334.484	1.967.745.030	37.877.318.120
2049	2.740.373,325	747.338.451	1.993,034.874	39.870,352.994
2050	2.824.490.205	809.502.555	2.014.987.650	41.885,340.644
2051	2.908.168.103	878.010.804	2.030.157.299	43.915.497.943
2052	2.992.854.456	943.397.668	2.049.456.787	45.964.954.731
2053	3.078.436.389	1.011.553.164	2.066.883.225	48.031.837.955
2054	3.162.373.273	1.089.379.979	2.072.993.294	50.104.831.249
2055	3.246.976.081	1.169.510.200	2.077.465.881	52.182.297.131
2056	3.331.318.481	1.252.988.854	2.078.329,627	54.260.626.757
2058	3.413.785.156	1.338.890.844	2.074.894.312	56.335.521.069
2059	3.494.683.861 3.575.392.722	1.428.367.595	2.066,316,266	58.401.837.335
2060	3.656.068.329	1.518.015.894	2.057.376.828	60.459.214.163
2061	3.734.082.544	1.600.699.611 1.694.620.820	2.055,366,718	62.514.580.882
2062	3.812.649.473	1.778.731.384	2.039.461.724 2.033.918.089	64.554.042.605 66.587.960.694
2063	3.893.223.167	1.855.511.818	2.037.711.349	68.625.672.043
2064	3.974.005.414	1.928.823.079	2.045.182.335	70.670.854.378
2065	4.055.837.179	1.997.375.363	2.058.461.816	72.729.316.194
2066	4.142.371.350	2.050.155.030	2.092.216.320	74.821.532.513
2067	4.232.952.047	2.090.112.265	2.142.839.783	76.964.372.296
2068	4.325.669.723	2.131.381.015	2.194.288.708	79.158.661.005
2069	4.421.025.683	2.163.915.934	2.257.109.750	81.415.770.754
2070	4.517.859.167	2.197.628.202	2.320.230.965	83.736.001.719
2071	4.615.777.342	2.237.570.788	2.378.206.554	86.114.208.274
2072	4.716.543,939	2.269,153.665	2.447.390.274	88.561.598.547
2073	4.820.765.814	2.292.38B.741	2.528.377.073	91.089.975.620
2074	4.928.875.693	2.309.564.891	2.619.310.802	93.709.286.423
2075	5.041.079.803	2.321.804.992	2.719.274.810	96.428.561.233
2076	5,157,737,108	2.331.502.398	2.826.234.709	99.254.795.942
2077	5.279.261.147	2,334,144,335	2.945.116.812	102.199.912.755
2078	5.405.228.917	2.337.784.283	3.067.444.634	105,267,357,389
2079	5.536.735.745 5.672.327.434	2.337.588.396	3.199.147.349	108.466.504.738
2080	5.812.104.077	2.344.769.110 2.360.488.742	3.327.558.324	111.794.063.062
2082	5.957.587.329	2.367.882.441	3.451.615.335 3.589.704.887	115.245.678.396
2083	6.108.670.626	2.376.302.278	3.732.368.349	118.835.383.284 122.567.751.632
2084	6.267.372.127	2.374.165.445	3.893.206.682	126.460.958.314
2085	6.432.963.112	2.370.627.239	4.062.335.873	130.523.294,187
2086	6.607.001.701	2.359.708.439	4.247.293.261	134.770.587.449
2087	6.787.615.494	2.355.248.782	4.432.366.712	139.202.954.161
2088	6.977.892.578	2.338.421.035	4.639.471.542	143.842.425.703
2089	7.175.582.409	2.330.469.531	4.845.112.878	148.687.538.581
2090	7.380.762.895	2.330.623.841	5.050.139.054	153.737.677.635
2091	7.595.570.868	2.326.721.853	5.268.849.015	159.006.526.650
2092	7.820.470.030	2.315.776.732	5.504.693.298	164.511.219.948
2093	8.052.806.999	2.317.362.613	5.735.444.386	170,246,664,334
2094	8.266.456.359	2.316.318.408	5.950.137.952	176.196.802.285

 2094
 8.266.456.359
 2.316.318.408
 5.950.137.952

 FONTE: Avaisação Atuarist de 31/12/2018; correspondente ao DRAA 2019.





#### Notas:

- 1) Projeção atuarial de 2019 a 2094 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda MF.
- 2) Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 9.ª. Edição (Portaria STN n.º 389, de 14/06/2018), válido a partir do exercício financeiro de 2019.
- 3) Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1.
- 4) Dados e principais hipóteses utilizados para a projeção acima:
  - Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial;
  - Idade Média dos Segurados do Previd: Ativos, 34,7 anos; Aposentados, 40,3 (inválidos); e Pensionistas, 28,8 anos;
  - Folha 12/2018 Cadastro Previd: Ativos, R\$ 39,06 milhões; Aposentados, R\$ 19.456,53; e, Pensionistas, R\$ 17.562,21;
  - Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014;
  - Apuração das obrigações do PREVID frente aos atuais e futuros segurados ativos e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto);
  - Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual n.º 167, de 27/12/2016 DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
  - Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas;
  - Taxa Real de Juros Atuariais de 4,25% a.a., conforme a Política de Investimentos do SUPSEC para o exercício de 2019.
- 5) Projeção de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do Previd e de compensação previdenciária a pagar.
- 6) Fundamentos Legais para a Avaliação:
  - No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o artigo 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais n.º 20/1998, nº 41/2003 e n.º 47/2005; (iii) as Leis Federais n.º 9.717/1999 e n.º 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 464/2018, no que couber, com suas normas de Atuária;

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar n.º 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar n.º 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar n.º 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei n.º 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar n.º 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar Estadual n.º 123, de 16/09/2013.

#### 7) Base Cadastral Disponibilizada:

- O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2018, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial DRAA 2019 Previd, abrangeu todos os segurados do Plano de Custeio Previdenciário (Fundo Previd), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 7.159 segurados ativos (exclui os 1 afastado e tratado como aposentado), 2 aposentados (inclui o 1 afastado e tratado como aposentado) e 11 pensionistas. Considerou-se, também, para a geração futura, os dados dos segurados ativos do Plano de Custeio Financeiro (Fundo Funaprev), como base para o cálculo da projeção de reposição dos segurados de 1:1 e das respectivas receitas e despesas previdenciárias;
- A data-base desse cadastro se refere à folha de pagamento de dezembro de 2018.
   Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação
   COTEC, da Secretaria do Planejamento e Gestão Seplag do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, referentes aos seus respectivos segurados.

#### 8) Situação Previdenciária Corrente do Previd:

- A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados, calculando a obrigação previdenciária do Previd e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos e seus desdobramentos previdenciários;
- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do Previd, decorrentes de contribuições mensais dos segurados sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, dos retornos dos investimentos (receita patrimonial) dos recursos previdenciários acumulados e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social RGPS, referentes à geração atual de segurados;
- A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do Previd com benefícios previdenciários e com/compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de

X

J

#### Previdência Social - RGPS;

- A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas
- e despesas previdenciárias estimadas, mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;
- A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;
- Estado inicial de vigência a contar de 01/01/2014;
- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

W.

A.

#### ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVIMILITAR 2020

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4°, § 2°, inciso IV, alínea "a") RECEITAS RESULTADO DESPESAS SALDO FINANCEIRO **EXERCÍCIO** PREVIDENCIÁRIAS PREVIDENCIÁRIAS **PREVIDENCIÁRIO** DO EXERCÍCIO (d) = (a) (b) (c)=(a-b) (d exerc. Anterior + c) 649.835.433,57 2018 403.456.458,44 (246.378.975) (246.378.975) 517.537.772.07 521.148.707.40 2019 730.947.513,25 (213.409.741) (459.788.716) 2020 (262.434.723) (722.223.440) 783,583,430,76 516.391.779,98 2021 855.194.246,35 (1.061.025.906) 2022 513.245.893,72 936,777,988,15 (423.532.094) (1.484.558.000) 1.029.979.697,97 505.339.717,92 494.056,207,75 2023 (524.639.980) (2.009, 197, 981) 2024 1.103.334.272,26 (609.278.065) (2.618.476.045) 2025 489.894.927,21 1.147,296,788,96 (657,401,862 (3.275.877.907) 490.768.127,54 2026 1.187.720.235,03 (696,952,107 (3.972.830.014) 2027 487,452,134,04 1.211.694.173,59 (724,242,040) (4.697.072.054 2028 488,671,619,19 1.222.675.013,89 (734.003.395 (5.431 075 449) 2029 491,266,709,55 1.235.046.034,53 (743.779.325) (6.174.854.773) 2030 491,703,259,78 1.244.581.881,51 (752.878.622) (6.927.733.395) 2031 494.296.305,06 1.246.768.508,73 (752.472.204 (7.680.205.599) 2032 497.150.785,41 1.244.497.387.72 (747,346,602 (8.427.552.201) 2033 500.854.793,73 1.236.403.699,44 (735.548.906) (9.163, 101, 107 2034 506.385.264,95 1.228.909.895,04 (722.524.630) (9.885,625,737) 2035 510.251.431,89 1.224.000.751,24 (713.749.319 (10.599.375.056) 2036 1,229,254,145,26 516.138.887,55 (713, 115, 258 (11.312.490.314) 2037 516.038.358,75 1.237.824.832,27 (721.786.474)(12.034.276.788) 519.543.366,78 2038 1.243.000.417,61 (723,457,051) (12.757.733.838) (13.499.785.094) 2039 523.330.591,35 1.265.381.847,40 (742.051.256) 2040 521.354.393,82 517.817.391,13 1.301.295.297,92 (14.279.725.999) (779.940.904) 2041 1.331.792.486,87 (813.975.096) (15.093.701.094) 2042 517.250.594,48 1.361.256.708.44 (844.006.114) (15.937.707.208) 2043 517.812.239,02 1.410.731.282,60 (892,919,044) (16.830.626.252 507.139.546,36 1.450.954.000,94 2044 (943.814.455) (17.774.440.706) (18.730.648.648) 2045 505.659.677,27 1.461.867.618,34 (956.207.941) 2046 506.169.062.54 1.467.209.065,88 (961.040.003 (19.691.688.651) 2047 506.066.999.69 1.468.715.651,65 (962,648,652 (20.654.337.303) 506.910.747,73 2048 1,462,643,718,90 (955.732.971 (21.610.070.274) 2049 508.405.072,17 1.455.833.033,31 (947,427,961 (22,557,498,235 2050 509.322.449,70 1.448.192.255,92 (938.869.806) (23.496,368,041) 2051 510.464.901,14 1.441.499.759,46 (931.034.858 (24.427.402.900) 1.439.778.754,12 (929.667.430 (25.357.070.330) 510.111.323.88 2053 506.760.075,89 1.452.169.630,90 (945.409.555 (26.302.479.885) 2054 504.252.162,09 1.460.540.660,15 (956.288.498 (27, 258, 768, 383) 1.480.165.295,97 2055 499.244.100,32 (980.921.196 (28.239.689.579) 2056 495, 159, 178, 99 1.493,459,641,67 (998.300.463 (29.237.990.041) 2057 491,143,290,00 1,505,436,137,07 (1.014,292,847 (30.252.282.888) 2058 489.631.991,23 1.502.460.666,12 (1.012.828.675 (31.265.111.563) 2059 486.721.974,43 1.507.241.002,38 (32.285.630.591) (1.020.519,028 2060 483.095.565,82 1.515.697.265,13 (1.032.601.699) (33.318.232.291) 2061 484.821.229,67 1.495.034.546,31 (1.010.213.317) (34.328.445.607) 1.480.144.480,96 2062 (994.625.355) (975.247.929) 485,519,125,77 (35.323.070.962) 2063 486.820.454,59 1,462,068,383,14 (36.298.318.891) 488.610.453,49 2064 1.442.582.010,15 (953.971.557) (37,252,290,448) 2065 490.734.263,32 1.421.379.750,45 (930.645.487) (38.182.935.935) 2066 491.164.481.62 1,411,237,095,15 (920.072.614 (39.103.008.548) 493.625.884,90 2067 1.389.093.829.01 (895.467.944 (39.998.476.492) 2068 495.544.894,86 1.370.641.731,32 (875,096,836) (40.873.573.329) 2069 494.150.136,19 1.372.546.085,64 (878.395.949) (41.751.969.278) 2070 493,737,530,28 1.368.729.404,77 (874.991.874 (42.626.961.153) 2071 492.336.370,74 1.370.586.597,86 (878.250.227 (43.505.211.380) 2072 491.577.363,85 1.370.807,499,60 (879.230.136 (44.384.441.516) 2073 487.224.040,01 1.391.248.187.47 (904.024.147) (45.288.465.663) 2074 486.217.613,29 1.391.040.613,65 (904,823,000) (46, 193, 288, 663) 2075 486.811.342,81 1.382,212,675,01 (895.401.332 (47.088.689.996) 486.036.216,54 488.820.758,63 2076 1.381.452.963,16 (895.416.747 (47.984.106.742) 207 1.361,133,699,42 (872,312,941) (48.856.419.683) 2078 489.425.999,07 1.354.317.424,90 (864,891,426) (49,721,311,109) 2079 492.007.471,66 492.973.950,68 1.337.453.161,85 (845.445.690) (50.566.756.799) 2080 1.331.124.363.54 (838.150.413) (51.404.907.212) 2081 494,139,676,85 1.324,280,360,85 (830, 140, 684) (52.235.047.896) 2082 496.996.241,36 (811,702,318) (53.046.750.214) 1.308,698,559,54 2083 498.230.237,85 1.303.141.765,21 (804.911.527) (53.851.661.741) 2084 499.502.226,12 1.298.459.698.57 (798.957.472 (54.650.619.214) 2085 499.742.657.14 1.299.902.819,33 (800, 160, 162) (55.450.779.376) 2086 499.499.363,83 1.304.313.737,36 (804.814.374) (56.255.593.750) 1.314.739.107,05 2087 498.266.389.76 (816,472,717) (57.072.066.467) 1.319.543.136,81 2086 497.885.197,11 (821,657,940) (57,893,724,407) 2089 496.144.345,77 1.332.280.205,31 (836, 135, 860) (58.729.860.266) (855.373.624 2090 493.708.005,58 1.349.081.629.81 (59.585.233.890) 2091 493.017.133.62 1,355,186,020,64 (862, 168, 887 (60 447 402 777 2092 491,750,640,34 1.364.638.165,12 (872.887.525) (61,320,290,302) 2093 491,636,570,52 1.368.156.837,51 (876.520.267) (62.196.810.569) 2094 473.222.875,13 1.378.557.877,31 FONTE: Availação Atuarial de 31/12/2018; correspondente ao DRAA 2019, (905.335.002)

(63.102.145.571)

#### **Notas:**

- 1) Projeção atuarial de 2019 a 2094 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda MF.
- 2) Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 9.ª Edição (Portaria STN nº 389, de 14/06/2018), válido a partir do exercício financeiro de 2019.
- 3) Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1.
- 4) Dados e principais hipóteses utilizados para a projeção acima:
- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média: Ativos do RPPS, 36,9 anos; Inativos, 62,2 anos; Pensionistas: 57,2 anos;
- Folha 12/2018 Cadastro Prevmilitar: Ativos, R\$ 86,95 milhões; Inativos, R\$ 34,69 milhões; Pensionistas, R\$ 17,76 milhões;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;
- Apuração das obrigações do Prevmilitar frente aos atuais e futuros segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual n.º 167, de 27/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.
- 5) Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do Prevmilitar.
- 6) Fundamentos Legais para a Avaliação:
- No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o artigo 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais n.º 20/1998, n.º 41/2003 e n.º 47/2005; (iii) as Leis Federais n.º 9.717/1999 e n.º 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS n.º 464/2018, no que couber, com suas normas de Atuária;
- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar n.º 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar n.º 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei Complementar nº 21, de 29/06/2000, atualizada; (ii) a Lei n.º 13.578, de 21/01/2005; (iv) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (v) a Lei Complementar n.º 93, de 25/01/2011; e (vi) a Lei Complementar Estadual n.º 123, de 16/09/2013.

A)

#### 7) Base Cadastral Disponibilizada:

- O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2018, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial DRAA 2019 Prevmilitar, abrangeu todos os segurados ativos, inativos e pensionistas do Plano de Custeio Militar (Fundo Prevmilitar), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 20.788 segurados efetivamente ativos (exclui os 1.105 afastados e tratados como inativos); 6.671 inativos (inclui os 1.105 mencionados); e 7.189 pensionistas;
- A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2018. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação COTEC da Secretaria do Planejamento e Gestão Seplag do Estado, referentes aos segurados ativos, inativos e pensionistas.

#### 8) Situação Previdenciária Corrente do Prevmilitar:

- A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados do Prevmilitar, conforme LC Estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do Prevmilitar e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, inativos e pensionistas vinculados a este Fundo;
- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do Prevmilitar, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará;
- A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do Prevmilitar com benefícios previdenciários;
- A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas;
- A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;
- Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Militar do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo Prevmilitar, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2019 é de 63,0% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao Prevmilitar para suprir essa insuficiência

\$

À

financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, §1º, e legislação federal correlata;

- Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Militar do SUPSEC (Prevmilitar) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar n.º 93, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do Prevmilitar, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar Estadual n.º 167, de 27/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar Estadual n.º 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Militar (Prevmilitar) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado;
- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

X

A Je

#### ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2020

LRF, art 4°, § 2°, inciso V

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/	REN	IÚNCIA DA RECI	Compensação	
		BENEFICIÁRIOS	2020	2021	2022	
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	1.180.284,990	1.224.545.678	1.270.466.141	
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	23.777.207	24.668.852	25.593.934	
	TOTAL		1.204.062.197	1.249.214.530	1.296.060.075	

FONTE Sistema Escrituração Fiscal Digital e Receita, Unidade Responsável Célula de Beneficios Fiscals, Data da emissão 21/03/2019 e hora de emissão 17:00

#### Nota:

Todos os incentivos fiscais planejados têm por premissa considerar como receita potencial arrecadada apenas o valor líquido, excluídos os benefícios fiscais concedidos. Logo, as receitas previstas nas metas fiscais consideram a efetiva capacidade arrecadatória dos beneficiários dos incentivos. Isso implica dizer que não há possibilidade de despesas públicas serem comprometidas com as receitas renunciadas. Consta, ainda, indicação no demonstrativo das metas fiscais projetadas para os próximos exercícios de que as receitas estão líquidas dos incentivos fiscais concedidos. Tais medidas estão de acordo com o disposto no art. 14, caput, e inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DE RECEITA POR REGIÃO - art 165, § 6º da CF/88 2020

LRF art 4° 8 2° inciso V

LRF, art 4°, § 2°, inciso V			
REGIÕES	2020	2021	2022
REGIÃO CARIRI	49.899.679	51.770.917	53.712.326
REGIAO CENTRO SUL	6.344.796	6.582.726	6.829.578
REGIAO GRANDE FORTALEZA	870.889.048	903.547.387	937.430.414
REGIAO LITORAL LESTE	10.472.189	10.864.896	11.272.329
REGIAO LITORAL NORTE	4.628.393	4.801.957	4.982.031
REGIAO LITORAL OESTE VALE DO CURU	6.298.237	6.534.420	6.779,461
REGIAO MACIÇO DO BATURITE	1.689.522	1.752.879	1.818.612
REGIAO SERRA DA IBIAPABA	3.898.824	4.045,030	4,196,718
REGIAO SERTAO CENTRAL	37.482.389	38.887.979	40.346.278
REGIAO SERTAO DE CANINDE	652.903	677.387	702,789
REGIAO SERTAO DE SOBRAL	129.547.823	134,405,867	139.446.087
REGIAO SERTAO DOS CRATEUS	11.377.515	11.804.172	12.246.828
REGIAO SERTAO DOS INHAMUNS	424.535	440.455	456,972
REGIAO VALE DO JAGUARIBE	70.456.347	73,098.460	75.839.652
Total geral	1.204.062.197	1.249.214.530	1.296.060.075

Fonte: SEFAZ/Célula de Benefícios Fiscais

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará parafins

de planejamento.

Anexo I Metas Fiscais

#### ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

### MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2020

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso V

R\$ milhares

EVENTO	Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita	274.845,8
(-) Transferências Constitucionais	68.711,5
(-) Transferências ao FUNDEB	41.226,9
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	164.907,5
Redução Permanente da Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	164.907,5
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	144.300,8
Novas DOCC	133.142,0
Novas DOCC geradas por PPP	11.158,8
Margem Líquida de Expansão de DOCC V = (III - IV)	20.606,7

FONTE: SEPLAG, 12/04/2019, 17h:00min

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, sem que haja aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (*caput* do art. 17, da LRF).

Desse modo, o Estado do Ceará, estimou parcela do crescimento do ICMS em 2020 no valor aproximado de R\$ 274,9 milhões de reais para fazer face a novas despesas continuadas.

Contudo, do valor projetado, deve ser deduzida a parcela destinada aos municípios, representando cerca de R\$ 68,7 milhões e o montante que irá compor o FUNDEB, no montante de R\$ 41,2 milhões aproximadamente

Após realizadas as deduções, R\$ 133,1 milhões, aproximadamente, serão destinados ao custeio dos novos equipamentos previstos com repercussão em 2020. Dentre estes se destacam os gastos com a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento, Delegacias Regionais, Escolas de Educação Profissional, Samu Estadual e Unidade Semi-Aberta. O Estado prevê ainda possíveis novos dispêndios em 2020 gerados pelo início da execução do novo contrato da Arena Multiuso (Novos Castelão), no montante de R\$ 11,2 milhões.

Por fim, R\$ 20,6 milhões, aproximadamente, é a margem líquida projetada de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que poderão advir em decorrência de outros investimentos planejados pelo Estado para os anos subsequentes.

1

#### **TOTAL DAS RECEITAS**

ESPECIFICAÇÃO (1) (2)			÷			
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES	22.869.503	23,310,370	24.205.919	25.514.783	27,029,942	28.621.801
Recelta tributária	12.197.564	12.944.469	13.797.435	14.648,426	15.552.876	16.508.619
Impostos	11.417.213	12.157.952	12.963.898	13,759,023	14.603.232	15.499,579
Taxas	780.352	786.517	833.536	889,403	949.644	1.009.040
Receita de Contribuição	1.665,813	730.755	771.328	822.076	878.764	932,140
Receita Patrimonial	424.175	771.851	441.751	309,356	323.741	338,972
Receitas Financeiras	353.936	287.040	256.584	269.578	282,449	296,129
Outras Receitas Patrimoniais	70.239	484,811	185.167	39,778	41.292	42.843
Receita de Serviços	106.477	85.444	88.767	92,318	95.780	99.372
Transferências Correntes	7.481.743	7.930.162	8,435,666	8.926.662	9.412.412	9.926.377
Transferências Intergovernamentais	7.385.851	7.838.658	8.339.573	8.825.292	9.305.833	9.814.319
Transferēcias da União	5.859.620	6.247.414	6.661.765	7.044.144	7.445.507	7.870.294
Transferências Multigovernamentais	1.430.705	1.483.872	1.566.260	1,665,138	1.739.965	1,819,152
Transferências dos Municípios	95.527	107,371	111.548	116.010	120.360	124.874
Transferências de Instituições Privadas	16.216	6.212	6,454	6,712	6.964	7.225
Transferências de Pessoas	892	1,374	1,427	1.484	1,540	1.598
Transferências de Convênios	78.784	83,919	88.212	93,174	98.075	103.235
Outras Receitas Correntes	993.730	847.689	670.971	715.946	766.370	816.322
RECEITAS DE CAPITAL	2,539,452	1.484.163	1.661.995	1.622.208	1.523.885	1.449.315
Operações de Crédito	2.051.079	908.065	1.317.171	1.222.636	920,939	631.047
Amortização de Empréstimos	-	3.496	_	-	020.000	
Alienação de Bens	16.429	14.495	5.152	148,313	115,140	127.557
Transferências de Capital	471,261	410.909	339.672	251,258	487,806	690.711
Outras Receitas de Capital	683	147.198	-		57.000	330.711
TOTAL	25.408.955	24.794.533	25.867.913	27.136.991	28.553.827	30.071.116

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

Nota:

1. A partir de 2012 são deduzidos os recursos para formação do FUNDEB.

2. Excluídas as receitas intraorçamentárias a partir de 2018

#### I.a - Receita Tributária

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	12.197.141	4,9%
2018	12.944.469	6,1%
2019	13.797.435	6,6%
2020	14.648.426	6,2%
2021	15.552.876	6,2%
2022	16.508.619	6,1%

Fonte: S⊞AZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STN

I.c - Outras Receitas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	1 %	
2017	985.065	-22,1%	
2018	847.681	-13,9%	
2019	670.971	-20,8%	
2020	715.946	6,7%	
2021	766.370	7,0%	
2022	816.322	6,5%	

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STN

l.b - Fundo de Participação dos Estados

	oc : arnorpação dos Estados				
METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %			
2017	4.867.287	-4,1%			
2018	5.196.426	6,8%			
2019	5.574.031	7,3%			
2020	5.908.473	6,0%			
2021	6.262.981	6,0%			
2022	6.638.760	6,0%			

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STN

I.d - Receitas de Capital

	VALOR	
METAS ANUAIS	NOMINAL RS	VARIAÇÃO %
	milhares	,
2017	2.539.452	44,9%
2018	1.484.163	-41,6%
2019	1.661.995	12,0%
2020	1.622.208	-2,4%
2021	1.523.885	-6,1%
2022	1.449.315	-4,9%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018 e STN

J



### II - CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO (2)						***
DESPESAS CORRENTES	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Pessoal e Encargos Sociais	20.952.113	20.945.105	22.278.226	23,485,223	24.822,075	26.173.105
Juros e Encargos da Dívida	11.023.337	10.960.737	11.771.082	12.433.527	13,166,190	13.931.563
Outras Despesas Correntes	452.098	562.908	645.602	696.558	707.549	708.565
DESPESAS DE CAPITAL	9.476.679	9.421.460	9.861.542	10.355.138	10.948.335	11.532.977
Investimentos	3.656.239	3.684.190	3.527.301	3.586.886	3.664.437	3.828.171
Inversões Financeiras	2.467.740	2.708.967	2.370.974	2.379.937	2.480.406	2.492.202
Amortização Financeira	199.223		175.430	182.491	189.392	196.541
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	989.275	806.388	980.898	1.024.458	994.639	1.139.428
TOTAL	04 600 050	-	62.387	64.883	67.316	69.840
Fonte: SEFAZ/Balanco Geral do Estado até 2018 e STN	24.608.352	24.629.294	25.867.913	27.136.991	28.553.827	30.071.116

2. Excluídas as Despesas Intraorçamentárias a partir de 2018

II.a - Pessoal e Encargos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	11.023.337	5,4%
2018	10.960.737	-0,6%
2019	11.771.082	7,4%
2020	12.433.527	5,6%
2021	13.166.190	5,9%
2022	13.931.563	5,8%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

II.b - Juros e Encargos da Dívida

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	452,098	1,3%
2018	562.908	24,5%
2019	645,602	14,7%
2020	696.558	7,9%
2021	707,549	1,6%
2022	708.565	0,1%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

II.c - Reserva de Contingência

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	-	
2019	62.387,1	#DIV/0!
2020	64.882,6	4,0%
2021	67.315,7	3,8%
2022	69.840,1	3,8%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

Outras Despesas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL RŞ milhares	VARIAÇÃO %
2017	9.476.679	4,0%
2018	9.421.460	-0,6%
2019	9.861.542	4.7%
2020	10.355.138	5,0%
2021	10.948.335	5,7%
2022	11.532.977	5.3%

	VALOR	
<b>METAS ANUAIS</b>	NOMINAL RS	VARIAÇÃO %
	milhares	•
2017	2.467.740	13,6%
2018	2.708.997	9,8%
2019	2.370.974	-12,5%
2020	2.379.937	0,4%
2021	2.480.406	4,2%
2022	2,492,202	0,5%

Desnesas de Inversões

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	168.835	-15,3%
2019	175.430	3.9%
2020	182.491	4,0%
2021	189.392	3,8%
2022	196.541	3,8%

#### III - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	22.869.503	23.310.370	24.205.919	25.514.783	27.029.942	28,621,801
Receita Tributária	12.197.564	12.944.469	13.797.435	14.648.426	15.552.876	16,508,619
Receita de Contribuição	1.665.813	730,755	771.328	822.076	878.764	932.140
Receita Patrimonial	424.175	771.851	441.751	309,356	323,741	338,972
Aplicações Financeiras (II)	353.936	287.040	256,584	269.578	282,449	296.129
Outras Receitas Patrimoniais	70.239	484.811	185,167	39,778	41,292	42,843
Receita de Serviços	106.477	85.444	88.767	92,318	95,780	99.372
Transferências Correntes	7.481.743	7.930.162	8.435.666	8,926,662	9.412.412	9.926.377
Demais Receitas Correntes	993.730	847.689	670.971	715.946	766.370	816.322
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	22.515.567	23.023,330	23.949.334	25.245.205	26.747.493	28.325.672
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2.539.452	1.484.163	1.661.995	1,622,208	1.523.885	1,449,315
Operações de Crédito (V)	2.051.079	908.065	1.317.171	1,222,636	920,939	631.047
Amortização de Empréstimos (VI)	-	3.496	-	-	-	001.047
Alienação de Bens	16.429	14.495	5.152	148.313	115,140	127.557
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VII)						127.007
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (VIII)						
Outras Alienações de Bens		14,495	5.152	148.313	115.140	127.557
Transferência de Capital	471.261	410.909	339.672	251,258	487,806	690,711
Outras Receitas de Capital	683	147,198	-		- 107.000	030.711
Outras Receitas de Capital Não Primárias (IX)		146,900				
Outras Receitas de Capital Primárias		298	_	*		
Receitas Fiscais de Capital (X)=(IV-V-VI-VII-VIII-IX)	471.944	425,702	344.824	399,572	602,946	818.268
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (XI)=(III+X)	22.987.511	23.449.032	24,294,158	25.644,777	27.350.439	29.143.940
DECORAGE CONTRACTOR (ALL)					L	20.140.040
DESPESAS CORRENTES (XII)	20.952.113	20.945.105	22.278.226	23.485.223	24.822.075	26.173.105
Pessoal e Encargos Sociais	11.023.337	10.960.737	11.771.082	12.433.527	13.166,190	13.931.563
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	452.098	562.908	645.602	696.558	707.549	708.565
Outras Despesas Correntes	9.476.679	9.421.460	9.861.542	10.355.138	10.948.335	11.532.977
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV)=(XII - XIII)	20.500.015	20.382.197	21.632.624	22.788.665	24.114.525	25.464.540
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	3.656.239	3.684.190	3.527.301	3.586.886	3.664.437	3.828.171
Investimentos	2.467.740	2.708.967	2.370.974	2.379.937	2.480.406	2.492.202
Programa de Infraestrutura (XVI)	1.177.662	901.890	959.353	635.697	279.896	42.697
Inversões Financeiras Concessão de empréstimo (XVII)	199.223	168.835	175.430	182.491	189.392	196.541
Amortização da Dívida (XVIII)	49.199	25.856	27.020	28.371	29.931	31.577
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XIX)=(XV-XVI-XVII-XVIII)	989.275	806.388	980.898	1.024.458	994.639	1.139.428
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XX)	1.440.103	1.950.056	1.560.030	1.898.360	2.359.971	2.614.468
			62.387	64.883	, 67.316	69.840
Restos a Pagar Pagos (XXI)		625.550	549.537	198.088	80.987	78.963
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XXII)=(XIV+XIX+XX+XXI)	21.940.118	22.957.802	23.804.578	24.949.995	26.622.799	28.227.811
RESULTADO PRIMÁRIO XXIII = (XI - XXII)	1.047.393	491.229	489.580	694.781	727.640	916.128

1

8

#### IV - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO NOMINAL

R\$ milhares

JUROS NOMINAIS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXIV)	353.936	287.040	256.584	269.578	282,449	296.129
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXV)	452.098	562.908	645:602	696.558	707.549	708.565
RESULTADO NOMINAL = (XXIII - XVI) + (XXIV - XXV)	949.231	(686.528)	(858.791)	(367.895)	22.644	460.995

#### V - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA

	rs minares
	2022
-	
	14.721.939

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	11.820.226	13.865.126	14.724.775	15.201.613	15.074.601	14.721.939
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas (Contratual)	11.820,226	13.865,126	14.724.775	15.201.613	15.074.601	14.721.939
DEDUÇÕES (II)	3.674.142	2.902.700	2.001.562	2.110.505	2.256.983	2,267,313
Ativo Disponível	3.888.804	3.169.616	2.276.486	2.393.677	2,548,650	2,567,730
Haveres Financeiros		-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	214.662	266.917	274.924	283.172	291.667	300,417
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	8.146.084	10.962.426	12.723.213	13.091,108	12.817.618	12,454,627
Conta: CEDI A C/CECA 7/Dolongo Corol de Catada est 0010		···				

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2018

#### ANEXO II ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020

( Art. 4.°, § 3.°, da Lei Complementar n.° 101, de 2000 )

Em conformidade com a Lei Complementar n.º101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento, bem como as providências a serem adotadas, caso se concretizem.

No que concerne a Outros Riscos Ficais Passivos, situações como frustração de arrecadação e discrepância de projeções podem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

Dessa forma, presume-se que o principal risco que poderá afetar o cumprimento das metas no Estado do Ceará para 2020 decorre da possibilidade de frustração na arrecadação de R\$ 140,2 milhões oriundos da alienação de imóveis, tendo em vista que entraves burocráticos poderão ocorrer ao longo do processo.

De forma geral, com o objetivo de minimizar e equacionar os problemas, serão adotadas medidas de redução das despesas discricionárias no montante de R\$ 140,2 milhões, visando garantir o atingimento das metas fiscais do período.

No quadro a seguir evidencia-se o impacto sobre as receitas, em função dos passivos contingentes e dos demais riscos fiscais, bem como as providências que deverão ser tomadas para garantir o equilíbrio das contas públicas no exercício de 2020.

ARF (LRF, art 4°, § 3°)

R\$ milhares

			TΨ mmarcs
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Redução em R\$ 140,2 milhões na arrecadação de Alienação prevista.	140.155	Redução das despesas de natureza discricionária.	140.155
SUBTOTAL	140.155	SUBTOTAL	140.155
TOTAL	140.155	TOTAL	140.155
SUBTOTAL	140.155 140.155	SUBTOTAL TOTAL	

FONTE: SEPLAG, 12/04/2019, 10h:00min



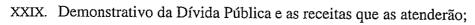
U



#### ANEXO III RELAÇÃO DOS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020

- I. Metas Fiscais;
- II. Renúncia de Receitas e Margem para Expansão da Despesa;
- III. Evolução das Receitas;
- IV. Evolução das Despesas;
- V. Legislação da Receita;
- VI. Legislação da Despesa;
- VII. Regiões de Planejamento;
- VIII. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- IX. Demonstrativo detalhado da Receita da Administração Direta do Tesouro, da Administração Indireta (Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes) e da Administração Indireta (Empresas Controladas);
- X. Demonstrativo da Despesa Por Poder, Órgão e Entidades, segregados por recursos de Tesouro e Outras Fontes
- XI. Demonstrativo da Despesa por Função;
- XII. Demonstrativo da Despesa por Subfunção;
- XIII. Demonstrativo da Despesa por Programa;
- XIV. Demonstrativo da Despesa por Projeto;
- XV. Demonstrativo da Despesa por Atividade;
- XVI. Demonstrativo da Despesa por Operação Especial;
- XVII. Demonstrativo da Despesa consolidado por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação;
- XVIII. Demonstrativo da Despesa por Fontes de Recursos;
- XIX. Demonstrativo da Despesa Região;
- XX. Consolidação da Programação dos Investimentos e Inversões por Região;
- XXI. Demonstrativo do Orçamento por Região, Entidade e Projeto/Atividade/Operação Especial:
- XXII. Demonstrativos dos valores referentes às vinculações Constitucionais e Legais (Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia);
- XXIII. Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida;
- XXIV. Demonstrativo do Orçamento por Órgão, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados às Políticas Públicas para Infância e Adolescência;
- XXV. Demonstrativo do Orçamento por Órgão, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados às Políticas Públicas para Política de Gênero;
- XXVI. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FECOP;
- XXVII. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FIT;
- XXVIII. Demonstrativo dos Fundos Especiais e Planos de Aplicação;





XXX. Demonstrativo de Programas, Projetos e Atividades com Identificador de Resultado Primário RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5;

XXXI. Demonstrativo Consolidado dos Recursos de Contrato de Gestão;

XXXII. Demonstrativo da Tabela de Custos;

XXXIII. Demonstrativo das Dotações Reservadas para Despesas de Pessoal.

XXXIV.Demonstrativo dos Valores Alterados dos Programas (PPA X PLOA);

XXXV. Demonstrativo do Orçamento por Programa, Iniciativa e Ação.

de A